



---

**UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA**  
**Departamento de Fundamentos de Análise Económica**

**Convergência vs divergência na União Europeia: os casos da região Norte de Portugal e da Galiza em Espanha.**

Raquel Susana da Costa Pereira  
Santiago de Compostela, 2009

O Doutor Melchor Fernández Fernández, professor titular da Universidade de Santiago de Compostela no departamento de Fundamentos da Análise Económica e o Doutor Roberto Bande Ramudo, professor titular da Universidade de Santiago de Compostela no departamento de Fundamentos da Análise Económica,

**informam que**

a memória titulada “Convergência vs Divergência na União Europeia: os casos da região Norte de Portugal e da Galiza em Espanha”.

**elaborada por**

Raquel Susana da Costa Pereira,

cumpre os requisitos para optar pelo título de Doutora em Economia.

Santiago de Compostela, de Julho de 2009.

Melchor Fernández Fernández

Roberto Bande Ramudo

Raquel Susana da Costa Pereira

*“A satisfação está no esforço feito  
para alcançar o objectivo e não em tê-lo alcançado”*

Gandhi

## **AGRADECIMENTOS**

Depois deste longo período de trabalho não posso deixar de agradecer e expressar a minha gratidão a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, me apoiaram na realização deste estudo.

Em primeiro lugar, tenho que expressar a minha sincera gratidão aos meus orientadores, Doutor Melchor Fernández e Doutor Roberto Bande, cuja orientação foi fundamental e imprescindível à realização deste trabalho. Pelas vossas sugestões, comentários, apoio, confiança e total disponibilidade, sempre demonstrada, o meu MUITO OBRIGADA!

Gostaria também de agradecer todo o apoio institucional do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, sobretudo pela redução de horário concedida nestes três últimos anos lectivos.

Agradeço ainda ao Centro de Documentação Europeia da Universidade do Minho no apoio à obtenção de base de dados.

Aos meus pais e ao Nuno, pelo seu amor...

## **RESUMO**

Numa área de integração, como é exemplo a União Europeia (UE), existem regiões e países mais atractivos que outros para a fixação das actividades económicas. Essa maior ou menor atractividade deve-se, entre outros factores, à qualificação e custo de capital humano, à disponibilidade de infra-estruturas, à dotação de recursos naturais, aos incentivos à produção e à proximidade dos mercados. No sentido de reduzir as desigualdades económicas e sociais e promover o desenvolvimento harmonioso das regiões menos favorecidas da UE, o princípio fundamental subjacente à Política Regional Comunitária, é promover a mudança estrutural e fomentar o desempenho económico dessas regiões ajudando na resolução dos problemas estruturais.

Com o intuito de colocar em evidência a convergência/divergência de duas regiões periféricas da UE, a região da Galiza e a região Norte, procedemos a uma análise comparativa da evolução das duas regiões no contexto nacional e a nível interno da Euro-região. Completamos esta análise com a estimação, através de um painel de dados, de um modelo regional estrutural simples que recolhe os efeitos dos fundos estruturais sobre a produção, a procura de trabalho e a acumulação de capital. Os parâmetros estimados permitem identificar as elasticidades mais relevantes, cujos resultados foram completados com a análise de um conjunto de simulações dinâmicas.

A análise realizada indica que, no contexto nacional, o desempenho de cada região acompanha os ciclos nacionais, embora nenhuma tenha melhorado a sua posição competitiva no seio dos respectivos países. A nível interno da Euro-região, o desempenho das duas regiões seguiu trajetórias diferentes. Por outro lado, as estimações e simulações do modelo econométrico permitem identificar impactos positivos, embora de diferentes magnitudes, para os stocks de capital público e humano em Espanha e Portugal. No entanto, quando separamos as comunidades autónomas espanholas por grupos - regiões de Objectivo 1 e regiões não Objectivo 1, o parâmetro estimado para o capital público no primeiro grupo muda de sinal e o impacto do stock de capital humano sobre o emprego regional é superior nas regiões não Objectivo 1.

**Palavras-chave:** Política Regional e de Coesão, região da Galiza, região Norte,

## **ABSTRACT**

In any integration area, such as the European Union (EU), there are regions and countries that are more attractive than others for the fixation of economic activities. The degree of attractiveness is due, among other factors, to the qualification and cost of human capital, to the availability of infrastructures, and natural resources, to the incentives to production and proximity of markets. The underlying principle of the Community Regional and Cohesion Policy is to promote the structural change and to encourage the economic performance in less developed areas. Thus, by helping these areas solve their structural problems, both economic and social inequalities within the European Union are reduced and harmonious development is achieved.

We carried out a comparative analysis of both the Galician and the North regions in order to uncover their patterns of convergence/divergence and their evolution, in the national context and at the internal level of the Euro-region. This study was further complete with the estimation of a simple regional structural model in order to achieve the structural funds effects in the production function, in the demand for labour function and in the capital accumulation function. The estimated parameters indicate the most relevant elasticity's, and these results were complemented with a simulation exercise.

The findings indicate that, althout in the national context the performance of each region follows its national cycle, either the Galician region or the North region improved their competitive position in their countries. At the internal level of the Euro-region, each region has its different level of evolution and economic performance. On the other hand, the simulation and the estimation of the econometric model indicate positive impacts, although of different magnitudes, for the stocks of public and human capital, in Spain and in Portugal. However, when we separate the Spanish autonomous communities in two groups – the Objective 1 group and the non Objective 1 group, the estimated parameter for the public capital, in the first group, became negative and the impact of the stock of human capital on the regional employment is higher in the not Objective 1 regions group.

**Key-words:** Galician region, North region, Structural and Cohesion Regional Policy

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice geral.....	vii
Lista de Siglas.....	x
Lista de gráficos.....	xii
Lista de mapas.....	xiii
Lista de tabelas.....	xiv
Anexos.....	xv

## INTRODUÇÃO ..... 1

1. Objectivos e razões que justificam o interesse pelo estudo..... 2  
5
2. Organização, estrutura e metodologia do estudo.....

## **CAPÍTULO I. Duas regiões europeias em análise: A Galiza e a região Norte de Portugal no contexto nacional e europeu**

Introdução.....	8
1. Demografia e território.....	11
2. Recursos humanos.....	16
3. Evolução do mercado de trabalho.....	22
4. Estrutura económica e competitividade.....	32
4.1 Aplicação do Quociente de Localização e análise shift-share.....	38
4.1.1 Norte vs Portugal.....	41
4.1.2 Galiza vs Espanha.....	44
4.2 Produtividade e custos de trabalho unitário.....	47
5. Evolução interna da Euro-região.....	53
6. Conclusões.....	66

## **CAPÍTULO II. A Política Regional e de Coesão da União Europeia**

Introdução.....	73
1. A Política Regional e de Coesão: História, objetivos, instrumentos e justificação.....	77
1.1 A Política Regional e de coesão: breve evolução histórica.....	77
1.2 Perspectivas para 2007-2013.....	89
1.3 Justificação da Política Regional e de Coesão.....	100
2. A Política Regional e de coesão e a convergência na UE: teoria e evidência.....	106
2.1 A Política Regional e de Coesão nos modelos de crescimento económico... ..	106
2.2 Conceito de convergência: aproximações empíricas.....	111
2.3 Eficácia da Política Regional e de coesão: revisão da literatura.....	116
2.3.1 Avaliação de projectos ou programas – “case studies”.....	121
2.3.2 Modelos de simulação.....	122
2.3.3 Modelos econométricos.....	125
2.4 Conclusões.....	132

## **CAPÍTULO III: A importância da PRC na convergência e desenvolvimento da região Norte e da Galiza.**

Introdução.....	135
1. Metodologia.....	137
1.1 Os dados.....	138
1.2 O modelo.....	152
1.3 Estimação do modelo.....	157
1.3.1 Resultados das estimações agregadas para Espanha e Portugal.....	164
1.3.2 Resultados das estimações para Espanha.....	166
1.3.3 Resultados das estimações para as regiões Objectivo1.....	171
1.3.4 Estimções dinâmicas.....	173
1.4 Conclusões.....	181
Apêndice ao capítulo III.....	184



<b>CONCLUSÃO</b> .....	190
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	198
<b>ANEXOS</b> .....	224

## LISTA DE SIGLAS

AUE	Acto Único Europeu
BEI	Banco Europeu do Investimento
BM	Banco Mundial
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE	Comissão Europeia
CECA	Comunidade Europeia do carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
DGDR	Direcção Geral do Desenvolvimento Regional
EFTA	European Free Trade Association
ESRI	Economic and Social Research Institute
EUA	Estados Unidos da América
EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atómica
FC	Fundo de Coesão
FE	Fundos Estruturais
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FSE	Fundo Social Europeu
IC	Iniciativas Comunitárias
ICEP	Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
I+D	Investigação e Desenvolvimento
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
ILO	Internacional Labour Office
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCED	International Standard Classification of Education
ISPA	Instrumento Estrutural de Pré-adesão
MEG	Modelos de Equilíbrio Geral
MU	Mercado Único
NIC	Novo Instrumento Comunitário
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais Estatísticas
OCDE (OECD)	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECE	Organização Europeia para a Cooperação Económica
PAC	Política Agrícola Comum
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PECO	Países Europa Central e Oriental
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpc	Produto Interno Bruto per capita
PNB	Produto Nacional Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMI	Programas Mediterrâneos Integrados
PNIC	Programas Nacionais de Interesse Comunitário

PO	Programa Operacional
PPC	Paridade do poder de compra
PRC	Política Regional Comunitária
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
SAPARD	Instrumento Agrícola de Pré-adesão
SME	Sistema Monetário Europeu
STAR	Programa Comunitário de Serviços Avançados de Telecomunicações
STRIDE	Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
TIC	Tecnologias de Comunicação e Informação
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
VAB	Valor Acrescentado Bruto

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do PIBpc (em PPC), UE15=100.....	9
Gráfico 2. Estrutura etária da população (em %).....	13
Gráfico 3. Saldo migratório da Galiza com outras Comunidades Autónomas .....	14
Gráfico 4. População activa, entre 25-64, com o nível 0-2 da classificação internacional ISCED (em % da população activa com mais de 25 anos).....	17
Gráfico 5. População activa, entre 25-64, com o nível 3-4 da classificação internacional ISCED (em % da população activa com mais de 25 anos).....	17
Gráfico 6. População activa, entre 25-64, com o nível 5-6 da classificação internacional ISCED (em % da população activa com mais de 25 anos).....	18
Gráfico 7. Despesa pública em educação (em % do PIB).....	19
Gráfico 8. Distribuição da despesa em educação por nível educacional (em % do total) .....	20
Gráfico 9. Abandono escolar precoce.....	20
Gráfico 10. Diferenciais de desemprego (diferencial em pontos percentuais) .....	23
Gráfico 11. Evolução do número de empregados e activos (em milhares).....	24
Gráfico 12. Relação entre taxa desemprego feminino e masculino.....	25
Gráfico 13. Taxa de actividade das mulheres/homens.....	26
Gráfico 14. Emprego no sector primário.....	29
Gráfico 15. Emprego no sector secundário.....	30
Gráfico 16. Emprego no sector terciário .....	30
Gráfico 17. Evolução do PIB pc (em PPC e a preços de mercado) .....	34
Gráfico 18. Importância de cada sector no VAB e emprego.....	37
Gráfico 19. Dinâmica do emprego e da produtividade: Norte/Portugal.....	48
Gráfico 20. Dinâmica do emprego e da produtividade: Galiza/Espanha.....	49
Gráfico 21. Dinâmica do emprego e da produtividade: Galiza/Norte .....	49
Gráfico 22. Custos de trabalho unitário – comparação com a França.....	52
Gráfico 23. Importância do PIB das regiões NUTIII, da Galiza, no PIB da Euro-região.....	54
Gráfico 24. Importância do PIB das regiões NUTIII, da região Norte, no PIB da Euro-região.....	54
Gráfico 25. Origem do PIB da Euro-região (em 1995 e 2005) .....	55
Gráfico 26. Evolução do índice de concentração e Herfindahl-Hirschman .....	56
Gráfico 27. PIB pc em PPC (Euro-região=100) – Galiza.....	57
Gráfico 28. PIB pc em PPC (Euro-região=100) – Norte .....	57
Gráfico 29. Variação no PIB pc (em pontos percentuais) no período 1995-2006 .....	58
Gráfico 30. Evolução da população média na região Norte .....	59
Gráfico 31. Evolução da população média na Euro-região .....	59
Gráfico 32. Evolução da população média na Galiza .....	60
Gráfico 33. Evolução do PIB real e do desemprego (em %) – Espanha e Galiza .....	61
Gráfico 34. Evolução do PIB real e do desemprego (em %) – Portugal e Norte .....	61
Gráfico 35. Evolução do número de activos e desempregados (em milhares).....	62

Gráfico 36. Variação do número de desempregados e activos, no período 1999-2007 .....	63
Gráfico 37. Variação percentual no número de empregados, no período 1995-2005 .....	63
Gráfico 38. Evolução do rendimento primário e disponível (em PPC por habitante e baseado no consumo final) .....	64
Gráfico 39. Variação percentual no valor dos rendimentos primários e disponíveis .....	65
Gráfico 40. Dispersão no PIBpc – Espanha e Portugal .....	65
Gráfico 41. Dispersão no PIBpc – Euro-região .....	66
Gráfico 42. Importância do PIB de cada região NUTII no PIB da Euro-região .....	67
Gráfico 43: Importância relativa das medidas estruturais no orçamento da UE .....	88
Gráfico 44: Distribuição das medidas estruturais nos três QCA .....	88
Gráfico 45. Distribuição anual dos fundos estruturais para 2007-2013 .....	96
Gráfico 46: Distribuição dos recursos financeiros, por objectivo, para o período 2007-2013 .....	97
Gráfico 47: Distribuição dos recursos em cada objectivo .....	97
Gráfico 48: Proporção das transferências da UE para os principais beneficiários dispendidas em importações de outros Estados membros.....	102
Gráfico 49. Distribuição dos fundos por tipo de despesa (em % do total).....	149
Gráfico 50. Distribuição dos fundos por tipo de despesa (em % do total) – comparação.....	150
Gráfico 51. Distribuição da despesa em infra-estrutura por KM <sup>2</sup> (em €).....	150
Gráfico 52. Distribuição da despesa em recursos humanos por população activa (em €).....	151
Gráfico 53. Stock de capital público ponderado pela área geográfica em Km <sup>2</sup> .....	165
Gráfico 54. Evolução do índice de capital humano .....	170
Gráfico 55. Stock de capital público real e simulado. Galiza, 1980-2001.....	175
Gráfico 56. VAB real e simulado. Galiza, 1980-2001- Usando o modelo estimado para as 17 comunidades autónomas.....	176
Gráfico 57. VAB real e simulado. Galiza, 1980-2001 - Usando o modelo estimado para as regiões de Objectivo 1.....	177
Gráfico 58. Stock de capital público real e simulado. Região Norte, 1980-2001.....	178
Gráfico 59. VAB real e simulado. Região Norte, 1980-2001.....	178
Gráfico 60. Emprego real e simulado, Galiza, 1980-2001 - Usando o modelo correspondente às 17 comunidades autónomas.....	179
Gráfico 61. Emprego real e simulado, Galiza, 1980-2001 - Usando o modelo correspondente às regiões Objectivo 1.....	179
Gráfico 62. Emprego real e simulado, região Norte, 1980-2001.....	180

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. PIB (em PPC por habitante em % da média da UE-27, para as regiões NUTS2.....	74
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da população.....	12
Tabela 2. Estrutura etária da população (em % do total).....	13
Tabela 3. Evolução da população (por grupo etário: variação percentual entre 1991-2001 e 2001-2007).....	15
Tabela 4. Despesa no sector da P&D em % do PIB (total dos sectores) .....	21
Tabela 5. Emprego no sector da P&D (em % do emprego total) .....	21
Tabela 6. Evolução da taxa de desemprego .....	23
Tabela 7. Taxa de desemprego por sexo.....	25
Tabela 8. Taxa de actividade total (homens) .....	26
Tabela 9. Taxa de actividade total (mulheres).....	26
Tabela 10. Taxa de actividade (total).....	27
Tabela 11. Evolução da taxa de emprego.....	29
Tabela 12. Evolução do emprego (em milhares) .....	31
Tabela 13. Evolução do PIBpc em PPC (UE15 = 100) .....	34
Tabela 14. Diferenciais do PIB <i>per capita</i> (em PPC) .....	34
Tabela 15. Taxa de crescimento real do PIB .....	35
Tabela 16. Peso de cada região na economia nacional .....	36
Tabela 17. Quociente de localização e análise shift-share pelo emprego ( $10^3$ ) – Norte vs Portugal.....	41
Tabela 18. Quociente de localização e análise shift-share pelo VAB ( $10^3$ Euros) – Norte vs Portugal.....	42
Tabela 19. Quociente de localização e análise shift-share pelo emprego ( $10^3$ ) - Galiza vs Espanha.....	44
Tabela 20. Quociente de localização e análise shift-share pelo VAB ( $10^3$ Euros) - Galiza vs Espanha....	45
Tabela 21. Produtividade aparente (todos os sectores, em milhares de euros) .....	47
Tabela 22. Produtividade aparente por sector (em milhares de euros) .....	47
Tabela 23. Evolução do custo por trabalhador (Portugal e Espanha) .....	50
Tabela 24. Evolução do custo por trabalhador (Norte e Galiza) .....	51
Tabela 25. Evolução do custo de trabalho unitário (Portugal e Espanha) .....	51
Tabela 26. Evolução do custo de trabalho unitário (Norte e Galiza) .....	52
Tabela 27. Índice de concentração e índice Herfindahl-Hirschman .....	56
Tabela 28. Tabela resumo de alguns indicadores .....	68
Tabela 29. Distribuição dos recursos financeiros por objectivo para o período 2007-2013 .....	96
Tabela 30. Financiamento estrutural em Portugal .....	98
Tabela 31. Financiamento estrutural em Espanha .....	98
Tabela 32. Período 2007-2013: regiões beneficiárias em Portugal.....	98
Tabela 33. Período 2007-2013: regiões beneficiárias em Espanha.....	99
Tabela 34. Indicadores presentes na base de dados .....	139
Tabela 35. QCA total (I+II+III). Despesa pública total – Portugal .....	142
Tabela 36. QCA total (I+II+III). Despesa pública total por categorias – Portugal .....	143
Tabela 37. Estrutura da despesa pública, na região Norte, do QCA (I+II+III) .....	144

Tabela 38. Despesa pública total (QCA II) por categorias – regiões do objectivo 1 (Espanha).....	145
Tabela 39. Despesa pública para a Galiza no QCA II.....	146
Tabela 40. Despesa pública total no QCA III – Galiza.....	147
Tabela 41. Estrutura da despesa pública, na região da Galiza, do QCA (II+III).....	148
Tabela 42. Estatísticos de Fisher.....	160
Tabela 43. Regiões incluídas em cada grupo de estimação.....	163
Tabela 44. Estimação da função de produção – Espanha e Portugal .....	165
Tabela 45. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha e Portugal .....	166
Tabela 46. Estimação da função investimento – Espanha e Portugal .....	166
Tabela 47. Estimação da função de produção – Espanha .....	167
Tabela 48. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha .....	170
Tabela 49. Estimação da função investimento – Espanha .....	171
Tabela 50. Estimação da função de produção – Regiões Objectivo 1 .....	172
Tabela 51. Estimação da função de procura de trabalho – Regiões Objectivo 1 .....	172
Tabela 52. Estimação da função investimento – Regiões Objectivo 1 .....	173
Tabela 53. Estimação da função de produção – Espanha e Portugal – período 1986-2001.....	185
Tabela 54. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha e Portugal – período 1986-2001.....	185
Tabela 55. Estimação da função investimento – Espanha e Portugal – período 1986-2001 .....	186
Tabela 56. Estimação da função de produção – Espanha– período 1986-2001 .....	186
Tabela 57. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha – período 1986-2001 .....	187
Tabela 58. Estimação da função investimento – Espanha – período 1986-2001 .....	187
Tabela 59. Estimação da função de produção – Regiões Objectivo 1 – período 1986-2001 .....	188
Tabela 60. Estimação da função de procura de trabalho – Regiões Objectivo 1 – período 1986-2001.....	188
Tabela 61. Estimação da função investimento – Regiões Objectivo 1 – período 1986-2001 .....	189
 <b>ANEXOS</b>	 224
 Tabela A1.1. QCA I.....	 225
Tabela A1.2.QCA II.....	225
Tabela A1.3.QCA III.....	225
Tabela A2.1. Despesa pública total (QCA II) por categorias – regiões do objectivo 1 (Espanha).....	228
Tabela A2.2. Evolução dos pagamentos do FEDER, FSE e FEOGA-O, nas regiões objectivo 1, em milhões de pesetas correntes.....	229
Tabela A2.3. Valores da despesa executada de 2000 a 2002 por “ejes” (em euros).....	230
Tabela A2.4. Valor da despesa executada de 2000 a 2002 por ano e tipo de despesa.....	231
Tabela A2.5. Despesa pública total no QCA III – Galiza.....	231

---

# **INTRODUÇÃO**

---



## **1. Objectivos e razões que justificam o interesse pelo estudo.**

As diferenças económicas e sociais de desenvolvimento e de níveis de vida entre as diferentes regiões que compõem os Estados membros da União Europeia (UE), e entre os Estados membros entre si, constituem uma realidade que desde sempre preocupou a UE. Desde a sua implementação, a Política Regional e de Coesão (PRC) rege-se pelo princípio fundamental de que a UE deve promover um desenvolvimento harmonioso de toda a União pela redução das disparidades entre as regiões e pelo reforço da coesão económica e social.

De facto, no seio da UE existem países, regiões, e até locais, mais atractivos que outros para a fixação das actividades económicas. Essa maior ou menor atractividade deve-se, entre outros factores, à qualificação e custo de capital humano, à disponibilidade de infra-estruturas económicas e sociais à dotação de recursos naturais, aos incentivos à produção e à proximidade dos mercados. Com o objectivo de reduzir as desigualdades económicas e sociais e promover o desenvolvimento harmonioso das regiões menos favorecidas da UE, o princípio fundamental subjacente à PRC, e aos fundos estruturais, é promover a mudança estrutural e fomentar o desempenho económico das regiões menos desenvolvidas ajudando na resolução dos problemas estruturais. Assim é referido no segundo relatório sobre a coesão económica e social, CE (2004, p.xxv)

*(...)“Cohesion policy is the only policy of the European Union that explicitly addresses economic and social inequalities. It is thus a very specific policy involving a transfer of resources between Member States via the budget of the European Union for the purpose of supporting economic growth and sustainable development through investment in people and in physical capital.*

Nesse sentido, desde a implementação do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) têm sido mobilizados elevados montantes financeiros de tal forma que a PRC constituiu, actualmente, uma das principais políticas comuns. Dada a relevância destes montantes financeiros, distribuídos através dos fundos estruturais e de coesão e que foram crescendo ao longo dos diferentes períodos de programação, surgem questões que são inevitáveis.

Será que a PRC e os fundos estruturais têm atingido os seus objectivos fundamentais?

Isto é, têm favorecido a coesão económica e social e ajudado a reduzir as disparidades entre as regiões mais ricas e as mais pobres da UE?

A resposta a esta questão não é fácil de apresentar. Desde meados da década de noventa verificou-se um grande desenvolvimento de trabalhos que investigam o impacto das ajudas comunitárias sobre as regiões mais desfavorecidas. Contudo, os resultados dessa literatura não são unânimes, isto é, não há consenso quando se questiona a eficácia das políticas estruturais da UE para atingir objectivos de promoção de crescimento, de maior coesão económica e social e reduzir as diferenças entre as regiões mais atrasadas e as mais ricas.

Com efeito, este debate não se restringe apenas ao âmbito da UE mas sim a nível internacional. Por exemplo, a OECD (2009, p.1) refere a propósito que

*“The current debate on regional policy and development focuses on whether policies should be pro-equity or pro-efficiency, implying that a trade-off is inevitable. The OECD doesn’t share this view. Instead, it reframes the debate, arguing that national governments should promote growth in all regions.”*

De facto, os estudos desenvolvidos nesta área têm sido inúmeros. No entanto, e restringindo ao âmbito da UE, os estudos apontam para duas perspectivas opostas: uma positiva e uma negativa. Segundo Molle (2006), a perspectiva negativa resume-se à ideia de que o efeito da PRC é, na melhor das hipóteses, neutral no sentido de que as transferências apenas contribuiram para aumentar o nível de riqueza das regiões beneficiárias mas constituem um instrumento redistributivo incapaz de fomentar o crescimento económico de longo prazo. De entre os principais autores que vão de encontro a esta posição podemos indicar Boldrin e Canova (2003, 2001), Boeri e al (2002), Dall’erba e Le Gallo (2007), Martin (1999), Rodríguez- Pose e Fratesi (2003), Santos (2008).

Em oposição às perspectivas mais negativas do papel que a PRC desempenha na promoção do crescimento e convergência, surgem outras mais optimistas, como por exemplo, Beugelsdijke e Eijffinger (2005), Cappelen e al (2003), De la Fuente (2002, 2003), DGDR (2005), Mohl e Hagen (2008), Puigcerver – Peñalver (2007), entre outros.

A acrescentar a este debate podemos ainda referir que há autores como por exemplo a Comissão Europeia (2004, 2007), Dall’erba (2003), Fayolle e Lecuyer (2000), OECD (2009) que referem que se tem verificado redução das disparidades a nível nacional (entre diferentes países) mas não ao nível das suas regiões. Com efeito, este constitui um dos principais argumentos levantados contra a PRC. Ela é ineficaz na medida em que, apesar dos programas

de desenvolvimento levados a cabo, a grande parte das regiões assistidas a título do objectivo 1 não melhorou a sua posição relativa e continua a ser relativamente pobre.

Além de aprofundar o estudo sobre esta problemática e tentar encontrar argumentos que ajudem a clarificar este impasse, outra das razões que motivaram este estudo foi verificar se este último argumento é ou não verdadeiro para duas regiões europeias em concreto: a região Norte de Portugal e a região da Galiza em Espanha.

Dall'erba (2003 p.2) refere que:

*“Over the last two decades, the Gross Domestic Products of Spain and Portugal have succeeded in converging to the European average, but regional disparities have strongly increased within both countries.”*

Apesar da significativa evolução verificada nestas duas regiões nos últimos vinte anos e de terem acompanhado a tendência de crescimento e convergência dos seus países (no caso da região Norte de Portugal sobretudo desde 86 até finais da década de 90 e a região da Galiza principalmente a partir de meados da década de 90), os indicadores económicos e sociais parecem indicar que estas duas regiões que, desde a adesão à UE em 1986, são assistidas a título do Objectivo 1, não alteraram de forma significativa a sua posição relativa, quer em relação à média nacional, quer em relação à média europeia.

Assim, estes factos, sugerem uma questão adicional e inevitável: e se não tivesse havido uma PRC activa? O que teria acontecido? Será que as disparidades se teriam reduzido ou aumentado ainda mais?

Perante o exposto podemos referir que o propósito central do nosso estudo é analisar e comparar a evolução de duas regiões periféricas mas contíguas da UE: a região Norte de Portugal e a região da Galiza e procurar evidenciar a importância que a PRC assumiu nos seus processo de convergência, crescimento e desenvolvimento.

## **2. Organização, estrutura e metodologia do estudo**

Considerando as motivações expostas anteriormente, a questão que se nos coloca é: sendo a região Norte de Portugal e a região da Galiza duas regiões que, desde a adesão, beneficiaram dos fundos estruturais a título do Objectivo 1, será que conseguiram reduzir as disparidades que as separaram das respectivas médias nacionais e europeias? Isto é, o processo de crescimento destas duas regiões periféricas, que constituem uma das principais euro-regiões da UE, verificou convergência ou divergência?

Mas porquê a análise comparativa entre a região Norte e a região da Galiza?

Apesar de divididas por fronteiras políticas, determinando diferentes nacionalidades aos seus habitantes, estas regiões vizinhas têm características geográficas, históricas, culturais e linguísticas muito semelhantes e constituem uma das principais euro-regiões europeias. Além disso, constituem duas regiões atrasadas e periféricas no contexto da EU15, beneficiando de fundos estruturais no âmbito do Objectivo 1, pelo que apresentam problemas e dificuldades semelhantes no que se refere à competitividade, desenvolvimento e convergência com os níveis europeus. No entanto, apesar das similitudes e dos respectivos países terem aderido à UE no mesmo ano, as duas regiões apresentam uma dinâmica endógena própria determinando, ao longo das últimas décadas, diferentes níveis de desempenho e desenvolvimento. A pesquisa levada a cabo parece confirmar uma das observações de Fayolle e Lacuyer (2000) e indica que o desempenho das regiões depende em alto grau do desempenho dos países a que pertencem, isto é, a dinâmica regional tem uma forte componente nacional. Adicionalmente, podemos referir que sendo inegável a evolução positiva das duas regiões nos últimos vinte anos, a região Norte e da Galiza não alteraram, de forma significativa, a sua posição relativa, quer no contexto europeu quer no contexto nacional. Esta evidência sugere-nos uma questão adicional: que factores explicam as diferenças no nível de desenvolvimento destas duas regiões?

No sentido de encontrar respostas para as questões levantadas, o nosso trabalho estrutura-se de acordo com a descrição que se segue. No primeiro capítulo analisamos a posição de cada uma das regiões, no contexto nacional e europeu, e ao fazê-lo procuramos estabelecer uma análise comparativa entre as duas regiões.

Na verdade, é muito difícil medir adequadamente a convergência real entre regiões. Não obstante, como podemos resolver um problema se não somos capazes de quantificar a sua magnitude e estudar a sua evolução? Nesse sentido, em qualquer análise de convergência, o primeiro passo deve ser quantificar o problema e mostrar qual foi a sua evolução nos últimos anos identificando a evolução de todas as variáveis relevantes no processo de convergência regional. Nesse sentido, começamos apresentando um conjunto de dados estatísticos através dos quais pretendemos estabelecer o posicionamento e evolução das duas regiões e aferir se, nas últimas décadas, as duas regiões conseguiram reduzir a distância que as separava não só dos níveis médios europeus como também dos níveis médios nacionais. Adicionalmente, e no sentido de compreender o nível de desenvolvimento actual de cada uma das regiões, bem como a sua importância económica dentro do país, recorreremos a alguns instrumentos da Economia Regional, tais como indicadores de localização e ao método “*shift-share*”. Por último procedemos à análise da evolução ocorrida no interior da euro-região.

Depois de conhecermos a evolução verificada nas regiões em estudo e a sua posição relativa no contexto nacional e europeu, e uma vez que é nosso objectivo analisar em que medida a PRC favoreceu o crescimento, convergência e redução das disparidades, o nosso objecto de análise do capítulo dois é a PRC. Começamos por apresentar uma retrospectiva da evolução da política, dos seus objectivos e instrumentos no sentido de compreendermos como se tornou uma das mais importantes políticas comuns da UE, bem como as razões que justificam esta evolução e crescente importância. Além disso, e como o debate em torno da eficácia da PRC está em aberto e sem conclusões unânimes e definitivas, fazemos também uma revisão bibliográfica sobre esta temática apresentando os principais argumentos deste debate.

No terceiro capítulo, estabelecemos como objectivo analisar os efeitos dos fundos sobre a produção, procura de trabalho e acumulação de capital nas regiões em análise, pelo que a pergunta a que procuramos dar resposta é: será que a PRC e os fundos da UE promoveram o crescimento e convergência das regiões Objectivo 1 (nomeadamente a Galiza e Norte) de Espanha e Portugal? Nesse sentido, começamos por apresentar a base de dados que serviu de base à estimação do modelo, bem como a metodologia seguida para determinar a despesa executada associada aos FE, por tipo de investimento, na região Norte e da Galiza. Posteriormente descrevemos o modelo, estimamos os seus parâmetros fundamentais e apresentamos as conclusões mais relevantes.

---

# **CAPÍTULO I.**

**Duas regiões europeias em análise: A Galiza e a região Norte de Portugal  
no contexto nacional e europeu.**

---

## Introdução

Desde a sua implementação, a PRC rege-se pelo princípio fundamental de que a UE deve promover um desenvolvimento harmonioso de toda a União pela redução das disparidades entre as regiões e pelo reforço da coesão económica e social. Nesse sentido, foram mobilizadas importantes recursos, os designados fundos estruturais (FE), com o objectivo de promover o desenvolvimento das regiões mais pobres e corrigir as suas deficiências na dotação de determinados recursos produtivos, tais como as infra-estruturas e capital humano.

Com efeito, as regiões/países beneficiários desses recursos, em particular os países da coesão, atingiram progressos consideráveis permitindo-lhes a sua aproximação aos níveis médios da EU. No entanto, também é certo que nem todas as regiões/espacos dentro dos países atingem um mesmo nível de desenvolvimento. Sabemos que há regiões com maior taxa de crescimento, níveis de desemprego mais baixo e níveis de Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) mais elevados. De facto, em virtude da maior ou menor atractividade das regiões, derivada de diferentes qualificações e custos de capital humano, dotação de recursos naturais, disponibilidade de infra-estruturas, proximidade dos mercados de consumo, pode levar a que os benefícios do crescimento e integração económica não se estendam a todas as regiões de um país. Nos relatórios sobre a Coesão Económica e Social, a Comissão Europeia (CE) (2007, 2004), é referido que, apesar da importante aproximação e convergência dos Estados menos desenvolvidos (sobretudo os da coesão) verificou-se também um aumento das disparidades dentro dos Estados-membros. Em relação a Portugal e Espanha, Dall’erba (2003 p. 2) refere que:

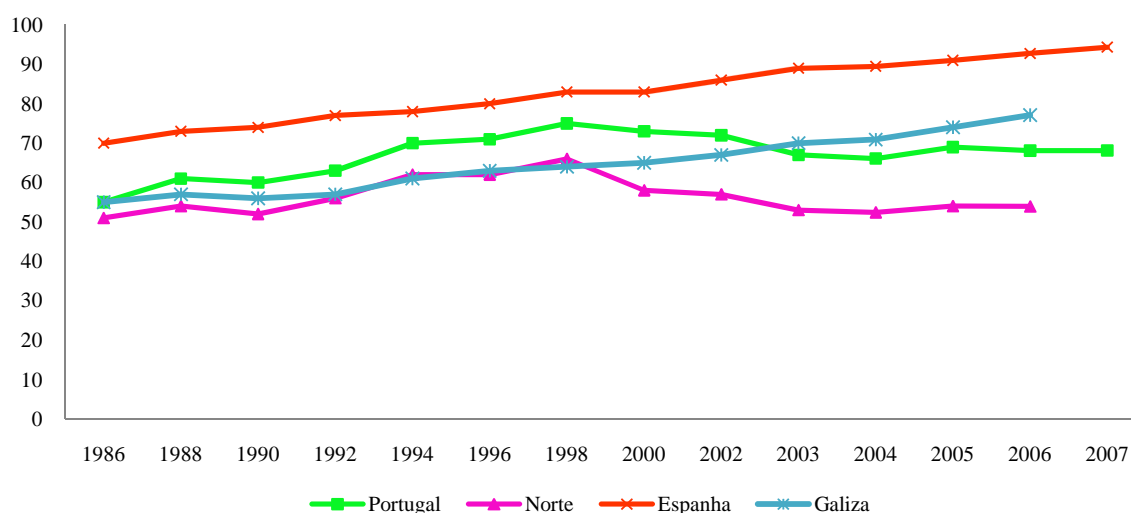
*“Over the last two decades, the Gross Domestic Products of Spain and Portugal have succeeded in converging to the European average, but regional disparities have strongly increased within both countries.”*

Portanto uma primeira questão que se coloca é: será que a região Norte de Portugal e a região da Galiza em Espanha conseguiram reduzir a “distância” que as separava das respectivas médias nacionais?

Apesar do desempenho das economias portuguesa e espanhola, desde à adesão à então CEE em 1986, a região Norte e a região da Galiza, como veremos ao longo do texto, não melhoraram muito a sua posição relativa, quer no contexto europeu quer no contexto

nacional. Embora estas duas regiões tenham acompanhado a tendência de crescimento e convergência dos seus países, na região Norte, essa tendência tem vindo a alterar-se nos anos mais recentes. A Galiza manteve, desde a adesão, uma trajectória de aproximação ao PIBpc médio da EU15 enquanto a região Norte, depois de um bom período de convergência (até meados da década de noventa) nos anos mais recentes, tem divergido, sendo novamente uma das dez regiões mais pobres da EU15.

**Gráfico 1. Evolução do PIBpc (em PPC), EU15=100**



Fonte: CE (2004), CE (2001) e CE (1999), e para os anos mais recentes, elaboração própria a partir da Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/> em Abril de 2009.

A observação do gráfico 1 permite-nos verificar que tanto na região Norte como na Galiza, a evolução do PIBpc acompanha a evolução das respectivas economias nacionais. No caso da região Norte também é possível observar que, no início do século XXI, mostra uma tendência de afastamento com a média nacional, ao contrário do que se tinha verificado até então. Tudo isto levanta algumas questões. Que factores terão permitido à região Norte, na primeira década de adesão, uma aproximação mais rápida em comparação com a da Galiza? E o que terá determinado a tendência inversa a partir de finais da década de noventa? Nos últimos anos, que determinantes permitiram à região da Galiza manter e acelerar a sua trajectória de convergência? Porque é que não se verificou a mesma tendência na região Norte?

Tentar identificar e apontar os factores, motivos e razões que permitem compreender estes factos constitui a nossa pretensão para esta secção do trabalho. Com efeito, é muito difícil medir adequadamente a convergência real entre regiões. Não obstante, como podemos



resolver um problema se não somos capazes de quantificar a sua magnitude e estudar a sua evolução? Portanto, em qualquer análise de convergência, o primeiro passo deve ser quantificar o problema e mostrar qual foi a sua evolução nos últimos anos identificando a evolução de todas as variáveis relevantes no processo de convergência regional. Nesse sentido, pretendemos analisar e comparar, em termos estatísticos, o desempenho destas duas regiões no contexto nacional e europeu.

### **Porquê o Norte e a Galiza?**

Apesar de estas regiões estarem divididos por fronteiras políticas, determinando diferentes nacionalidades aos seus habitantes, estas são regiões vizinhas com características geográficas, históricas, culturais e linguísticas muito semelhantes. Adicionalmente, constituem duas regiões atrasadas e periféricas no contexto da EU15 apresentando problemas e dificuldades no que se refere à competitividade, desenvolvimento e convergência com os níveis europeus. A escolha deste caso concreto de integração, deve-se ao facto de que as características destes dois territórios deveriam fomentar e aprofundar o processo de integração pelo que deveríamos esperar um forte efeito sinérgico em que o conjunto não constitui uma simples soma das suas partes.

Não obstante os respectivos países terem aderido à UE no mesmo ano e de ambas constituírem regiões do objectivo 1, no âmbito da PRC, as duas regiões apresentam uma dinâmica endógena própria determinando, ao longo das últimas décadas, diferentes níveis de desempenho e desenvolvimento. Assim, a análise que nos propomos realizar resume-se a um objectivo simples que é descrever, de forma resumida, a evolução social, laboral e económica das duas regiões e tentar compreender as suas trajectórias de desenvolvimento, assim como os seus factores de convergência/divergência. Este será portanto o ponto de partida para avaliar a relevância do processo integrador sobre o tecido económico e social de ambas as regiões mostrando, em particular, os efeitos da PRC.

Desta forma, este capítulo organiza-se como se descreve em seguida. Nas secções 1,2 e 3 do capítulo, apresentamos um conjunto de dados estatísticos através dos quais pretendemos estabelecer o posicionamento e evolução das duas regiões, tanto no contexto da EU15 como no contexto nacional. Nomeadamente, através da evolução das características económicas, demográficas e do mercado de trabalho, procuramos aferir se, nas últimas décadas, as duas

regiões conseguiram reduzir a distância que as separava não só dos níveis médios europeus como também dos níveis médios nacionais. Sempre que a disponibilidade e comparabilidade de dados estatísticos o permitir efectuaremos a análise desde o ano de adesão, 1986. Caso contrário procuraremos efectuar a análise para o período de tempo mais alargado possível. Adicionalmente, e no sentido de compreender o nível de desenvolvimento actual de cada uma das regiões, bem como a sua importância económica dentro do país, na secção 4, recorreremos à análise da produtividade, de indicadores de localização e ao método “*shift-share*”. Na secção número 5, com o intuito de aferirmos e compreendermos a evolução ocorrida no interior da Euro-região, procedemos à análise dos principais indicadores económico-sociais para as regiões NUTIII que compõem a Euro-região Galiza-Norte de Portugal. Por último apresentamos as conclusões mais pertinentes.

## **1. Demografia e território.**

Estas duas regiões inserem-se na faixa atlântica da UE constituindo, em conjunto, uma área periférica da UE com importantes semelhanças no âmbito sociocultural e baixos níveis de desenvolvimento mas também acentuadas diferenças, sobretudo nos perfis demográficos e produtivos.

As duas regiões incluem quatro províncias Galegas e cinco distritos de Portugal<sup>1</sup> ocupando quase 51 mil Km<sup>2</sup> com mais de 6,4 milhões de habitantes o que corresponde a 1,6% da área da UE15 e a cerca de 1,7% da sua população. Em termos da euro-região, a Galiza excede o Norte, em superfície, (58% contra 42%) mas em termos de população a região Norte de Portugal tem mais habitantes (57% contra 43% na Galiza). Em termos nacionais a região Norte tem 35,3% da população portuguesa e a Galiza apenas 6,1% da população de Espanha. Ambas as regiões apresentam graves assimetrias intra-regionais a favor das áreas costeiras e litorais, mostrando-se estas áreas mais dinâmicas em termos de emprego e produção, enquanto as áreas interiores mostram uma tendência à desertificação. Tanto no caso da Galiza como na região Norte, são as zonas interiores<sup>2</sup> onde mais predominam as actividades agrícolas de pequena dimensão, pouco competitivas e, muitas delas, de cariz familiar. O

---

<sup>1</sup> A Coruña, Lugo, Ourense, Pontevedra, constituem as províncias galegas. Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, constituem os 5 distritos que fazem parte da região Norte de Portugal.

<sup>2</sup> No caso da Galiza temos as províncias de Lugo e Ourense e no caso do Norte as zonas interiores de Trás-os-montes e Alto Douro.

abandono deste tipo de actividades agrícolas de subsistência, em muitos casos promovido pela própria UE, não é substituída por outras actividades económicas. Em consequência, estas zonas, sobretudo as do interior de ambas as regiões têm vindo a verificar uma crescente desertificação populacional e económica.

No que respeita às tendências demográficas, as duas regiões divergem entre si no período 1991-2001, observando-se, nos anos mais recentes, uma alteração da tendência do período anterior e evidenciando, nos últimos anos, uma dinâmica de crescimento muito semelhante (tabela 1). A Galiza, ao contrário do que aconteceu a nível nacional, apresentou, entre os últimos censos populacionais, um crescimento negativo de 1,3% enquanto, a nível nacional, verificou-se um crescimento de 5,1%. Entre 2001 e 2007 volta a verificar-se um crescimento positivo embora bastante inferior à média nacional. Além disso, pode constatar-se o envelhecimento da população, mais acentuado na região Galega do que a nível nacional. Comparando a Galiza quer com a média europeia quer com a média nacional, temos uma proporção da população com mais de 65 anos superior na Galiza e uma camada jovem (menos de 15 anos) inferior (ver tabela 2 e gráfico 2).

**Tabela 1. Evolução da população**

	Portugal	Norte	Espanha	Galiza	Euro-região
População em 1991 (em milhares)	9 867,1	3 472,7	38 872,3	2 731,7	6 204,4
População em 2001	10 356,1	3 687,3	40 847,4	2 695,9	6 383,2
Varição relativa entre 1991-2001	5%	6,2%	5,1%	-1,3%	2,9%
População em 2007	10 599,1	3 744,3	44 474,7	2 723,9	6 468,2
Varição relativa entre 2001-2007	2,3%	1,5%	8,9%	1%	1,3%

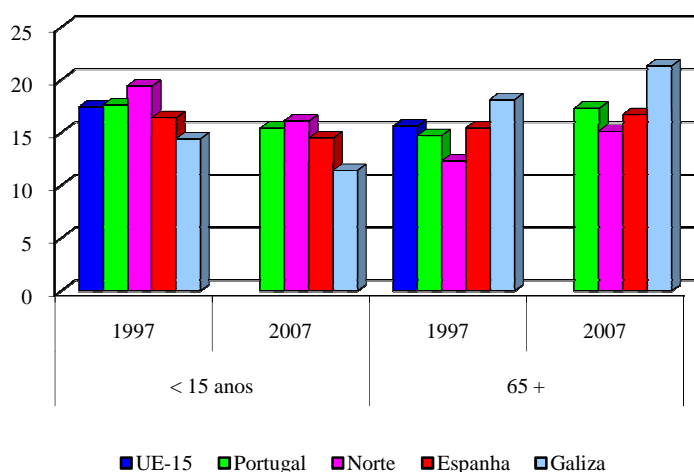
Fonte: INE e IGE (2005) para dados entre 1991 e 2001. Os dados de 2007 foram obtidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Fevereiro de 2009).

**Tabela 2. Estrutura etária da população (em % do total)**

	< 15 anos			15-65			65 +		
	1997	2000	2007	1997	2000	2007	1997	2000	2007
<b>UE-15</b>	17,4	16,8	n.d.	67	66,9	n.d.	15,6	16,3	n.d.
<b>Portugal</b>	17,6	16	15,4	67,7	67,6	67,3	14,7	16,4	17,3
<b>Norte</b>	19,4	17,5	16,1	68,3	68,5	68,8	12,3	14	15,1
<b>Espanha</b>	16,4	14,9	14,5	68,2	68,4	68,8	15,4	16,8	16,7
<b>Galiza</b>	14,4	12,3	11,4	67,5	68	67,3	18,1	19,7	21,3

Fonte: Para o ano de 2007, cálculos efectuados com base nas informações recolhidas *on-line* nos sítios: <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Fevereiro de 2009). CE (2004), CE (2001) e CE (1999).

**Gráfico 2. Estrutura etária da população (em %)**



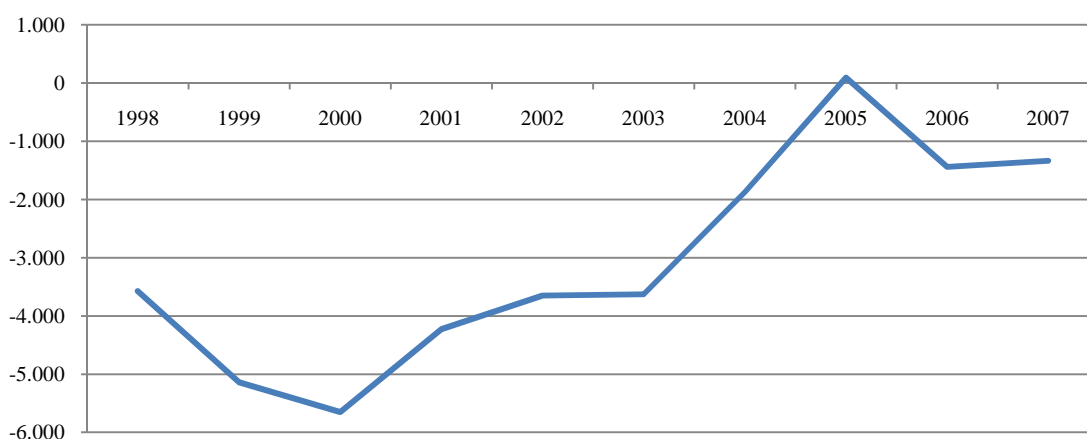
Fonte: Para o ano de 2007, cálculos efectuados com base nas informações recolhidas *on-line* no sítio: <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Fevereiro de 2009). CE (2004), CE (2001) e CE (1999).

Adicionalmente, no período em causa e em quase todos os anos, a Galiza tem verificado uma “saída líquida” de população para as outras comunidades autónomas, isto é, tem perdido população uma vez que os saldos migratórios com o resto da Espanha são fortemente desfavoráveis, sobretudo a partir de meados da década de noventa (ver gráfico 3). São os saldos migratórios positivos (imigração superior à emigração) com o estrangeiro que têm permitido à Galiza manter níveis de imigração superiores à emigração o que, por sua vez, poderá ter favorecido o crescimento da população no período 2001-2007<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> A principal alteração do século XXI na dinâmica populacional do conjunto de Espanha é o fenómeno da imigração, no qual a Galiza também tem participado, ainda que não ao mesmo ritmo de Espanha. Partindo em 1998 com um peso da população estrangeira similar, dez anos depois a divergência na magnitude e aceleração do fluxo de imigrantes é muito elevada. Como consequência, em 2008 o peso da população imigrante em Espanha quase quadruplica o peso em Galiza.

A região Norte, apesar de verificar um crescimento populacional positivo, nos últimos anos a tendência é para um crescimento abaixo da média nacional. Situação inversa à verificada no período 1991-2001. Nesse decénio, a região Norte verificou um crescimento da população de 6,2% o que foi superior à média nacional de 5% (ver tabela 1). Contudo, no período 2001-2007, apesar do crescimento ter sido positivo, de 1,5%, foi inferior à média nacional (2,3%). Com efeito, para além da redução da natalidade, a região Norte é, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), aquela que tem verificado níveis mais elevados de emigração<sup>4</sup>.

**Gráfico 3. Saldo migratório da Galiza com outras Comunidades Autónomas**



Fonte: Elaboração própria a partir da informação recolhida on-line no sítio: <http://www.ige.eu> (acedido em Fevereiro de 2009).

No que respeita à pirâmide da população da região Norte, esta revela uma população relativamente jovem, sendo uma das regiões europeias menos envelhecidas e, em Portugal, apenas as regiões autónomas da Madeira e Açores têm uma população mais jovem. Além disso, a camada de população com mais de 65 anos é inferior à média nacional. No entanto, analisando as tabelas 2 e 3, a região Norte verifica um crescente envelhecimento da população e acima da média nacional. Observando a tabela 3, constata-se que a população jovem verifica um decréscimo (de 16,8%, entre 1991-2001, e 7% no período entre 2001-2007) e a população com mais de 65 anos um acréscimo (de 29,7%, entre 1991-2001, e 10% no período entre 2001-2007).

<sup>4</sup> Refere-se apenas à emigração para o exterior.

No caso da região Galega e de Espanha o mais relevante a salientar parece ser a procura por inverter o problema do envelhecimento, razão pela qual o Governo espanhol tem vindo a adoptar medidas nesse sentido. Enquanto em Portugal e na região Norte, nos dois períodos apontados, foi registada uma redução da população com menos de 15 anos, em Espanha e na Galiza, na década de noventa, verificou-se uma forte queda nesta camada da população mas, nos primeiros sete anos do século XXI, a tendência alterou-se (ver tabela 3). No entanto, o crescimento na região Galega fica muito abaixo da média nacional, o que denota que continuará a ser uma das regiões mais envelhecidas de Espanha e da Europa.

**Tabela 3. Evolução da população (por grupo etário: variação percentual entre 1991-2001 e 2001-2007)**

	Portugal		Norte		Espanha		Galiza		Euro-região	
	91-01	01-07	91-01	01-07	91-01	01-07	91-01	01-07	91-01	01-07
0-15	-17,0	-0,72	-16,8	-7	-22,3	16	-35,9	3,3	-24,3	-3,5
65+	26,1	9,2	29,7	10,7	29,6	11,5	27,3	8,1	28,4	9,4

Fonte: INE e IGE (2005). Para o período 2001-2007, cálculos elaborados a partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Fevereiro de 2009).

Em conclusão, no que se refere ao território e demografia das duas regiões e respectiva posição na UE podemos apontar os seguintes aspectos:

NORTE	GALIZA
- Região que ocupa cerca de 0,67% da área englobando cerca de 1% da população da UE15.	- Ocupa cerca de 0,93% da área da UE15 mas representa apenas 0,7% da sua população.
- Apresenta uma boa dinâmica demográfica sendo uma das regiões periféricas da UE15 menos envelhecidas com uma forte camada de população jovem.	- A demografia constitui um dos principais obstáculos galegos, uma vez que a população está a envelhecer fortemente.
- Em termos nacionais, a região Norte, ocupa 23,2% do território de Portugal. É uma das regiões mais populosas do país com cerca de 35,3% da população residente (em 2007) e	- A área da Galiza corresponde a 6% do território espanhol e a sua população a 6,1% (em 2007). É uma das regiões mais envelhecidas.
	- Tem registado emigração líquida com as

com a população mais jovem do continente com 36,4% dos jovens.	outras Comunidades Autónomas.
- É uma das regiões que tem verificado maiores níveis de emigração.	

## 2. Recursos humanos

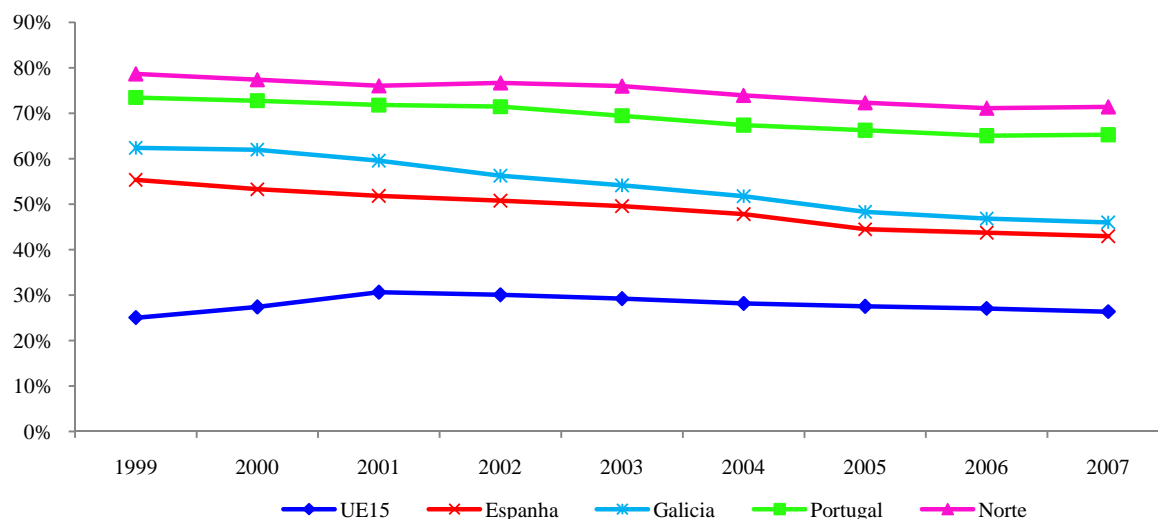
A qualificação dos recursos humanos constitui um dos factores chave na análise da competitividade de uma região. Como vimos anteriormente, tanto a região Norte como a Galiza mostram uma tendência ao envelhecimento da população o que, a longo prazo, pode afectar negativamente o crescimento, uma vez que o empreendedorismo, a capacidade de inovação e a vitalidade dessa população tende a decrescer. Uma forma de contrariar isso passará pelo aumento da produtividade individual, bem como a acumulação de outros factores produtivos como o capital físico e a tecnologia (Dehesa, 2000 p. 20). O aumento da produtividade dos trabalhadores passa pela melhoria da formação e educação dos recursos humanos<sup>5</sup>, o que facilita a (re)entrada no mercado de trabalho e possibilita melhores condições de trabalho e rendimentos mais elevados. Assim o considera a CE (2007) que refere que o aumento da qualidade do capital humano explica mais de metade dos ganhos de produtividade da última década.

A região Norte de Portugal, apesar de ser uma das regiões periféricas da UE15 mais populosas e apesar da sua relativa juventude, apresenta como grande desvantagem a qualificação dos seus recursos humanos. Embora o número de anos de escolaridade obrigatória tenha aumentado (para nove), o que poderá significar, no futuro, um mais alto nível de educação e da idade média com que a população jovem entra no mercado laboral,

<sup>5</sup>Por exemplo, Blondal e al. (2002), De la Fuente (2003), Engelbrecht (1997) verificam que níveis mais elevados de educação favorecem o crescimento da produtividade. Contudo, a importância do capital humano não se restringe aos aumentos da produtividade do trabalho. O investimento em capital humano tem sido apontado como uma das estratégias fundamentais de política económica na medida em que é determinante para promover a prosperidade económica, o emprego e a coesão social. Para uma análise mais detalhada dos efeitos do capital humano ver, por exemplo, Bassanini e Scarpetta (2001), Benhabib e Spiegel (1994, 2003), Lucas (1988), Nelson e Phelps (1966), OECD (1998), Romer (1986, 1990), Teixeira (1999), entre outros.

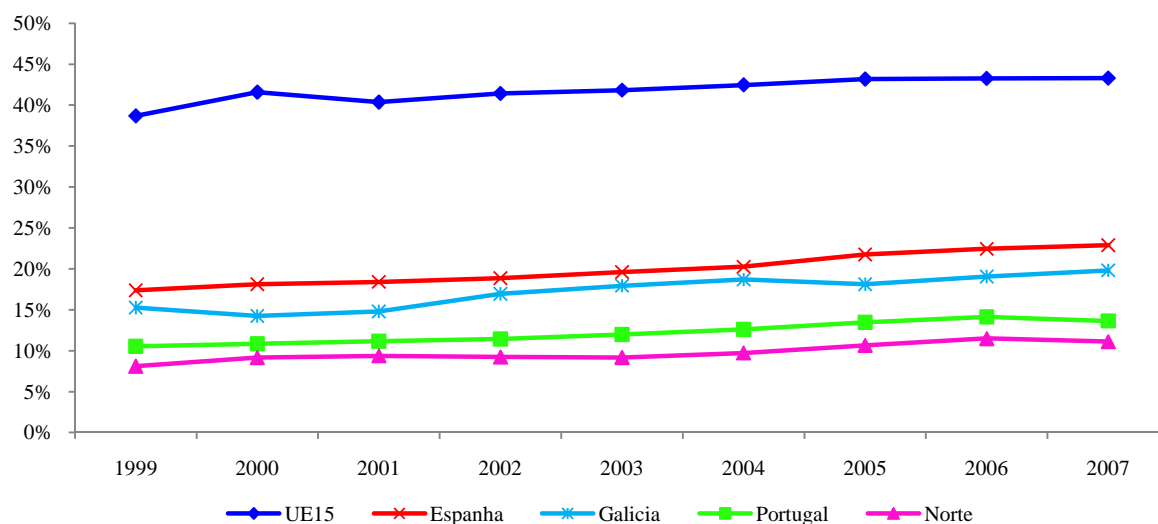
observando os gráficos 4, 5 e 6 verificamos que o nível de escolaridade de Portugal (e das suas regiões) é dos piores da Europa dos 15.<sup>6</sup>

**Gráfico 4. População activa, entre 25-64, com o nível 0-2 da classificação internacional ISCED (em % da população activa com mais de 25 anos).**



Fonte: Elaboração própria a partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Fevereiro de 2009).

**Gráfico 5. População activa, entre 25-64, com o nível 3-4 da classificação internacional ISCED (em % da população activa com mais de 25 anos).**

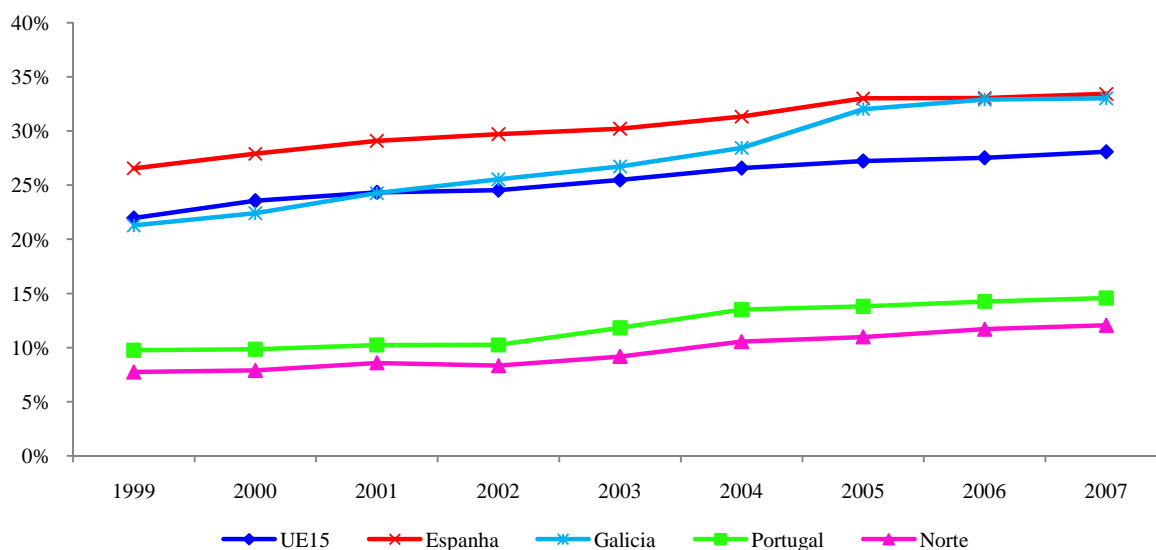


Fonte: Elaboração própria a partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Fevereiro de 2009).

<sup>6</sup>A análise baseia-se na International Standard Classification of Education (ISCED97) – corresponde à classificação Internacional Normalizada da Educação, comumente denominada ISCED, e trata-se de um instrumento de referência da UNESCO que permite a harmonização e comparabilidade das estatísticas educativas. Distingue sete níveis educativos: ISCED 0-ensino pré-escolar; ISCED 1- ensino básico (1º e 2º ciclo); ISCED 2 - ensino básico (3º ciclo); ISCED 3 - ensino secundário; ISCED4 - ensino pós-secundário; ISCED5 - ensino superior (bacharelato e licenciatura); ISCED 6 - ensino superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento)



**Gráfico 6. População activa, entre 25-64, com o nível 5-6 da classificação internacional ISCED (em % da população activa com mais de 25 anos).**



Fonte: Elaboração própria a partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.eu.int> (em Fevereiro de 2009).

Constata-se que a região Norte acompanha a evolução nacional verificada nos últimos anos mas, tanto os níveis de educação média como superior situam-se bastante abaixo da média nacional.

No que se refere à Galiza, esta região verificou uma importante evolução no que respeita ao nível de instrução da população activa sendo de salientar a evolução ao nível da educação superior. Além de ter anulado o diferencial relativamente à média nacional (que, em 1999, era de 5,3 pontos percentuais) situa-se também acima da média da UE15. Em 2007 a média europeia era de 28% e na Galiza 33%.

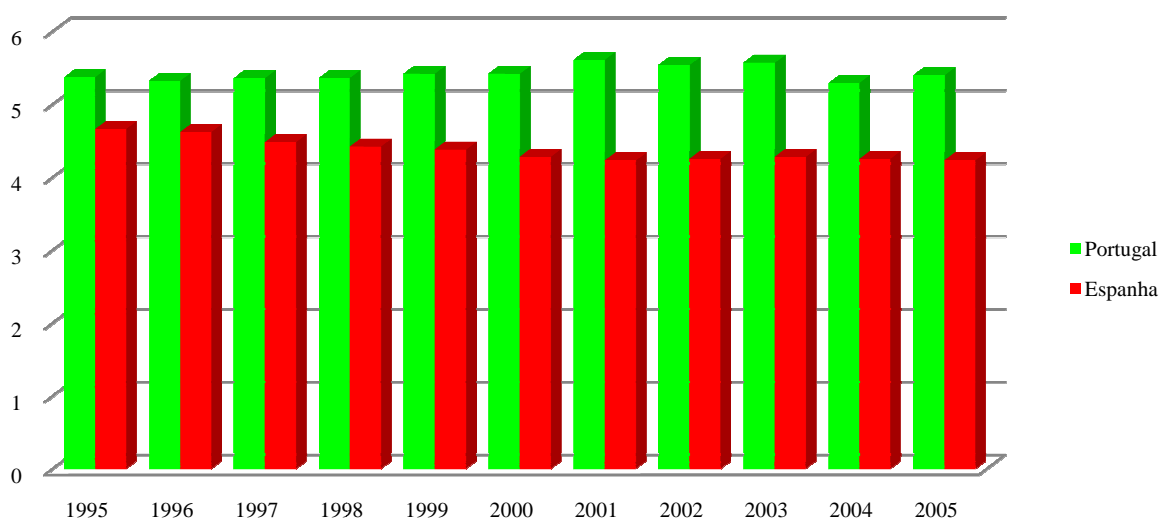
Comparando a região Norte e a Galiza, as diferenças em termos de educação superior são também muito significativas entre as duas regiões. Em 2007, na região Norte, apenas 12% da população activa, entre 25-64 anos, tem educação superior (de acordo com a classificação internacional ISCED 1997), sendo que na Galiza esse rácio atinge 33% sendo, inclusivamente, muito superior à média portuguesa (15%).

Porque será que se verificam diferenças tão significativas entre as duas regiões? Será que é um problema de eficiência e elevados índices de abandono escolar? Será que as políticas de ensino e formação profissional estão desajustadas às necessidades estruturais? Será que se

trata de um problema relacionado com a falta de investimento na educação em Portugal, e em particular na região Norte?

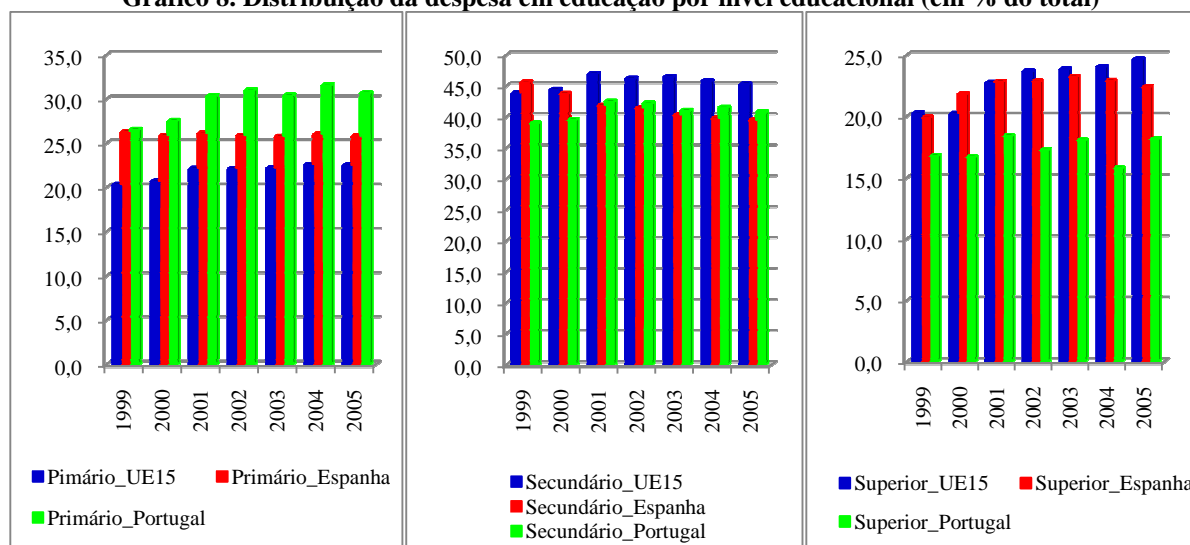
Embora não estejam disponíveis os dados desagregados por região, de acordo com os últimos dados disponíveis do Eurostat (2009), Portugal tem um investimento público (em % do PIB) acima da média espanhola (gráfico 7). Contudo, se analisarmos a distribuição da despesa pelos três principais níveis educacionais (gráfico 8), é possível constatar que, tendo a despesa no ensino secundário sensivelmente o mesmo peso nos dois países, as diferenças encontram-se sobretudo no facto de que, em Portugal, a educação primária tem maior peso nas despesas do que em Espanha e, em Espanha, o ensino superior tem muito maior peso nas despesas totais de educação do que em Portugal. Adicionalmente, e tendo em conta o elevado peso da despesa no ensino primário (muito superior à média europeia e espanhola), o problema do abandono escolar precoce em Portugal, que é muito superior ao de Espanha e ao da média europeia (gráfico 9), pode ser um indicador de problemas no sistema educativo. Nesse sentido, a questão poderá não estar relacionado com a falta de investimento mas com o sistema de ensino e a sua própria eficiência. Com efeito, também o INE (2007, p.52) constata este problema referindo que apesar de Portugal ter feito um esforço em matéria de despesas em educação, quando se confronta este esforço com a evolução dos indicadores de escolarização, os resultados indiciam problemas de eficiência no sistema educativo.

**Gráfico 7. Despesa pública em educação (em % do PIB)**



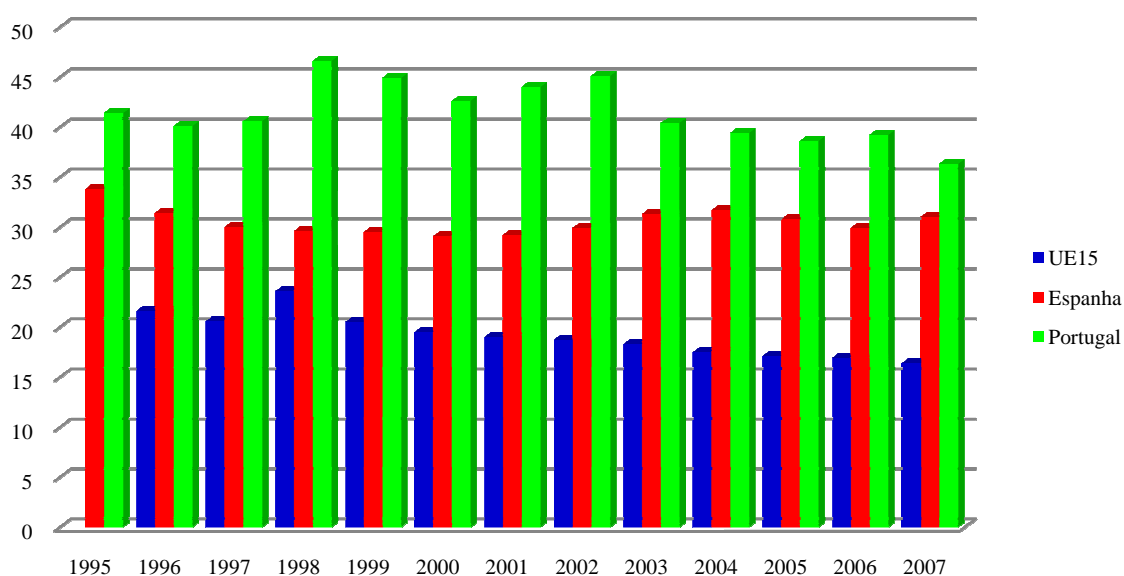
Fonte: Eurostat. Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

**Gráfico 8. Distribuição da despesa em educação por nível educacional (em % do total)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 9. Abandono escolar precoce<sup>7</sup>**



Fonte: Eurostat. Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

Embora sejam de referir algumas dinâmicas positivas verificadas nos últimos anos, tais como o aumento do número de anos de escolaridade e, sobretudo, o aumento da oferta de formação e aumento das taxas de escolarização da população jovem, o que é facto é que a região Norte continua a destacar-se por baixos valores nos indicadores de escolarização. Outros problemas

<sup>7</sup> Este índice mostra a percentagem da população entre 18-24 anos com um nível de educação que atinge no máximo o nível ISCED3 e que não receberam qualquer outra formação ou educação nas quatro semanas que antecederam o inquérito.

na região Norte, que acabam por influenciar os baixos índices de formação e educação são, para além da centralização e insuficiente qualidade de oferta formativa, “a baixa procura social, empresarial, individual, e de qualificações” determinada pelo modelo produtivo que domina na região (baseado nos sectores tradicionais, de baixo valor acrescentado e intensivos em mão de obra barata). De facto, embora apenas 15% da população (entre 25-64 anos) possua formação superior ou universitária (em 2007), as oportunidades de emprego nas áreas científicas e tecnológicas oferecidas na região Norte, e que exigem recursos humanos mais qualificados, têm sido insuficientes para absorver esses recursos humanos que acabam, na maior parte dos casos, a emigrar para outras regiões do país ou até para estrangeiro. De facto, e como refere a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) (2006, p. 32)

*“...a região Norte parece estar a aproveitar menos bem o investimento realizado em matéria de qualificação da população indiciando uma menor capacidade da procura para absorver de forma produtiva a força de trabalho mais jovem e escolarizada.”*

Como é sabido, a par do desenvolvimento e investimento em capital humano, o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) constitui um factor chave para uma economia que se pretende baseada no conhecimento e inovação, tal como preconiza a “Estratégia de Lisboa”. Também a este nível, as regiões apresentam grandes desvantagens em relação à média europeia. Apesar da evolução positiva verificada no período 95-07, a região Norte apresenta níveis muito reduzidos em matéria de despesa e níveis de emprego no sector de P&D.

**Tabela 4. Despesa no sector de P&D em % do PIB (total dos sectores).**

	1995	2000	2005	2007
<b>UE15</b>	1,85	1,91	1,9	1,91
<b>Portugal</b>	0,54	0,76	0,81	1,18
<b>Norte</b>	0,37	0,24	0,69	n.d.
<b>Espanha</b>	0,79	0,91	1,12	1,27
<b>Galiza</b>	0,47	0,64	0,87	n.d.

Fonte: Eurostat: Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.eu.int> em Fevereiro de 2009.  
n.d.- não disponível

**Tabela 5. Emprego no sector de P&D (em % do emprego total)**

	1995	2000	2005	2006
<b>UE15</b>	1,46	1,54	1,59	1,62
<b>Portugal</b>	0,54	0,76	0,87	n.d.
<b>Norte</b>	n.d.	0,51	0,63	n.d.
<b>Espanha</b>	1,18	n.d.	1,49	1,57
<b>Galiza</b>	n.d.	n.d.	1,41	1,46

Fonte: Eurostat: Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.eu.int> em Fevereiro de 2009.  
n.d.- não disponível

Tal como a região Norte, também a Galiza apresenta níveis de despesa em P&D (em % do PIB) inferiores à média nacional e europeia. De acordo com os últimos dados disponíveis, no que respeita ao emprego no sector (em % do emprego total), os níveis na Galiza estão muito próximos da média nacional, observando um nível muito mais favorável (1,41) que o do Norte (0,63). Isto denota um esforço significativo nesta matéria e poderá indicar um sistema produtivo regional tecnologicamente mais avançado que o da região Norte.

### **3. Evolução do mercado de trabalho**

Para além de todas as desvantagens já apontadas, e em virtude da globalização e liberalização do comércio mundial e crescente concorrência de outros mercados para os sectores tradicionais da região Norte, do alargamento da UE15 para UE27 e a crescente concorrência daí resultante, a região Norte tem verificado, nos últimos anos, uma evolução desfavorável e divergente sobretudo no que respeita ao emprego e desemprego (não só em relação à média nacional como também em comparação com a Galiza e média da UE15). Nos anos mais recentes, a evolução da taxa de desemprego tem sido tão desfavorável que passou a situar-se acima da média nacional. As principais causas devem-se à concorrência exercida pelos produtos dos países emergentes como a China e a Índia e alguns países do Magreb, principalmente sobre os sectores tradicionais, os quais predominam na região Norte.

Observando a tabela 6 e o gráfico 10, a região Norte, que em 1987 tinha uma das mais baixas taxas de desemprego do país (e da UE15), tem verificado, nos anos mais recentes, uma tendência crescente do desemprego. De facto, em Portugal, a região Norte é uma das que tem verificado um maior crescimento do desemprego em virtude, como já referimos, da concorrência mundial exercida sobre os sectores tradicionais que predominam na região Norte. A situação tem-se agravado de tal forma que, além de se verificarem significativos fluxos migratórios da região Norte para a Galiza (sobretudo para o sector da construção) nos últimos anos a região Norte, que desde a adesão à UE, sempre registou taxas de desemprego muito inferiores à da Galiza, actualmente verifica uma taxa de desemprego superior.

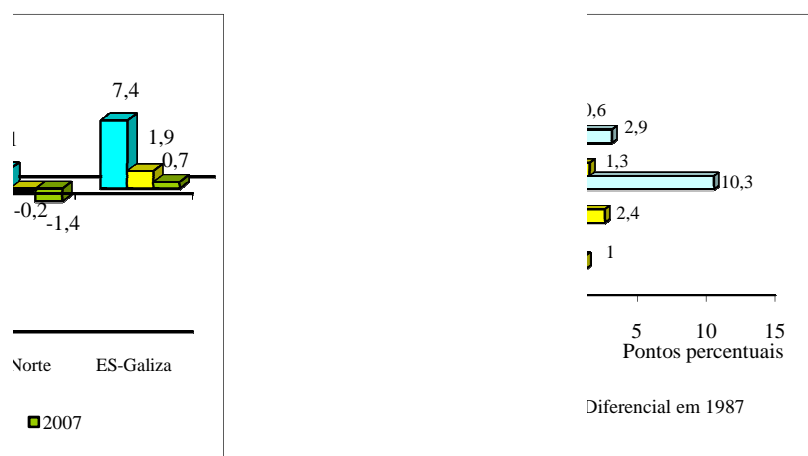
**Tabela 6. Evolução da taxa de desemprego.**

	1987	1997	2007
<b>UE-15*</b>	10,5	10,7	7
<b>Portugal</b>	7	6,7	8
<b>Norte</b>	4,9	6,9	9,4
<b>Espanha</b>	20,8	21,1	8,3
<b>Galiza</b>	13,4	19,2	7,6

\* Em 1987 UE-12

Fonte: CE (2004), CE (2001), CE (1999) e Eurostat: Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

**Gráfico 10. Diferenciais de desemprego (diferencial em pontos percentuais)**



Fonte: CE (2004), CE (2001), CE (1999) e Eurostat: Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

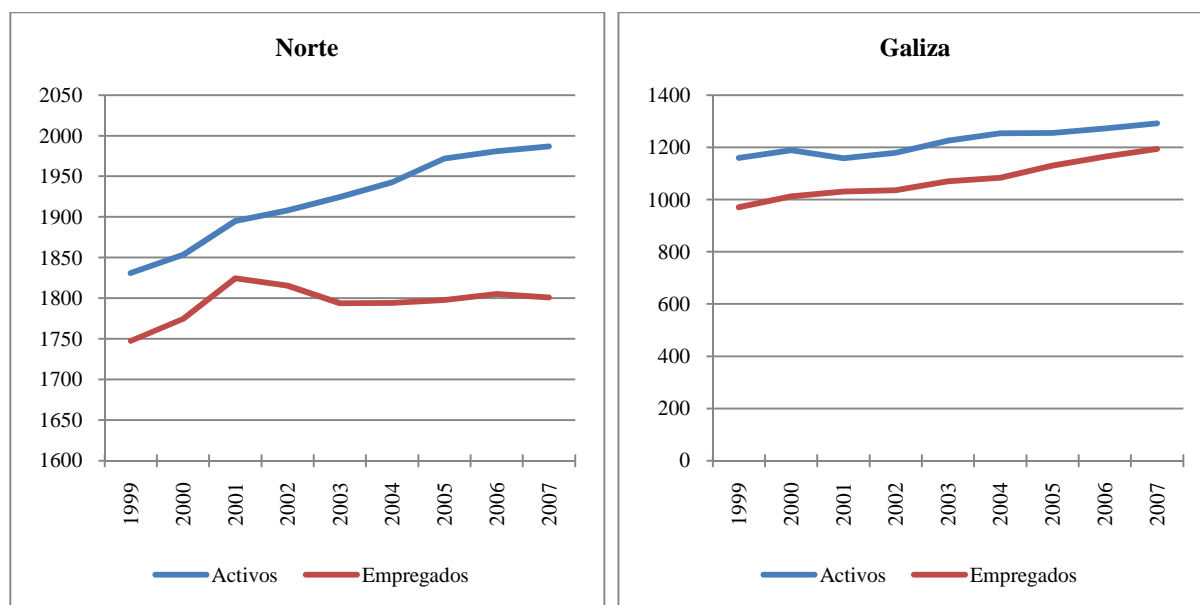
A região da Galiza, que na década de noventa e no início do século XXI detinha taxa de desemprego superior à média europeia, nos anos mais recentes, tem vindo a reduzir esse diferencial que a separava da média europeia, que foi de 2,9 pontos percentuais em 1987, 8,5 em 1997 e 0,6 em 2007.

Que factores justificam esta evolução nas duas regiões? Será que as alterações sectoriais e outros factores estruturais ajudam a explicar estas trajectórias divergentes entre as duas regiões?

Observando o gráfico 11, e no que se refere à Galiza, a relação/diferença entre activos e empregados mantém-se estável desde 1999 não se observando aumentos extraordinários do número de activos em relação aos empregados. Pelo contrário, observa-se uma ligeira quebra nos anos mais recentes. O mesmo não se verifica na região Norte. A evolução dos

empregados acompanha a dos activos até 2001 ano a partir do qual passam a apresentar uma tendência divergente. Isto é, desde 2001, o número de activos mostra tendência crescente enquanto o número de empregados mostra uma tendência decrescente, uma das razões que poderá ajudar a justificar o crescente desemprego na região.

**Gráfico 11. Evolução do número de empregados e activos (em milhares)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat: Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

Um dos aspectos mais relevantes da tabela 7 é a grande variação da taxa de desemprego feminino na região da Galiza. No período de 1986-1999 cresceu 10,9 pontos percentuais mas no período 1999-2007 caiu acentuadamente de 12,9 pontos percentuais, reflectindo a evolução positiva da economia galega nos últimos anos. Por sua vez, a taxa de desemprego masculina mostra uma tendência descendente desde 1986 (em 1986 situava-se em 14,9% e em 2007 em 5,7%). Este facto parece indicar que são as mulheres as mais afectadas pelo desemprego na região da Galiza. De facto, em 1986, o desemprego feminino era inferior ao masculino e, em 2007, era 1,75 vezes superior (ver gráfico 12).

Comparando a Galiza e a região Norte, é de notar que, quer no que se refere ao desemprego masculino quer no que se refere ao desemprego feminino, tanto na década de 80 como 90 e ainda nos primeiros anos do século XXI, o desemprego foi mais elevado na região da Galiza.

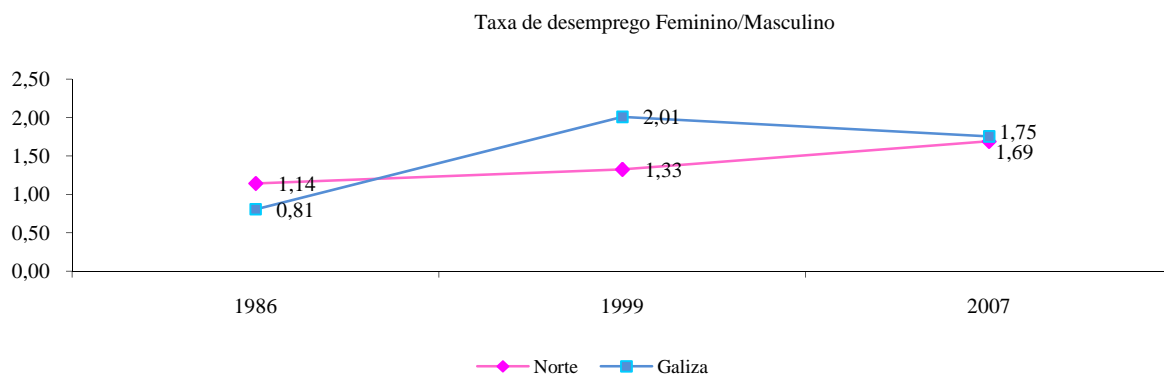
Contudo, actualmente essa situação inverteu-se. No que respeita à taxa de desemprego masculina, em 2007, era já mais elevada em 1,4 ponto percentual e, no que se refere ao diferencial de desemprego feminino (que chegou a ser 17,6 pontos percentuais superior na Galiza, em 1999), em 2007 era já de 2 pontos percentuais inferior (ver tabela 7).

**Tabela 7. Taxa de desemprego por sexo.**

	1986	1999	2007
<b>Homens</b>			
Norte	6,3	4	7,1
Galiza	14,9	11,4	5,7
<b>Diferencial Norte-Galiza</b>	<b>-8,6</b>	<b>-7,4</b>	<b>1,4</b>
<b>Mulheres</b>			
Norte	7,2	5,3	12
Galiza	12	22,9	10
<b>Diferencial Norte-Galiza</b>	<b>-4,8</b>	<b>-17,6</b>	<b>2</b>

Fonte: Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro 2009. Para o ano de 1986, Fernández e Polo (2001)

**Gráfico 12. Relação entre taxa desemprego feminino e masculino**



Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente, a taxa de actividade masculina na Galiza, no período 1986-2007, caiu 4,5 pontos percentuais mas a taxa de actividade feminina aumentou 7,1 pontos, embora esse aumento tenha sido muito menos significativo que o verificado a nível nacional (21,3 pontos) (ver tabelas 8 e 9).



**Tabela 8. Taxa de actividade total (homens)**

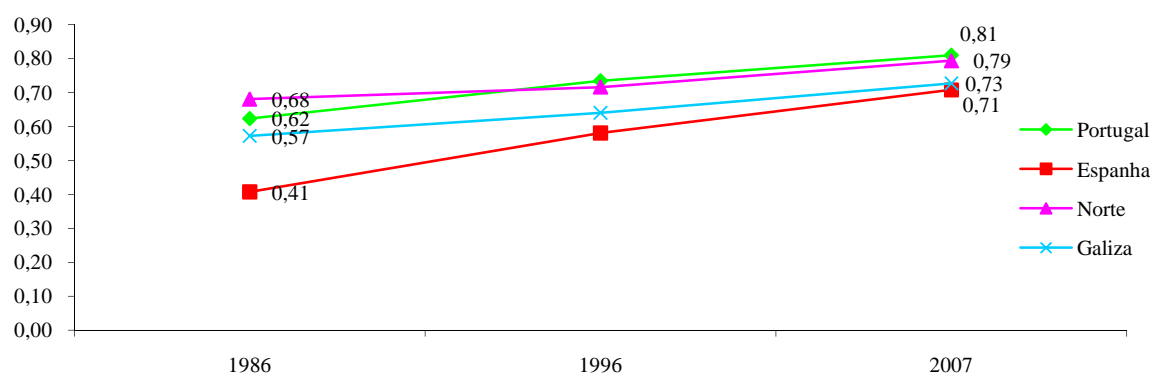
	1986	1996	2007
Portugal	72,2	67,1	69,5
Espanha	66,6	64,2	68,4
Norte	73,8	67,6	70,7
Galiza	67,1	61,7	62,6
Diferencial Portugal-Espanha	<b>5,6</b>	<b>2,9</b>	<b>1,1</b>
Diferencial Norte-Galiza	<b>6,7</b>	<b>5,9</b>	<b>8,1</b>
Diferencial Portugal-Norte	<b>-1,6</b>	<b>-0,5</b>	<b>-1,2</b>
Diferencial Espanha-Galiza	<b>-0,5</b>	<b>2,5</b>	<b>5,8</b>

Fonte: Para o ano de 1986 e 1996, Fernández e Polo (2001). Para o ano 2007, elaboração própria partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

**Tabela 9. Taxa de actividade total (mulheres)**

	1986	1996	2007
Portugal	45	49,3	56,3
Espanha	27,1	37,3	48,4
Norte	50,2	48,4	56,1
Galiza	38,4	39,5	45,5
Diferencial Portugal-Espanha	<b>17,9</b>	<b>12</b>	<b>7,9</b>
Diferencial Norte-Galiza	<b>11,8</b>	<b>8,9</b>	<b>10,6</b>
Diferencial Portugal-Norte	<b>-5,2</b>	<b>0,9</b>	<b>0,2</b>
Diferencial Espanha-Galiza	<b>-11,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>2,9</b>

Fonte: Para o ano de 1986 e 1996, Fernández e Polo (2001). Para o ano 2007, elaboração própria partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009

**Gráfico 13. Taxa de actividade das mulheres/homens**

Fonte: Elaboração própria.

Com efeito, um dos aspectos singulares da região Galega era a elevada taxa de actividade feminina em comparação com a média nacional. No entanto, esse diferencial positivo, que em 1986 estava nos 11,3 pontos percentuais acima da média nacional, foi-se reduzindo ao longo

do tempo estando, em 2007, 2,9 pontos percentuais abaixo. No caso masculino, a região da Galiza também detinha uma vantagem (embora escassa de 0,5 décimas) passou a ter uma desvantagem de 5,8 pontos.

Estes factos denotam o envelhecimento da população que, como já referimos anteriormente, é mais acentuado na região da Galiza.

**Tabela 10. Taxa de actividade (total)**

	<b>1986</b>	<b>1996</b>	<b>2007</b>
Portugal	57,8	57,7	62,6
Espanha	46	50,3	58,2
Norte	61,4	57,4	63,1
Galiza	51,7	50,1	53,7
Diferencial Portugal-Espanha	<b>11,8</b>	<b>7,4</b>	<b>4,4</b>
Diferencial Norte-Galiza	<b>9,7</b>	<b>7,3</b>	<b>9,4</b>
Diferencial Portugal-Norte	<b>-3,6</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,5</b>
Diferencial Espanha-Galiza	<b>-5,7</b>	<b>0,2</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Para o ano de 1986 e 1996, Fernández e Polo (2001). Para o ano 2007, informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2007.

E se compararmos as duas regiões? Será que surgem diferenças significativas entre a Galiza e a região Norte?

Tal como na Galiza, a taxa de actividade global na região Norte, em 1986, era superior à média nacional mas essa diferença foi-se reduzindo ao longo do tempo. Comparando a Galiza e a região Norte, esta mantém um diferencial positivo e considerável no que respeita à taxa de actividade total. No que se refere à taxa de actividade das mulheres nas duas regiões, a região Norte continua a manter uma vantagem considerável de 10,6 pontos percentuais. Adicionalmente a tendência verificada na região da Galiza é similar à da região Norte, isto é, o diferencial a favor da região em comparação com a média nacional foi-se reduzindo, passando a média nacional a ser superior à da região Norte.

Em resumo, podemos referir que:

Norte	Galiza
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A região Norte, em termos de níveis de desemprego divergiu com a média nacional e com a média europeia. Em 1987 detinha níveis de desemprego inferiores à média nacional e, em 2007, passou a ter uma taxa de desemprego superior.</li> <li>- Em comparação com a média europeia, o nível de desemprego que, em 1987, era 5,6 pontos percentuais inferior à média, passou a ser superior em 2,4 pontos em 2007.</li> <li>- No que respeita à taxa de actividade, os diferenciais a favor da região Norte, comparativamente à média nacional, reduziram-se tanto no caso da taxa de actividade global como feminina e masculina.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tanto o desemprego masculino como o feminino registaram uma queda neste últimos vinte anos embora muito mais acentuada no caso masculino.</li> <li>- Em termos de taxa de desemprego global, desde 1987 que verifica uma tendência descendente mas não tão significativa como a média nacional. Tendo reduzido também o diferencial relativamente à média da UE15.</li> <li>- Um dos aspectos singulares do mercado laboral galego era a elevada taxa de actividade feminina em comparação com a média espanhola. Desde 1986 essa diferença foi-se reduzindo até trocar de sinal em 2007, em virtude do crescimento da taxa de actividade das mulheres em Espanha (21,3 pontos percentuais) face à da Galiza (7,1 pontos). Entre 1986 e 2007, a Galiza verificou uma descida na taxa de actividade dos homens superior ao contrário do verificado a nível nacional, que aumentou 1,8 pontos percentuais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Galiza reduziu o diferencial de desemprego que apresentava em relação à região Norte sobretudo porque nesta última verificou-se um grande crescimento do desemprego nos anos mais recentes.</li> <li>- A Galiza continua a verificar, em comparação com a região Norte, desvantagens ao nível das taxas de actividade (quer total, feminina e masculina).</li> </ul>	

Verificamos assim que, em termos de desemprego e taxas de actividade, os mercados de trabalho da região Norte e da Galiza são diferentes. Será que a estrutura sectorial e as alterações sectoriais no emprego ajudam a explicar as diferenças?

**Tabela 11. Evolução da taxa de emprego**

	1988	1997	2007
<b>UE-15</b>	61	60,9	54
<b>Portugal</b>	67,2	67,5	57,6
<b>Norte</b>	70,1	66,7	57,2
<b>Espanha</b>	41,3	39,4	53,4
<b>Galiza</b>	56,8	49,9	49,6

Notas: Em 1988 UE12.

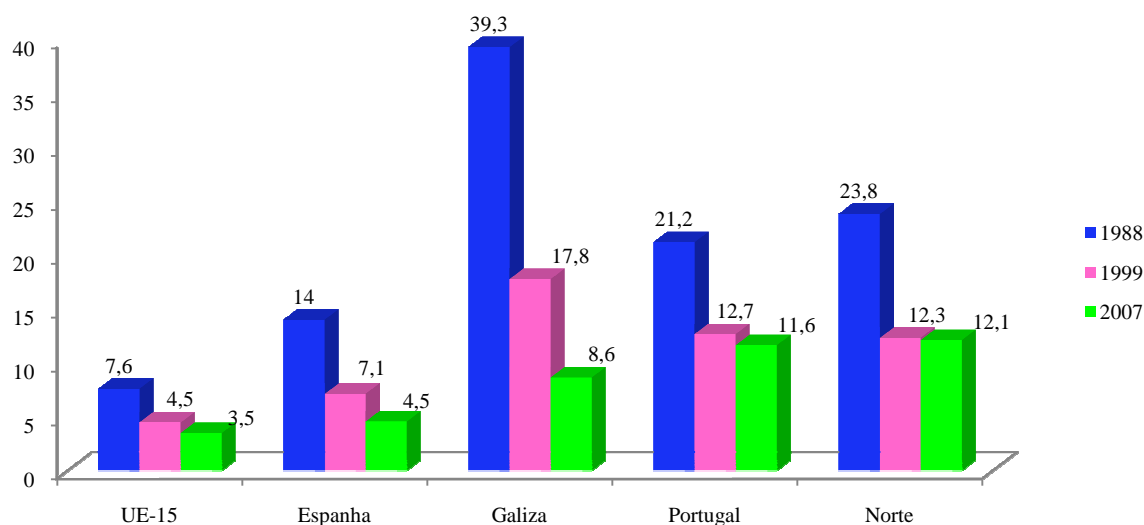
Fonte: CE (2001), CE (1999) e, para 2007, informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2007.

Ao nível da taxa de emprego no período que decorreu de 1988 a 1997, Portugal e a região Norte tinham uma taxa de emprego superior à média europeia, ao contrário da Galiza e Espanha. No entanto, nos anos mais recentes, é de salientar a evolução negativa verificada tanto para Portugal como para a região Norte. No contexto nacional, a região Norte, que detinha um diferencial positivo, passou a verificar um diferencial negativo. Assim, ao nível do emprego, também se verifica, tal como vimos ao nível do desemprego, uma divergência relativamente à média do país, uma vez que, e tal como refere a CCDRN (2006, p.32)

*(...) “a evolução do emprego na região manifesta, desde a última retoma, uma maior dificuldade de recuperação em fases de expansão do crescimento e, também, uma maior velocidade de destruição de emprego nas fases de recessão. Estas dinâmicas estão na origem de um forte crescimento recente da taxa de desemprego na região que é já claramente superior à média nacional”.*

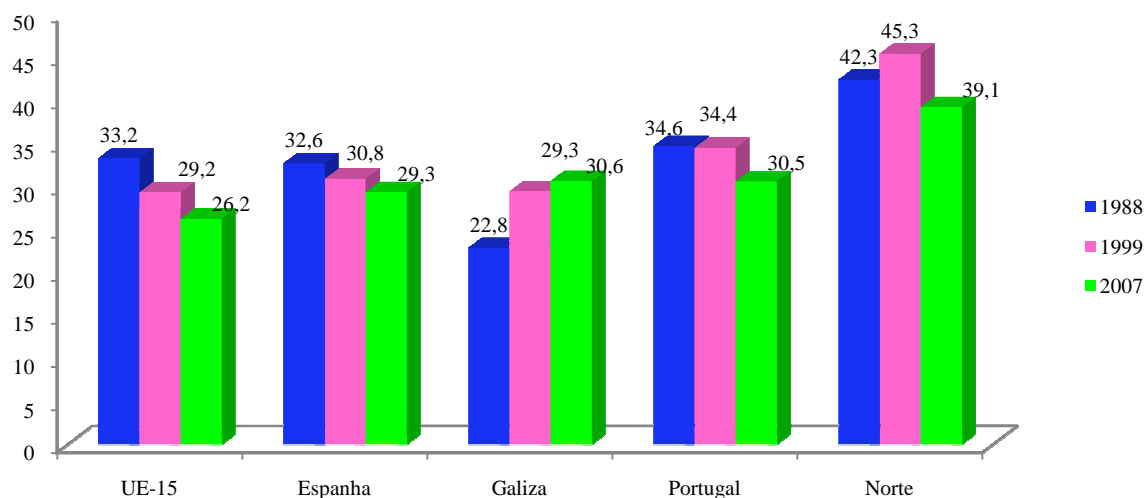
No que respeita à distribuição sectorial do emprego, os gráficos 14, 15 e 16 mostram a evolução do emprego por sectores em 1988, 1999 e 2007.

**Gráfico 14. Emprego no sector primário**



Fonte: CE (1999) e para 1999 e 2007, elaboração própria partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009. Notas: Em 1988 UE12.

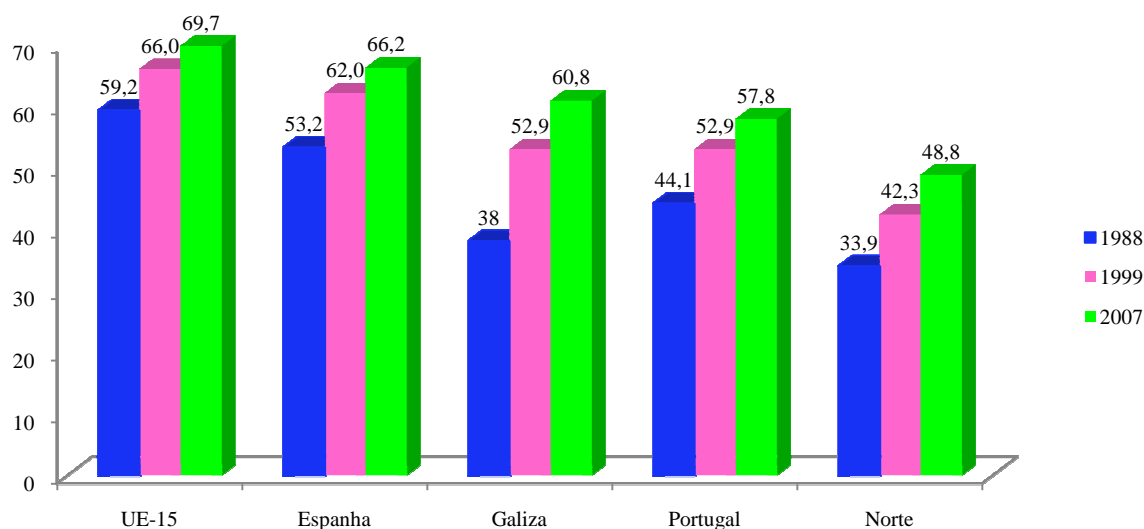
**Gráfico 15. Emprego no sector secundário**



Notas: Em 1988 UE12.

Fonte: CE (1999) e para 1999 e 2007, elaboração própria partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

**Gráfico 16. Emprego no sector terciário**



Notas: Em 1988 UE12.

Fonte: CE (1999) e para 1999 e 2007, elaboração própria partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

Em 1988, quer a região Norte quer a Galiza detinham níveis de emprego no sector primário bastante superiores às médias nacionais e europeia e, no sector terciário níveis significativamente inferiores. Uma vez que esta última característica se mantém, qualquer

uma destas regiões está longe de alcançar o nível de terciarização e principalmente a média das outras regiões europeias.

De facto, esta é uma característica específica da região Norte e da Galiza. Por um lado, a importância do sector primário na Galiza que, apesar de ter perdido mais de 2/3 do emprego desde 1988, mantém níveis de emprego neste sector superiores à média nacional e europeia. Uma importante parcela deste emprego situa-se no sector das pescas tornando a Galiza uma das regiões mais competitivas a nível mundial nesta actividade. Outro aspecto a salientar é o forte crescimento do emprego no sector secundário. Em 1988 situava-se abaixo da média nacional e em 2007 já ultrapassava essa média.

Por seu lado, a região Norte que em 1988 era uma das mais industrializadas de toda a Europa e uma das que mais emprego concentrava no sector secundário, verificou uma forte quebra do emprego neste sector. De facto, o sector industrial do Norte, nos anos mais recentes, tem sofrido uma forte crise com o encerramento de muitas indústrias sobretudo do sector têxtil vestuário e calçado mas também com a retracção no sector da construção. Uma grande parte desse emprego parece ter sido absorvido pelo sector terciário o qual verificou um crescimento considerável.

**Tabela 12. Evolução do emprego (em milhares)**

	Total		Agricultura		Indústria		Serviços	
	Galiza	Norte	Galiza	Norte	Galiza	Norte	Galiza	Norte
1986-91	0,9	96,8	-136	-89	46,1	78,6	92,2	106,7
1991-95	-88,4	-167,2	-37,1	-140,8	-30,6	-88,9	-20,7	64,9
1995-99	13,2	161,2	-93,4	39,2	42,5	155,7	64,1	-33,7
1986-99	-74,3	90,8	-266,5	-190,6	58	145,4	135,6	137,9
<b>Varição 1986-99</b>	<b>-7,4%</b>	<b>5,5%</b>	<b>-60,5%</b>	<b>-46,3%</b>	<b>27,1%</b>	<b>21,5%</b>	<b>38,5%</b>	<b>24,2%</b>
<b>Varição nacional</b>	<b>27,1%</b>	<b>14,3%</b>	<b>-41,8%</b>	<b>-32,8%</b>	<b>22,4%</b>	<b>10,1%</b>	<b>52,9%</b>	<b>33,9%</b>
1999-07	222,3	53,4	-69,4	2,8	79,6	-87,5	212,1	138,9
<b>Varição 1999-07</b>	<b>22,9%</b>	<b>3,1%</b>	<b>-40,2%</b>	<b>1,3%</b>	<b>27,9%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>41,3%</b>	<b>18,8%</b>
<b>Varição nacional</b>	<b>38,6%</b>	<b>5,3%</b>	<b>-11,7%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>31,5%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>47,9%</b>	<b>15,1%</b>

Fonte: Para o ano de 1986 e 1999, Fernández e Polo (2001). Para o período 1999- 2006, elaboração própria partir da informação recolhida on-line no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

A tabela 12 evidencia diferentes sub-períodos da evolução do emprego. Observamos que ambas as regiões conseguem criar emprego líquido nas fases expansivas acontecendo o inverso nas fases recessivas e de forma mais acentuada na região Norte. Adicionalmente,

torna-se relevante comparar o período 1986-99 com o período 1999-07 uma vez que surgem mudanças significativas que parecem evidenciar o bom desempenho da economia espanhola relativamente à portuguesa e o da Galiza relativamente ao da região Norte.

No período 1986-99, as variações que ocorrem nas duas regiões, em comparação com a média nacional, foram semelhantes nomeadamente as grandes perdas de emprego no sector agrícola superiores à média nacional, o crescimento abaixo da média no sector dos serviços e um crescimento acima da média no sector industrial. Contudo, no período 1999-07, embora o padrão das variações se mantenha no caso da Galiza, o mesmo não acontece no caso da região Norte. Desde logo, ao contrário do que se verificou nos outros sub-períodos, o emprego líquido gerado foi bastante inferior ao da Galiza. Para além disso, verifica-se uma perda significativa do emprego no sector industrial e um aumento do emprego agrícola. Com efeito, e como refere o INE (2007), o aumento do emprego agrícola após 2000 sugere que o sector agro-florestal seja um refúgio de emprego em período recessivo. Portugal, no período 1999-07 perdeu 6,6% do emprego industrial enquanto a região Norte perdeu 11% (valor acima da média) o que realça o peso deste sector para a região e, mais uma vez, realça as dificuldades e fragilidades deste sector em se adaptar às novas determinantes da concorrência mundial. A queda do emprego deste sector foi compensada pelo crescimento do emprego no sector dos serviços e no sector primário. Contudo, a variação do emprego na região Norte ficou aquém da verificada a nível nacional, indicando não convergência.

No que se refere à Galiza é de notar o desempenho da região Galega ao nível de emprego que, no período 1986-99 verificou uma queda de 7,4%, divergindo em relação à média nacional, mas que inverte essa tendência no período 1999-2007 embora o crescimento do emprego se situe abaixo do verificado a nível nacional pelo que, mesmo assim, não está a conseguir reduzir as diferenças existentes.

#### **4. Estrutura económica e competitividade.**

Já pudemos constatar que a região Norte e a região da Galiza, apesar de interesses e elementos sócio-culturais e históricos comuns, apresentam também características diferenciadoras no contexto demográfico, qualificação dos seus recursos humanos e mercado de trabalho. Ao

longo desta secção iremos também verificar que as diferenças estendem-se às suas estruturas produtivas e dinâmicas de evolução e crescimento.

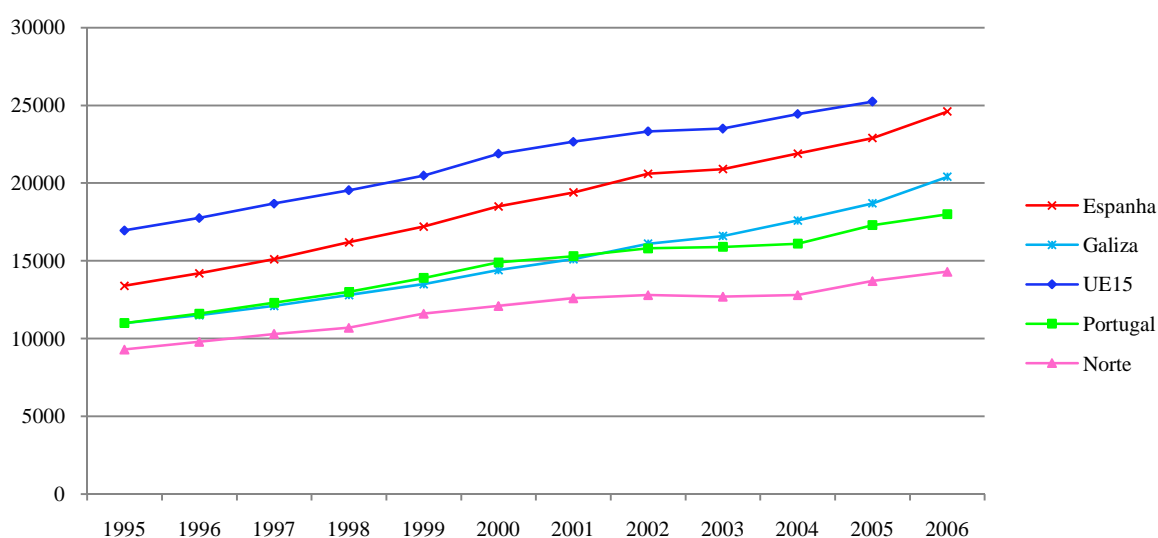
Com uma estrutura produtiva fortemente exportadora mas baseada nos sectores tradicionais, intensivos em mão de obra, baixos índices de produtividade e uma competitividade ainda muito dependente dos baixos custos salariais, a região Norte que, desde a adesão até finais da década de noventa verificou níveis de crescimento e convergência acentuados, tem registado, nos anos mais recentes, uma estagnação no crescimento da riqueza. Este facto tem afectado, de forma considerável, os tradicionais baixos níveis de desemprego da região, bem como determinou uma dinâmica de afastamento dos níveis médios da UE15 (ver gráfico 1 e tabelas 13 a 15).

Por sua vez, a região da Galiza que, tal como a região Norte, apresenta uma estrutura produtiva pouco terciarizada, em termos de níveis de emprego, e em comparação com a média nacional e europeia, tem verificado um processo de crescimento sustentado permitindo-lhe uma progressiva aproximação aos níveis médios da UE15. Apesar de ter uma estrutura produtiva historicamente ligada ao sector primário, destacando-se o sector das pescas, no qual é líder a nível europeu, após a adesão à UE a região da Galiza conseguiu desenvolver o seu sector industrial através de áreas de negócio que incorporam níveis tecnológicos mais avançados do que aqueles que caracterizam o sector industrial da região Norte, destacando-se a indústria automóvel (localização de unidades produtivas do grupo Citroën-Peugeot) a indústria da moda (grupo Inditex) e o sector do turismo.

Se observarmos o gráfico 17, verifica-se que as áreas geográficas, em 2006, detinham um nível de riqueza superior ao de 1995. No entanto, será que podemos dizer que houve uma redução das diferenças entre elas? Será que as regiões mais atrasadas cresceram a ritmos superiores às mais avançadas como preconiza a teoria clássica? As tabelas 13, 14 e 15 apresentam alguns dados importantes relativos a estas questões.



**Gráfico 17. Evolução do PIBpc (em PPC e a preços de mercado)**



Fonte: Elaboração própria a partir da Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Março de 2009.

**Tabela 13. Evolução do PIBpc em PPC (UE15 = 100)**

	1986	1996	Diferença 96-86	2006	Diferença 06-96
<b>Portugal</b>	55	71	16	68	-3
<b>Espanha</b>	70	80	10	93	13
<b>Norte</b>	51	62	11	54	-8
<b>Galiza</b>	55	63	8	77	14

Fonte: Elaboração própria a partir de: CE (2004), CE (2001) e CE (1999), e para os anos mais recentes, informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Abril de 2009.

**Tabela 14. Diferenciais do PIB *per capita* (em PPC)**

	1995	2006
PIBpc Portugal/PIBpc Espanha	0,82	0,73
PIBpc Galiza/PIBpc Espanha	0,82	0,83
PIBpc Norte/PIBpc Portugal	0,85	0,79
PIBpc Norte/PIBpc Galiza	0,85	0,70

Fonte: Elaboração própria a partir da Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Março de 2009.

Na primeira década de adesão, todas as regiões reduziram o diferencial em comparação com a média europeia e de forma mais acentuada no caso de Portugal e da região Norte. No entanto, na década seguinte, a situação inverteu-se para estas duas regiões. Apenas a Espanha e a região da Galiza<sup>8</sup>, entre 1996 e 2006, conseguiram reduzir o diferencial do PIBpc

<sup>8</sup> Como vimos anteriormente, nos últimos anos, a Galiza tem perdido população pelo que esta aproximação reflecte, em grande parte, uma convergência passiva, isto é, convergência devido à descida na população e não tanto um grande aumento da produção ou aumento da produção acima da média.

relativamente à UE15, ao contrário do que aconteceu com Portugal e o Norte. Em 1996, o PIBpc em Espanha e na Galiza era, respectivamente, 20% e 37% inferior à média da UE15 e em 2006 a diferença era de 7% e 23%, respectivamente. Analisando o diferencial entre a Galiza e a Espanha, verificamos que a região Galega, em termos de PIBpc, no período de 95-06 aproximou-se apenas de um ponto percentual em relação à média nacional.

No que se refere à região Norte e a Portugal, após um período de forte convergência com a UE15, entre 1986 e 1996 (ver tabela 13), nos anos mais recentes essa tendência inverteu-se. Desde o início do século XXI que Portugal tem verificado taxas de crescimento inferiores à média europeia e a região Norte inferiores à média nacional (ver tabela 15), o que se traduz num processo de distanciamento. No período de 96-06, a divergência com a média europeia foi muito acentuada razão pela qual a região Norte voltou a integrar o grupo das 10 regiões mais pobres da UE15. A tabela 14 também evidencia a perda de posição relativa quer em relação à Galiza quer em relação à média nacional sendo que, de todas as regiões de Portugal foi a única a verificar perda da sua posição relativamente à média nacional.

**Tabela 15. Taxa de crescimento real do PIB**

	1995-01 (média)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
UE15	2,5	1,9	1,2	1,2	2,3	1,8	2,9	2,7	0,7
Portugal	3,5	2	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,4	1,4	0,0
Norte	2,6	1,3	-0,2	-2,6	0,9	1	n.d.	n.d.	n.d.
Espanha	3,7	3,6	2,7	3,1	3,3	3,6	3,9	3,7	1,2
Galiza	2,8	2,5	2,1	2,6	3,5	3,2	4,1	n.d.	n.d.

Fonte: Eurostat, informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.eu.int> em Abril de 2009 e CE (2004) para média 1995-01

Que razões ajudam a explicar este fraco desempenho da riqueza no Norte de Portugal face à média nacional e níveis médios das regiões europeias?

Como refere Azevedo (2004 p.94)

*(...) “esta situação reflecte as dificuldades conjunturais por que passam as economias europeia e portuguesa e reflecte também dificuldades estruturais inerentes ao modelo produtivo dominante no Norte de Portugal (...)”*

Com efeito, embora a competitividade regional esteja relacionada com um vasto conjunto de factores, a estrutura da actividade económica e a produtividade de uma região constituem algumas das principais razões que explicam a sua competitividade. A adesão de novos

membros à UE, a abertura do comércio a países como a China, Índia e do Magreb determinaram uma concorrência acrescida à qual muitas empresas da região Norte não resistiram acabando por encerrar ou deslocar a produção para outros países mais “*atractivos*” como aconteceu com muitas filiais de multinacionais.

Outro indício de que as regiões da Galiza e do Norte não estão a convergir com as médias nacionais é a perda de importância do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e emprego regionais na economia nacional.

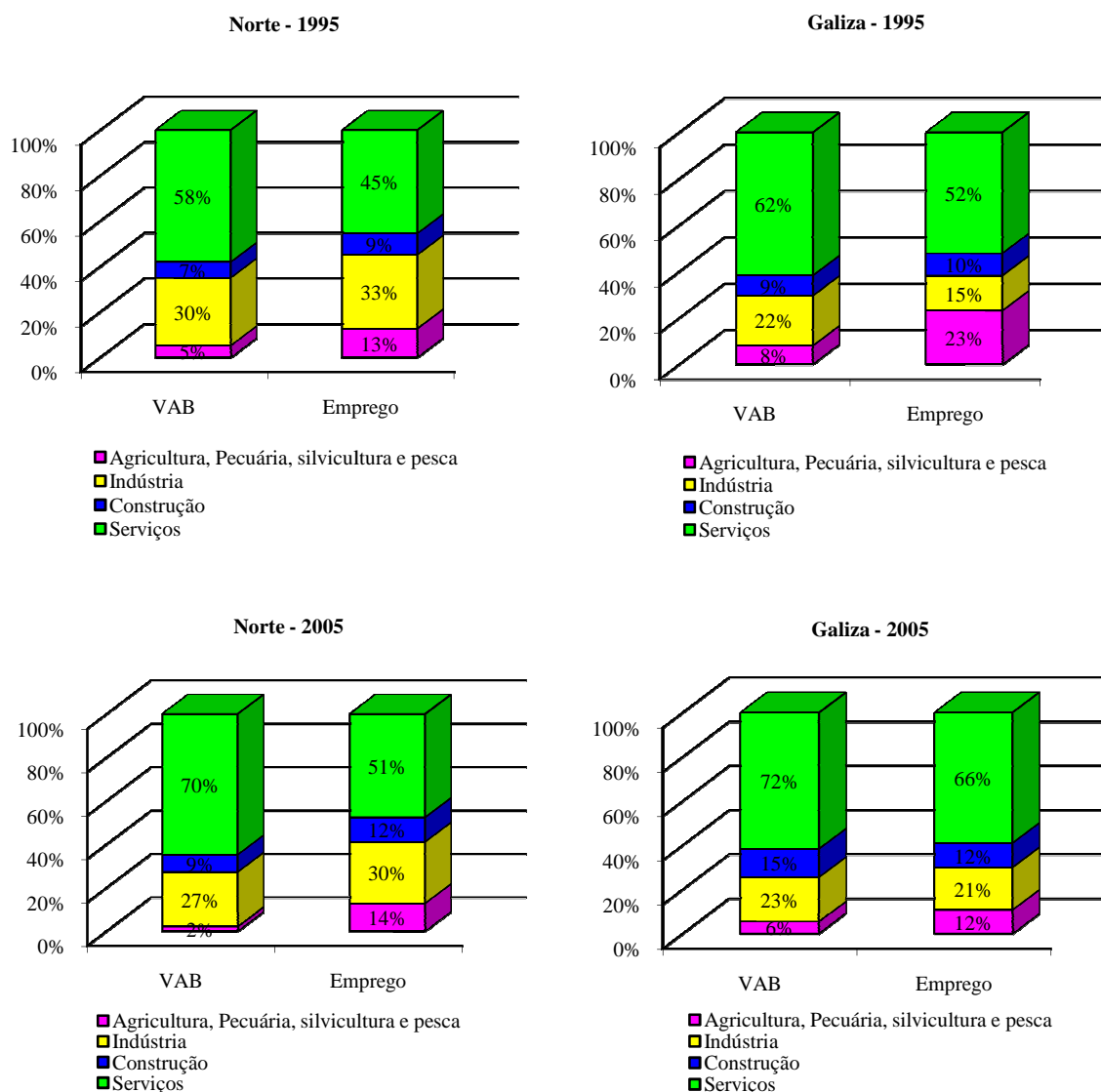
**Tabela 16. Peso de cada região na economia nacional**

		<b>1995</b>	<b>2006</b>
VAB	Norte/Portugal	29,8	28,0
	Galiza /Espanha	5,6	5,1
Emprego	Norte/Portugal	34,9	35,1
	Galiza/Espanha	7,3	6,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat : Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

Apesar da estrutura sectorial nas duas regiões ser comparável (ver gráfico 18), o peso económico de cada uma das regiões nas respectivas economias nacionais é muito diferente. Enquanto o Norte contribui com cerca de 28% do VAB e detém 35% do emprego nacional, a importância relativa da Galiza para Espanha é menos significativa com cerca de 5% do VAB e 6% do emprego. No período em causa ambas perderam importância em termos de VAB e a Galiza também em termos de emprego.

Gráfico 18. Importância de cada sector no VAB e emprego<sup>9</sup>



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no site <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

O que terá determinada esta trajetória semelhante nas duas regiões? Já anteriormente constatamos que, nos últimos anos, a região Norte tem verificado aumentos significativos do desemprego. Na região da Galiza, apesar de se verificar nos anos mais recentes um aumento do emprego, o dinamismo deste fica aquém do verificado a nível nacional. Assim, surge-nos outra questão: como se caracteriza a estrutura e capacidade produtiva de cada região? Isto é, como se pode descrever o modelo produtivo das duas regiões em análise? De que forma as

<sup>9</sup> Em 2009 estavam disponíveis os dados do VAB para 2006 mas não os dados do emprego por sector, razão pela qual se manteve a análise para o período 1995-2005.

dinâmicas de evolução nos últimos anos ajudam a compreender a posição relativa das regiões nas respectivas economias nacionais?

#### 4.1 Aplicação do Quociente de Localização e análise “shift –share”

No sentido de conhecermos a estrutura ou composição interna da economia de cada região face às respectivas economias nacionais apresentamos de seguida algumas medidas de análise económica regional. Mais concretamente, e com o objectivo de proceder a uma reflexão sobre a dinâmica da estrutura produtiva das regiões Norte e da Galiza, para o período 1995-2003<sup>10</sup>, recorreremos ao Quociente de Localização (QL) e ao “método das componentes de variação” (“*shift share analysis*”). Os indicadores foram calculados usando duas variáveis: o emprego por sector e o VAB por sector (a preços básicos). O padrão ou a área geográfica tomada como referência foi Portugal para a região Norte e Espanha para a região da Galiza. Os dados usados nos modelos provêm da base de dados do Eurostat (Regio database). Assim, vamos considerar as seguintes conotações:

- i – refere os diferentes sectores de actividade;
- R – denota o nível regional, isto é, região Norte e da Galiza;
- N – denota o nível nacional, isto é, Portugal e Espanha;
- X – refere-se à variável em análise, o emprego (E) e o VAB;
- 0 e 1- denotam o momento inicial (1995) e o momento final (2003), respectivamente.

O **Quociente de Localização** permite comparar o peso ou importância que uma variável (neste caso emprego e VAB) tem numa dada actividade (ou sector) numa dada região (R) com a respectiva importância no espaço padrão, neste caso o respectivo país (N). Por exemplo, ao

---

<sup>10</sup> Gostaríamos de ter realizado a análise para um período mais alargado. No entanto, na primeira elaboração desta análise, a base de dados (Regiodatabase) só disponibilizava dados para o período 1995-2003. Em Fevereiro de 2009 procuramos actualizar estes dados e o período de análise (nomeadamente o último ano disponível). Contudo, verificamos que a base de dados sofreu alterações. Actualmente, a base está mais alargada em termos regionais (NUT III) mas o nível de desagregação do VAB e emprego por sectores de actividade foi reduzido. Na altura da primeira elaboração desta análise (Junho de 2006) o nível de desagregação sectorial é aquele que está apresentado nas tabelas 20 a 23. Actualmente o nível de desagregação é muito mais reduzido. Passou de um nível de desagregação de 16 sectores de actividade para apenas de 6, isto é, A –B: Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; C-E: Indústrias extractivas, transformadoras, electricidade, gás e água; F: Construção; G\_H\_I: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico\_ Alojamento e restauração\_ Transportes, armazenagem e comunicações; J\_K: Actividades financeiras\_ Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e L – P: Administração pública, defesa e segurança social obrigatória\_ Educação\_ Saúde e acção social\_ Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais\_ Famílias com empregados domésticos. Por esta razão, e para não perdermos informação em termos de desagregação de sectores, mantivemos esta análise para o período 1995-2003.

calcular o QL usando o emprego, esse indicador permite comparar a distribuição da força de trabalho que existe na região (pelas diferentes actividades ou sectores) com aquela que se verifica ao nível do país. Adicionalmente, o QL é calculado para dois momentos diferentes (1995 e 2003) o que permite avaliar se a importância/peso da variável nesse sector aumentou ou diminuiu. Assim, o QL pode ser obtido por:

$$QL_{Ri} = \frac{\frac{X_{Ri}}{\sum_i X_{Ri}}}{\frac{X_{Ni}}{\sum_i X_{Ni}}}$$

Se  $QL = 1$ , significa que o peso da variável no sector  $i$  da região é igual ao peso dessa variável nesse sector a nível nacional. Se  $QL > 1$ , significa que a variável no sector  $i$  tem maior importância/peso na região do que a nível nacional pelo que pode interpretar-se como uma especialização da região relativamente ao país. Se  $QL < 1$ , a variável no sector  $i$  tem menor importância relativa na região do que no país.

A análise *shift share*, compara a variação verificada na economia regional face a uma economia de referência, normalmente a nacional, permitindo identificar as características particulares de cada região. Isto é, procura explicar o crescimento de uma região (verificado entre dois períodos de tempo) pela decomposição em três efeitos ou componentes: o crescimento nacional, o crescimento sectorial e o crescimento regional efectivo. O crescimento sectorial (também designado de componente/efeito estrutural) procura captar os efeitos do desempenho global sobre o desempenho de um sector, isto é, compara o crescimento da variável num sector com o crescimento da variável a nível nacional. O crescimento regional efectivo (componente regional ou vantagem competitiva), procura realçar as vantagens/desvantagens relativas da região, isto é, compara o desempenho de um sector na região com o desempenho desse sector a nível nacional.

Para melhor compreendermos estes efeitos analisemos, em primeiro, a sua forma de cálculo e interpretação. Usaremos a variável emprego mas o cálculo e interpretações para a variável VAB serão análogas.

1. **Varição real:**  $E_i(1) - E_i(0)$ . Indica-nos a variação real (observada) que ocorreu no emprego no período em causa.
2. **Taxa de crescimento nacional:**  $N(1)/N(0) - 1$ . Indica-nos o crescimento que ocorreu no emprego do país no período em causa.
3. **Varição esperada:**  $E_i(0) * [N(1)/N(0) - 1]$ . Expressa o crescimento que ocorreria no emprego de cada sector se todos crescessem à mesma taxa de crescimento nacional.
4. **“Total shift”:**  $[E_i(1) - E_i(0)] - [E_i(0) * [N(1)/N(0) - 1]]$ . Indica-nos o distanciamento relativamente ao “comportamento” médio da variável. Isto é, reflecte a diferença entre o crescimento observado para cada sector e o hipotético crescimento se no sector este tivesse ocorrido à taxa de crescimento nacional.

5. **Componente/efeito estrutural (“proportional shift”)**

5.1 **Taxa:**  $N_i(1)/N_i(0) - N(1)/N(0)$ .

5.2 **Varição:**  $E_i(0) * [N_i(1)/N_i(0) - N(1)/N(0)]$ . Expressa o número de empregos ganhos ou perdidos no sector i (dessa região) no período em causa, como resultado da diferença entre o crescimento nacional do sector e o crescimento total nacional.

6. **Componente/efeito diferencial ou vantagem competitiva (“diferencial shift”)**

6.1 **Taxa:**  $E_i(1)/E_i(0) - N_i(1)/N_i(0)$ .

6.2 **Varição:**  $E_i(0) * [E_i(1)/E_i(0) - N_i(1)/N_i(0)]$ . Expressa o número de empregos ganhos ou perdidos no sector i (dessa região) no período em causa, como resultado da diferença entre o crescimento regional do sector e o crescimento nacional do sector.

## 4.1.1 Norte vs Portugal

Tabela 17. Quociente de localização e análise shift-share pelo emprego ( $10^3$ ) – Norte vs Portugal

Norte vs Portugal	Quociente localização (Emprego)		1- Variação observada	Componente crescimento nacional			Efeito Estrutural		Vantagem competitiva		
	1995	2003		Ei(1)- Ei(0)	2 - Taxa crescimento nacional N(1)/N(0) -1	3 - Variação esperada [Ei(0)*N(1)/N(0)-1]	4- "Total Shift" [Ei(1)-Ei(0)] - [Ei(0)*N(1)/N(0)-1]	5.1 - Taxa Ni(1)/Ni(0) -N(1)/N(0)	5.2 - Variação Ei(0)*[Ni(1)/Ni(0)- N(1)/N(0)]	6.1 - Taxa Ei(1)/Ei(0)- Ni(1)/Ni(0)	6.2 - Variação Ei(0)*[Ei(1)/Ei(0)- Ni(1)/Ni(0)]
<b>A -B Agricultura, produção animal, caça e silvicultura</b>	<b>1,04</b>	<b>1,03</b>	<b>-26,4</b>		<b>23,34</b>	<b>-49,74</b>	<b>-0,21</b>	<b>-41,85</b>	<b>-0,04</b>	<b>-7,89</b>	
A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1,06	1,05	-25,8		22,79	-48,59	-0,21	-39,89	-0,04	-8,70	
B - Pesca	0,58	0,69	-0,5		0,55	-1,05	-0,33	-1,55	0,11	0,50	
<b>C-F Indústria</b>	<b>1,34</b>	<b>1,35</b>	<b>24,1</b>		<b>76,83</b>	<b>-52,73</b>	<b>-0,05</b>	<b>-33,71</b>	<b>-0,03</b>	<b>-19,02</b>	
C - Indústrias extractivas	0,71	0,90	1		0,42	0,58	-0,07	-0,25	0,23	0,83	
D - Indústrias transformadoras	1,48	1,54	3,8		58,22	-54,42	-0,11	-56,26	0,00	1,84	
E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água	0,77	0,73	-0,8		1,01	-1,81	-0,13	-1,09	-0,08	-0,72	
F - Construção	1,08	1,04	20		17,20	2,80	0,11	15,91	-0,09	-13,11	
<b>G - P Serviços (excluindo organismos e instituições extraterritoriais)</b>	<b>0,80</b>	<b>0,82</b>	<b>124,4</b>		<b>83,34</b>	<b>41,06</b>	<b>0,07</b>	<b>52,43</b>	<b>-0,02</b>	<b>-11,37</b>	
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	0,98	0,95	21,8		26,97	-5,17	0,06	13,02	-0,08	-18,19	
H - Alojamento e restauração (restaurantes, hotéis e similares)	0,70	0,72	13,9		5,60	8,30	0,19	8,99	-0,01	-0,69	
I - Transportes, armazenagem e comunicações	0,71	0,73	1,3		4,37	-3,07	-0,07	-2,70	-0,01	-0,37	
J - Actividades financeiras	0,69	0,61	-6,9		3,31	-10,21	-0,23	-6,60	-0,13	-3,61	
K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	0,69	0,68	18		7,42	10,58	0,23	14,70	-0,07	-4,12	
L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	0,60	0,63	9		8,92	0,08	-0,02	-1,15	0,02	1,23	
M - Educação	0,90	0,99	23		9,87	13,13	0,08	6,91	0,07	6,22	
N - Saúde e acção social	0,82	0,91	25		7,57	17,43	0,18	11,29	0,10	6,13	
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	0,68	0,71	8,5		4,48	4,02	0,11	4,04	0,00	-0,02	
P - Famílias com empregados domésticos	0,95	1,00	10,8		4,81	5,99	0,13	5,50	0,01	0,48	
<b>Total</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>122,1</b>		<b>183,51</b>	<b>-61,41</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>-0,04</b>	<b>-61,41</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida on-line no site <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Junho de 2006).



**Tabela 18. Quociente de localização e análise shift-share pelo VAB (10<sup>3</sup> Euros) – Norte vs Portugal**

Norte vs Portugal	Quociente localização (Emprego)		1- Variação observada VABi(1)- VABi(0)	Componente crescimento nacional			Efeito Estrutural		Vantagem competitiva	
	1995	2003		2 – Taxa crescimento nacional N(1)/N(0) - 1	3 – Variação esperada [VABi(0)* N(1)/N(0)-1]	4- "Total Shift" [VABi(1)- VABi(0)] - [VABi(0)* N(1)/N(0)-1]	5.1 - Taxa Ni(1)/Ni(0) -N(1)/N(0)	5.2 – Variação VABi(0)*[ Ni(1)/Ni(0) -N(1)/N(0)]	6.1 - Taxa VABi(1)/V ABi(0)- Ni(1)/Ni(0)	6.2 - Variação VABi(0)*[VABi(1) ]/VABi(0)- Ni(1)/Ni(0)]
<b>A -B Agricultura, produção animal, caça e silvicultura</b>	<b>0,87</b>	<b>0,74</b>	<b>-195,2</b>	<b>0,56</b>	<b>672,26</b>	<b>-867,46</b>	<b>-0,45</b>	<b>-544,02</b>	<b>-0,27</b>	<b>-323,44</b>
A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0,89	0,76	-201,2		645,42	-846,62	-0,47	-536,85	-0,27	-309,77
B - Pesca	0,51	0,51	6		26,84	-20,84	-0,28	-13,37	-0,16	-7,47
<b>C-F Indústria</b>	<b>1,25</b>	<b>1,37</b>	<b>2658,9</b>		<b>4663,18</b>	<b>-2004,28</b>	<b>-0,19</b>	<b>-1617,41</b>	<b>-0,05</b>	<b>-386,87</b>
C - Indústrias extractivas	0,46	0,77	39,7		33,72	5,98	-0,43	-26,15	0,53	32,13
D - Indústrias transformadoras	1,35	1,51	1661,1		3274,59	-1613,49	-0,26	-1511,81	-0,02	-101,68
E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1,20	1,26	169,6		472,18	-302,58	-0,26	-222,99	-0,09	-79,60
F - Construção	1,05	1,11	788,5		882,69	-94,19	0,05	71,04	-0,10	-165,23
<b>G - P Serviços (excluindo organismos e instituições extraterritoriais)</b>	<b>0,82</b>	<b>0,89</b>	<b>7961,4</b>		<b>7364,93</b>	<b>596,47</b>	<b>0,12</b>	<b>1584,92</b>	<b>-0,08</b>	<b>-988,45</b>
<b>G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico</b>	<b>0,97</b>	<b>1,01</b>	<b>1122,9</b>		<b>1845,96</b>	<b>-723,06</b>	<b>-0,10</b>	<b>-338,21</b>	<b>-0,12</b>	<b>-384,85</b>
H - Alojamento e restauração (restaurantes, hotéis e similares)	0,51	0,56	333,2		250,97	82,23	0,23	105,38	-0,05	-23,14
I - Transportes, armazenagem e comunicações	0,70	0,69	402,8		620,26	-217,46	0,02	19,13	-0,21	-236,59
J - Actividades financeiras	0,77	0,62	152,3		659,12	-506,82	0,03	31,51	-0,46	-538,33
K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	0,81	0,91	1823,5		1522,97	300,53	0,12	330,16	-0,01	-29,63
L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	0,69	0,79	1057,8		747,76	310,04	0,20	267,98	0,03	42,06
M - Educação	1,00	1,19	1326,3		837,51	488,79	0,24	357,39	0,09	131,40
N - Saúde e acção social	0,92	1,10	1246,5		600,86	645,64	0,50	533,53	0,10	112,11
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	0,72	0,82	334		178,94	155,06	0,47	148,87	0,02	6,19
P - Famílias com empregados domésticos	1,05	1,20	165,1		100,04	65,06	0,34	60,80	0,02	4,26
<b>Total</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>9087,9</b>		<b>13448,14</b>	<b>-4360,24</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>-0,18</b>	<b>-4360,24</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Junho de 2006).

Observando os valores do QL, tanto em termos de emprego como em termos de VAB, verifica-se que o sector industrial tem uma maior importância relativa na região Norte do que a nível nacional. Dentro do sector industrial, ao nível do emprego, essa importância verifica-se para a indústria transformadora e construção e, em termos de VAB, estende-se também à produção e distribuição de electricidade, gás e água. Na verdade, já anteriormente referimos que a região Norte é a mais industrializada do país o que tem como reverso uma menor especialização no sector dos serviços em comparação com as outras regiões do país. Embora não tenhamos, para o período em causa, dados que permitam essa análise, é conhecido que a especialização da região Norte é mais forte nas actividades intensivas em mão-de-obra barata e de baixo valor acrescentado, contribuindo para os baixos níveis de produtividade (ver

tabelas 21 e 22). Adicionalmente, comparando 1995 com 2003, observa-se que a especialização nestas três indústrias está a aumentar (sobretudo em termos de VAB). Ainda ao nível do sector industrial é de referir a crescente importância da indústria extractiva na região que, apesar de verificar uma divergência estrutural está a beneficiar de um efeito regional positivo, ou seja, a região Norte está a reforçar a sua posição competitiva neste sector.

No que respeita ao sector dos serviços, os dados parecem indicar uma evolução positiva para os chamados “*non-market services*”, tendo a região reforçado a sua posição competitiva nos serviços de educação, saúde e acção social, sectores que também beneficiaram de um efeito estrutural positivo, isto é, acompanharam o crescimento médio da economia. Relativamente aos serviços comercializáveis (as actividades G a K), a região Norte está a “perder” posição competitiva comparativamente às outras regiões (tanto em termos de emprego como em termos de VAB) na medida em que o crescimento dessas actividades na região não acompanha o crescimento nacional dessas actividades.

Quanto ao sector primário, nos últimos anos, o sector na região Norte também perdeu posição competitiva em relação às outras regiões do país mas de forma mais acentuada em termos de VAB. De 1995 a 2003, o sector primário na região Norte, em comparação com o sector primário nacional perdeu 7890 empregos e 323,44 milhões de euros. Apesar disso, as actividades agrícolas de auto-subsistência ainda constituem uma importante característica da estrutura económica da região na medida em que acabam por ser uma “segunda” actividade para muitas pessoas. No entanto, ao contrário do que acontece por exemplo na região do Alentejo onde as propriedades são concentradas e têm grandes dimensões permitindo a produção em grande escala, na região Norte será difícil o aumento significativo da produção dada a fragmentação, dispersão e reduzido tamanho das propriedades. Assim, o futuro terá que passar pela melhoria da qualidade dos produtos o que, a este nível, a região já tem alguns casos de sucesso como sejam o sector dos vinhos (principalmente o sector dos vinhos associados à mais antiga região demarcada do mundo – vinho do Porto - mas também os vinhos verdes) e o sector dos produtos derivados do leite no qual a empresa líder a nível nacional está sediada na região Norte (Lactogal).

## 4.1.2 Galiza vs Espanha

**Tabela 19. Quociente de localização e análise shift-share pelo emprego (10<sup>3</sup>) – Galiza vs Espanha**

Galiza vs Espanha	Quociente localização (Emprego)		1- Variação observada	Componente crescimento nacional			Efeito Estrutural		Vantagem competitiva	
				2 - Taxa crescimento nacional	3 - Variação esperada	4 - "Total Shift"	5.1 - Taxa	5.2 - Variação	6.1 - Taxa	6.2 - Variação
				$N(1)/N(0) - 1$	$[Ei(0)*N(1)/N(0)-1]$	$[Ei(1)-Ei(0)] - [Ei(0)*N(1)/N(0)-1]$	$Ni(1)/Ni(0) - N(1)/N(0)$	$Ei(0)*[Ni(1)/Ni(0) - N(1)/N(0)]$	$Ei(1)/Ei(0) - Ni(1)/Ni(0)$	$Ei(0)*[Ei(1)/Ei(0) - Ni(1)/Ni(0)]$
<b>A - B Agricultura, produção animal, caça e silvicultura</b>	<b>2,85</b>	<b>1,59</b>	<b>-137,5</b>	<b>0,30</b>	<b>68,67</b>	<b>-206,17</b>	<b>-0,36</b>	<b>-83,73</b>	<b>-0,53</b>	<b>-122,43</b>
A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	:	1,11	-141,7		60,40	-202,10	:	:	:	:
B - Pesca	:	9,26	4,2		8,27	-4,07	:	:	:	:
<b>C-F Indústria</b>	<b>0,89</b>	<b>1,04</b>	<b>70</b>		<b>73,35</b>	<b>-3,35</b>	<b>0,10</b>	<b>24,63</b>	<b>-0,11</b>	<b>-27,97</b>
C - Indústrias extractivas	:	1,77	-0,3		1,30	-1,60	:	:	:	:
D - Indústrias transformadoras	0,79	1,04	35,4		41,61	-6,21	-0,08	-11,71	0,04	5,50
E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água	:	1,28	-1		1,87	-2,87	:	:	:	:
F - Construção	1,06	1,03	35,9		28,57	7,33	0,53	50,67	-0,45	-43,34
<b>G - P Serviços (excluindo organismos e instituições extraterritoriais)</b>	<b>0,81</b>	<b>0,93</b>	<b>78,3</b>		<b>154,46</b>	<b>-76,16</b>	<b>0,00</b>	<b>1,28</b>	<b>-0,15</b>	<b>-77,44</b>
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	0,90	1,00	13,9		41,05	-27,15	-0,03	-3,60	-0,17	-23,54
H - Alojamento e restauração (restaurantes, hotéis e similares)	0,89	0,81	-0,1		15,62	-15,72	0,11	5,99	-0,41	-21,71
I - Transportes, armazenagem e comunicações	0,79	0,82	-0,8		13,84	-14,64	-0,08	-3,85	-0,23	-10,79
J - Actividades financeiras	0,73	0,85	-1,1		5,57	-6,67	-0,26	-4,82	-0,10	-1,85
K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	0,58	0,75	28,9		10,25	18,65	0,52	17,94	0,02	0,71
L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	0,76	0,98	7,8		19,41	-11,61	-0,19	-12,35	0,01	0,74
M - Educação	0,90	1,02	4,3		14,64	-10,34	-0,07	-3,43	-0,14	-6,91
N - Saúde e acção social	0,76	0,97	11,2		13,19	-1,99	-0,04	-1,76	-0,01	-0,23
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	0,84	0,96	11,1		8,83	2,27	0,24	7,04	-0,16	-4,77
P - Famílias com empregados domésticos	0,88	1,06	3,1		12,06	-8,96	-0,15	-5,94	-0,07	-3,02
<b>Total</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>10,8</b>		<b>296,47</b>	<b>-285,67</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>-0,29</b>	<b>-285,67</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Junho de 2006).

**Tabela 20. Quociente de localização e análise shift-share pelo VAB (10<sup>3</sup> Euros) – Galiza vs Espanha**

Galiza vs Espanha	Quociente localização (Emprego)		1-Variação observada VABi(1)- VABi(0)	Componente crescimento nacional			Efeito Estrutural		Vantagem competitiva	
	1995	2003		2 - Taxa crescimento nacional N(1)/N(0) - 1	3 - Variação esperada [VABi(0)*N(1)/N(0)-1]	4 - "Total Shift"	5.1 - Taxa Ni(1)/Ni(0)-N(1)/N(0)	5.2 - Variação VAB(0)*Ni(1)/Ni(0)-N(1)/N(0)	6.1 - Taxa VABi(1)/VABi(0)-Ni(1)/Ni(0)	6.2 - Variação VABi(0)*[VABi(1)/VABi(0)-Ni(1)/Ni(0)]
<b>A -B Agricultura, produção animal, caça e silvicultura</b>	<b>1,75</b>	<b>1,54</b>	<b>41,2</b>	<b>0,63</b>	<b>1249,28</b>	<b>-1208,08</b>	<b>-0,27</b>	<b>-538,73</b>	<b>-0,34</b>	<b>-669,35</b>
A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1,32	1,07	-56,9		875,43	-932,33	-0,25	-350,64	-0,42	-581,69
B - Pesca	7,16	8,79	98,1		373,85	-275,75	-0,52	-306,92	0,05	31,17
<b>C-F Indústria</b>	<b>0,97</b>	<b>1,11</b>	<b>4199,1</b>		<b>4646,88</b>	<b>-447,78</b>	<b>-0,03</b>	<b>-204,62</b>	<b>-0,03</b>	<b>-243,16</b>
C - Indústrias extractivas	1,07	1,58	8,2		100,06	-91,86	-0,80	-126,44	0,22	34,58
D - Indústrias transformadoras	0,81	1,00	2144,8		2445,96	-301,16	-0,15	-585,93	0,07	284,77
E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1,65	1,74	-27,7		760,08	-787,78	-0,55	-661,43	-0,11	-126,34
F - Construção	1,10	1,17	2073,8		1340,78	733,02	0,53	1130,13	-0,19	-397,11
<b>G - P Serviços (excluindo organismos e instituições extraterritoriais)</b>	<b>0,88</b>	<b>0,92</b>	<b>7219,4</b>		<b>9454,60</b>	<b>-2235,20</b>	<b>0,03</b>	<b>459,29</b>	<b>-0,18</b>	<b>-2694,50</b>
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	0,92	0,92	839,6		1705,87	-866,27	-0,09	-247,36	-0,23	-618,91
H - Alojamento e restauração (restaurantes, hotéis e similares)	0,89	0,78	392,9		1073,27	-680,37	0,01	24,95	-0,42	-705,32
I - Transportes, armazenagem e comunicações	0,81	0,81	486,4		1034,75	-548,35	-0,11	-186,26	-0,22	-362,09
J - Actividades financeiras	0,79	0,85	329,3		705,64	-376,34	-0,22	-241,09	-0,12	-135,25
K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	0,84	0,85	2107		1776,75	330,25	0,37	1049,99	-0,26	-719,74
L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	0,84	1,05	853,3		867,94	-14,64	-0,11	-154,04	0,10	139,40
M - Educação	1,06	1,21	794,5		824,16	-29,66	0,03	36,96	-0,05	-66,62
N - Saúde e acção social	1,00	1,08	689,6		871,43	-181,83	-0,01	-11,73	-0,12	-170,10
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	0,87	0,97	598,7		432,10	166,60	0,33	226,50	-0,09	-59,90
P - Famílias com empregados domésticos	0,94	1,17	127,9		162,69	-34,79	-0,22	-57,46	0,09	22,68
<b>Total</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>10092</b>		<b>16218,71</b>	<b>-6126,91</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>-0,24</b>	<b>-6126,91</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida on-line no site <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Junho de 2006).

A Galiza é uma região muito especializada no sector primário em comparação com a economia nacional, tanto em termos de emprego como em termos de VAB, sobretudo nas indústrias relacionadas com o sector pesqueiro que, em 2003, apresentava um QL de 9,26 (em termos de emprego) e 8,79 (em termos de VAB). Outro dado que realça a importância e desenvolvimento do sector das pescas Galego é que a vantagem competitiva da Galiza dentro do país aumentou 5%, entre 1995 e 2003, como mostra a análise *shift share* (em termos de VAB). Para além disso, é de referir que o emprego no sector agrícola tem caído acentuadamente como mostra o efeito estrutural. Isto poderá ser um indício de aumento de produtividade.

De facto o sector pesqueiro Galego é um dos mais significativos, não só a nível europeu como a nível mundial, sendo considerado a segunda principal actividade da Galiza a seguir à produção automóvel e componentes para a mesma. Com efeito, embora o nível de desagregação das variáveis não nos permita calcular os indicadores, a indústria de equipamentos e componentes automóveis constitui a mais importante actividade da economia Galega devido à localização da Citroën-Peugeot.

Ao analisarmos o QL (usando o emprego) as indústrias extractivas e de produção e distribuição de energias apresentam indicadores maiores que a unidade, estendendo-se à indústria da construção se considerarmos o VAB. De facto, este sector foi o que mais cresceu a nível nacional (tanto em termos de emprego como de VAB 53% em ambos os casos) juntamente com a actividade K (K – actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas) do sector dos serviços. A indústria da produção e distribuição de energia, também assume relevância, sobretudo devido à localização da Repsol na Corunha. Em termos regionais, a Galiza conseguiu reforçar a sua posição competitiva nas indústrias extractivas e transformadoras. Se associarmos o crescimento relativo do emprego, nestas actividades, com o crescimento no VAB, que foi maior, isso poderá ser um indicativo de aumentos de produtividade que é uma condicionante essencial para reforçar as vantagens competitivas numa região.

Ao nível do sector dos serviços, tal como acontecia na região norte, embora se tenha verificado uma aproximação aos níveis nacionais, as actividades terciárias ainda têm menor importância relativa na região da Galiza do que a nível nacional com a excepção dos serviços de educação que verificaram um significativo aumento do QL de 1995 para 2003 (em termos de VAB). Tanto em termos de emprego como em termos de VAB, a região da Galiza perdeu posição competitiva em relação às outras regiões de Espanha no sector dos serviços.

Qual a conclusão que podemos tirar de todo este exercício?

Em termos gerais ou totais, no período de 1995 a 2003, tanto a região Norte como a Galiza têm perdido posição/vantagem competitiva em relação às outras regiões do país. No entanto, ao contrário do que acontece na Galiza em que a perda em termos de VAB é menor do que a observada em termos de emprego, indicando um aumento de produtividade competitiva, na

região Norte, verifica-se o inverso, isto é, a perda em termos de VAB é superior à perda em termos de emprego indicando uma perda competitiva em termos de produtividade.

#### 4.2. Produtividade e custos de trabalho unitários<sup>11</sup>

Com efeito, é sabido que num processo de convergência real, o aumento da produtividade constitui um factor chave para o alcance da mesma, juntamente com acumulação de factores produtivos (trabalho, capital físico e tecnológico)<sup>12</sup>. Porém, no que se refere à produtividade (aqui medida pelo rácio entre o VAB (a preços básicos) e o emprego), a região Norte, e mesmo Portugal, apresentam dos piores registos de toda a UE15 (ver tabela 21).

**Tabela 21. Produtividade aparente (todos os sectores, em milhares de euros)**

	1995	2005	Varição em %
<b>Portugal</b>	17,0	25,1	47,6%
<b>Norte</b>	14,5	20,0	37,9%
<b>Espanha</b>	31,4	42,9	36,6%
<b>Galiza</b>	24,2	36,8	52,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

**Tabela 22. Produtividade aparente por sector (em milhares de euros)**

	1995			2005			1995			2005		
	Portugal	Espanha	Espanha/Portugal	Portugal	Espanha	Espanha/Portugal	Norte	Galiza	Galiza/Norte	Norte	Galiza	Galiza/Norte
Agricultura, Pecuária, silvicultura e pesca	8,04	17,06	2,12	6,01	25,86	4,30	6,05	8,50	1,41	3,44	18,64	5,41
Indústria	16,26	36,73	2,26	22,41	45,71	2,04	13,31	34,48	2,59	17,72	38,49	2,17
Construção	12,22	26,16	2,14	15,87	39,90	2,51	10,77	21,92	2,03	14,11	42,75	3,03
Serviços	19,98	32,41	1,62	31,61	44,07	1,39	18,55	28,59	1,54	27,27	38,41	1,41
<b>Todos os sectores</b>	17,01	31,41	1,85	25,06	42,87	1,71	14,53	24,18	1,66	20,01	36,79	1,84

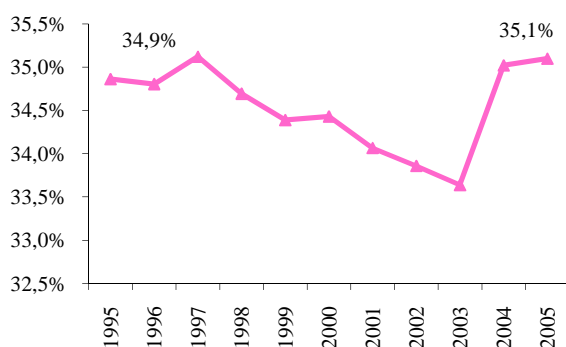
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.ec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

<sup>11</sup> Como já referimos, em 2009, estavam disponíveis os dados do VAB para 2006 mas não os dados do emprego por sector, razão pela qual se manteve a análise para o período 1995-2005.

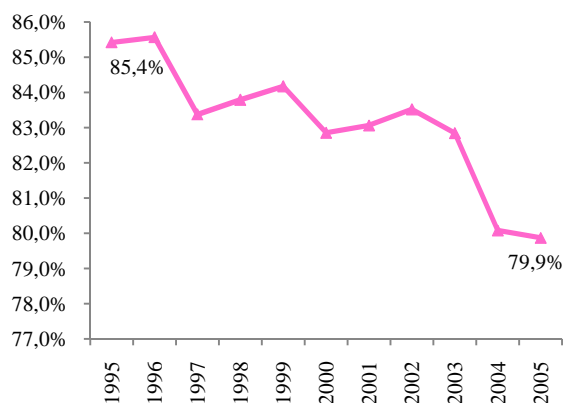
<sup>12</sup> Esteban (1995) num trabalho em que analisa os países da UE, evidencia que a dispersão nos níveis de produtividade explicam mais de 2/3 das desigualdades espaciais de rendimento e a outra terça parte é explicada de forma similar pela taxa de actividade e emprego.

Na tabela 22 são apresentados os dados sobre a produtividade aparente<sup>13</sup>. Os dados indicam que, tanto em termos gerais como a nível desagregado por sector, a produtividade na região Norte e Portugal situam-se abaixo dos da Galiza e de Espanha, embora se tivesse registado um crescimento positivo no período em análise (1995-2005). Observando a tabela 22 verifica-se que, em termos relativos, Portugal ganhou pontos em relação a Espanha no sector da indústria e serviços. A Galiza ganhou pontos em relação ao Norte (com excepção da indústria e serviços, ver tabela 22) e em relação a Espanha no que se refere à produtividade (em termos totais, ver gráfico 20). No entanto, é necessário ter atenção que o aumento da produtividade da Galiza relativamente à média espanhola, sobretudo a partir de 1999, deve-se, em grande parte, à perda do peso do emprego galego na economia nacional. O mesmo parece ter-se verificado se a Galiza com a região Norte (ver gráfico 21).

**Gráfico 19. Dinâmica do emprego: Norte/Portugal**

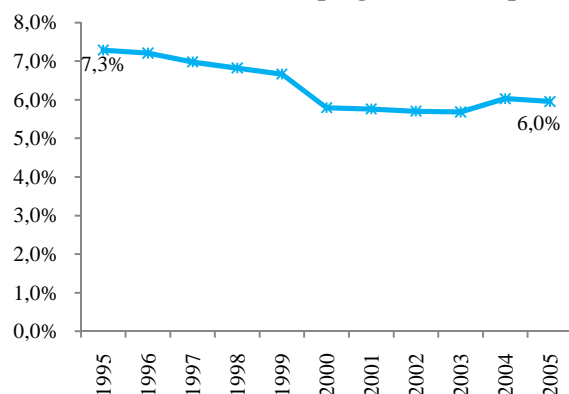
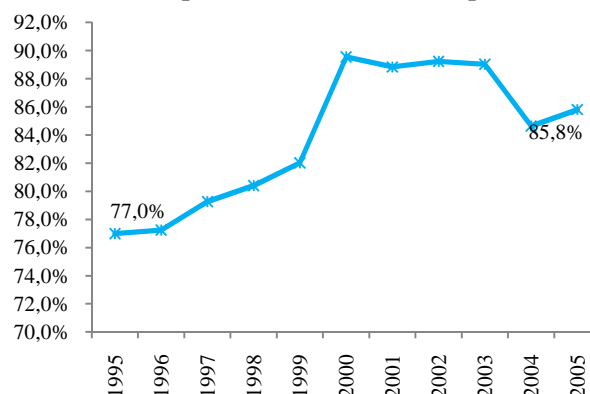


**Dinâmica da produtividade: Norte/Portugal**

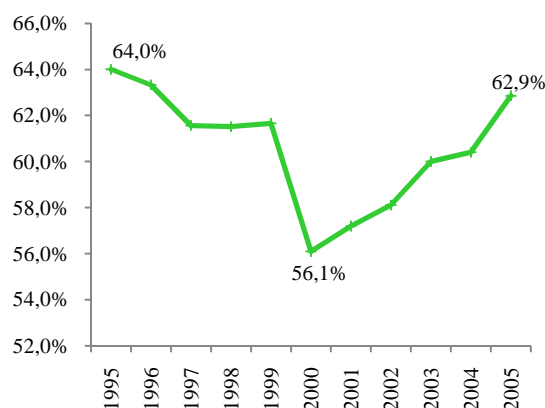
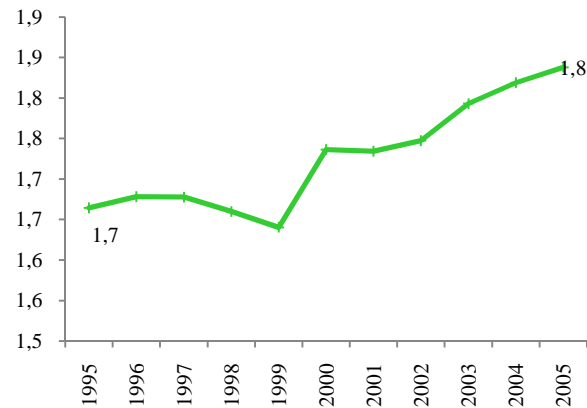


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Agosto de 2008).

<sup>13</sup> Obtém-se dividindo o VAB pelo emprego.

**Gráfico 20. Dinâmica do emprego: Galiza/Espanha****Dinâmica da produtividade: Galiza/Espanha**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Agosto de 2008).

**Gráfico 21. Dinâmica do emprego: Galiza/Norte****Dinâmica da produtividade: Galiza/Norte**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Agosto de 2008).

Embora a produtividade média da Galiza relativamente à da região Norte tenha verificado um aumento de 1,7 para 1,8, em termos de emprego, a Galiza perdeu emprego relativamente à região Norte (em 1995 o emprego na Galiza correspondia a 64% relativamente à região Norte e em 2005 passou para 62,9%). De qualquer forma, e salvaguardando esse facto, ainda assim é significativa a superioridade da produtividade do factor trabalho na Galiza em comparação com a região Norte. Esta menor capacidade produtiva dos trabalhadores da região Norte (e dos portugueses em geral), estará associada a níveis de formação e educação mais baixos (já anteriormente constatados), técnicas de gestão e organização menos eficientes e/ou a uma menor utilização do factor capital por trabalhador. Para além disso, também não é alheio o facto de que as principais actividades da região Norte estejam associadas a indústrias de baixo valor acrescentado (como o sector dos têxteis, vestuário e calçado), ao contrário da Galiza que



detém indústrias de equipamentos e componentes para automóveis que incorporam elevados níveis de capital gerando maior valor acrescentado.

Apesar dos níveis de produtividade mais baixos da região Norte, será que isso implica necessariamente menor competitividade/attractividade regional?

As decisões de localização de empresas dependem, não apenas da análise da produtividade mas, da combinação dos índices de produtividade com os custos unitários do trabalho. Assim, é necessário complementar a análise da produtividade laboral com o custo de cada unidade de trabalho na medida em que, “*ceteris paribus*”, o problema da baixa produtividade pode ser “ultrapassado” se os custos laborais da região forem reduzidos.

Nas tabelas 23 e 24 apresentamos os custos por trabalhador, os custos de trabalho unitários (CTU) e os custos de trabalho unitários relativos<sup>14 15</sup>. Analisando as tabelas 23 e 24 podemos verificar que o custo laboral por trabalhador é superior em Espanha, para todos os sectores, em comparação com Portugal. Adicionalmente, entre 1995 e 2004, verifica-se também uma redução dessa diferença em todos os sectores com excepção do sector primário.

**Tabela 23. Evolução do custo por trabalhador (Portugal e Espanha)**

	1995			2004			Variação % (1995-2004)	
	Portugal	Espanha	Espanha/ Portugal	Portugal	Espanha	Espanha/ Portugal	Portugal	Espanha
Agricultura, Pecuária, silvicultura e pesca	1,22	2,84	2,33	1,27	5,24	4,12	4,3%	84,4%
Indústria	9,38	20,89	2,23	12,29	24,51	1,99	31,1%	17,4%
Construção	6,79	16,01	2,36	10,57	20,76	1,96	55,7%	29,7%
Serviços	10,50	16,58	1,58	18,00	23,48	1,30	71,4%	41,6%
<b>Todos os sectores</b>	<b>8,79</b>	<b>16,22</b>	<b>1,85</b>	<b>14,02</b>	<b>22,32</b>	<b>1,59</b>	59,4%	37,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

<sup>14</sup> Os custos por trabalhador resultam do quociente entre as remunerações e o emprego. Os CTU correspondem ao quociente entre o custo por trabalhador e a produtividade aparente. Por último, o CTU relativo corresponde ao quociente entre o CTU de duas regiões.

<sup>15</sup> Da consulta à base de dados RegioDatase (do Eurostat) em Fevereiro de 2009, o último “*Labour costs survey*” disponível é o de 2004. Razão pela qual esta análise se refere ao período 1995-2004.

**Tabela 24. Evolução do custo por trabalhador (Norte e Galiza)**

	1995			2004			Variação % (1995-2004)	
	Norte	Galiza	Galiza/Norte	Norte	Galiza	Galiza/Norte	Norte	Galiza
Agricultura, Pecuária, silvicultura e pesca	0,87	1,78	2,03	0,68	5,41	7,93	-21,9%	204,9%
Indústria	7,88	18,07	2,29	10,21	20,23	1,98	29,5%	12,0%
Construção	6,05	13,07	2,16	9,93	18,68	1,88	64,2%	42,9%
Serviços	9,75	13,72	1,41	15,85	19,92	1,26	62,6%	45,2%
<b>Todos os sectores</b>	<b>7,66</b>	<b>11,55</b>	<b>1,51</b>	<b>11,61</b>	<b>18,59</b>	<b>1,60</b>	<b>51,4%</b>	<b>61,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

E quanto à comparação da região Norte e da Galiza? Similarmente ao que acontece a nível nacional, o custo laboral por trabalhador é superior na Galiza para todos os sectores. Outro aspecto a salientar é que, a nível global, observa-se um aumento do custo por trabalhador na Galiza relativamente a Portugal sobretudo devido ao aumento no sector primário que foi o sector que verificou maior perda de emprego (passou de 23% em 1995 para 12% em 2005 – ver gráfico 18).

Observando os dados do CTU, a nível nacional (tabela 25), nas duas economias o CTU é similar. Contudo, ao nível das duas regiões (tabela 26) os resultados parecem indicar que o CTU está maior na região Norte. Isto significa que, tanto em 1995 como em 2004, a produtividade média da Galiza relativamente à região Norte mais que compensa (pois é maior) o maior custo laboral por trabalhador. Desta forma, a escassez relativa de produtividade da região Norte não é compensada pelos menores custos relativos do factor trabalho<sup>16</sup>.

**Tabela 25. Evolução do custo de trabalho unitário (Portugal e Espanha)**

	1995			2004		
	Portugal	Espanha	Espanha/Portugal	Portugal	Espanha	Espanha/Portugal
Agricultura, Pecuária, silvicultura e pesca	0,15	0,17	1,10	0,20	0,19	0,95
Indústria	0,58	0,57	0,99	0,56	0,56	1,00
Construção	0,56	0,61	1,10	0,65	0,58	0,89
Serviços	0,53	0,51	0,97	0,58	0,53	0,90
<b>Todos os sectores</b>	<b>0,52</b>	<b>0,52</b>	<b>1,00</b>	<b>0,57</b>	<b>0,53</b>	<b>0,93</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

<sup>16</sup>Fernández e Polo (2001), na análise que fizeram para as duas regiões no período 1986-1994, obtiveram CTU relativos (a nível agregado) superiores na Galiza. No entanto, para além de usarem a série do VAB a preços de mercado, o período de análise corresponde a um período de grande dinamismo da região Norte e de um débil desempenho da região galega. Situação que se começou a inverter nos finais da década de noventa, princípios do século XXI.

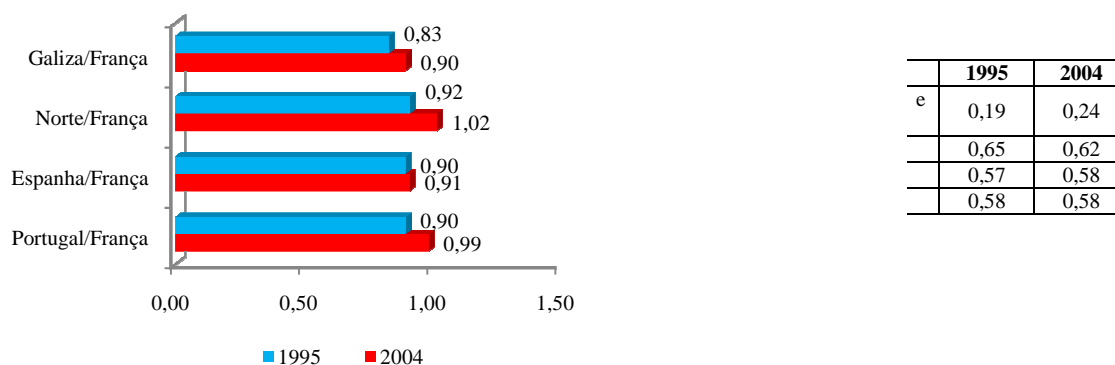
**Tabela 26. Evolução do custo de trabalho unitário (Norte e Galiza)**

	1995			2004		
	Norte	Galiza	Galiza/Norte	Norte	Galiza	Galiza/Norte
Agricultura, Pecuária, silvicultura e pesca	0,14	0,21	1,45	0,18	0,29	1,61
Indústria	0,59	0,52	0,88	0,61	0,54	0,89
Construção	0,56	0,60	1,06	0,68	0,53	0,78
Serviços	0,53	0,48	0,91	0,59	0,52	0,88
<b>Todos os sectores</b>	<b>0,53</b>	<b>0,48</b>	<b>0,91</b>	<b>0,59</b>	<b>0,52</b>	<b>0,88</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat (Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009).

Adicionalmente, e como não foi possível apresentar os CTU para a UE15, devido à indisponibilidade de dados, apresentamos os cálculos e comparação com a França (uma das economias de referência da UE). Pela análise do gráfico 22 constata-se também a perda de competitividade destas regiões, mais acentuada no caso da região Norte e de Portugal.

**Gráfico 22. Custos de trabalho unitários – comparação com a França**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Eurostat. Informação recolhida *on-line* no sítio <http://epp.eurostat.cec.eu.int> em Abril de 2009).

## 5. Evolução interna da Euro-região

A análise que apresentamos, evolução da região Norte e da Galiza no contexto nacional e europeu, parece indicar que, apesar de positiva, nenhuma das regiões conseguiu reforçar a sua importância e posição competitiva no interior dos respectivos países, embora cada uma das regiões tenha acompanhado os respectivos ciclos nacionais.

Com efeito, constatamos que a região Norte acompanhou a fase ascendente do ciclo económico nacional que decorreu desde a adesão até finais da década de noventa. Desde o início do século XXI, a economia portuguesa tem experimentado divergência com a média europeia, divergência que tem sido ainda mais acentuada ao nível da região Norte com níveis de crescimento real do PIB abaixo da média nacional e aumentos superiores nas taxas de desemprego. A região da Galiza também acompanhou o ciclo económico nacional. No entanto, ao contrário do observado em Portugal, a fase expansiva da economia espanhola começou a verificar-se em finais dos anos noventa.

Apesar da constatação destes factos, subsiste ainda uma questão que é necessário clarificar: qual a evolução ocorrida no interior da Euro-região? Isto é, será que o processo de integração destas duas regiões periféricas favoreceu a redução das desigualdades e promoveu a coesão económica e social no interior da Euro-região?

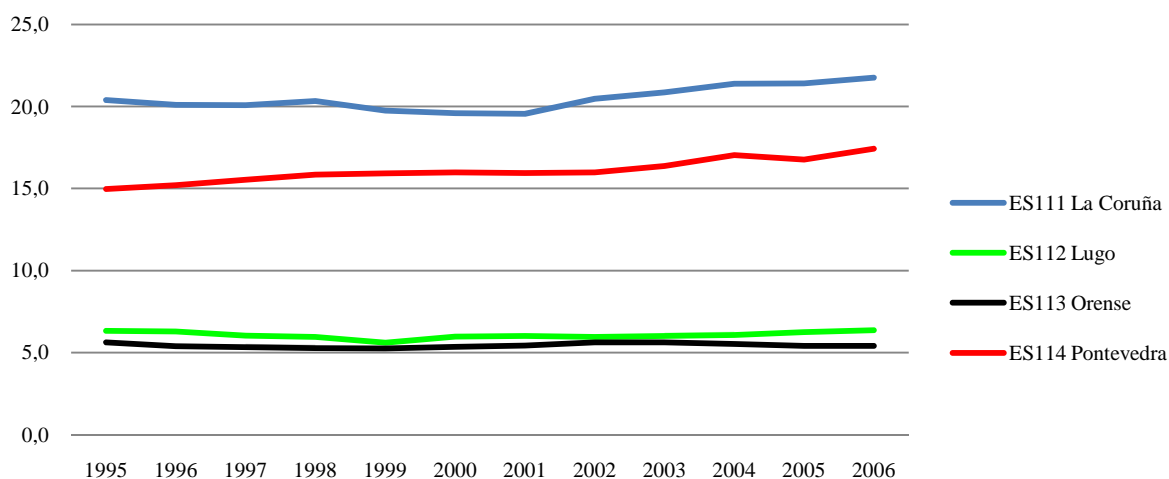
No sentido de responder a estas questões procedemos, nesta secção, à análise de um conjunto de indicadores, disponíveis na base regional do Eurostat, para as regiões NUT III que compõem a Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

Nos gráficos 23 e 24 apresentamos a contribuição de cada região NUT III para o PIB da Euro-região para o período disponível<sup>17</sup>.

---

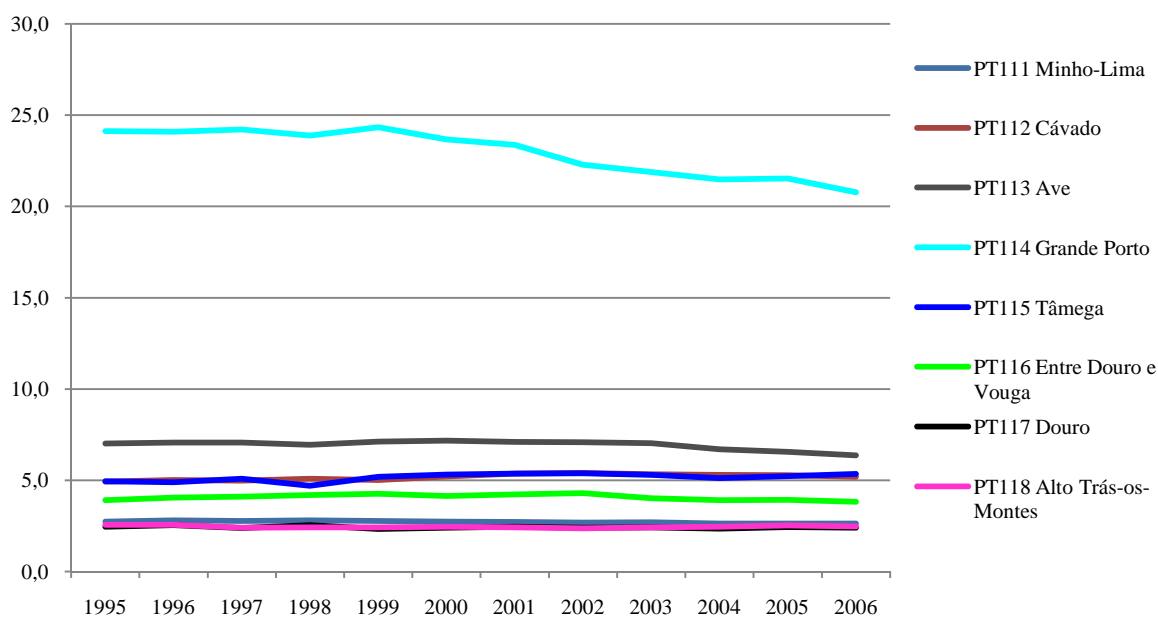
<sup>17</sup> A Euro-região Galiza-Norte de Portugal é constituída por doze regiões NUT III. Quatro da Galiza: ES111-La Coruña; ES112-Lugo; ES113-Orense; ES114-Pontevedra e oito de Portugal: PT111-Minho-Lima; PT112-Cávado; PT113-Ave; PT114-Grande Porto; PT115-Tâmega; PT116-Entre Douro e Vouga; PT117-Douro e PT118-AltoTrás-os-Montes.

**Gráfico 23. Importância do PIB das regiões NUTIII, da Galiza, no PIB da Euro-região**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 24. Importância do PIB das regiões NUTIII, da região Norte, no PIB da Euro-região**

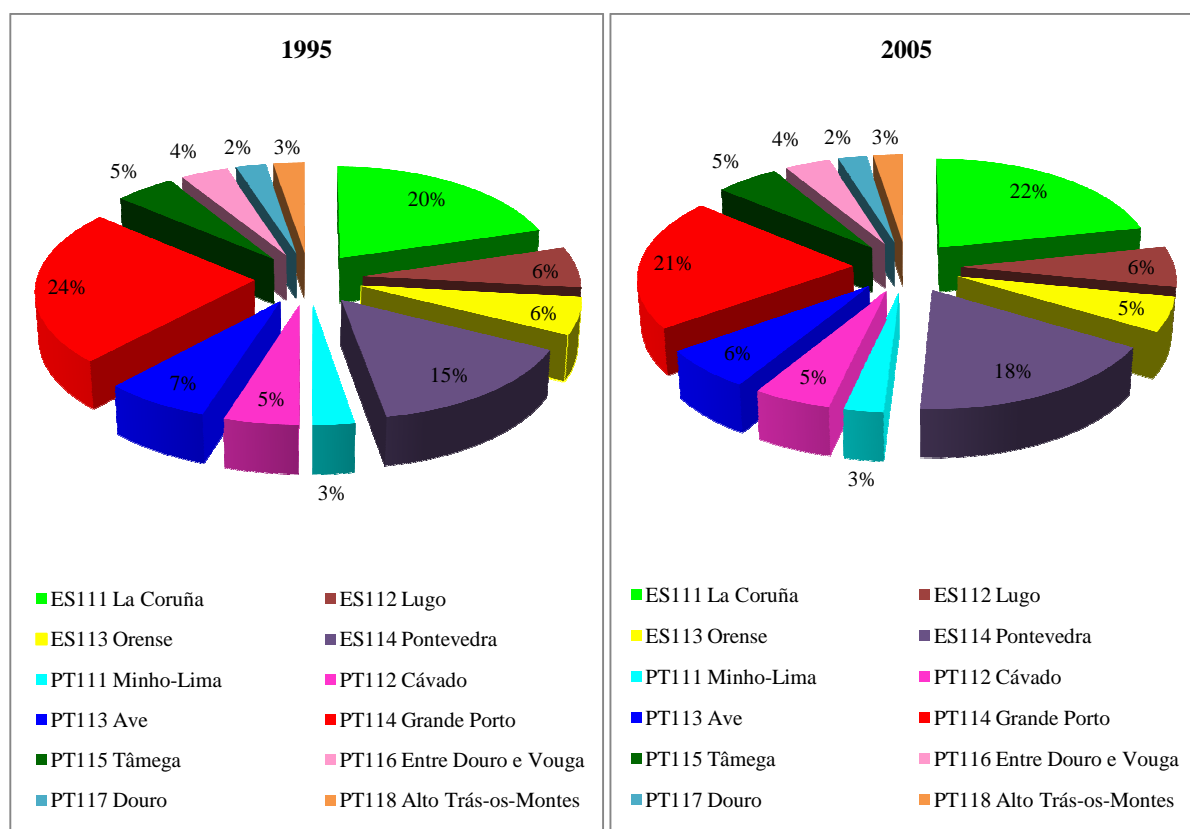


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

Da sua observação, podemos constatar que são as “províncias” do litoral, que incluem as grandes cidades como o Porto, Pontevedra e Corunha, que mais contribuem para a produção da Euro-região. Só estas três regiões NUT III contribuem com cerca de 60% de toda a

produção, sendo os restantes 40% divididos entre as outras nove. Como podemos constatar do gráfico 25 e da tabela 27, esta concentração não sofreu alterações significativas no período em causa. As medidas de concentração apresentadas, o índice de concentração (C3)<sup>18</sup> e o índice Herfindahl-Hirschman (HH)<sup>19</sup>, mostram que, no último ano em análise a concentração é ligeiramente superior ao que se verificava em 1995.

**Gráfico 25. Origem do PIB da Euro-região (em 1995 e 2005)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

<sup>18</sup> Este índice mede a proporção representada por um número fixo de regiões (neste caso 3, n=3) com maior peso no PIB da Euro-região. O seu cálculo é dado por:  $C_n = \frac{\sum_{i=1}^n P_i}{n}$ . Em que: n = número de regiões; P<sub>i</sub> = peso do PIB da i-ésima região no PIB da Euro-região.

O índice varia de 0 (zero) a 1(um) (ou de zero a 100 se estiver em %). Quanto mais próximo estiver de 1, maior é a concentração da produção, ou seja, um número pequeno de regiões é responsável por uma grande proporção da produção de toda a Euro-região.

<sup>19</sup> Índice de Herfindahl-Hirschman (HH) define-se pela soma dos quadrados do peso do PIB de cada região na produção total de toda a Euro-região. Este índice toma em consideração todas as regiões que compõem a Euro-região, neste caso 12, e é calculado da seguinte forma:  $HH = \sum_{i=1}^n P_i^2$ . Em que: n = número de regiões que compõem a Euro-região; P<sub>i</sub> = peso do PIB da i-ésima região no PIB da Euro-região.

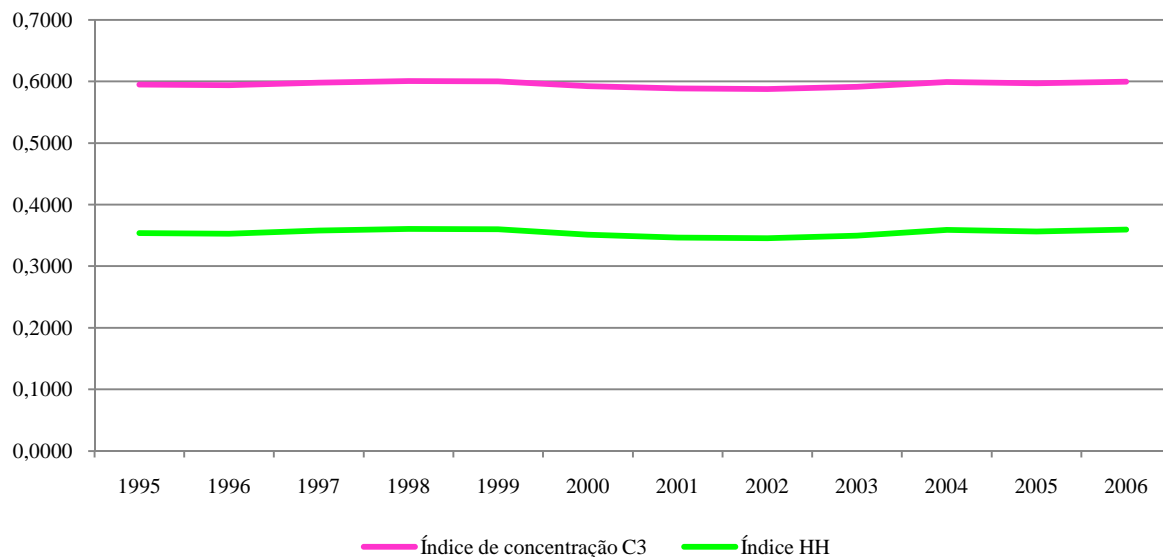
O índice assume o valor máximo 1 (um), quando apenas uma região tem a produção total de toda a Euro-região, e assume o seu valor mínimo, 1/n, quando todas as regiões têm igual participação na produção da Euro-região. Para um número dado de regiões como é o caso, se o valor de HH aumentar, significa que aumenta a desigualdade entre as regiões.

**Tabela 27. Índice de concentração e Índice Herfindahl-Hirschman para a produção da Euro-região.**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Índice Concentração - C3	0,5947	0,5938	0,5981	0,6006	0,6000	0,5924	0,5886	0,5875	0,5912	0,5989	0,5970	0,5995
Índice - HH	0,3537	0,3526	0,3577	0,3607	0,3600	0,3509	0,3465	0,3452	0,3495	0,3587	0,3564	0,3594

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 26. Evolução dos índices de concentração e Herfindahl-Hirschman**

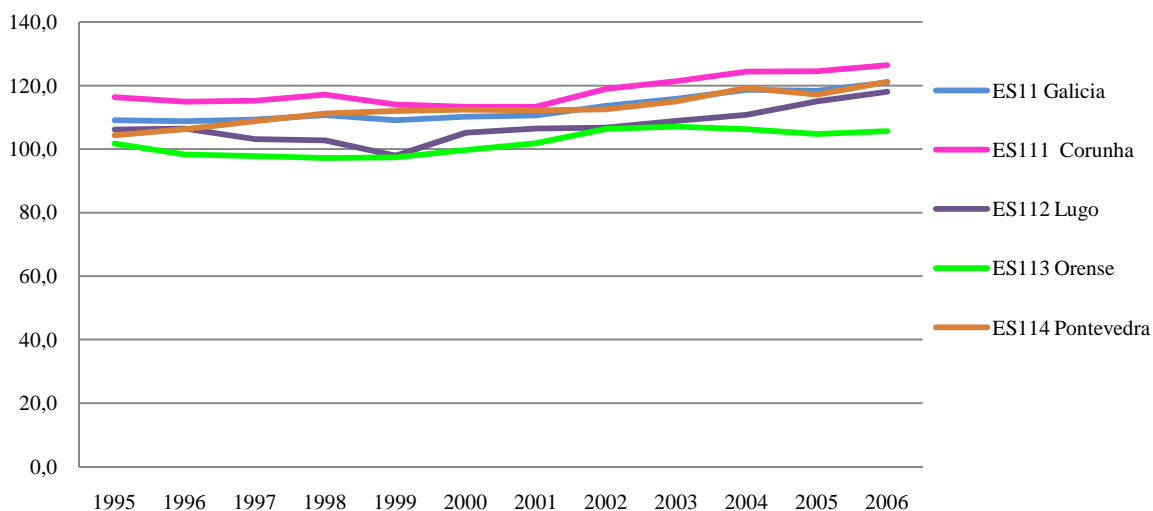


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

Com efeito, podemos ainda observar que entre as nove províncias de menor dimensão não se verificam alterações significativas no período que decorre de 1995 a 2006. As alterações mais significativas observadas verificam-se ao nível da perda de importância do “Grande Porto” e o aumento de contribuição de Pontevedra e Corunha. Portanto, são sobretudo estas alterações que justificam a perda de importância da região Norte a favor da Galiza no PIB da Euro-região.

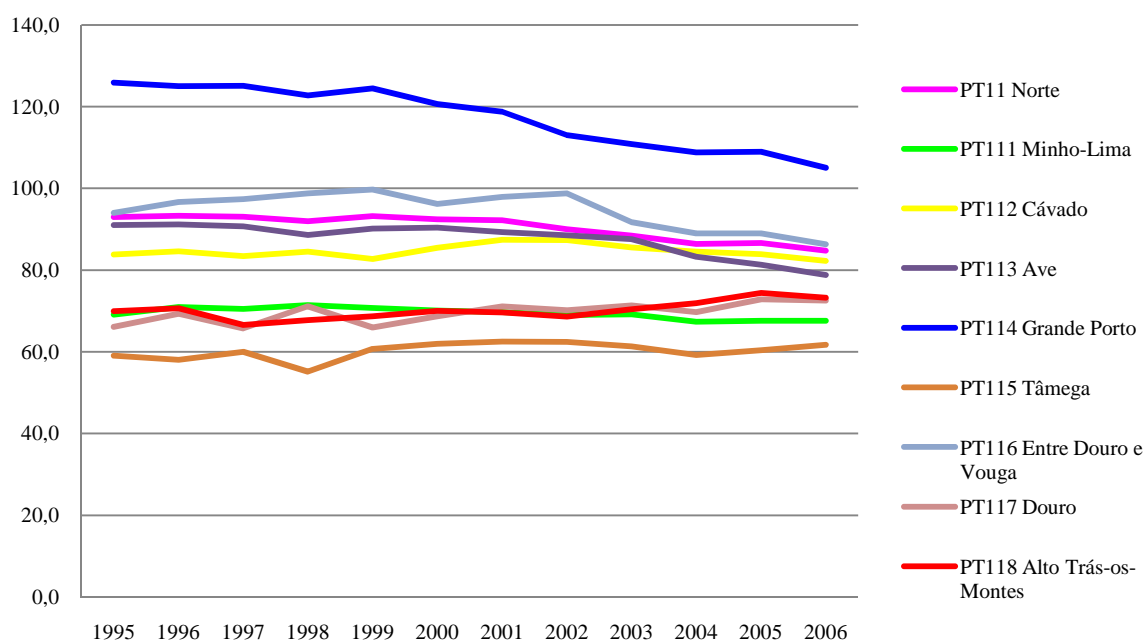
Em termos de PIBpc (ver gráficos 27, 28 e 29) observa-se que todas as regiões NUT III da Galiza detêm um PIBpc (em PPC) acima da média da Euro-região enquanto que da região Norte apenas a região do Grande Porto detém um PIBpc acima da média.

**Gráfico 27. PIBpc em PPC (Euro-região =100) – Galiza**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 28. PIBpc em PPC (Euro-região =100) - Norte**



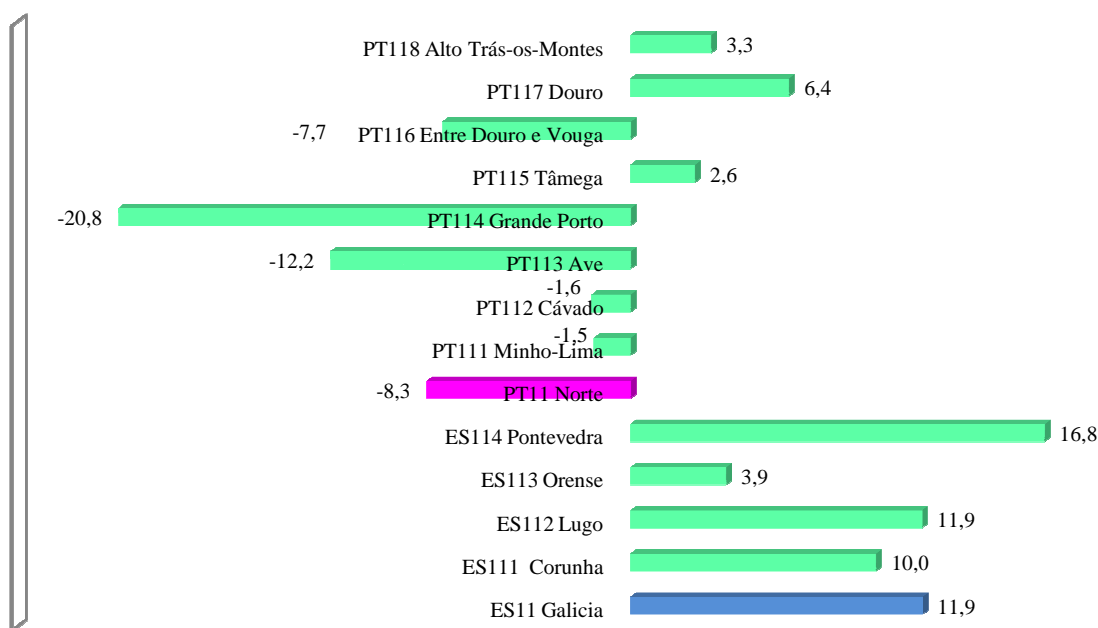
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

Com efeito, o PIBpc da região Norte, no seu conjunto, em 1995 correspondia a 93% da média da Euro-região e em 2006 correspondia apenas a 84,7%, ou seja, perdeu 8,3 pontos



percentuais. De entre as suas regiões, as que verificaram maior divergência foram o Grande Porto, Ave e Entre-Douro e Vouga. Constituem as áreas geográficas mais industrializadas da região Norte e as que foram mais afectadas com o encerramento de indústrias nos últimos anos. As regiões que verificaram um aumento no PIBpc, como o Douro e Alto Trás-os-Montes, são as regiões que verificaram sucessivas taxas de crescimento negativas da população (ver gráfico 30). Com efeito, estas foram as únicas áreas da região Norte que verificaram uma variação percentual negativa no valor da população média no período 1995-2007 (-8,3% e -5,7%, respectivamente). Nesse sentido, a aparente convergência poderá dever-se a um processo de convergência passiva que decorre não de um aumento significativo da riqueza mas antes de uma redução na população.

**Gráfico 29. Variação no PIBpc (em pontos percentuais) no período 1995-2006**

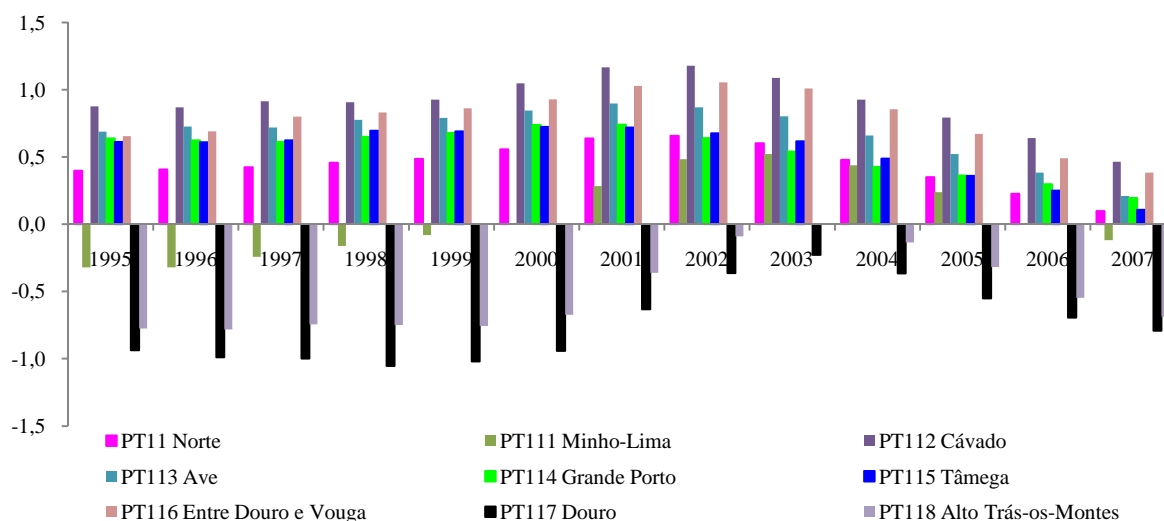


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

A região da Galiza, no seu conjunto, verificou um aumento de 11,9 pontos percentuais do seu PIBpc relativamente à média da Euro-região. A este aumento não é alheio o facto de, até 1999, a população da Galiza ter verificado um crescimento negativo. Só a partir do ano 2000 é que se verifica crescimento populacional positivo mas bastante inferior ao da região Norte (ver gráfico 31). O gráfico 29 mostra ainda que todas as suas regiões verificaram um aumento do PIBpc em relação à média da Euro-região. Contudo, também em relação às regiões de

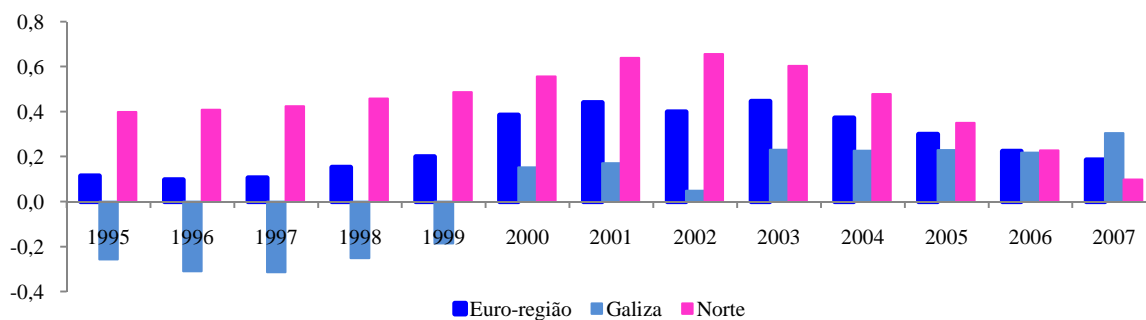
Lugo e Ourense, que são as províncias interiores e rurais da Galiza, não podemos deixar de referir que a sucessiva perda acentuada da população média nestas regiões (ver gráfico 32) que, no período 1995-2007, perderam 6,9% e 4,8% da sua população, respectivamente, contribuiu para esse facto. Isto é, dado que o peso da produção destas regiões, na produção total da Euro-região, não aumentou (ver gráfico 25), a perda de população verificada parece ter contribuído para um processo de convergência passiva destas duas NUT III relativamente à média da Euro-região.

**Gráfico 30. Evolução da população média na região Norte**



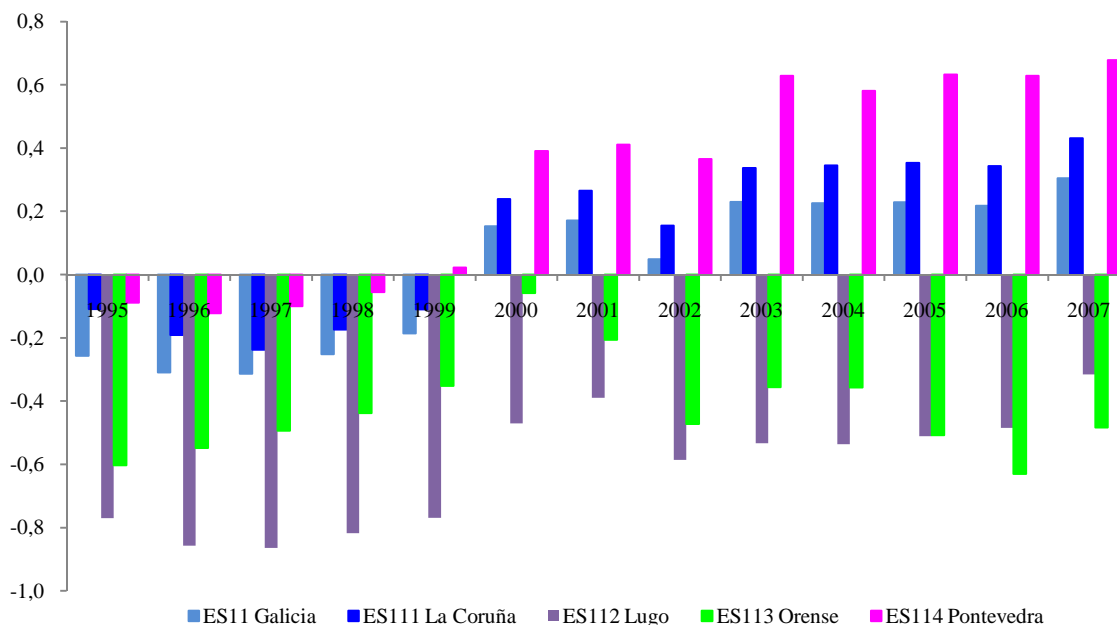
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 31. Evolução da população média na Euro-região**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 32. Evolução da população média na Galiza**



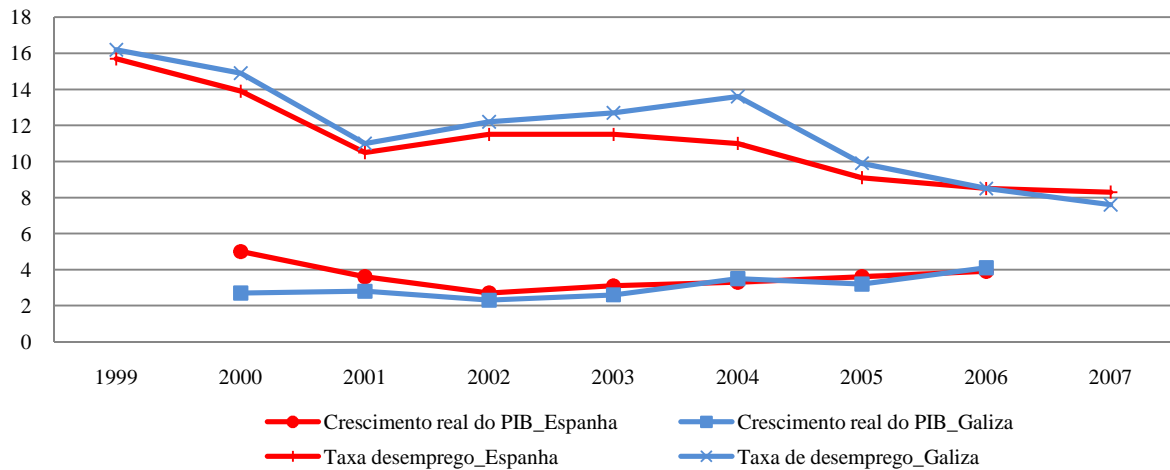
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

Com efeito, a dinâmica demográfica na Galiza mostra que são as zonas mais rurais e interiores (Lugo e Ourense) que verificaram maiores variações negativas na população. O crescimento da população concentra-se nas províncias litorais de Pontevedra e Corunha, ou seja, nas províncias mais dinâmicas do ponto de vista sócioeconómico na medida em que a capacidade produtiva influencia a fixação da população e esta última tem influência na capacidade produtiva de um território. De facto, nos últimos anos, apenas estas duas províncias, que concentram cerca de 71% de toda a população da Galiza, têm verificado crescimento positivo da população o que poderá ser indicativo de um processo de concentração e aglomeração da população nas províncias litorais e economicamente mais dinâmicas.

No que respeita à região Norte, embora a tendência seja para uma redução na taxa de crescimento da população nas suas regiões NUT III, à semelhança da Galiza, registam-se taxas de crescimento negativo apenas nas regiões mais interiores e rurais, Douro e Alto-Trás-os-Montes.

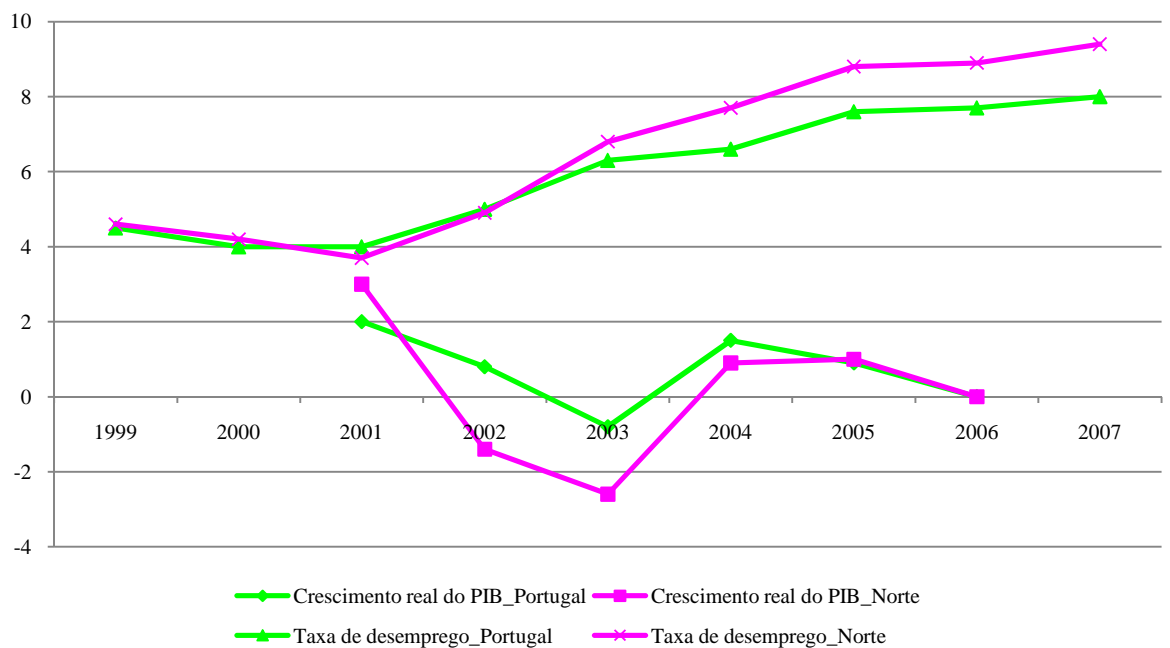
Assim, tendo em conta os dados analisados, podemos referir que, em termos de produção e riqueza, o desempenho das duas regiões tem seguido sentidos opostos. A observação dos gráficos 33 e 34 indica que o desempenho de cada região parece acompanhar a tendência nacional.

**Gráfico 33. Evolução do PIB real e do desemprego (em %) - Espanha e Galiza**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

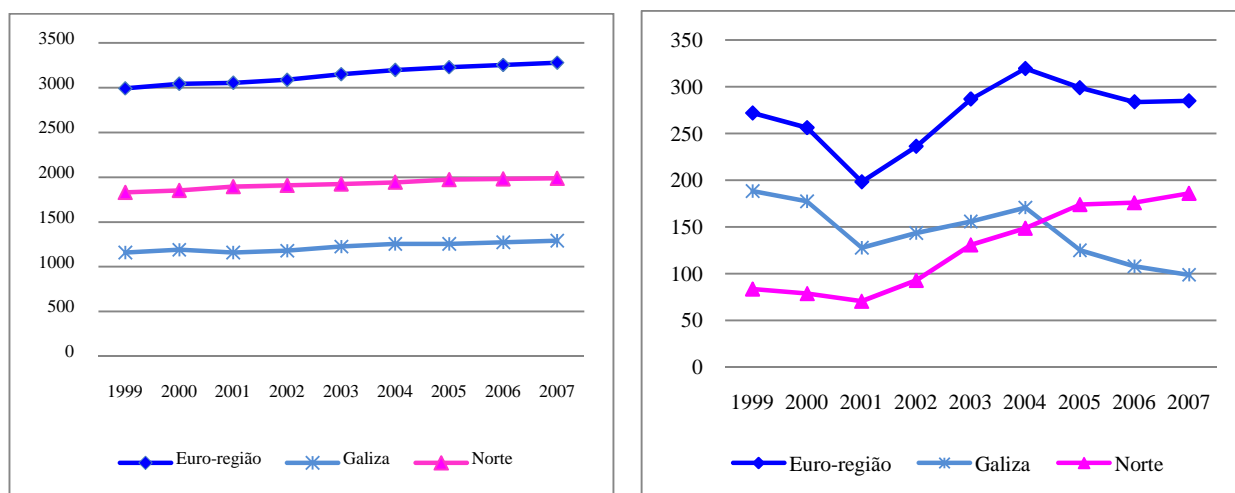
**Gráfico 34. Evolução do PIB real e desemprego (em %) - Portugal e Norte**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

De referir que, no caso da região Norte, para os anos disponíveis, as quedas do produto real têm sido mais acentuadas e as variações positivas têm sido inferiores às verificadas a nível médio nacional. Isto tem-se reflectido num aumento do desemprego superior à média nacional. Com efeito, o desempenho divergente das duas regiões reflecte-se também ao nível do mercado de trabalho sobretudo no que respeita ao desemprego. Em 1999, o número de desempregados na Galiza era 2,3 vezes superior ao número de desempregados da região Norte. No entanto, em 2007 verifica-se o inverso. O número de desempregados na região Norte é quase 1,9 vezes superior ao da Galiza. Os gráficos 35,36 e 37 mostram a evolução do mercado de trabalho da Euro-região<sup>20</sup>.

**Gráfico 35. Evolução do número de activos e desempregados (em milhares)**



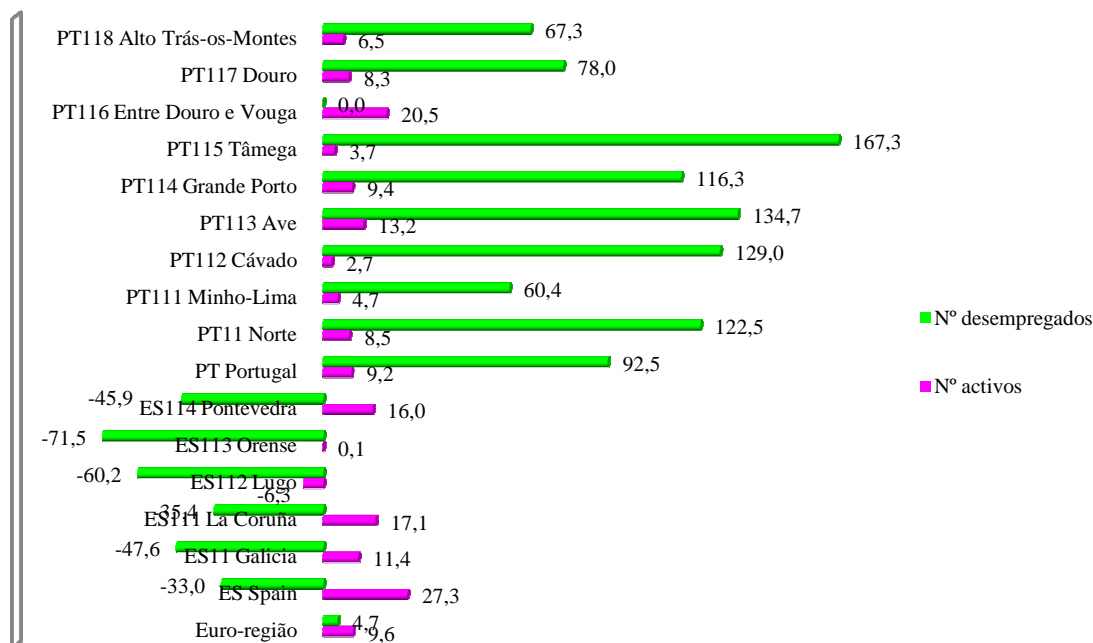
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

Apesar de se ter verificado uma variação positiva no número de empregos, à excepção do Grande Porto (ver gráfico 37), na região Norte, todas as regiões NUT III verificaram acentuados aumentos no número de desempregados entre 1999 e 2007 (ver gráfico 36). Nas províncias da Galiza registou-se o inverso. Todas as suas regiões NUT III verificaram uma variação percentual negativa no número de desempregados. Adicionalmente, as informações contidas no gráfico 37, mais uma vez, realçam as disparidades entre as províncias do litoral e interior da Galiza na medida em que, nas regiões rurais e interiores (Lugo e Ourense) além de se registar uma redução no desemprego registou-se também queda no número de empregados.

<sup>20</sup> Para uma análise mais detalhada das diferenças do mercado de trabalho entre Espanha e Portugal, ver Bande (2002), Blanchard e Jimeno (1995) e Bover e al (2000).

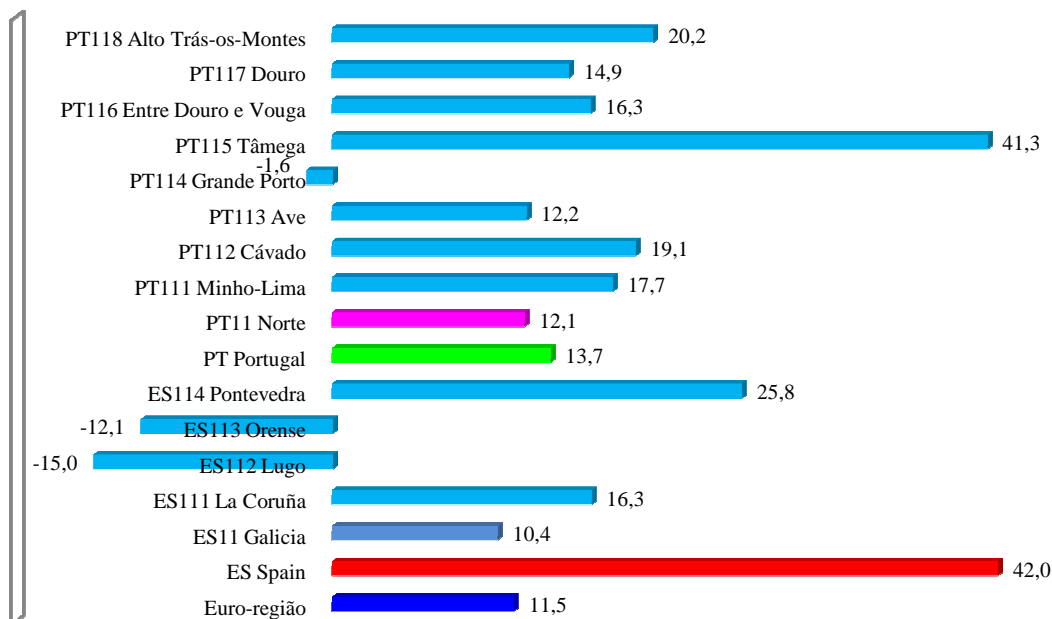
Isto poderá ser um indício de emigração para as províncias litorais e/ou para outras Comunidades Autónomas<sup>21</sup>.

**Gráfico 36. Variação relativa do número de desempregados e activos, no período 1999-2007**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

**Gráfico 37. Variação percentual no número de empregados, período 1995-2005**

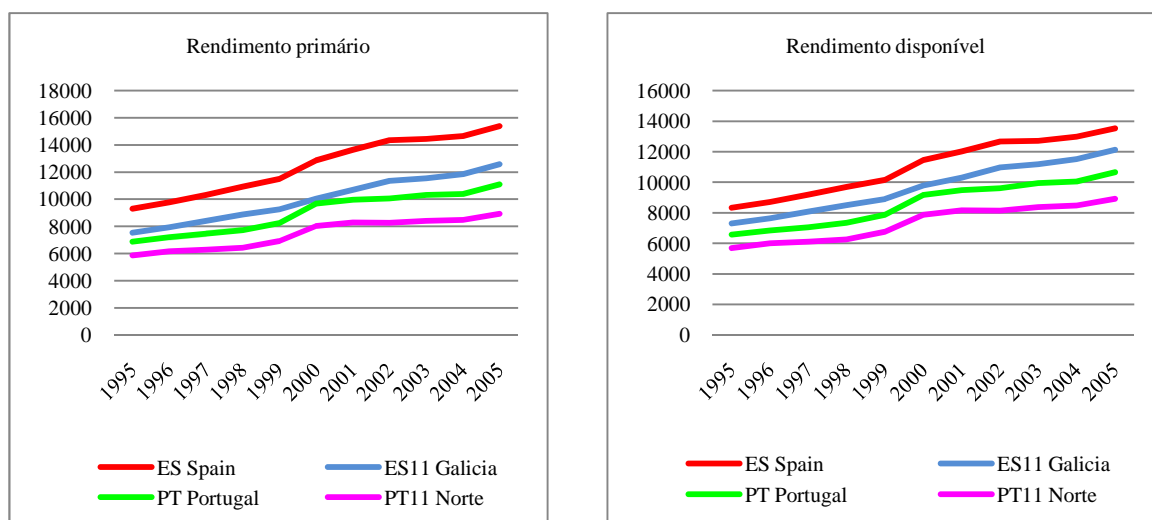


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

<sup>21</sup> Bande e Fernández (2007), referem que, do ponto de vista económico, a migração explica-se porque os emigrantes esperam melhorar o seu bem estar, o qual depende de factores económicos e outros.

Outro sinal de que as disparidades<sup>22</sup> podem estar a acentuar-se entre o litoral e o interior da Galiza advêm das informações dos gráficos que apresentamos de seguida. Apesar de, na Galiza, se ter verificado uma maior variação percentual que a média espanhola nos rendimentos primários e disponíveis<sup>23</sup> (gráficos 38 e 39), a dispersão no PIBpc, desde 2001, mostra uma tendência ascendente, em oposição ao que ocorre em Espanha (ver gráficos 40 e 41).

**Gráfico 38. Evolução do rendimento primário e disponível (em PPC por habitante e baseado no consumo final)**

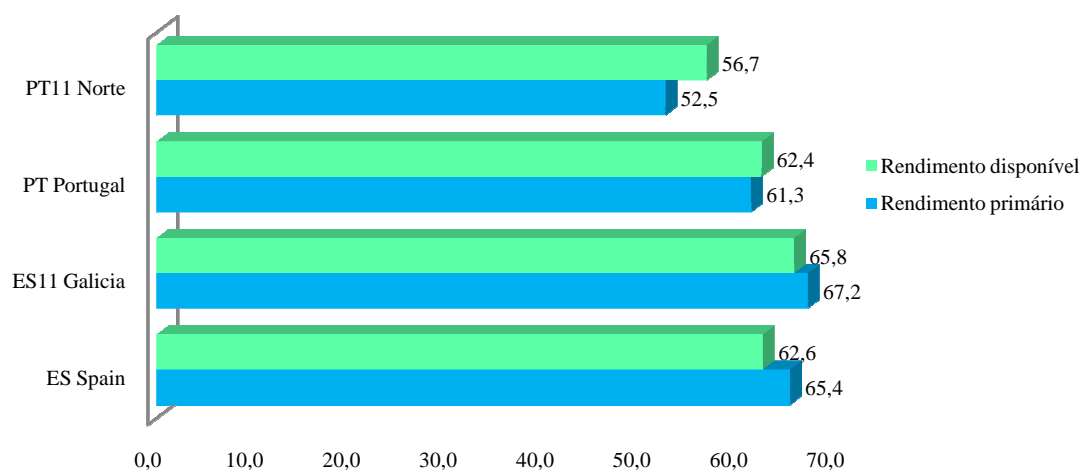


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

<sup>22</sup> Gostaríamos de apresentar outros indicadores de coesão económica e social. No entanto, não existem outros dados disponíveis com um nível de desagregação NUT III.

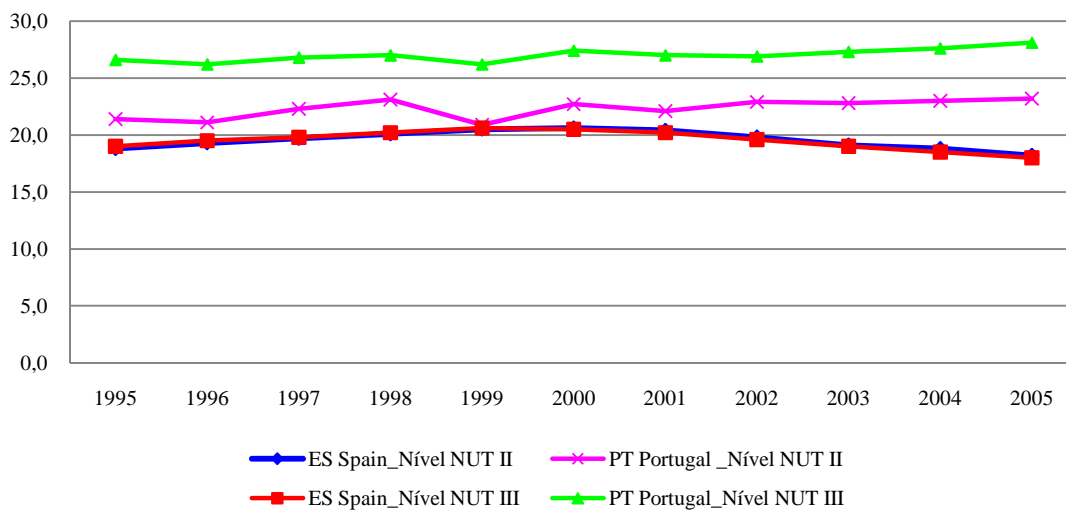
<sup>23</sup> Segundo a definição do Eurostat, os **rendimentos primários** englobam os rendimentos que os particulares auferem em resultado da sua participação no processo de produção. Esta categoria inclui: os salários (dos assalariados), os rendimentos dos empresários e os rendimentos de propriedade. O **rendimento disponível** corresponde ao rendimento líquido (efectivo) anual de um particular. Isto é, engloba a totalidade de rendimentos quer resultem ou não da participação no processo de produção líquidos de impostos e contribuições para a segurança social. Assim, engloba os rendimentos do trabalho e capital, as transferências públicas e privadas e os rendimentos provenientes de outras fontes, líquidos de impostos e contribuições para a segurança social.

**Gráfico 39. Variação percentual no valor dos rendimentos primários e disponíveis.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

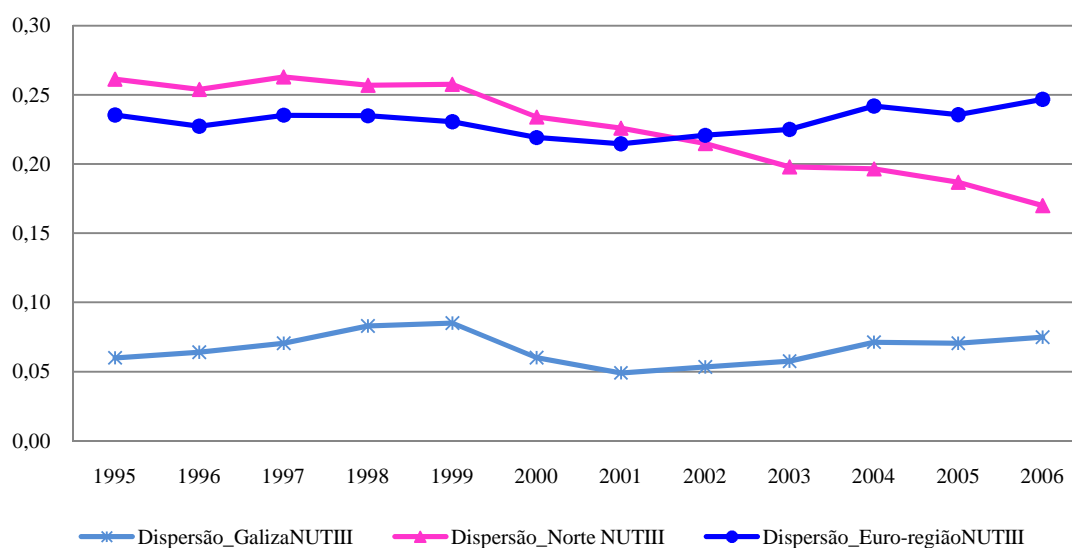
**Gráfico 40. Dispersão no PIBpc - Espanha e Portugal**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).



**Gráfico 41. Dispersão no PIBpc – Euro-região**



Fonte: Elaboração própria (dispersão=Desvio Padrão/Média). Dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.ec.eu.int> (em Maio de 2009).

No que se refere à região Norte é de salientar que, no período de 1995-2005, a variação positiva no rendimento disponível foi superior à variação que ocorreu nos rendimentos primários, o que acaba por reflectir a evolução económica registada na região nos últimos anos. Em relação à redução das disparidades no PIBpc, a dispersão na região Norte é muito superior à da Galiza mas mostra uma tendência descendente. Nesse sentido, a evolução parece ser oposta à da Galiza e também ao que se verifica a nível nacional (ver gráficos 40 e 41).

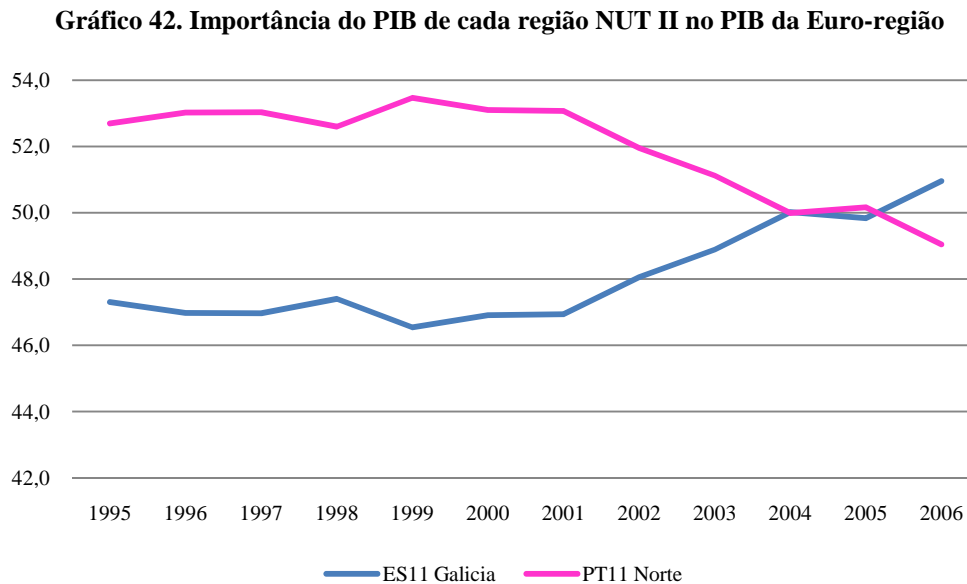
## 6. Conclusões

A região Norte e a região da Galiza são duas regiões pertencentes a dois países vizinhos que aderiram no mesmo ano ao mesmo bloco de integração regional. Com a integração na actual UE, estes países, Portugal e Espanha, realizaram progressos consideráveis em diferentes níveis e diferentes amplitudes, na redução das disparidades iniciais que os distanciavam dos níveis médios da UE15. Com efeito, crescimento e convergência constituem objectivos fundamentais não apenas da PRC mas também do próprio processo de integração económica. No entanto, os benefícios do crescimento económico não se estendem de igual forma a todos os territórios. A própria CE (CE, 2007) reconhece que apesar dos notáveis progressos

verificados nos países da coesão, isso não significou a redução das disparidades no seio dos mesmos estados.

Esta parece ser também uma das principais conclusões que esta análise comparativa parece indicar para a região Norte e Galiza. Ao procurar descrever e analisar o desempenho destas duas regiões no seio das respectivas economias nacionais, os dados parecem indicar que nenhuma das regiões conseguiu reforçar a sua importância e posição competitiva no interior dos respectivos países. Com efeito, a análise *shift-share* indica que, tanto a região Norte como a Galiza têm perdido posição competitiva no interior dos respectivos países.

Outra conclusão fundamental que ressalta deste exercício é que o desempenho económico das duas regiões acompanhou a tendência dos ciclos nacionais pelo que, enquanto áreas que compõem uma só Euro-região esse desempenho seguiu estratégias divergentes. O gráfico 42 é claro e sintetiza a evolução da produção e riqueza nos últimos anos: a crescente importância da produção da Galiza para o PIB da Euro-região e a redução da importância do PIB da região Norte.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos *on-line* nos sítios <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (em Maio de 2009).

Adicionalmente, outros elementos caracterizam a evolução das duas regiões. A tabela 28 apresenta um resumo da evolução de alguns indicadores para as regiões em análise.

**Tabela 28. Resumo de alguns indicadores**

Indicador	UE15		Espanha		Portugal		Galiza		Norte		
	97	07	97	07	97	07	97	07	97	07	
<b>POPULAÇÃO</b>											
Crescimento da população, entre 01-07 (em %)	-	-	8,9	-	2,3	-	1	-	1,5	-	
Densidade populacional (em 2006)	-	-	87,2	-	114,9	-	91,8	-	163,4	-	
Estrutura da população (em % do total)	<b>97</b>	<b>07</b>	<b>97</b>	<b>07</b>	<b>97</b>	<b>07</b>	<b>97</b>	<b>07</b>	<b>97</b>	<b>07</b>	
Menos de 15 anos	17,4	-	16,4	14,5	17,6	15,4	14,4	11,4	19,4	16,1	
15-65	67	-	68,2	68,8	67,7	67,3	67,5	67,3	68,5	68,8	
Mais de 65 anos	15,6	-	15,4	16,7	14,7	17,3	18,1	21,3	14	15,1	
<b>CAPITAL HUMANO</b>	<b>Período</b>	<b>99</b>	<b>07</b>	<b>99</b>	<b>07</b>	<b>99</b>	<b>07</b>	<b>99</b>	<b>07</b>	<b>99</b>	<b>07</b>
% da população activa <sup>24</sup> com nível <i>ISCEDO_2</i>		25	26	55	43	73	65	62	46	79	71
% da população activa com nível <i>ISCED3_4</i>		39	43	17	23	11	14	15	20	8	11
% da população activa com nível <i>ISCED5_6</i>		22	28	27	33	10	15	21	33	8	12
<b>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&amp;D)</b>	<b>Período</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>
Despesa em P&D (em % do PIB)		1,85	1,9	0,79	1,12	0,54	0,81	0,47	0,87	0,37	0,69
Emprego no sector (em % do emprego total)		1,46	1,59	1,18	1,49	0,54	0,87	-	1,41	-	0,63
<b>INFRA-ESTRUTURAS</b>	<b>Período</b>	<b>90</b>	<b>05</b>	<b>90</b>	<b>05</b>	<b>90</b>	<b>05</b>	<b>90</b>	<b>05</b>	<b>90</b>	<b>05</b>
Auto-estradas (em Km)		-	-	4693	11432	314,4	2341	129	758	67	452
Variação percentual (90-05)		-	-	143,6	-	644,6	-	487,6	-	574,6	-
Caminho de ferro (linha dupla) em Km		-	-	2788	3906,9	424	607,3	0	42	37	116,4
Variação percentual (90-05)		-	-	40,1	-	43,2	-	-	-	214,6	-
<b>Médicos por 100 000 habitantes</b>	<b>Período</b>	<b>95</b>	<b>07</b>	<b>95</b>	<b>07</b>	<b>95</b>	<b>07</b>	<b>95</b>	<b>07</b>	<b>95</b>	<b>07</b>
		-	-	267,3	368,3	254,5	-	243,4	331,1	221,5	-
Variação percentual (95-07)		-	-	37,8	-	-	-	71,9	-	-	-
<b>ESTRUTURA PRODUTIVA (% do total)</b>	<b>Período</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>
VAB do sector agrícola		2,7	2,1	4,4	3,2	5,8	2,8	8	6	5	2
VAB do sector industrial		23,6	20,3	22,1	18,4	21,5	17,7	22	21	30	27
VAB do sector construção		5,7	5,8	7,5	12,4	6,2	6,9	9	12	7	9
VAB do sector dos serviços		67,5	71,8	66	66,8	66,5	72,6	62	66	58	70
Emprego no sector agrícola		-	-	8,1	5,3	12,2	11,8	23	12	13	14
Emprego no sector industrial		-	-	18,9	17,3	22,5	19,8	15	21	33	30
Emprego no sector construção		-	-	9,1	12,4	8,7	10,8	10	12	9	12
Emprego no sector dos serviços		-	-	64	65	56,6	57,6	52	66	45	51
<b>CRESCIMENTO ECONÓMICO</b>	<b>Período</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>
PIBpc (em PPC)		16958	25246	13400	22900	11000	17300	11000	18700	9300	13700
Em % da UE15		100	100	79	91	65	69	65	74	55	54
Variação percentual no PIBpc (95-06)		48,9	-	70,9	-	57,3	-	70,0	-	47,3	-
<b>Cresc. real do PIB (média, em %)</b>	<b>Período</b>	<b>95-01</b>	<b>01-05</b>	<b>95-01</b>	<b>01-05</b>	<b>95-01</b>	<b>01-05</b>	<b>95-01</b>	<b>01-05</b>	<b>95-01</b>	<b>01-05</b>
		2,5	-	3,7	3,2	3,5	0,6	2,8	2,8	2,6	0,4
<b>Produtividade</b>	<b>Período</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>	<b>95</b>	<b>05</b>
		47,7 (em 2001)	-	31,4	42,9	17	25,1	24,2	36,8	14,5	20

Fonte: elaboração própria partir da informação recolhida *on-line* no sítio <http://ep.eurostat.cec.eu.int> em Fevereiro de 2009.

<sup>24</sup> População activa (entre 25-64 anos) em % da população activa com mais de 25 anos.

Desde logo, no que respeita aos aspectos demográficos, existem grandes diferenças entre ambas. Para Portugal, a região Norte é a mais populosa e com a maior camada jovem do país. A população Galega representa apenas 6,1% (em 2007) da população de Espanha e é a mais envelhecida de todo o país.

Os recursos humanos constituem um recurso produtivo fundamental e a qualificação dos mesmos tem sido apontada como um dos factores chave para o crescimento. Nesse sentido, o investimento em capital humano e em investigação constitui um dos princípios base da Estratégia de Lisboa. A este nível podemos apontar algumas divergências entre as regiões. Desde logo, os níveis educacionais na Galiza são muito superiores aos da região Norte. Outra constatação é que ambas as regiões têm níveis educacionais inferiores à média nacional embora, em termos de educação superior, o indicador na região da Galiza tenha alcançado a média nacional. De facto, ao nível da educação superior, a desvantagem da região Norte é também grande. Em 2007, apenas 12% da população activa (entre 25-64 anos) tinha educação superior (níveis 5 e 6 ISCED 1997) enquanto na Galiza a proporção era de 33%. Associado a capital humano altamente qualificado, está o sector da pesquisa e inovação. No que respeita ao sector da inovação e desenvolvimento, fundamental para a competitividade actual, ambas as regiões apresentam fragilidades, quer em relação aos níveis europeus, quer em relação às médias nacionais, embora a posição da Galiza seja mais favorável que a da região Norte.

Quanto ao mercado laboral, tradicionalmente, a região Norte é uma região com elevadas taxas de actividade (masculina e feminina) tanto em comparação com a Galiza como em relação à média nacional ou europeia. Os níveis de desemprego, eram tradicionalmente baixos mas, nos anos mais recentes, em virtude da grave crise enfrentada pelo sector industrial do Norte (caracterizado por indústrias de baixo valor acrescentado como o têxtil, vestuário e calçado) e decorrente da globalização e concorrência de outros mercados, tem-se verificado um forte crescimento do desemprego e acima da média nacional. Em consequência, a este nível, a região Norte está a divergir com a média nacional e com a Galiza que tem verificado uma tendência descendente.

No que se refere à estrutura económica e competitividade, encontram-se também algumas características comuns nas dicotomias região-economia nacional. Com efeito, ambas as regiões ainda detêm sectores agrícolas mais extensos que as outras regiões nacionais. Sectores estes que se caracterizam por baixos índices de produtividade na medida em que, nestas regiões,

dadas as características geográficas e demográficas, muitas das áreas agrícolas são fragmentadas e de reduzida dimensão não facilitando a mecanização nem a obtenção de economias de escala. Adicionalmente, os dados analisados parecem indicar que tanto na região Norte como na Galiza o sector primário está a perder emprego a favor do sector terciário mas, apesar disso, cada região continua a manter a sua principal característica económica: a especialização industrial na região Norte e a especialização no sector pesqueiro na Galiza. Podemos ainda referir que, entre 1995 e 2004, nenhuma região conseguiu reforçar as vantagens competitivas no sector dos serviços, em comparação com a média nacional.

Em termos de produtividade, quer a região Norte quer a Galiza têm níveis médios de produtividade mais baixos que a média do país em todos os sectores. Podemos ainda referir que, a análise dos CTU, para o período de 1995-2004, parece indicar uma vantagem a favor da Galiza relativamente à região Norte no que se refere à relação custos salariais-produtividade, isto é, os níveis de produtividade superiores da Galiza compensam os mais altos custos salariais por trabalhador. Outra constatação é que, no período 1995-2004, ambas as regiões têm níveis de produtividade inferiores à média nacional.

A análise levada a cabo ao nível NUT III, isto é, no interior da Euro-região indica, no essencial, duas grandes conclusões. Por um lado, e como já referimos, a perda da importância relativa da região Norte no PIB da Euro-região decorrente, em grande parte, do fraco desempenho económico da região do Grande Porto. No período 1995-2006, esta região verificou uma perda de 20,8 pontos percentuais no PIBpc. Por outro lado, temos a questão da dispersão. A este respeito é de referir que, a dispersão no PIBpc na região Norte é bastante superior à da Galiza mas, nos últimos anos, mostra uma tendência descendente mais uma vez decorrente sobretudo do desempenho negativo do Grande Porto o qual tem favorecido a convergência no interior da região. Apesar disso, ao nível interno da Euro-região a tendência dos últimos anos mostra um aumento da dispersão, o que é indicativo de que o processo de convergência interno também não está a verificar-se.

Assim, apesar das evoluções positivas verificadas em cada uma das regiões, a região Norte e a Galiza continuam a ser duas das regiões mais atrasadas das respectivas economias nacionais apresentando desvantagens consideráveis ao nível dos factores determinantes para o crescimento e competitividade. Esta é também uma das conclusões do trabalho de Azevedo (2004, p. 108).

*“O Norte de Portugal e a Galiza continuam a apresentar níveis de desenvolvimento dos mais baixos da UE15, revelando fragilidades significativas em matéria de dotação de alguns dos factores dinâmicos de competitividade(...)”.*

Por último, podemos referir que a pesquisa desenvolvida neste capítulo vai de encontro a uma das conclusões do trabalho de Fayolle e Lecuyer (2000) no qual os autores referem que o desempenho das regiões depende em alto grau do desempenho dos países a que pertencem, isto é, a dinâmica regional tem uma forte componente nacional. Com efeito, a análise levada a cabo parece indicar que, apesar das semelhanças territoriais, linguísticas, culturais e socioeconómicas entre as duas regiões, e apesar da Euro-região Galiza-Norte de Portugal ser apontada como uma das Euro-regiões de referência a nível europeu, a evolução económica das duas regiões, nos últimos anos, não parece ser um indício de duas regiões integradas na medida em que essa evolução seguiu trajetórias divergentes/opostas. As dinâmicas de evolução de cada uma das regiões, aproximam-se mais das dinâmicas de evolução das respectivas economias nacionais do que de uma Euro-região plenamente integrada com as suas regiões a seguir um padrão de evolução comum.

---

## **CAPÍTULO II.**

### **A Política Regional e de Coesão da União Europeia**

---

## Introdução

O principal objectivo da política económica tradicional foi a procura de um elevado ritmo de crescimento económico. No entanto, a experiência demonstrou que este processo de crescimento origina uma serie de desequilíbrios que entram em conflito com outros aspectos do desenvolvimento, como a estabilidade de preços, a manutenção de uma elevada taxa de emprego e sobretudo uma distribuição equitativa da riqueza, tanto pessoal como territorial. Neste sentido, perante os crescentes desequilíbrios espaciais, tanto a nível mundial (países desenvolvidos - países subdesenvolvidos), como dentro dos próprios países, constatou-se a necessidade de considerar o espaço no processo de desenvolvimento.

A União Europeia é uma das zonas de actividade económica mais prósperas do mundo. Mas as disparidades entre os seus Estados membros são grandes, sendo ainda maiores se considerarmos as actuais 271 regiões que a compõem, em resultado do último alargamento.<sup>25</sup> Ainda que a solidariedade entre os povos da UE, o progresso económico e social, e uma maior coesão apareçam consagrados no preâmbulo do Tratado de Amsterdão,<sup>26</sup> nos primeiros passos da UE existia a ideia de que o crescimento económico geral permitiria resolver, de maneira automática, o problema das regiões insuficientemente desenvolvidas. De facto, a *coesão económica e social* só passa a ser um objectivo da União com a aprovação do Acto Único em 1987, o que é indicativo de que o enfoque territorial-regional, no processo de construção europeia, é relativamente recente. No obstante, a constatação de que as forças de mercado por si só, tenderiam a acentuar os desequilíbrios regionais, tanto em épocas de auge como em épocas de recessão, obrigou à consideração da política regional no contexto de qualquer política económica nacional, com o objectivo, não apenas de evitar as distorções no crescimento económico, mas também conseguir um desenvolvimento harmonioso de todas as regiões, reduzindo as diferenças entre elas.

---

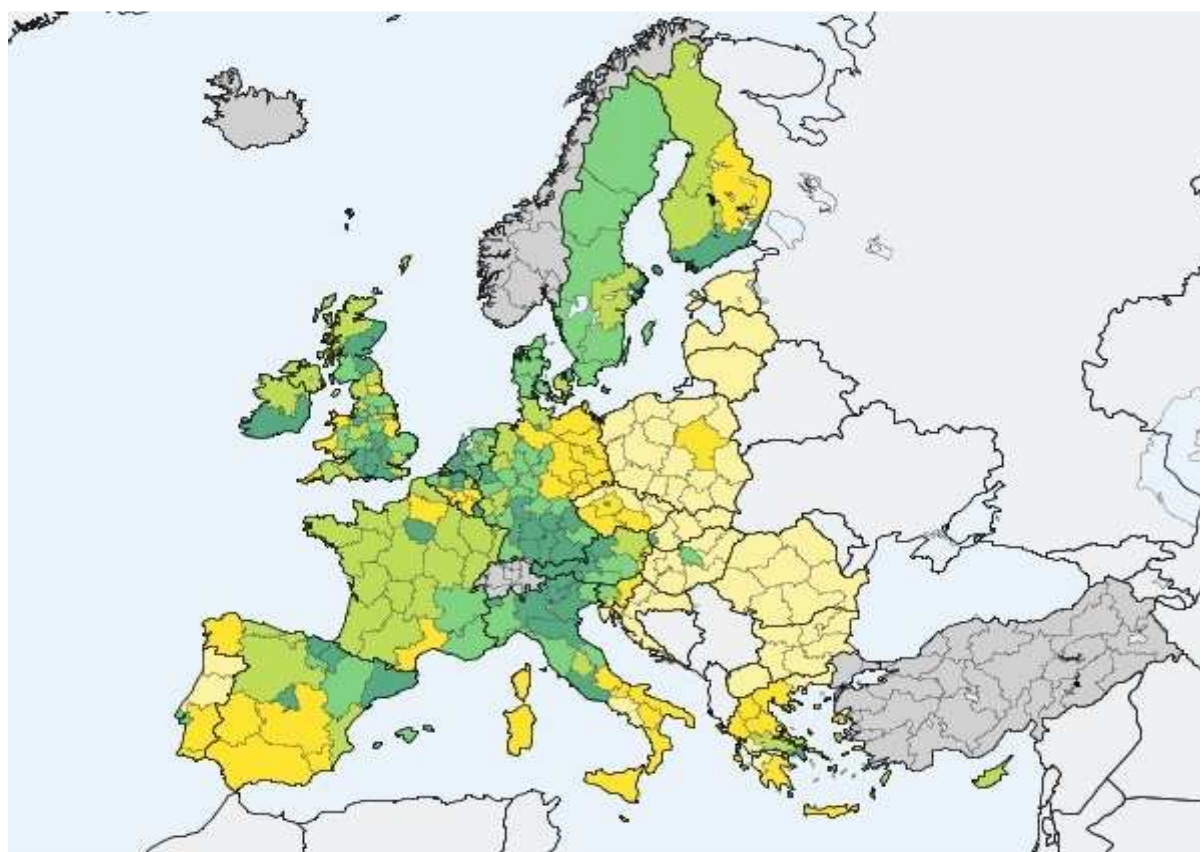
<sup>25</sup> A elevada concentração da actividade económica ficou patente no segundo relatório sobre a coesão no qual se mostrava como a zona central do pentágono (delimitada por North Yorkshire em Inglaterra, Franche-Comté em França, Hamburgo no Norte da Alemanha e Milão no Norte de Itália), abarcava 18% da superfície da UE15, representava 41% da população, 48% do PIB e 75% da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I+D). Os dois últimos alargamentos resultaram na duplicação das disparidades no seio da UE e inclusivamente em alguns aspectos triplicou as disparidades, determinando mais que nunca a necessidade uma política regional comunitária solvente e eficaz. Tendo em conta os últimos dados disponíveis do PIBpc, o da região mais rica da UE é 12,8 vezes superior ao da região mais pobre. Na UE-27, o PIB per capita em Paridade de Poder de compra é quase cinco vezes superior em 10% das regiões mais ricas relativamente às 10% mais pobres. Na UE-15 a diferença era sensivelmente menor (era inferior a três vezes).

<sup>26</sup> Além disso, no artigo 158 do Tratado é estabelecido que "*A Comunidade propõe-se, em particular, reduzir as diferenças entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões ou ilhas menos favorecidas, incluídas as zonas rurais*".



Com efeito, Rodríguez-Pose e Petrakos (2004) observam que, do ponto de vista territorial, as disparidades económicas no interior de cada país aumentam à medida que se avança nas fases de integração. Frente a um processo de convergência entre Estados, e a espaços centrais cada vez mais incorporados na economia europeia e mundial, existem também muitas regiões periféricas cuja capacidade para competir numa economia mais integrada e globalizada é escassa.

**Mapa 1. Produto Interno Bruto (em PPC por habitante em % da média da UE-27), para as regiões NUTS2**



Legend (Data 2006)

24.7 - 66.3

66.3 - 87.7

87.7 - 104.1

104.1 - 118.5

118.5 - 335.9

N/A

Minimum value:24.7 Maximum value:335.9

Fonte: Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> (acedido em Maio de 2009)

Nesse sentido, e com o objectivo de atenuar estas disparidades e melhorar o nível de vida dos cidadãos, a UE desenvolveu a sua política regional, partindo da certeza de que o desenvolvimento económico territorial era desigual devido às diferenças nas características físicas, à diferente dotação de recursos e aos choques externos, mas também, devido a diferentes políticas económicas dos governos. Em todo o caso, a Política Regional europeia é uma política essencialmente solidária que se justifica por razões de equidade (redistribuição da riqueza), embora também se possa defender com argumentos de eficiência económica (reduzir o desemprego ou reduzir os fenómenos de congestionamento e sobreutilização do capital fixo social) e porque todo o objectivo de longo prazo, como é o caso do crescimento e desenvolvimento económico, não é prioritário para os agentes económicos privados.

Através desta política, mais de um terço do orçamento da UE destina-se à redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões da Europa. O seu objectivo final é fortalecer a coesão económica, social e territorial dentro da UE através da recuperação e desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, da reconversão das zonas industriais em crise, pela diversificação económica das zonas rurais em declínio agrícola, e pela criação de emprego.

O conceito de coesão territorial vai mais além da ideia de coesão económica e social, ampliando-a e reforçando-a. Do ponto de vista da política, o objectivo é ajudar a promover um desenvolvimento mais equilibrado reduzindo as disparidades existentes, travando os desequilíbrios territoriais e aumentando a coerência, tanto das políticas sectoriais, que têm uma repercussão territorial, como da política regional. O objectivo também é melhorar a integração territorial e fomentar a cooperação entre as regiões. Isto porque, ainda que se trate de uma política essencialmente solidária, as disparidades territoriais não podem ser ignoradas com justificações baseadas em argumentos de eficiência e competitividade, na medida em que estes problemas podem conduzir a um problema acumulativo no qual, por exemplo, as dificuldades de acesso a centros de investigação e inovação ou a redes de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), reduzam ainda mais o potencial de desenvolvimento económico das regiões que já estão estranguladas.

Nesse sentido, dada a importância da PRC da UE e uma vez que ela constitui o principal instrumento da União destinado a promover o desenvolvimento auto-sustentado dos países e regiões menos desenvolvidos ajudando na resolução dos problemas estruturais, o objectivo deste capítulo é apresentar e analisar a PRC da UE nas suas diferentes vertentes. Nesse sentido, começamos por, numa primeira secção do capítulo, apresentar a sua evolução ao

longo dos processos de aprofundamento e alargamento da UE, bem como destacar os principais argumentos a favor e contra a política. Posteriormente, na segunda secção procedemos à revisão da literatura relativa ao papel da PRC na convergência regional no interior da UE.

## **1. A Política Regional Comunitária: história, objectivos, instrumentos e justificação**

### **1.1 A Política Regional Comunitária: Breve Evolução Histórica.**

A PRC constitui, actualmente, uma das principais e mais importante políticas comuns da UE. Esta política foi evoluindo e assumindo uma importância crescente ao longo das últimas décadas, quer devido aos sucessivos alargamentos quer devido ao aprofundamento do processo de integração.

No seio da UE, o reconhecimento de que “o mecanismo das forças de mercado” por si só são incapazes de assegurar um desenvolvimento equilibrado de todas as regiões reduzindo as diferenças entre elas, favoreceu o desenvolvimento da PRC. Com efeito, já no Preâmbulo do Tratado de Roma se estabelecia como objectivo “*assegurar o desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as regiões e o atraso das menos favorecidas*”. No entanto, só com o estabelecimento do Acto Único Europeu (AUE) é que a PRC se assume como uma verdadeira política comum da UE. Mais tarde com a assinatura do Tratado de Maastricht, a “Coesão Económica e Social” tornou-se uma das políticas prioritárias da UE, visando, sobretudo, corrigir os desequilíbrios de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. O objectivo é melhorar a competitividade das “regiões problema” ou atrasadas através de políticas e investimentos em três eixos fundamentais: na formação do capital humano regional; apoio directo ao sector produtivo e aumentando e melhorando os níveis de infra-estruturas físicas. Não se trata apenas de transferir recursos financeiros para as regiões pobres mas sim dotá-las dos meios necessários para acelerar o seu desenvolvimento e melhorar o nível de vida das suas populações. Neste sentido, a PRC deverá permitir reduzir as desigualdades de riqueza entre as regiões, melhorar e aumentar o nível de emprego, favorecer o desenvolvimento harmonioso das várias regiões europeias protegendo o ambiente e assegurando o desenvolvimento sustentável de modo a que o conjunto dos cidadãos europeus beneficie das vantagens da integração.

Contudo, a PRC nem sempre teve a importância que assume hoje no âmbito da UE e das políticas comuns, em grande medida porque na primeira etapa 1957-1974 a confiança no mercado como corrector dos desequilíbrios uniu-se ao facto de que as desigualdades na altura

eram insignificantes, à excepção do sul de Itália. Portanto, neste período, segundo Esteban e al. (2009), a PRC consistia essencialmente numa política de solidariedade financeira orientada para a redistribuição de uma parte das contribuições dos Estados membros para as regiões menos favorecidas. No entanto, com a evolução da integração e os sucessivos alargamentos, também a PRC foi evoluindo.

O primeiro passo dado no caminho da integração económica ocorreu em Abril de 1948 com a fundação da Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE). A OECE foi criada para distribuir a ajuda económica e financeira providenciada pelos Estados Unidos da América (EUA) através do Plano Marshall entre os países membros e para coordenar os programas de assistência. Depois de cumpridos os objectivos para que foi criada, a reconstrução económica e social da Europa devastada pela guerra, a OECE não foi abolida com o termo do plano Marshall em 1950. No entanto, dado o novo contexto económico-social europeu era necessário redefinir os seus objectivos no sentido de alargar a sua actuação a um grupo mais amplo de países. Nesse sentido, continuou a promover a liberalização do comércio internacional e a cooperação económica de modo que, em 1961, passou a designar-se por Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A OCDE reúne, actualmente, trinta países<sup>27</sup> defensores dos princípios democráticos e de economia de mercado. Pelo debate e análise das questões económicas, sociais, ambientais e de governação resultantes da globalização, procura apoiar os seus membros através da identificação de instrumentos, estabelecimento de políticas, decisões e recomendações. Assim, e de acordo com o artº 1 da convenção da OCDE<sup>28</sup> a sua actuação, que abrange também relações activas com setenta países não membros, com organizações não governamentais e com a sociedade civil, tem como finalidade o desenvolvimento de políticas que permitam:

- o desenvolvimento da economia, do emprego e da melhoria do nível de vida nos países membros, sem prejuízo da estabilidade financeira, contribuindo para o desenvolvimento da economia mundial;

- a expansão económica, tanto dos países membros como dos não membros em vias de se desenvolverem;

---

<sup>27</sup> Países membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Islândia, Irlanda, Japão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Republica Checa, Republica Eslovaca, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

<sup>28</sup> [www.oecd.org](http://www.oecd.org), acedido a 23-09-2007.

- o progresso do comércio internacional numa base multilateral e não discriminatória.

Para além da OCDE, em Maio de 1950 foi dado um novo impulso à integração com a instituição do Plano Schuman. O Plano Schuman, ao propor que os recursos de carvão e do aço dos países europeus fossem colocados sob uma autoridade comum, tinha por objectivo a criação de uma verdadeira federação europeia. O Plano Schuman aceite por seis países: a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a Itália, a França e a Alemanha, culminou na assinatura do Tratado de Paris, em Abril de 1951, o qual instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O sucesso da CECA foi o impulso para prosseguir a construção da Europa Comunitária. Assim, os seis países assinaram, em Roma, em Março de 1957, os Tratados de Roma que instituíram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM). Estas três “comunidades” uniram-se devidamente e, em 1965, formaram a Comunidade Europeia.

Um novo passo no aprofundamento da integração Europeia foi dado em Haia, em Fevereiro de 1986, com a aprovação do AUE. Os países que formavam a CEE eram, agora, doze e, embora os níveis de integração fossem já avançados, os objectivos dos países constituintes da Comunidade Europeia não se limitavam à liberdade de circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais. Também tinham em vista, a abertura total das fronteiras. Desta forma, o Relatório Delors e a vontade de prosseguir para a União Económica e Monetária contribuíram para uma nova reforma constitucional que culminou no Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 1991<sup>29</sup>. Posteriormente, em 1997, é assinado o Tratado de Amesterdão, cujos princípios serão aprofundados e reforçados mais tarde com o Tratado de Nice (assinado em 2001), onde são estabelecidos novos desafios e desenvolvimentos ao processo de integração nomeadamente a incorporação dos acordos de Schengen, nova reforma institucional e maior eficácia e coerência para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). O Tratado de Lisboa, assinado a 13 de Dezembro de 2007, que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, visa dotar a União Europeia de um quadro jurídico que lhe permita funcionar num mundo globalizado e, nesse sentido, vem introduzir uma nova reforma das instituições tornando-as mais eficazes numa Europa alargada pondo, assim, fim a dois anos de incerteza sobre o funcionamento das instituições europeias,

---

<sup>29</sup> O Tratado de Maastricht (ratificado em 1993) para além de um acordo num conjunto de assuntos políticos, estabelece um acordo irreversível com vista à União Económica e Monetária (UEM) e a CE passa a designar-se União Europeia.

provocada pelos referendos negativos, quer da França, quer da Holanda, à Constituição Europeia. Dada a importância do papel da UE nas relações económicas internacionais, foram introduzidas reformas para tornar mais eficaz e coerente o relacionamento da Europa com o mundo. O Tratado de Lisboa prevê também diversas disposições destinadas a aproximar a União e as suas instituições dos cidadãos, conferindo mais poder ao Parlamento Europeu, e um papel de maior relevo aos parlamentos nacionais dos Estados membros.

Mas como é que a problemática regional tem sido encarada ao longo do processo de integração europeia?

A dimensão regional da UE foi, desde as suas origens, duplamente condicionada. Por um lado, pelo processo de aprofundamento da integração que, à medida que se ia concretizando, exigia uma convergência cada vez maior entre as diferentes economias. Por outro lado, pelo processo de alargamento a outros países cuja heterogeneidade foi acentuando as disparidades regionais no seio da UE.

A PRC torna-se um assunto relevante para as autoridades europeias, em grande parte, devido ao debate e adopção do objectivo da União Económica e Monetária (UEM). A preocupação fundamental, expressa na cimeira de Paris em 1972, de que as persistentes disparidades regionais poderiam impedir a realização da UEM, uma vez que os governos, podiam não ceder o controlo das suas políticas económicas, tornou a política regional um “complemento” vital para UEM. Contudo, a crise económica e financeira dos anos setenta acabou por adiar a realização da UEM para os anos noventa. Por essa razão, acabou por ser o processo de alargamento da Comunidade, em 1973, o principal impulso para a introdução de uma política regional explícita no orçamento comunitário (Dignan, 1995). No início da década de setenta, a adesão da Dinamarca e principalmente da República da Irlanda e do Reino Unido, foram determinantes para a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)<sup>30</sup>. A Irlanda apresentava um atraso económico à escala de todo um Estado membro e não só de algumas das suas regiões. O Reino Unido trouxe para a Comunidade um novo problema regional - o declínio industrial e a deterioração urbana. Até então, e desde a assinatura do Tratado de Roma, as políticas de carácter regional eram da responsabilidade das autoridades

---

<sup>30</sup> Na altura o Reino Unido como não tinha praticamente gastos com a agricultura, requereu outro tipo de compensações como forma de reequilibrar as transferências de recursos excessivamente elevadas feita a outros países como a França a título da Política Agrícola Comum.

nacionais. É assim que, com o alargamento de 1973 e a criação do FEDER, em 1975, se começa a delinear uma política regional comunitária a qual se vai consolidar a partir da reforma de 1988. Tomando em consideração as propostas contidas no relatório Thompson<sup>31</sup>, a Comunidade criou, em Março de 1975, o FEDER e o Comité para a Política Regional.

O Comité para a Política Regional foi criado por decisão do Conselho nº 75/185 em Março de 1975. O seu objectivo era contribuir para a coordenação das políticas regionais, analisando periodicamente a evolução da situação económica e social das regiões da comunidade, os problemas relativos ao desenvolvimento regional, os meios financeiros a ele afectos e a incidência, no plano regional, dos vários instrumentos financeiros comunitários.

O FEDER foi o primeiro instrumento financeiro com finalidade específica de desenvolvimento regional, cujo principal objectivo era apoiar investimentos públicos e privados em infra-estruturas e, em menor grau, projectos industriais. O FEDER, criado em 1975 pelo Regulamento (CEE) nº 724/75, tinha como vocação promover o desenvolvimento das regiões, corrigir disparidades regionais e contribuir para a reconversão das regiões industriais em declínio. Esses objectivos seriam atingidos apoiando políticas nacionais de desenvolvimento regional e, também, financiando Programas Comunitários. Assim, e de acordo com a sua primeira regulamentação, o FEDER era um instrumento com finalidade especificamente regional, subsidiário e de apoio às políticas regionais dos Estados Membros. Além disso, os recursos do FEDER repartiam-se, na sua totalidade, entre os Estados-membros segundo um sistema de quotas pré-fixadas no próprio Regulamento do FEDER e destinavam-se a financiar projectos de investimento localizados em zonas já previamente assistidas pelos Estados-membros no contexto das suas políticas de desenvolvimento regional. Como veremos ao longo desta secção, as regras do FEDER alteraram-se com os alargamentos, o aprofundamento da integração e com a evolução da PRC

Para além do FEDER, existiam outros fundos estruturais ao dispor da Comunidade destinados a reduzir as disparidades regionais - o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola-Orientação (FEOGA-Orientação).

O FSE, cuja criação estava prevista nos tratados da CEE nos artigos, art.º 3º alínea i); art.º 123º a 128º e art.º 199º, 200º e 207º, iniciou a sua actividade em Setembro de 1960 após a

---

<sup>31</sup> George Thompson foi o comissário encarregue de avaliar os problemas regionais derivados da adesão dos 3 novos Estados: Reino Unido, Irlanda e Dinamarca.



entrada em vigor do Regulamento (CEE) nº9/60. O FSE visa, através do auxílio financeiro, promover as facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional no interior da Comunidade. Esse objectivo é prosseguido pelo apoio financeiro à formação profissional de jovens e adultos e através de acções específicas destinadas a favorecer a execução de projectos de carácter inovador e a examinar a eficácia de projectos para as quais a contribuição do fundo é concedida e facilitar a troca de experiências. No essencial, actualmente estes objectivos e este tipo de financiamentos do FSE continuam a vigorar.

O FEOGA é um instrumento financeiro da Política Agrícola Comum (PAC) que, em 1964, por meio do Regulamento nº17/64 CEE, ficou dividido em duas secções:

- a **secção garantia**, tem por finalidade financiar a política de preços e dos mercados agrícolas e garantir aos agricultores um rendimento equitativo;
- a **secção orientação**, destina-se, essencialmente, a co-financiar projectos de reconversão e criação de estruturas agrícolas (quer sejam de produção, transformação ou comercialização dos produtos agrícolas).

O FEOGA-Orientação foi, durante o período de vigência dos três Quadros Comunitários de Apoio (QCA) um instrumento ao dispor da PRC sobretudo no apoio a zonas rurais e de reconversão de estruturas agrícolas. Actualmente, como veremos à frente, para o período de 2007-2013 o FEOGA-O deixa de estar directamente relacionados com a PRC e passa a ter nova designação. O FEOGA passa a designar-se por Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Para além dos fundos estruturais a Comunidade dispunha, na altura das suas origens, de outros instrumentos: os fundos CECA, cujas intervenções se destinavam a apoiar e criar novas condições para o desenvolvimento das regiões produtoras do carvão e do aço; o BEI, cuja vocação é financiar projectos que visam a valorização das regiões menos favorecidas; o “Novo Instrumento Comunitário” (NIC), criado em Outubro de 1978 destinado a promover o desenvolvimento das infra-estruturas, dos recursos energéticos e das Pequenas e Médias Empresas (PME).

Apesar destes progressos, a verdade é que a PRC continuava, quase inteiramente, nas mãos dos Estados-membros. Cada Estado-membro definia a sua política regional estando, apenas, sujeito a respeitar as regras comunitárias da concorrência. A PRC era totalmente subsidiária

das políticas regionais dos Estados-membros e limitava-se, praticamente, a transferir fundos da comunidade para os mesmos ao abrigo do funcionamento dos FE.

O alargamento da Comunidade aos países do Sul, a adesão da Grécia em 1981 e de Portugal e Espanha em 1986, e a assinatura do AUE em 1987, tiveram uma influência decisiva no relançamento da PRC. O AUE consubstancia um conjunto de modificações e objectivos que se resumem, no essencial, à realização do grande mercado sem fronteiras, o Mercado Único (MU), e ao seu corolário indispensável: "*o reforço da coesão económica e social na Comunidade*" (art.º 130 A). Tendo em vista este último objectivo o AUE previu, explicitamente, a reforma dos fundos estruturais, que ficou conhecida como a *reforma fundamental ou a reforma de 88*. Os artigos, art.º 130-B, art.º 130-C e art.º 130-D do AUE estabeleciam as alterações necessárias para precisar e racionalizar as missões dos Fundos Estruturais (FE) e demais instrumentos financeiros, a fim de contribuírem para a realização dos objectivos da coesão económica e social e redução das disparidades entre as diferentes regiões e países. Foram também previstas medidas para reforçar a sua eficácia e coordenar as intervenções entre os vários instrumentos financeiros existentes.

Assim, com a reforma de 1988, para além da duplicação dos recursos financeiros, a PRC passa a financiar programas operacionais, ao contrário do que acontecia antes de 1989 em que a ajuda concedida pelo FEDER visava financiar projectos individuais, isto é, a ajuda era concedida "projecto a projecto". Com esta reforma, a intervenção da Comunidade associa-se à dos Estados-membros e a acção da UE nesta matéria torna-se muito mais activa. A partir daqui, as regiões elegíveis para os fundos estruturais passaram a definir um plano de desenvolvimento regional e a submetê-lo à apreciação e negociação com a UE. Após as negociações, esses planos concretizavam-se nos QCA, os quais estabeleciam as prioridades de desenvolvimento de cada país – promover a mudança estrutural e fomentar o desempenho económico das regiões menos desenvolvidas – e é sobre estas prioridades que se deverão concentrar e incidir os meios financeiros comunitários.

Para além da definição dos QCA, a reforma de 1988 trouxe outras inovações, nomeadamente a definição de Iniciativas Comunitárias (IC)<sup>32</sup> e cinco princípios fundamentais na definição e

---

<sup>32</sup> Estas iniciativas destinam-se a completar as acções concertadas com os Estados-membros, direccionando as suas acções para a resolução de problemas comuns a diversas categorias de regiões ou outros domínios e sectores que entenda como essenciais para garantir a coesão económica e social. São exemplos os programas: RECHAR; ENVIREG; SRTIDE; REGIS;

funcionamento das políticas estruturais e de coesão: parceria, concentração, adicionalidade, programação e subsidiariedade.

Posteriormente, com a assinatura do Tratado da UE dá-se um novo impulso na PRC. O Tratado da União Europeia representou um passo importante para a integração plena. Às economias são exigidos grandes esforços e custos de ajustamento durante a fase de transição de modo a cumprirem os critérios de convergência nominal. Em virtude do estabelecimento de um processo progressivo e irreversível que conduziu à adopção da moeda única e ao aprofundamento da concorrência a todos os níveis, as regiões mais atrasadas são preteridas às regiões economicamente mais atractivas. A ênfase coloca-se, novamente, na coesão económica e social. Quanto mais díspar for o "gap" nos níveis de vida, mais difícil será assegurar o aprofundamento da integração (Begg e Mayes, 1991).

Assim, o reforço da coesão económica e social acaba por ser um dos aspectos essenciais do novo Tratado na medida em que é necessário garantir um desenvolvimento harmonioso da União e a redução das disparidades intra-comunitárias. Como as economias regionais não iriam beneficiar de igual modo das novas condições de crescimento proporcionadas pela UEM, havia que encontrar soluções que permitissem ajudar as regiões mais débeis a ultrapassar mais um desafio à sua competitividade (Pires, 1998). Nesse sentido e tendo em conta estas considerações, a UE introduziu um novo pacote de reformas em 1993.

Os novos regulamentos dos fundos estruturais<sup>33</sup> mantiveram a filosofia de actuação decorrente da reforma de 1988 limitando-se, praticamente, a ajustar essa regulamentação. Os recursos financeiros foram novamente duplicados e as principais “inovações” a destacar são:

- a criação de um novo fundo estrutural, o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP), cujo objectivo é apoiar as zonas costeiras afectadas pelo declínio das indústrias das pescas;

---

INTERREG; REGEN; PRISMA; LEADER; TELEMATIQUE; EUROFORM NOW HORIZON; RETEX; LEADER; KONVER.

<sup>33</sup> A nova regulamentação dos FE resume-se, em termos gerais, aos Regulamentos (CEE) n.º. 2081/93(Regulamento quadro) e 2082/93 (Regulamento de coordenação) que vêm alterar os regulamentos (CEE) n.º. 2052/88 e 4253/88, respectivamente. Aos regulamentos (CEE) n.º. 2083/93 relativo ao FEDER e que altera o Regulamento (CEE) 4254/88, Regulamento (CEE) n.º. 2084/93 relativo ao FSE e que altera o Regulamento (CEE) n.º. 4255/88, Regulamento (CEE) n.º. 2085/93 relativo ao FEOGA-O que altera o Regulamento (CEE) n.º. 4256/88 e o regulamento (CEE) n.º. 2080/93 relativo ao IFOP.

- a criação do Fundo de Coesão (FC) (artº 130 D do Tratado de Maastricht) que, não sendo propriamente um fundo estrutural, tem um papel preponderante no fomento da coesão económica e social e tem por objectivo financiar os projectos de infra-estruturas de transporte e do ambiente em países cujo Produto Nacional Bruto (PNB) per capita é inferior a 90% da média comunitária (na altura estavam nessa situação a Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal). Portanto, na altura, o FC distinguia-se dos FE quer pela sua missão quer pelo modo de funcionamento. Enquanto os FE têm como missão reduzir as disparidades entre as regiões, o Fundo de Coesão tem como objectivo reduzir as disparidades entre as economias nacionais.

No final da década de noventa e tendo em vista o alargamento da UE aos países da Europa Central e Oriental (PECO), a PRC foi sujeita a uma nova reforma em 1999. De facto, para além do alargamento aos PECO, o cumprimento do Pacto de Estabilidade, que exige aos estados um rigoroso controlo orçamental necessário para realizar com êxito a UEM e a "mundialização" da economia que, devido à agressividade da concorrência, criam a necessidade de ajudar as regiões desfavorecidas e os grupos sociais mais frágeis no mercado do emprego são os factos que estão na origem da redefinição dos objectivos e das modalidades de execução da política de coesão económica e social da UE, ou seja, estão na origem da reforma dos fundos estruturais para o período 2000-2006.

Embora o novo regulamento que estabelece as disposições gerais sobre os fundos estruturais <sup>34</sup> reconheça que *"os princípios fundamentais da reforma dos fundos estruturais de 1988 devem continuar a reger as actividades dos fundos até 2006, a experiência demonstrou a necessidade de introduzir certas melhorias para aumentar a sua simplificação e transparência (...)"* Assim o Conselho Europeu, reunido em Berlim em Março de 1999, adoptou o acordo político sobre a "Agenda 2000".

A "Agenda 2000", para além de um conjunto de reformas e das perspectivas financeiras para o período de 2000-2006, engloba o projecto de regulamentação sobre as ajudas estruturais, a reforma da PAC e os instrumentos de pré-adesão dos países candidatos<sup>35</sup>. Para além do

---

<sup>34</sup> Regulamento (CE) n.º 1260/1999.

<sup>35</sup> A regulamentação que acompanha a reforma dos FE entre 2000-2006 resume-se a um novo regulamento geral relativo às disposições gerais sobre os FE - Regulamento (CE) n.º. 1260/1999 e a 8 novos regulamentos específicos: Regulamento (CE) n.º. 1783/1999 relativo ao FEDER; Regulamento (CE) n.º. 1784/1999 relativo ao FSE; Regulamento (CE) n.º. 1263/1999 relativo ao IFOP; Regulamento (CE) n.º. 1257/1999 relativo ao FEOGA, Regulamento (CE) n.º. 1264/1999 que altera o Regulamento (CE) n.º. 1164/1994 que institui o Fundo de Coesão; Regulamento (CE) n.º. 1265/1999 que altera o anexo II do Regulamento (CE) n.º. 1164 que institui o Fundo de Coesão; Regulamento (CE) n.º. 1266/1999 relativo à coordenação da

aumento dos recursos destinados aos apoios estruturais, as principais alterações ocorridas à PRC no âmbito da "Agenda 2000" e da nova regulamentação foram:

1. Redução do número de objectivos prioritários. Para o período 2000-2006 são definidos apenas três objectivos<sup>36</sup>:

- Objectivo 1.: *promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas.*

Neste período as zonas elegíveis para o objectivo 1 continuam a ser as regiões NUTS II cujo PIB per capita é inferior a 75% da média comunitária. Em adição, a regulamentação prevê que sejam integradas no objectivo 1, para o período em causa, as zonas que foram elegíveis a título do objectivo 6 no período de programação anterior (1994-1999) e as chamadas regiões ultraperiféricas (os departamentos franceses ultramarinos, os Açores, a Madeira e as ilhas Canárias). Este objectivo é o que recebe o maior montante de recursos, cerca de 70% do total dos fundos estruturais para o período 2000-2006.

- Objectivo 2.: *reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais.*

Este objectivo concentra as regiões do objectivo n.º 2 e n.º 5b) do período de programação anterior sendo alargado às zonas em crise dependentes das pescas, às zonas em reconversão fortemente dependentes dos serviços e às zonas urbanas em dificuldade.

- Objectivo 3.: *apoio à adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego.*

Para o novo período de programação, o objectivo n.º 3 engloba os antigos objectivos n.ºs 3 e 4. Este novo objectivo constitui, sobretudo, o quadro de referências em matéria de desenvolvimento dos recursos humanos para qualquer Estado-membro. Pode intervir em todo o território da União excepto nas regiões abrangidas pelo novo objectivo n.º 1.

2. Apoio transitório.

---

assistência aos países candidatos no âmbito da estratégia de pré-adesão e que altera o Regulamento (CEE) n.º 3096/1989 e o Regulamento (CE) n.º 1267/1999 que cria um instrumento estrutural de pré-adesão.

<sup>36</sup> Para uma aprofundada revisão da evolução da PRC e dos anteriores objectivos ver, por exemplo, Pires (1998).

Resume-se ao facto de a nova regulamentação prever um regime transitório de ajuda degressiva para as regiões que deixem de ser abrangidas por certos objectivos. Assim, para as regiões que eram abrangidas pelo objectivo n.º 1 no período 1994-1999 mas que o deixaram de ser em 2000, foi estabelecido um novo programa regional. Neste, as regiões que compreendem zonas que satisfazem os critérios de elegibilidade de base para o novo objectivo n.º 2, continuaram a beneficiar do apoio do FEDER até 31 de Dezembro de 2006. As outras regiões receberam em 2006 unicamente o apoio previsto por parte do FSE, do FEOGA-O e do IFOP (ainda no mesmo programa regional). Em relação às zonas que foram abrangidas pelos objectivos n.º 2 e n.º 5 em 1999, mas que não seriam abrangidas pelo novo objectivo n.º 2, beneficiaram de uma ajuda transitória do FEDER até 31 de Dezembro de 2005. Para além disso, entre 2000-2006, beneficiaram do apoio do FSE, no âmbito do objectivo n.º 3, e do FEOGA - Garantia e do IFOP, no âmbito das medidas de desenvolvimento rural e acompanhamento da política de pesca (Comissão Europeia 1999 a).

3. Criação de um instrumento estrutural de pré-adesão (ISPA)<sup>37</sup> e do programa especial de adesão para a agricultura e desenvolvimento rural (SAPARD).

Estes instrumentos tinham como objectivo preparar e favorecer o desenvolvimento dos países candidatos à adesão e vieram completar o programa PHARE que existia desde 1989.

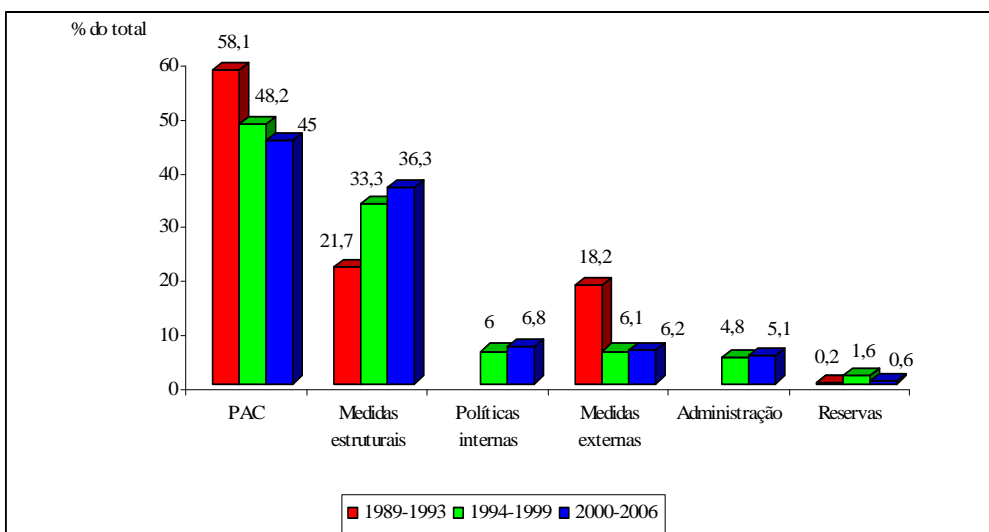
4. Aumento dos recursos destinados às acções estruturais.

De facto, as medidas estruturais continuavam a ser o aspecto fundamental da PRC o que se justifica pela importância crescente em termos orçamentais (ver gráfico 43 e 44).

---

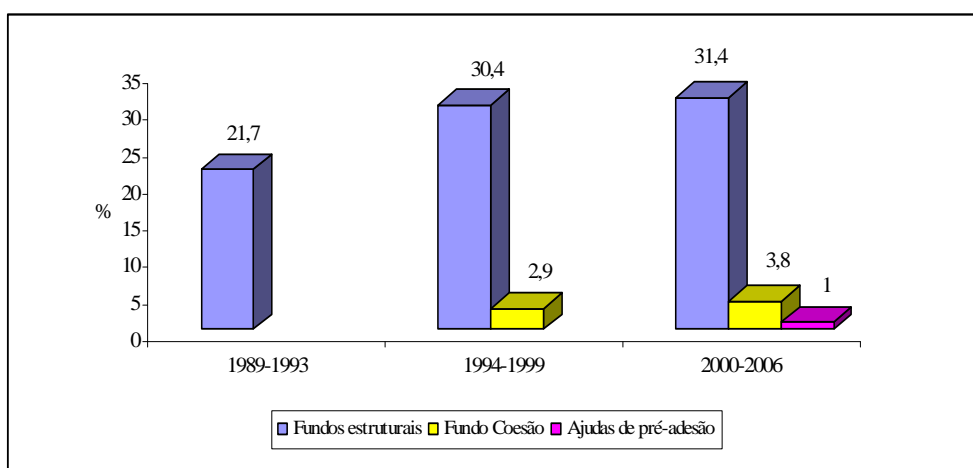
<sup>37</sup> Regulamento (CE) n.º.1267/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999 e que cria um instrumento estrutural de pré-adesão.

**Gráfico 43: Importância relativa das medidas estruturais no orçamento da UE**



Fonte: Adaptado de Martín e Sanz (2003).

**Gráfico 44: Distribuição das medidas estruturais nod três QCA**



Fonte: Adaptado de Martín e Sanz (2003).

## 5. Aprovação da criação de novos instrumentos financeiros de pré-adesão.

Foram aprovados novos instrumentos que se iriam juntar ao PHARE, destinados a apoiar a integração dos futuros membros. Assim, além do PHARE, criado em 1989 e cujo objectivo era apoiar a integração dos novos Estados-membros quer ao nível do investimento em sectores fundamentais, quer ao nível administrativo e institucional no apoio à aplicação do direito comunitário, foram criados:

- o SHAPARD, cujo objectivo seria apoiar o desenvolvimento dos sectores agrícolas e rural dos países candidatos;

- o ISPA, destinado a apoiar os países candidatos no âmbito de projectos de infra-estruturas e de ambiente.

## **1.2 Perspectivas para 2007-2013<sup>38</sup>**

Com a adesão de mais dez Estados-Membros em 2004 e mais dois em Janeiro de 2007, a UE passou a integrar 27 Estados-Membros. Em consequência, o aumento das disparidades económicas, sociais e territoriais tornaram-se mais notórios. Com a União a 27, uma em cada quatro regiões têm um PIBpc inferior a 75% da média europeia. Assim, podemos dizer que, esta realidade colocou novos desafios (sobretudo financeiros) à PRC. Contudo, muitas outras questões, problemas e actualidades constituem desafios que também foram importantes na redefinição da PRC para o novo período. Questões como o envelhecimento das sociedades, as alterações climáticas e pressões energéticas, a globalização dos mercados e a emergência de novos e fortes concorrentes mundiais afectam, não apenas as regiões mais desfavorecidas mas também todas as outras regiões, bem como a UE como um todo. Por todas estas questões, no final do terceiro período de programação foi necessário proceder a uma nova “reforma” da PRC.

No entanto, o debate foi intenso e difícil. Isto porque, por um lado existiam restrições orçamentais para uma UE alargada, por outro havia os interesses contraditórios entre os novos Estados membros, que aspiravam a ser os maiores beneficiários, e os quatro países da coesão que pretendiam manter os seus recursos financeiros, e adicionalmente a Comissão Europeia tinha como objectivo associar a acção regional à renovada Estratégia de Lisboa (Mancha-Navarro e Garrido-Yserte, 2008). Qual o resultado deste triângulo contraditório? Os autores referem que:

---

<sup>38</sup> Não constitui nosso objectivo fazer uma análise aprofundada do novo período de programação. Na medida em que o contexto europeu e mundial, do novo período de programação, é substancialmente diferente, pretendemos apenas realçar as principais alterações introduzidas à PRC. Para uma análise mais pormenorizada ver Mancha-Navarro e Garrido-Yserte (2008).



*The final result of this intense debate has achieved the difficult balance involved in satisfying everybody through allocating fewer funds than the Commission had put forward with regard to cohesion and by linking the regional action to the renewed Lisbon strategy. Nevertheless, the solution has been reached by charging part of the cost of the last enlargement to the old cohesion countries, especially to Spain, which receives support amounting to 60% of what it received in the 2000-2006 period. (Mancha-Navarro e Garrido-Yserte, 2008, p.56)*

A seis de Outubro de 2006, o Conselho adoptou as “Orientações Estratégicas Comunitárias para a Coesão” onde se encontram definidos os princípios e as prioridades para o novo período de programação 2007-2013. Esta nova reforma para além de incluir um novo aumento dos recursos financeiros, definir novos objectivos prioritários, estabelece que a coesão tem que passar a ser vista também no plano territorial, bem como passa a incluir os grandes objectivos de desenvolvimento da União expressos nos documentos da Comissão sobre o relançamento da Estratégia de Lisboa: “*Trabalhando Juntos*” e “*Acções Comuns para o Crescimento e Emprego*”. Ou seja, o papel da PRC passa a ser mais abrangente na medida em que, e embora as regiões menos desfavorecidas sejam a prioridade, estabelece também a necessidade de apoiar todas as regiões da UE para que todas possam aumentar a sua competitividade, reestruturar e modernizar as suas economias de modo a contribuírem para a estratégia de Lisboa. De facto, e como refere a CE (2007, p. 126)

*“O reforço da ligação entre a política de coesão e a estratégia de Lisboa tem sido o aspecto central da reforma da política de coesão acordada em 2006”*

Isto significa que para o novo período, as actuações dos Estados-membros, instituições nacionais e comunitárias envolvidas regem-se pelas “*Orientações Estratégicas da Comunidade em matéria de Coesão*”, de tal forma que, ao definirem e desenvolverem o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) (que vem substituir os designados QCA), os Estados-membros ajustam as suas actuações tendo em conta as prioridades da União: incentivar a inovação e o espírito empresarial, favorecer a economia do conhecimento e criar postos de trabalho mais qualificados e mais numerosos. Tudo isto prende-se com o objectivo definido no Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000) de fazer da União “*a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo até 2010*”, ao qual o Conselho de Gotemburgo (em Junho de 2001) associou o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, os investimentos prioritários da política incidirão nas áreas da sociedade do conhecimento, inovação, Investigação e Desenvolvimento (I+D), formação e capital humano, infra-estruturas europeias, eficiência energética e energias renováveis.

Assim, e embora os princípios orientadores da política, que vigoraram nos períodos de programação anteriores, continuem a ser os mesmos: concentração dos recursos, coerência entre os objectivos, parceria com todos os actores envolvidos, co-financiamento e avaliação, foram estabelecidas algumas alterações para o período de 2007-2013. Nomeadamente maior concentração de recursos, maior integração com outras políticas europeias, redução do número de fundos a financiar a política e redução do número de objectivos.

Nesse sentido, foram definidos três novos objectivos: “o objectivo convergência; objectivo competitividade regional e emprego e objectivo cooperação territorial europeia”.

### **Objectivo “Convergência”**

Destina-se a acelerar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidas. Como? Pela melhoria das condições de crescimento e de emprego, através do aumento da quantidade e da qualidade do investimento em capital físico e humano, do desenvolvimento da inovação e da sociedade baseada no conhecimento, da capacidade de adaptação às mudanças económicas e sociais, da protecção e melhoria do ambiente, e da eficácia administrativa. Como vemos, com este objectivo procura-se promover as condições e factores que favoreçam o crescimento e a convergência das regiões dos Estados-membros menos desenvolvidos. Segundo dados da Comissão Europeia<sup>39</sup>, este Objectivo abrange 84 regiões, em 17 Estados-membros, o que representa 154 milhões de habitantes com um PIBpc inferior a 75% da média europeia. A região Norte de Portugal e da Galiza, em Espanha, continuam a ser abrangidas por este objectivo<sup>40</sup>. Além disso engloba ainda mais 16 regiões (com 16,4 milhões de habitantes), que deixarão de ser abrangidas por este objectivo, de forma progressiva e faseada, e que detêm um PIBpc ligeiramente superior a 75% da média devido ao

---

<sup>39</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy](http://ec.europa.eu/regional_policy), acedido em Dezembro de 2007.

<sup>40</sup> Além da região Norte e da Galiza, as regiões do nível NUTS 2 elegíveis para o objectivo “Convergência” são: Bulgária: todo o território; República Checa: Střední Čechy, Jihozápad, Severozápad, Severovýchod, Jihovýchod, Střední Morava, Moravskoslezsko; Alemanha: Brandenburg-Nordost, Mecklenburg-Vorpommern, Chemnitz, Dresden, Dessau, Magdeburg, Thüringen; Estónia: todo o território; Grécia: Anatoliki Makedonia, Thraki, Thessalia, Ipeiros, Ionia Nisia, Dytiki Ellada, Peloponnisos, Voreio Aigaio, Kriti; Espanha: Andalucía, Castilla-La Mancha, Extremadura, Galicia; França: Guadeloupe, Guyane, Martinique, Réunion; Hungria: Közép-Dunántúl, Nyugat-Dunántúl, Dél-Dunántúl, Észak-Magyarország, Észak-Alföld, Dél-Alföld; Itália: Calabria, Campania, Puglia, Sicilia; Letónia: todo o território; Lituânia: todo o território; Malta: toda a ilha; Polónia: todo o território; Portugal: Norte, Centro, Alentejo, Região Autónoma dos Açores; Roménia: todo o território; Eslovénia: **todo** o território; Eslováquia: Západné Slovensko, Stredné Slovensko, Východné Slovensko; Reino Unido: Cornwall and Isles of Scilly, West Wales and the Valleys.

“efeito estatístico” da UE alargada<sup>41</sup>. Portanto, este objectivo constitui a prioridade dos fundos, sendo prosseguido pelo FEDER, pelo FSE e pelo FC.

### **Objectivo “Competitividade Regional e Emprego”**

Excluindo as regiões menos desenvolvidas, visa reforçar a competitividade e a capacidade de atracção das regiões através de dois eixos complementares: antecipação e fomento de mudanças económicas e sociais e criação de mais e melhores empregos. Estas duas componentes serão fomentadas através do aumento e melhoria da qualidade do investimento em capital humano, da inovação e da promoção da sociedade baseada no conhecimento, da promoção do espírito empresarial, da protecção e melhoria do ambiente, da melhoria da acessibilidade, da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, bem como da criação de mercados de trabalho inclusivos. Este objectivo será prosseguido pelo FEDER e FSE e, segundo dados da Comissão Europeia<sup>42</sup>, são elegíveis 168 regiões de 19 Estados-membros (ou 314 milhões de habitantes) das quais, 13 regiões (ou 19 milhões de habitantes)<sup>43</sup> por serem regiões do antigo “objectivo 1”, estando agora em fase de integração progressiva, serão objecto de afectações especiais de recursos pelo que, do montante de 55 mil milhões de euros destinados a este objectivo, 11,4 mil milhões destinam-se a estas regiões.

### **Objectivo “Cooperação Territorial Europeia”**

Tendo em conta que a população das regiões transfronteiriças ascende a 181,7 milhões de habitantes (37,5% da população total da UE), este objectivo destina-se a reforçar a cooperação transfronteiriça através de iniciativas locais e regionais conjuntas, a reforçar a cooperação transnacional, mediante acções em matéria de desenvolvimento territorial integrado e

---

<sup>41</sup> Bélgica: Province du Hainaut; Alemanha: Brandenburg-Südwest, Lüneburg, Leipzig, Halle; Grécia: Kentriki Makedonia, Dytiki Makedonia, Attiki; Espanha: Ciudad Autónoma de Ceuta, Ciudad Autónoma de Melilla, Principado de Asturias, Región de Murcia; Austria: Burgenland; Portugal: Algarve; Itália: Basilicata; Reino Unido: Highlands and Islands.

<sup>42</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy](http://ec.europa.eu/regional_policy), acedido em Dezembro de 2007.

<sup>43</sup> Todas as regiões não são abrangidas nem pelo objectivo “Convergência”, nem pelo apoio transitório (regiões NUTS 1 ou NUTS 2 consoante os Estados-membros), são elegíveis para o objectivo “Competitividade regional e emprego”. Um apoio transitório degressivo (denominado «phasing-in») é concedido até 2013 às regiões NUTS 2 que eram abrangidas pelo antigo “objectivo 1” mas cujo PIB ultrapassa 75% do PIB médio da União Europeia com 15 Estados Membros. Estas regiões são: Éire-Irlanda: Border, Midland and Western; Grécia: Sterea Ellada, Notio Aigaio; Espanha: Canarias, Castilla y León, Comunidad Valenciana; Itália: Sardegna; Chipre: tout le territoire; Hungria: Közép-Magyarország; Portugal: Região Autónoma da Madeira; Finlândia: Itä-Suomi; Reino Unido: Merseyside, South Yorkshire.

relacionado com as prioridades da Comunidade, e a reforçar a cooperação inter-regional e o intercâmbio de experiências ao nível territorial adequado. O fundo que contribui para alcance deste objectivo é o FEDER.

Verificamos que os fundos FEOGA e o IFOP que, nos períodos de programação anteriores, constituíram instrumentos da PRC, para o período 2007-2013, deixam de estar directamente associados à Política de Coesão e passam a integrar uma nova política de desenvolvimento rural. Tendo em consideração que as zonas rurais da UE constituem mais de 90% do seu território, empregam cerca de 53% do emprego e produzem cerca de 45% do valor acrescentado, para o período 2007-2013, o reforço da política de desenvolvimento rural<sup>44</sup> tornou-se uma prioridade. Nesse sentido, o FEOGA passou a designar-se por Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)<sup>45</sup> e o IFOP por Fundo Europeu das Pescas (FEP)<sup>46</sup>. Tendo em conta as orientações estratégicas da Comunidade para o desenvolvimento rural<sup>47</sup>, no âmbito do novo fundo de desenvolvimento rural (FEADER) serão prosseguidos os objectivos da política de desenvolvimento rural, os quais acompanham a aplicação da nova PAC e a reestruturação que a mesma implica, bem como garantida a coerência com outras políticas comunitárias, sobretudo com a política de coesão e do ambiente. Portanto, estes dois fundos deixam de estar directamente ligados à PRC mas passam a integrar objectivos específicos do desenvolvimento rural, sendo, por essa via coordenados, com os instrumentos da política de coesão.

Assim, e tendo em consideração as alterações para o período 2007-2013, apenas três fundos (FEDER, FSE e FC) actuam ao nível dos três novos objectivos da PRC. Adicionalmente, e no sentido de simplificar a gestão financeira dos fundos, foi estabelecido um novo princípio de financiamento: *“um programa = um fundo”*. Segundo este princípio, a cada fundo corresponde uma área temática específica. Isto significa que, com esta nova regra, as acções do domínio de intervenção do FEDER são financiadas pelo FEDER e as do FSE pelo FSE. O montante máximo que cada um destes fundos pode co-financiar nas acções pertencentes ao domínio de intervenção do outro é de 10% das dotações concedidas pela UE a cada eixo prioritário de um programa operacional. Existe, no entanto, uma excepção a esta regra. Nos

---

<sup>44</sup> O Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho estabelece as regras essenciais da política de desenvolvimento rural para o período de 2007 a 2013, bem como as medidas de política que os Estados-Membros e as regiões podem adoptar.

<sup>45</sup> Instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de Junho de 2005.

<sup>46</sup> Instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho, de 27 de Julho de 2006.

<sup>47</sup> Decisão do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2006, relativa às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (Período de programação 2007-2013).

programas que envolvem acções e projectos de infra-estruturas e ambiente, o FEDER e o FC intervêm em conjunto.

O FEDER destina-se a reforçar a coesão económica e social no seio da UE pelo que intervém a título dos três novos objectivos da PRC. Nesse sentido, os fundos provenientes do FEDER para além dos recursos para assistência técnica, concentram-se:

- em projectos de infra-estruturas de investigação e inovação, telecomunicações, energia, transportes e ambiente;
- nas ajudas directas às empresas (sobretudo às PME) afim de criar emprego duradouro;
- nos instrumentos financeiros destinados a apoiar o desenvolvimento local e regional e favorecer a cooperação entre as cidades e as regiões.

O FSE, e como verificamos da leitura dos novos objectivos, intervém ao nível dos objectivos “Convergência” e “Competitividade Regional e Emprego”, na medida em que as acções e programas financiados por este fundo deverão ter como finalidade promover mais e melhor emprego em toda a União. Assim, o FSE financia as acções destinadas a:

- aumentar os níveis de capital humano através da reforma dos sistemas educativos e colocação em rede dos estabelecimentos de ensino;
- promover a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento de novas e inovadoras formas de organização do trabalho, com o intuito de possibilitar a adaptação dos trabalhadores e das empresas às implicações resultantes da globalização;
- aumentar o acesso ao emprego por parte dos desempregados, das pessoas inactivas, das mulheres e dos migrantes;
- promover a integração social das pessoas desfavorecidas e a luta contra a discriminação no mercado de trabalho.

No que respeita ao FC, é no âmbito do objectivo “Convergência” que apoia as regiões através do co-financiamento de projectos de infra-estruturas de transporte e ambiente, continuando com um limite de intervenção de 85%, financiando projectos nos domínios:

- do ambiente. Adicionalmente, e desde que sejam projectos que beneficiem o ambiente, pode financiar projectos ligados à energia ou transportes (como exemplo, energias renováveis, reforço de transportes públicos, transportes ferroviários e apoio à intermodalidade);

- das redes transeuropeias de transportes, sobretudo projectos prioritários de interesse europeu definidos pela UE.

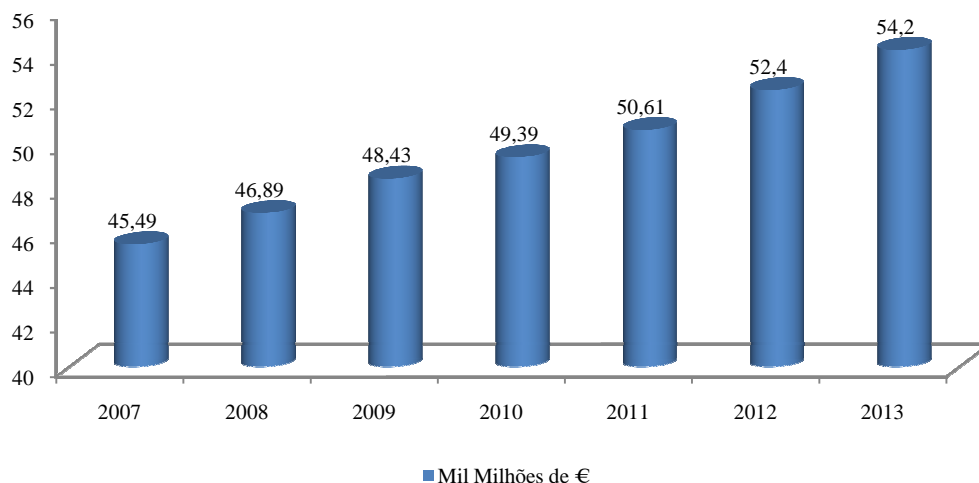
De salientar ainda que, ao nível da assistência à pré-adesão os antigos programas e instrumentos de apoio (como o ISPA, PHARE, SAPARD, entre outros) foram substituídos por um único instrumento – Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) – cujas intervenções incidem ao nível do desenvolvimento regional, desenvolvimento dos recursos humanos, cooperação transfronteiriça e apoio à assistência à transição e desenvolvimento institucional.

Em resumo:

Período 2000-2006		Período 2007-2013	
Objectivos	Instrumentos	Objectivos	Instrumentos
Objectivo 1: “Promoção do desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas”	FEDER FSE FEOGA IFOP	Objectivo: “Convergência”	FEDER; FSE; FC
Objectivo 2: “Reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais”	FEDER FSE	Objectivo: “Competitividade regional e emprego”	FEDER; FSE;
Objectivo 3: “Apoio à adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, formação e emprego”	FSE	Objectivo: “Cooperação territorial europeia”	FEDER
Países beneficiários da coesão	FC		
Iniciativas Interreg III; Urban II; Equal e Leader+	FEDER; FSE FEOGA		

No que se refere aos recursos financeiros, os recursos disponíveis para autorizações a título dos fundos para o período 2007-2013 elevam-se a 347,41 mil milhões de euros a preços correntes (o que corresponde a 35,73% do total do orçamento) e têm a seguinte distribuição anual:

**Gráfico 45. Distribuição anual dos fundos estruturais para 2007-2013**



Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy](http://ec.europa.eu/regional_policy), acedido em Dezembro de 2007.

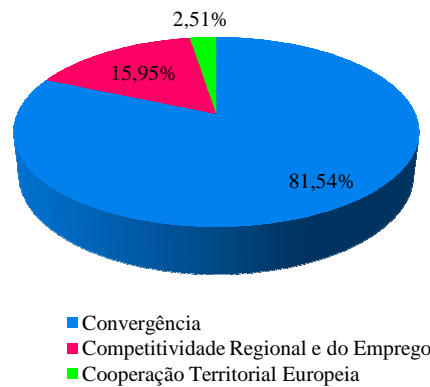
Como seria de esperar, a maior parcela dos recursos financeiros é atribuída ao objectivo “Convergência” pelo que 81,54% dos recursos estão designados para as regiões da UE com um PIBpc inferior a 75% da média europeia.

**Tabela 29. Distribuição dos recursos financeiros por objectivo para o período 2007-2013.**

Objectivo	Milhões de € a preços correntes
Convergência	283.278,11
Competitividade Regional e do Emprego	55.411,90
Cooperação Territorial Europeia	8.719,99
<b>Total</b>	<b>347.410,00</b>

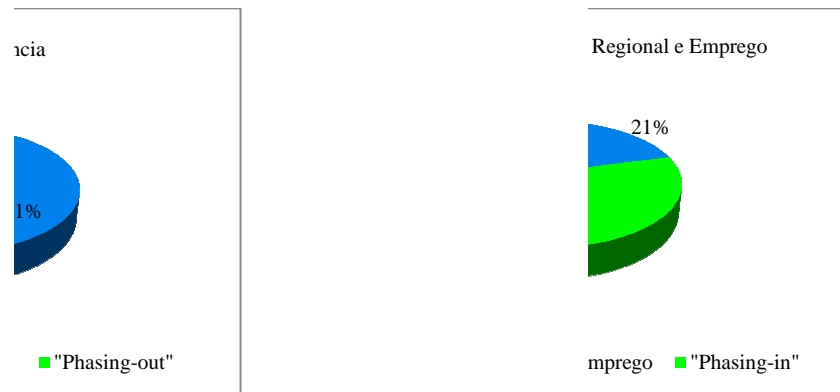
Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy](http://ec.europa.eu/regional_policy), acedido em Dezembro de 2007.

**Gráfico 46: Distribuição dos recursos financeiros, por objectivo, para o período 2007-2013**



Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy](http://ec.europa.eu/regional_policy), acessido em Dezembro de 2007.

**Gráfico 47: Distribuição dos recursos em cada objectivo**



Elaboração própria com base nas informações obtidas em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy](http://ec.europa.eu/regional_policy), acessido em Dezembro de 2007.

E no que se refere a Portugal e Espanha? Como são distribuídos os recursos? Nas tabelas 30 a 33 apresentamos a distribuição do financiamento para Portugal e Espanha. De salientar que, no caso de Portugal, a distribuição percentual entre FE e o FC mantém-se. No caso de Espanha, é notória a perda de recursos totais (bastante superior em comparação com a perda de Portugal), bem como uma maior distribuição de FE (FEDER e FSE) em detrimento do FC.



**Tabela 30. Financiamento estrutural em Portugal**

	2000-2006		2007-2013	
	Milhões de € a preços de 1999	%	Milhões de € a preços de 2004	%
Fundos estruturais	22 835	85,5	19 780	85,8
Fundo Coesão	3 060	14,5	2 715	14,2
<b>TOTAL</b>	<b>25 895</b>	<b>100,0</b>	<b>22 495</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Adaptado de Azevedo (2006).

**Tabela 31. Financiamento estrutural em Espanha**

	2000-2006		2007-2013	
	Milhões de € a preços de 1999	%	Milhões de € a preços de 2004	%
Fundos estruturais	49 569	80,1	28 207	89,7
Fundo Coesão	12 322	19,9	3 250	10,3
<b>TOTAL</b>	<b>61 891</b>	<b>100,0</b>	<b>31 457</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Adaptado de Junta de Andaluzia (2006).

**Tabela 32. Período 2007-2013: regiões beneficiárias em Portugal**

Objectivo	Regiões	Milhões de € (preços de 2004)	População abrangida em 2004 (em milhares)	Área (em Km <sup>2</sup> )	€/per capita	€/Km <sup>2</sup>
<b>Objectivo:</b> “Convergência”	Norte, Centro, Alentejo e Açores	15 201	7099,5	83264,2	2141,1	182563,4
<b>Objectivo:</b> “Competitividade regional e emprego”	Lisboa, Madeira	494	2994,1	3692,6	165	133781,1
<b>Objectivo:</b> “Cooperação territorial europeia”		83				
<b>Phasing out</b> <sup>48</sup>	Algarve	253	408,4	4989,9	619,5	50702,4
<b>Phasing in</b> <sup>49</sup>	Madeira	347	243,6	828	1424,5	419082,1

Fonte: Elaboração própria.

<sup>48</sup> Regiões que obtêm um PIBpc ligeiramente superior a 75% da média da UE em resultado do efeito estatístico derivado do alargamento.

<sup>49</sup> Regiões com um PIBpc ligeiramente superior a 75% da média da antiga EU-15. Este apoio é transitório e será concedido apenas neste período de programação.

**Tabela 33. Período 2007-2013: regiões beneficiárias em Espanha**

Objectivo	Regiões	Milhões de € (preços de 2004)	População abrangida em 2004 (em milhares)	Área (em Km <sup>2</sup> )	€/per capita	€/Km <sup>2</sup>
<b>Objectivo:</b> “Convergência”	Andalucía, Castilla-la-Mancha, Extremadura, Galicia	24 597	12160,7	238268	2022,3	103232,5
<b>Objectivo:</b> “Competitividade regional e emprego”	Cantabria, Aragón, Baleares, Cataluña, Madrid, País Vasco, Navarra, La Rioja	3 522	18170,7	120847	193,8	29144,3
<b>Objectivo:</b> “Cooperação territorial europeia”		599				
<b>Phasing out</b>	Astúrias, Múrcia, Ceuta e Melilla	1 583	2481	21950	638,1	72118,5
<b>Phasing in</b>	Valencia, Castilla e León, Canárias.	4 955	8811,8	124932	562,3	39661,6

Fonte: Elaboração própria.

Em conclusão, e tendo em conta as principais inovações introduzidas para o novo período de programação, podemos referir que os princípios orientadores da política, que vigoraram nos períodos de programação anteriores, continuam a ser os mesmos: concentração dos recursos, coerência entre os objectivos e parceria com todos os actores envolvidos. O grande elemento de mudança parece ser uma maior simplificação dos processos e instrumentos. Assim, e em resumo, podemos referir que a sucinta análise que apresentamos indica-nos que, ao longo do tempo, a PRC assumiu uma importância crescente no âmbito das políticas da UE. Este esforço crescente é visto como essencial para atingir a coesão económica e social que, por sua vez, é um requisito necessário para atingir um maior aprofundamento da integração.

De facto, a evolução da PRC e dos seus instrumentos financeiros de apoio esteve estritamente ligada ao progresso e aprofundamento da integração. Em 1975, com o alargamento à Inglaterra, Irlanda e Dinamarca, foi criado o FEDER. Com o alargamento a Sul (Grécia em 1981 e Portugal e Espanha em 1986) e o estabelecimento do AUE, os fundos comunitários destinados às acções estruturais foram largamente ampliados. Com a assinatura do Tratado da UE e o estabelecimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), foi criado o FC. Posteriormente, e no sentido de preparar o alargamento a Leste, a Comissão Europeia definiu a “Agenda 2000”. Finalmente, depois da adesão de dez novos Estados-membros e consequente aumento das disparidades, implicou um novo conjunto de reformas e

perspectivas financeiras para 2007-2013. Esta nova reforma, reforça e concentra a PRC nos objectivos fundamentais do desenvolvimento harmonioso de toda a UE promovendo a coesão económica e social entre Estados-membros e regiões, bem como, através de sinergias entre os instrumentos de apoio da PRC e outros instrumentos e instituições da UE, promove outras prioridades estratégicas da UE nomeadamente ao nível dos objectivos da Estratégia de Lisboa – crescimento, emprego, pesquisa e inovação, capital humano, ambiente e transportes. Com efeito, esta é também uma das principais conclusões de Mancha-Navarro e Garrido-Yserte (2008, p.64) na medida em que os autores consideram que o desenvolvimento e desenho da nova política serve os objectivos da renovada Estratégia de Lisboa, isto é, é dada maior ênfase à procura pela competitividade deixando a coesão como um objectivo subsidiário.

### **1.3 Justificação da Política Regional e de Coesão**

A evolução da UE e, em particular, a evolução da PRC e da sua crescente importância, tem levantado um aceso debate no que respeita à eficácia da política e dos seus instrumentos para atingir os seus objectivos. De facto, e como veremos mais à frente na secção 2.3, esse debate continua em aberto e o consenso no que se refere à eficácia da PRC para atingir os seus objectivos não tem sido fácil de alcançar.

As principais justificações da PRC da UE derivam das designadas “teorias de divergência” ou dos modelos de crescimento económico desenvolvidos a partir de meados da década de oitenta (“modelos de crescimento endógeno” e “nova geografia económica”). Os seus argumentos vêm contrariar a ideia central do modelo neoclássico de Solow (1956) referindo que a dinâmica do mercado em lugar de conduzir a um processo de convergência do PIBpc das regiões/países pode aumentar a divergência entre elas. Também Moncayo (2004) considera que o enfoque em que se baseia a PRC da UE está na premissa da teoria do crescimento endógeno, isto é, *“a existência de externalidades pode justificar diversas formas de intervenção pública”*.

A retrospectiva histórica da evolução da PRC apresentada na secção anterior permite-nos concluir que a crescente importância assumida por esta política comum está estritamente ligada ao processo de alargamento mas, sobretudo, ao processo de aprofundamento da

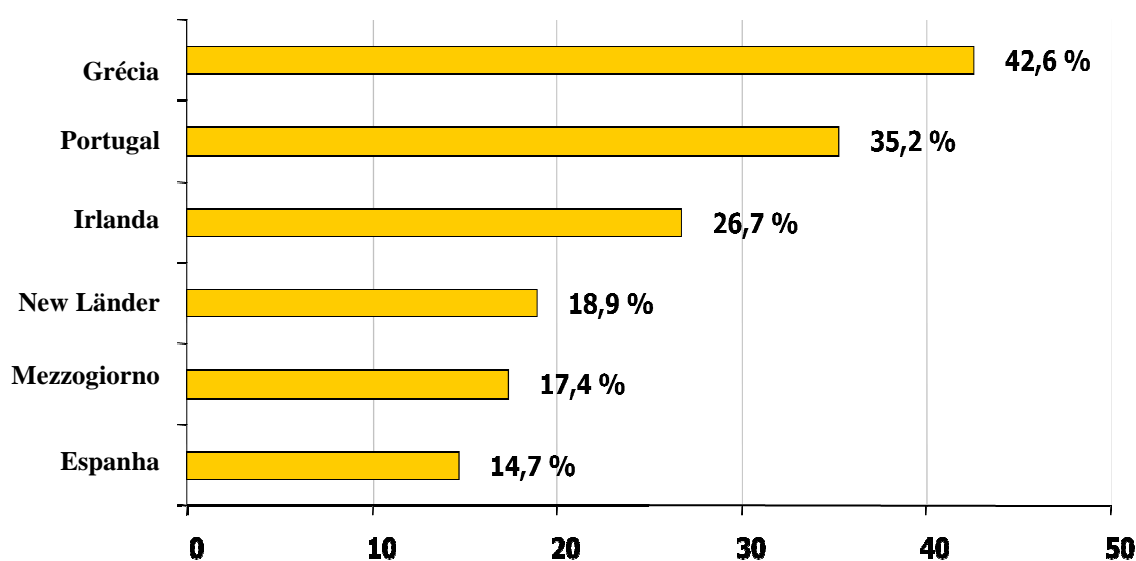
integração e à ideia de que este geraria forças económicas centrípetas gerando maiores benefícios para as regiões/países centrais afastando ainda mais as regiões periféricas e mais atrasadas. A CE (CE,1996 e 2001a) reconhece que o alargamento e o aprofundamento do processo de integração pode desfavorecer ou até mesmo impedir a redução das disparidades regionais. Também, Bachtler (1995) defende que o aprofundamento da integração, pelo AUE e pelo Tratado de Maastricht, teria um impacto espacial diferente entre as regiões da UE podendo favorecer umas em detrimento das outras pelo que os objectivos da integração poderiam ser postos em causa se as disparidades regionais não fossem tomadas em consideração.

Portanto, a PRC encontra aqui um argumento a seu favor. Isto é, **para que o processo de integração prossiga**, tanto em termos políticos como em termos económicos, **é necessário que se verifique um crescimento e desenvolvimento equilibrado entre todas as economias e que as disparidades entre elas sejam reduzidas**. De facto, as diferenças económicas e sociais de desenvolvimento e de níveis de vida entre as regiões que compõem os Estados-membros da UE, e entre os Estados-membros entre si, são uma realidade inegável. As disparidades económicas e sociais constituem um fenómeno de longa duração afectando sobretudo as regiões mais desfavorecidas. Embora em diferentes graus, estas conhecem muitas dificuldades comuns tais como: fraca disponibilidade de infra-estruturas de base (transportes, telecomunicações, energia, água, protecção do ambiente); má qualificação dos recursos humanos e atraso na investigação e no desenvolvimento tecnológico; baixos níveis de rendimento *per capita* e consideráveis níveis de desemprego e sub-emprego. Se estas diferenças não fossem tomadas em consideração, o objectivo previsto no Preâmbulo do Tratado de Roma de “assegurar o desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as regiões e o atraso das menos favorecidas”, poderá ser posto em causa, o que, por sua vez, poderia condicionar o desenvolvimento e aprofundamento do processo de integração.

Vários autores defendem que o desenvolvimento e reforço da política regional estabelecida no relatório Delors (que projectou a realização da União Económica e Monetária (UEM) por fases) visava sobretudo promover e acelerar o desenvolvimento económico das regiões e países mais atrasados (através dos pacotes Delors I e II) que seria condição necessária para evitar que as diferenças de crescimento e os níveis de especialização impedissem a realização e bom funcionamento da UEM.

Um argumento adicional a favor da PRC está no facto de que ela beneficia não apenas os países que directamente recebem fundos estruturais mas também os países ricos via aumento da procura por bens de capital. Como refere Hall (2003), em pequenos países como Portugal e Grécia mais de 40% do investimento financiado pela política regional destina-se a bens importados dos países membros ricos.

**Gráfico 48. Proporção das transferências da UE para os principais beneficiários dispendidas em importações de outros Estados membros**



Fonte: Comissão Europeia (2004). Terceiro Relatório sobre a Coesão.

Dado que, as disparidades podem surgir e acentuar-se se se verificarem rendimentos crescentes à escala, externalidades e economias de aglomeração, se não existir um nível adequado de infra-estruturas e capital humano indispensável à competitividade das regiões europeias, as políticas públicas juntamente com a PRC (transferência de fundos estruturais e de coesão da UE) podem ajudar as regiões mais pobres e menos dotadas a melhorar a sua posição, aumentar os seus rendimentos, aproximar-se das regiões mais ricas e, dessa forma, cumprir os objectivos da UE (artº 2 do TUE) e da PRC (artº 158 do TUE). Nesse sentido, os fundamentos da teoria do crescimento endógeno e da “*new economic geography*” elevam outros argumentos que ajudam a justificar a PRC. Assim o consideram De la Fuente e Vives (1995), CE (2001 b), Krieger- Boden (2002), Martín e Velázquez (2001), Martin e Sanz (2003).

Como referem De la Fuente e Vives (1995), os retornos crescentes para os factores e as economias de aglomeração são suficientes para levar à concentração da produção e das actividades. Em consequência, os factores produtivos, em vez de fluírem das regiões mais ricas para as mais pobres, irão fluir e concentrar-se nas regiões melhor dotadas, com salários mais altos e acesso a mercados mais amplos, contrariando, desta forma, os argumentos da teoria neoclássica que considera que é suficiente deixar os mercados funcionarem livremente para que se verifique mobilidade internacional dos factores e, assim, se verifique convergência dos preços, custos e níveis de rendimento.

A ideia base das teorias do crescimento endógeno é que os factores produtivos obtêm rendimentos crescentes, razão pela qual podem surgir disparidades nos níveis de desenvolvimento entre regiões e países. O crescimento económico advém de forças internas ao sistema económico, estando a acumulação de capital humano, as actividades de P&D e a acumulação de infra-estruturas e capital físico entre as suas principais determinantes. Nesta linha de pesquisa temos, entre outros, os trabalhos de Aschauer (1989, 2000), Bassanini e Scarpeta (2001), De la Fuente (2002 a), De la Fuente e al. (2002), Guellec e Pottelsberghe (2001), Romer (1986, 1990) e Teixeira (1999), entre outros.

Por exemplo, os trabalhos de Aschauer (1989, 2000), De la Fuente (2008), Easterly e Rebelo (1993), Munnell (1990, 1992), mostram a importância que a acumulação de infra-estruturas físicas tem no crescimento económico e, nesse sentido, destacam o papel que os investimentos públicos, neste tipo de capital, podem desempenhar no fomento do crescimento económico e redução das disparidades das regiões menos favorecidas. Já o trabalho de Lucas (1988) mostra como os rendimentos crescentes associados à acumulação de capital humano (visto como o “motor” do crescimento económico) podem acentuar as disparidades das regiões mais desfavorecidas devido ao “*brain drain*” a que estas estão sujeitas. Uma vez que só um elevado nível de capital humano e desenvolvido poderá gerar novo conhecimento, inovações e progresso tecnológico, um outro conjunto de trabalhos (por exemplo, Benhabib e Spiegel (1994, 2003), Nelson e Phelps (1996), Romer (1990)) torna claro porque é que países/regiões que investem e apostam nas actividades de Investigação e Desenvolvimento (I+D) têm níveis de crescimento/desenvolvimento superiores.

Também Cappelen e al. (2002) realçam o facto de que a estrutura industrial das regiões europeia mais atrasadas, na qual praticamente não existem actividades de I+D, pode dificultar o crescimento económico. Nesse sentido, os autores defendem o apoio a essas regiões acompanhado de políticas que promovam as actividades de I+D e a mudança estrutural.

O reconhecimento de todos os factores que explicam o porquê e como podem surgir e agravar-se as disparidades entre as regiões mais e menos favorecidas, justifica o desenvolvimento da PRC por parte da UE à medida que houve alargamentos e aprofundamento do processo de integração europeu.

No entanto, e apesar de serem várias as razões que justificam a PRC, alguns autores têm questionado a eficácia e apontado críticas à PRC. Por exemplo, Santos (2008) refere que a PRC é, não apenas ineficiente na maximização do crescimento da UE como também ineficaz enquanto instrumento de redistribuição. Segundo Rodríguez-Pose e Fratesi (2003) pelo facto de se verificar ausência de convergência entre as regiões europeias desde a implementação da reforma de 1988 e pelo facto do número de regiões elegíveis a título do objectivo 1 permanecer muito estável desde o primeiro período de programação<sup>50</sup>, têm surgido críticas crescentes à capacidade que os fundos estruturais têm para reduzir as disparidades no seio da UE, para além do que outros consideram que a PRC não é mais do que uma política de redistribuição incapaz de estabelecer as bases do crescimento a longo prazo. Entre os principais críticos temos Boden (2002), Boldrin e Canova (2001 e 2003), Canova e Marcet (1995), Dallérba e le Gallo (2007 b), Fayolle e Lecuyer (2000), Jackman (1995), Obsfeld e Peri (1998), Puga (2002), Rodríguez-Pose (2000), Rodríguez-Pose e Fratesi (2003), Santos (2008).

Apesar das críticas, a CE (2007), defende que a política de coesão constitui um instrumento chave a nível comunitário contribuindo para a implementação da estratégia de crescimento e emprego. Nesse sentido, considera que a PRC assume um papel fundamental no potencial de crescimento e competitividade não apenas dos países e regiões desenvolvidos como também de toda a UE. Ao prosseguir os seus objectivos e conceder apoios ao nível dos factores fundamentais de crescimento, tais como apoio ao investimento em capital humano e mercado

---

<sup>50</sup> Os autores referem que, das 44 regiões classificadas como objectivo 1 em 1989 apenas uma (Abruzo no Sul de Itália) deixou de o ser em 1997. Todas as outras continuaram a ser elegíveis no QCA III, sendo consideradas no *phasing out* apenas a Córsega, Lisboa e Vale do Tejo, Molise, Irlanda do Norte e algumas partes da Irlanda.

de trabalho, apoio à investigação, inovação e pesquisa e desenvolvimento, apoio às empresas e sectores produtivos, à melhoria na dotação de infra-estruturas básicas (transporte, energia e infra-estruturas de ambiente e telecomunicação e informação), promove o investimento e o potencial de crescimento de longo prazo das regiões menos favorecidas mas também a competitividade no seio de toda a UE. Assim o considera Hubner (2005),

*(...) "Cohesion Policy is not merely about the redistribution of funds between the rich and the less well-off. It is all to do with the investment - modernizing the European economy, promoting growth and sustainability and producing beneficial spill-over effects. It is about investing in innovation, human capital and modern infrastructure".*



## **2. A Política Regional e de Coesão e a convergência na UE: teoria e evidência**

### **2.1 A Política Regional e de Coesão nos modelos de crescimento económico**

O debate sobre a convergência/divergência nas taxas de crescimento dos países/regiões tem sido um dos temas que, nos últimos anos, tem verificado um crescente e renovado interesse por parte dos investigadores. Nomeadamente, a teoria da convergência/divergência procura resposta para as questões: será que a dispersão espacial do PIBpc tende a diminuir? Será que as economias mais pobres crescem suficientemente rápido para reduzir a distância que as separam das mais ricas? Porque é que certas regiões crescem mais que outras? Que factores explicam estas diferenças de crescimento?

Já anteriormente referimos que, a redução das disparidades económicas e sociais entre os diferentes Estados-membros e a aproximação dos países mais pobres aos mais ricos constituiu o principal objectivo da PRC. Por esse facto, o aprofundamento do processo de integração e os sucessivos alargamentos da UE constituem os principais “impulsionadores” do interesse da análise do crescimento das economias sob a perspectiva da convergência/divergência. Nesse sentido, testar, analisar e verificar se o processo de convergência tem sido alcançado é fundamental para justificar a crescente importância que a PRC tem assumido no seio da UE. Adicionalmente, o crescente interesse na análise da convergência justifica-se pelo facto de que testar a existência de convergência é uma forma de testar a validade de certas teorias do crescimento económico e assim saber que factores e políticas afectam positivamente o crescimento. Em especial, neste estudo, interessa-nos analisar o papel da PRC.

Com efeito, segundo alguns autores (por exemplo, Boldrin e Canova (2001), CE (2001 b), De la Fuente (2002b), Martín e Velázquez (2001), Sala-i-Martin (1996), o debate teórico sobre a convergência/divergência, no essencial, incide na distinção e teste de validade dos modelos de crescimento. Isto é, como refere a CE (2001b, p. 177)

*(...) “testing the existence of convergence has been considered as a main way of testing the validity of theories of economic growth” (...).*

No essencial opõem-se os modelos que predizem convergência àqueles que predizem divergência (modelo neoclássico vs modelo de crescimento endógeno). No entanto, também há modelos, como a nova geografia económica, que predizem ambas, convergência e divergência.

Na perspectiva neoclássica, cujos princípios básicos se baseiam na homogeneidade e perfeita mobilidade de recurso produtivos, na produtividade marginal decrescente, na unicidade das funções de produção e perfeita difusão das inovações, só existem disparidades se os mercados não funcionarem livremente. Deste modo, as disparidades regionais serão transitórias e dependentes da velocidade do processo de ajustamento. Portanto, para os modelos de índole neoclássica, dado o livre funcionamento dos mercados as economias/regiões tendem para o equilíbrio em termos de rendimento e emprego. Uma das principais referências neoclássica é o modelo do crescimento de Solow (1956) que é “construído com base numa função de produção, numa função poupança e assume que o progresso tecnológico (*“the engine of growth”*) é dado exogenamente e pode ser adquirido (sem custos) por qualquer economia. Considerando que o capital obtém rendimentos decrescentes à escala, uma economia cresce até atingir o seu estado estacionário (*steady state*). É graças aos retornos decrescentes que a convergência irá ocorrer pois, devido à hipótese de rendimentos decrescentes à escala, as economias mais pobres como detêm níveis de capitais mais baixos obtêm maiores retornos para os mesmos. Devido a este facto, estas economias irão verificar maiores taxas de acumulação de capital e conseqüentemente um crescimento mais rápido. Assim, quanto mais longe uma economia se encontra do seu estado estacionário mais rápido irá crescer. Este processo de convergência será reforçado pela abertura da economia na medida em que o capital irá fluir de economias com menores retornos (ricas) para as economias com maiores retornos (pobres). Além disso, com a abertura da economia e a liberalização do comércio é possível aumentar os mercados, aceder a factores produtivos mais baratos, aumentar a produtividade e a competitividade decorrentes do aumento da concorrência, bem como aumentar a difusão tecnológica decorrente do aumento dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

Nesta perspectiva, como é que a PRC pode favorecer a convergência? A PRC pode fomentar a convergência desde que os apoios resultem num impacto positivo do investimento público na produção e conseqüentemente na taxa de crescimento. Assim, podemos dizer que, desde que as economias apresentem os mesmos parâmetros estruturais (idênticas condições

tecnológicas, mesma taxa de depreciação de capital e taxa de crescimento da população e poupança similares) elas irão verificar convergência dos seus rendimentos *per capita*.

Em oposição ao modelo neoclássico, para o qual a tecnologia é uma variável exógena, os modelos de crescimento endógeno procuram explicar as forças que determinam o progresso técnico. Uma das primeiras e mais importantes diferenças destes modelos relativamente aos modelos exógenos é que os rendimentos do capital, tanto o capital físico (Romer, 1986), como o capital humano (Lucas, 1988), como o público (Easterly e Rebelo, 1990) ou o tecnológico (Grossman e Helpman, 1991), não são decrescentes com o aumento do capital. Tal como consideram Button (1998) e De Groot e al. (2001), a teoria do crescimento endógeno reconhece a existência de rendimentos marginais crescentes para o investimento em capital humano, em pesquisa e desenvolvimento e capital físico, bem como a existência de economias externas (resultantes da difusão do conhecimento tecnológico no sistema produtivo). Por outro lado, e como referem Romer (1990), Aghion e Howitt, (1992), como as economias têm diferentes capacidades para adoptar e gerar novo capital tecnológico, as diferenças de crescimento no longo prazo podem ser explicadas por esses diferentes esforços na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A pesquisa e acumulação de novo capital tecnológico não está sujeito à lei dos rendimentos decrescentes na medida em que o custo de novas inovações vai caindo à medida que a experiência científica aumenta. Deste modo, a taxa de retorno do investimento tecnológico aumenta com a acumulação de conhecimento.

Se os rendimentos do capital são crescentes e se a capacidade para gerar e adoptar novas tecnologias é diferente, então as taxas de crescimento de longo prazo das economias podem ser persistentemente diferentes e até aumentar. Como esta teoria considera que o crescimento económico advém de forças internas ao sistema económico e da sua capacidade para inventar e adoptar tecnologias, em vez de convergência, estes modelos tendem a predizer divergência para os rendimentos entre diferentes países/regiões.

Então, segundo esta perspectiva, em que medida a PRC pode favorecer a convergência? Se a política de coesão for direccionada para o desenvolvimento dos factores da região que favorecem o progresso tecnológico (por exemplo, investimento em capital humano ou em I+D) a produtividade regional das regiões mais pobres irá aumentar mais rapidamente e, neste sentido, estas regiões poderão convergir para os níveis das regiões mais avançadas. Portanto,

para esta corrente de pensamento, o enfoque da PRC terá que ser direccionada para os factores de desenvolvimento endógenos, nomeadamente os recursos humanos e tecnológicos da região, seu nível de formação dos recursos humanos, sua capacidade inovadora, para o capital físico público e privado e os recursos naturais.

Com efeito, este parece ser o sentido indicado pela OECD (2009) no que respeita a uma política regional. Tendo em conta as análises levadas a cabo pela instituição, no sentido de avaliar a convergência em 335 regiões da OECD, as principais conclusões indicam que:

*“(...) overall convergence is not occurring; but if such variables as innovation, human capital and infrastructure coalesce, then some convergence does take place. Therefore, if convergence is the goal, then regions lagging behind in economic growth should work to improve these key determinants.(OECD, 2009, p.5)*

Para além dos modelos de crescimento endógeno um novo grupo de modelos denominados “*the new economic geography*” (cujos trabalhos pioneiros foram os de Krugman (1991), Krugman e Venables (1995)), preocupado em estudar as implicações espaciais do crescimento e não a sua origem, mostra que devido à existência de produtividades marginais crescentes e economias de aglomeração, a distribuição da actividade económica e do rendimento pode ser divergente e não convergente. Tal como refere Bosker (2009), esta literatura sugere que a interdependência espacial entre as regiões pode ser muito importante para a distribuição regional da produção ou riqueza. Com efeito, segundo esta teoria, podem ocorrer diferentes tipos de equilíbrio (Ederveen e al., 2003). Se as diferentes regiões forem capazes de explorar as suas vantagens comparativas locais, é previsível que observe um desenvolvimento regional equilibrado. No entanto, se prevalecerem ganhos e economias de aglomeração será de esperar uma maior concentração geográfica e consequentemente aumento das divergências nas regiões mais desfavorecidas relativamente às mais favorecidas.

Que papel pode assumir a PRC nesta teoria?

Com efeito, esta teoria não prevê uma importância unívoca da PRC na convergência mas sim coloca a ênfase no “*trade off*” entre eficiência e equidade da PRC. Segundo Santos (2008), a distribuição dos FE não é eficiente do ponto de vista do crescimento. Pelo contrário persegue objectivos conflitantes na medida em que concentra os recursos nas regiões onde os retornos dos investimentos são menos produtivos. Por exemplo, o efeito a longo prazo do financiamento de infra-estruturas de transporte é incerto. Por um lado, o financiamento das

infra-estruturas de transporte pode reduzir os custos de transacção entre regiões e fomentar a aglomeração e, nesse sentido, aumentar o nível de crescimento nacional. Simultaneamente, a mesma política de financiamento de infra-estruturas pode ter como objectivo reduzir a aglomeração em certas regiões e fomentar outras com menor actividade económica e, neste caso, as transferências da PRC para as regiões mais pobres para melhorarem as suas infra-estruturas de transporte podem ter um efeito “perverso” que é prejudicar a eficiência e o crescimento.

O caso de Espanha pode ser um exemplo indicativo deste “trade off”. Rodríguez-Pose e Fratesi (2003) consideram que os fortes investimentos nas regiões objectivo 1 em infra-estruturas de transporte (sobretudo direccionadas para financiar auto-estradas e ligações ferroviárias entre a capital e essas regiões) provavelmente contribuíram para as altas taxas de crescimento verificadas na região de Madrid, na segunda metade dos anos noventa, pelo que as perspectivas de redução de disparidades que esses investimentos supostamente deveriam ter fomentado em algumas dessas regiões tornaram-se mais difíceis.

Da breve revisão que fizemos, e como já referimos anteriormente, a questão “convergência vs divergência” opõe sobretudo duas vias de investigação e pesquisa, a corrente neoclássica em oposição aos modelos de crescimento endógeno. Como vimos, a corrente neoclássica assenta nos pressupostos de livre funcionamento dos mercados e rendimentos decrescentes para os factores produtivos pelo que pressupõem um processo de convergência automática entre as regiões. Por esta razão, para esta corrente não se torna necessário a adopção de uma política regional activa (em todo o caso só é necessário proteger adequadamente o mercado para que seja completamente competitivo). Em oposição, os modelos de crescimento endógeno, como se fundamentam em pressupostos de concorrência imperfeita e rendimentos crescentes para os factores produtivos, ressaltam a existência e a possibilidade aumento das disparidades entre as diferentes economias/regiões pelo que reconhecem a relevância e necessidade de uma PRC activa na correcção das disparidades. Deste modo e em termos conclusivos, podemos referir que os diferentes modelos apresentam diferentes perspectivas quanto aos mecanismos e processos que geram crescimento e, em consequência, têm diferentes implicações no que respeita à convergência e políticas públicas de crescimento. De facto, a teoria económica não é capaz de apresentar uma resposta clara e unívoca à questão da convergência/divergência nos níveis de rendimento *per capita* entre países e regiões. Identifica sim um conjunto de factores ou mecanismos capazes de conduzir à convergência ou divergência.

## 2.2 Conceito de convergência: aproximações empíricas.

Mas, o que significa convergência? Como podemos medi-la? Em que medida os fundos estruturais têm contribuído para a redução das disparidades e aproximação das regiões mais pobres às mais ricas? Nesta secção, vamos procurar respostas para estas questões. Apresentaremos os principais conceitos, teorias e evidências relativos à convergência/divergência. Na próxima secção revemos a literatura relativa à eficácia e importância dos fundos no crescimento e convergência das regiões da UE.

É consensualmente aceite que a convergência entre um grupo de países/regiões, num determinado período de tempo, ocorre se os países/regiões mais pobres tiverem melhor desempenho que os mais ricos nesse mesmo período. Isto significa que a convergência é entendida como a aproximação dos países/regiões mais pobres aos mais ricos devido a uma melhor *performance* dos primeiros, num conjunto de variáveis, e não devido a uma deterioração das mesmas nos últimos. Um dos indicadores básicos usados na análise da convergência é o PIB/VAB *per capita*. Contudo, convém salientar que, muitas vezes, este indicador básico de convergência de algumas regiões mais atrasadas verifica maior crescimento, em comparação com a média nacional/europeia, não devido a um maior e melhor desempenho dessas regiões mas sim devido a uma perda de população. Ou seja, “*a mesma riqueza reparte-se entre menos e por isso toca mais a cada um*”. Nesta situação, estaríamos perante um fenómeno que alguns economistas designam de *processo perverso de convergência ou convergência passiva*. Devido a um pior comportamento demográfico (diminuição do denominador) a região pode aproximar-se da média nacional sem que isso significa que tenha verificado um crescimento económico e social superior à média do país.

Podemos ainda referir que o conceito de convergência engloba duas extensões: a convergência nominal e a convergência real. A convergência nominal está associada à homogeneização de um conjunto de indicadores relativos à estabilidade macro-económica, nomeadamente baixos e estáveis níveis de preços; estabilidade nas taxas de câmbio e juro e bons indicadores da dívida pública e do défice orçamental. Por sua vez, a convergência real mede-se pelo bem-estar económico e social das pessoas e os seus níveis de vida, normalmente “*proxied*” pelo PIBpc. Embora esta seja a variável mais utilizada na análise da convergência real, é reconhecido que este indicador por si só não é suficiente para o diagnóstico claro da convergência real. Assim, na literatura (ver por exemplo Martín e Velázquez (2001); Barro e

Sala-e-Martin (1995); CE (2001a e 2007); OECD (2000), Quah (1993), Lopez Martinez (2001) ou Cuadrado-Roura e Marcos (2005)) o que se verifica é que na análise da convergência real são considerados para além do PIBpc indicadores tais como a produtividade do trabalho, o emprego e desemprego, a dotação de infra-estruturas, de capital humano e tecnológico, as despesas com a protecção social, entre outros<sup>51</sup>. Embora a existência de convergência nominal seja condição necessária para alcançar convergência real, não é, contudo, condição suficiente. Mesmo assim, todas as políticas económicas que favoreçam melhorias na convergência nominal e proporcionem melhor estabilidade macro-económica podem, a longo prazo, conduzir a uma maior convergência real.

Um dos métodos mais utilizados para verificar a convergência real entre países/regiões consiste em analisar a aproximação do PIBpc relativo de um país/região à média da área em relação à qual se fazem as comparações. Existem várias formas de fazer esse exercício:

- analisar a evolução temporal da amplitude entre o valor máximo do PIBpc e o valor mínimo da mesma variável. Dizemos que há convergência se amplitude do PIBpc diminui ao longo do tempo;
- analisar a dispersão, no tempo, do PIBpc relativo entre as economias –a chamada convergência *Sigma* ( $\delta$ ). Dizemos que há convergência sigma se o desvio padrão ou o coeficiente de dispersão do PIBpc num conjunto de economias tende a decrescer ao longo do tempo;
- verificar se existe correlação negativa entre a taxa de crescimento de uma variável (normalmente do PIBpc) dos países/regiões e o nível inicial da mesma variável –a chamada convergência *Beta* ( $\beta$ ). A convergência beta é normalmente testada estimando uma recta de regressão do crescimento do PIBpc relativamente ao seu nível inicial.

---

<sup>51</sup> O objectivo da convergência não tem uma fácil definição operativa. Nos Relatórios sobre a Coesão Económica e Social elaborados pela Comissão Europeia incluem-se as distintas dimensões do conceito, mas, geralmente, quando se analisa a evolução das regiões europeias, a quantificação da «coesão» acaba por identificar-se, implicitamente, com a ideia de convergência no PIBpc. De facto, a maioria das análises sobre disparidades regionais na Europa (por exemplo, Dewhurst e Mutis-Gaitian (1995); Dunford (1994); Cuadrado, Mancha e Garrido (2002); Molle e Boeckout (1995); Neven e Gouyette (2005) ou Quah (1996) referem-se à convergência tomando como indicador a evolução do PIBpc e, só em poucos casos, à evolução da produtividade e emprego. Com efeito, normalmente não se consideram outras variáveis que são, sem dúvida, indicativas do grau de desenvolvimento de uma região ou de um país, como o nível de educação alcançado, a estrutura demográfica, a taxa de actividade e sua distribuição, o desemprego, as condições de vida, etc. que estão presentes nos relatórios da coesão.

A *convergência Beta* resume a mobilidade da riqueza de uma economia relativamente à riqueza média de uma área (distribuição) de referência. Este conceito subdivide-se em dois: *convergência Beta incondicional e convergência Beta condicional*.

Dizemos que se verifica *convergência Beta incondicional ou absoluta* se as economias mais atrasadas tendem a crescer mais rapidamente que as mais ricas e que, portanto, os países mais pobres alcançarão o nível de rendimento *per capita* dos países mais ricos. Assim, a convergência absoluta implica que todas as economias convergem para o mesmo *estado estacionário (steady state)* diferindo apenas no nível inicial de PIBpc.

A convergência absoluta é normalmente testada usando uma especificação do tipo “cross-sectional” da seguinte forma:

$$\frac{1}{T} \text{Ln} \left( \frac{Y_{i,t}}{Y_{i,0}} \right) = \alpha - \beta \text{Ln} (Y_{i,0}) + u_i$$

Em que:

$Y_{i,t}$  – é o PIBpc da região  $i$  ( $i=1,2,\dots,N$ ) no ano  $t$ .

$\alpha$  – é um parâmetro desconhecido.

$Y_{i,0}$  – é o PIBpc da região  $i$  no momento 0.

$\beta$  – é o parâmetro de convergência, isto é, uma constante positiva tal que  $0 < \beta < 1$ .

$T$  – é a longitude do período em análise.

$u_i$  – termo de erro aleatório, de média zero e variância constante e não dependente do tempo.

A *convergência Beta absoluta* supõe uma relação negativa entre a taxa de crescimento no período e o nível inicial de PIBpc. Este conceito é uma terminologia de Barro e Sala-i-Martin (1992) que resume um dos princípios da teoria do crescimento neoclássica (modelo de Solow (1956)) de que, como vimos anteriormente, as economias ou regiões com idênticos parâmetros fundamentais irão verificar, ao longo do tempo, convergência dos seus rendimentos *per capita*.



O principal problema ou crítica apontada a esta medida de convergência<sup>52</sup> é que assume que todas as economias da amostra possuem idênticas características fundamentais e por isso têm idênticas funções de produção agregadas, nomeadamente idênticas condições tecnológicas, idênticas instituições económicas, políticas e sociais. Por esse facto, isto é, sendo os pressupostos da teoria neoclássica tão irrealistas, uma vez que as economias diferem nas suas características fundamentais, os mesmos autores desenvolveram o conceito de *convergência condicional*. Nesse sentido, incorporaram na análise um conjunto de características inerentes a cada economia as quais vão condicionar e determinar um estado estacionário próprio a cada uma delas. Assim, e tal como referem Barro e Sala-i-Martin (1995), é contemplada a possibilidade de coexistirem diferentes estados estacionários correspondentes a diferentes tipos de economias regionais através da inclusão de características específicas a cada uma delas, como por exemplo, o rácio do consumo público em relação ao PIB, o grau de instabilidade política, as alterações dos termos de troca, entre outros<sup>53</sup>. A convergência Beta condicional pode ser estimada da forma que se segue, mantendo-se constantes determinadas variáveis que diferenciam as economias:

$$\frac{1}{T} \text{Ln} \left( \frac{Y_{i,t}}{Y_{i,0}} \right) = \alpha - \beta \text{Ln} (Y_{i,0}) + \lambda X_i + u_i$$

Em que:

- a notação adicional  $X_i$  é um vector de variáveis inerentes a cada economia pelas quais se mantém o estado estacionário de cada uma.

Portanto, ao contrário da convergência absoluta, a *convergência condicional* considera que cada economia possui os próprios parâmetros o que significa que cada uma delas apresenta um *estado estacionário* próprio. Se as condições fundamentais e o próprio *estado estacionário* diferem, a *convergência Beta condicional* implica que a taxa de crescimento de uma economia será tanto maior quanto mais afastada estiver do seu *estado estacionário*. Assim, enquanto a *convergência absoluta* tende a indicar a aproximação dos rendimentos, a *convergência condicional* indica que as disparidades ou divergências entre as economias podem persistir ao longo do tempo uma vez que os *steady state* diferem entre economias.

<sup>52</sup> Para uma análise mais detalhada às críticas apontadas à convergência beta ver Petrakos e al. (2005).

<sup>53</sup> Para uma análise mais detalhada ver Barro e Sala-i-Martin (1995).

Os estudos sobre a *convergência Beta* são, na maioria dos casos, completados com a análise da *convergência Sigma*. Isto porque, como demonstrou Sala-i-Martin (1995), a existência de *convergência Beta* é condição necessária mas não suficiente para que se verifique uma redução da dispersão no PIBpc entre as regiões analisadas<sup>54</sup>.

Como medida de dispersão pode usar-se a variância amostral (ou o desvio padrão) do logaritmo do PIBpc e estimar a *convergência Sigma* entre grupos de economias, da seguinte forma:

$$\sigma^2 = (1/N) \sum_{i=1}^N [Ln(Y_{i,t}) - \mu t]^2$$

Em que:  $\mu t$  é a média amostral de  $Ln(Y_{i,t})$ .

Se, ao longo do tempo, a dispersão diminuir verifica-se *convergência sigma* entre as economias da amostra. O que é relevante no conceito de *convergência sigma* é analisar o comportamento do conjunto de todas as economias e não, como acontece no conceito de *convergência Beta*, verificar se uma está a convergir relativamente à média de referência.

Com efeito, a *convergência Beta* refere-se à evolução no tempo da riqueza de uma economia relativamente à riqueza média de uma área de referência, isto é, à aproximação das regiões mais pobres às mais ricas devido a um maior crescimento das primeiras. No entanto, à medida que o tempo decorre as regiões estão sujeitas a choques específicos que podem conduzir a um aumento da dispersão no PIBpc. Como referem Henin e LePen (1995), *convergência Sigma* é o resultado global dos mecanismos anteriores e só ocorrerá se a *convergência Beta* predominar sobre o efeito dos choques que afectam a economia de cada região. Neste sentido, podemos concluir que a análise de *convergência* deve incluir os dois conceitos uma vez que se complementam. Assim o referem Maria-Dolores e Solanes (2001, p.19)

(...) “*estes dois tipos de análise são complementares e úteis para ter uma visão mais completa do problema. A convergência Beta coloca ênfase no comportamento temporal, enquanto que a convergência Sigma realça a importância da distribuição da variável objectivo*” (...).

---

<sup>54</sup> Se as diferenças de PIBpc entre as regiões forem suficientemente grandes, mesmo que o ritmo de crescimento das regiões mais atrasadas seja maior, isso não garante que ocorra uma redução no diferencial de PIBpc em relação às mais avançadas uma vez que, mesmo que as mais avançadas verifiquem uma pequena taxa de crescimento no PIBpc isso pode corresponder a um maior aumento em termos absolutos dada a maior magnitude do PIBpc sobre o qual se aplica a taxa de crescimento.

Mas será que se tem verificado convergência na UE? Qual o papel e importância que a PRC e os fundos estruturais assumem neste processo?

### **2.3 Eficácia da Política Regional e de coesão: revisão da literatura.**

No que respeita à questão de se saber se se tem verificado convergência na UE, podemos referir que existe um amplo número de estudos sobre a convergência no contexto europeu e que incidem sobre diferentes períodos de tempo, diferentes grupos de países, áreas e regiões, utilizando diferentes métodos e técnicas. Por esse motivo pretendemos apenas fazer uma breve referência aos principais resultados, conclusões e regularidades encontradas nestes trabalhos.

Muitos dos trabalhos sobre a convergência baseiam-se na abordagem de Sala-i-Martin e, muitos deles, ampliam o modelo para incluir especificações condicionais do tipo de Mankiw, Romer e Weill (1992), para incluir a influência do capital público e capital humano por exemplo, Gorostiaga (1999), De La Fuente e Doménech (2000), as alterações sectoriais De La Fuente e Freire (2000), incluir a influência dos fundos estruturais e de coesão Dolores e Solanes (2002), De La Fuente (2003a), os movimentos migratórios Lamo (2000), ou o comércio externo Afonso, e Aguiar (2004), entre outros.

Com efeito, uma das primeiras referências sobre a convergência no contexto europeu<sup>55</sup> corresponde ao trabalho de Barro e Sala-i-Martin (1995). Os autores estimaram regressões de convergência (absoluta e condicional) no seio de alguns países europeus em períodos anteriores a 1990 e verificam a existência de convergência absoluta e também condicional. Após a publicação deste trabalho muitos outros se seguiram e procuraram estimar a convergência no contexto europeu. Entre outros, podemos referir o trabalho de Beugelsdijk e

---

<sup>55</sup> Após a publicação dos trabalhos de Barro e Sala-i-Martin (1991, 1995), assistimos à publicação de um vasto número de estudos que procuram testar a convergência entre diferentes países e regiões pelo que, o estudo da convergência não se limita ao contexto europeu. Barro e Sala-i-Martin analisaram os processos de convergência das regiões de vários países entre eles os EUA, o Japão, Canadá e a Europa (ver Sala-i-Martin (1996) para compilação dos dados). Os resultados do estudo destes autores foram confirmados por outros como por exemplo, Coulombe e Lee (1993) para as regiões do Canadá, Dolado e al. (1994); Dolado e Solanes (2002); De La Fuente e Vives (1995); María-Dolores e Solanes (2001) para as regiões espanholas, Tondl (1999) e Neven e Gouyette (1995) para as regiões da UE.

Eijffinger (2005), Cappelen e al (2002), De la Fuente (2002 e 2003), Ederveen e Gorter (2002), Ederveen e al (2003), Faderberg e Verspagen (1996), Kaitila (2004), Leonardi (2005), Loddo (2006), Neven e Gouyette (1995), Puigcerver-Peñalver (2007), Tondl (1999), entre outros. Embora alguns trabalhos possam ser sujeitos a algumas críticas, nomeadamente no que respeita às técnicas econométricas aos períodos de tempo (muitos referem-se a períodos muito anteriores à aplicação e desenvolvimento da PRC e até utilizam diferentes níveis de agregação) podemos referir as principais conclusões que resultam da revisão desta literatura.

Os principais resultados e conclusões que surgem da revisão desta literatura resumem-se a algumas regularidades (CE, 2001 b; De La Fuente, 2002b):

- verifica-se convergência (absoluta e condicional), embora baixa, em economias similares. Grande parte dos estudos verifica que existe uma correlação negativa entre o crescimento e o nível inicial de rendimento per capita. Contudo, enquanto que nos estudos que utilizam “ amostras” com um nível de agregação regional (regiões de um mesmo país) – “*cross regional studies*” – se verifica convergência absoluta ou incondicional, nos estudos com um nível de agregação nacional só se verifica convergência condicional, isto é, depois de se controlar determinados factores específicos e inerentes a cada economia. Nas amostras em que não se estabelecem especificações condicionais ou em amostras com economias muito díspares não se verifica convergência mas sim divergência.

- A velocidade de convergência é muito baixa. A grande parte dos estudos obtêm um valor próximo de 2% o que implica que o processo de convergência durará décadas.

- Este coeficiente de convergência é muito estável entre as diferentes amostras o que sugere que os mecanismos que conduzem à convergência entre as diferentes economias parece operar de forma regular.

Será que podemos tirar conclusões definitivas sobre esta problemática? O trabalho empírico relativo à convergência não é conclusivo e não estabelece novas “alternativas” na explicação dos mecanismos de crescimento. Vimos que as diferentes teorias do crescimento económico chegam a diferentes predições quanto ao processo de convergência e “*catching-up*”. Enquanto o modelo Neoclássico considera que as disparidades entre as economias desaparecem ao

longo do tempo, o modelo de crescimento endógeno e da nova geografia económica predizem divergência.

A única conclusão que podemos apontar é que a evidência parece indicar a existência de alguns padrões de convergência entre as regiões da UE. Por exemplo, Leonardi (2006) refere que, entre 1988-1999, a convergência na UE deveu-se sobretudo à convergência das regiões de Objectivo 1 que beneficiaram de 2/3 do orçamento da PRC. As regiões não Objectivo 1 permanecem relativamente estáveis nas suas posições singulares. No entanto, o autor refere ainda que

*“What the data do not explain is whether the observed convergence rate is linked solely to the existence of the cohesion policy or to other factors separate from, or in combination with, cohesion”.* (Leonardi, 2006 p.162)

De facto, ainda temos que procurar resposta para outras perguntas anteriormente colocadas. Qual o papel e importância que a PRC e os Fundos estruturais e de coesão assumem no processo de convergência? Será que esta política da UE favorece a redução das desigualdades e estimula o crescimento das regiões mais desfavorecidas? Segundo Bähr (2008), a evidência empírica sobre a convergência entre os países ou regiões europeias, assim como a evidência sobre a eficácia dos FE na literatura disponível é mista. A este respeito também Bodenstein e Kemmerling (2008) referem que, alguns economistas encontram evidência de que os FE permitiram às regiões mais pobres alcançar taxas de crescimento mais altas. Outros apontam no sentido inverso e consideram que os FE são um substituto das políticas sociais ou um mecanismo de compensação para aquelas regiões que não beneficiaram da integração económica.

Com efeito, a resposta às questões levantadas não tem sido fácil de encontrar uma vez que não existe consenso no que respeita à eficácia da PRC, isto é, no que respeita à capacidade das políticas europeias de coesão e desenvolvimento para atingir os objectivos de maior coesão económica e social e reduzir as diferenças entre as regiões mais atrasadas e as mais ricas. De facto, os estudos desenvolvidos nesta área apontam para duas perspectivas opostas: uma positiva e uma negativa.

Segundo Molle (2006) a perspectiva negativa resume-se à ideia de que o efeito da PRC é, na melhor das hipóteses, neutral no sentido de que as transferências dos países ricos para os países pobres apenas contribuiriam para aumentar o nível da riqueza das regiões beneficiárias.

De facto, um dos argumentos mais apontados e levantados contra a PRC e a necessidade de cortar os fundos baseia-se na ideia de que não existem razões que justifiquem uma perspectiva redistributiva da UE. No entanto, a este respeito vimos, na secção relativa à justificação da PRC, que a posição da Comissão defende a necessidade de “ajudar” as regiões mais desfavorecidas na medida em que a integração económica e os mecanismos de mercado não asseguram um desenvolvimento equilibrado de todas as regiões. Pelo contrário, podem conduzir à concentração da actividade económica em certas áreas centrais.

Adicionalmente, um outro argumento, e que constitui o principal argumento levantado contra a PRC e os seus instrumentos é que ela é ineficaz na medida em que, apesar dos programas e dos QCA a maior parte das regiões assistidas não melhoraram a sua posição relativa e continuam a ser relativamente pobres. Com efeito, as regiões Norte e Galiza parecem ser um exemplo disso. Estas duas regiões apesar de serem assistidas a título do Objectivo 1, e tal como vimos no capítulo I, não alteraram de forma significativa a sua posição quer relativamente à média nacional, quer em relação à média europeia num conjunto de indicadores. As considerações de Molle (2006) apontam nesse sentido. O autor refere que embora as regiões Objectivo 1 tenham crescido acima da média europeia (no período de 1993 – 2000) esta evidência de convergência e eficiência da política esconde problemas sérios e persistentes e um deles é a coesão territorial.

*“(...) Indeed disparities amongst objective 1 regions have increased; in many countries growth has been concentrated in the core areas of these regions. This has been stimulated by the distribution of the available funds”. (Molle, 2006 p.8)*

Adicionalmente, o Relatório da Comissão Europeia (1999), além de referir o efeito positivo dos FE assinala também que as melhorias ocorridas a nível global, nos quatro países da coesão,<sup>56</sup> escondem elevadas assimetrias entre as regiões dos países. Ou seja, escondem situações muito favoráveis para as capitais e centros urbanos e pouco favoráveis ou de fraca aproximação das regiões rurais e periféricas<sup>57</sup>.

Esta conclusão de que o crescimento se tem concentrado nas regiões centrais dificultando a coesão territorial tem sido designada por vários autores como aparecimento de “clubs” de

---

<sup>56</sup> Na altura, Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal.

<sup>57</sup> Esta situação é evidente no caso de Lisboa em comparação com outras regiões de Portugal.

convergência (CE, 2001a), Dall’erba e Le Gallo (2003), Lopez-Bazo (1999), Neven e Gouyette (1996), Rodríguez-Pose e Fratesi (2003).

Uma das posições mais críticas em relação a esta política da UE é a de Boldrin e Canova (2001). Estes autores, investigaram o comportamento da distribuição do PIBpc no período de 1980-1996 e não encontraram evidência de que as disparidades no seio da UE estão a desaparecer, nem que as regiões assistidas verificaram melhor performance (à excepção da Irlanda) que as outras regiões<sup>58</sup>. Num trabalho mais recente Boldrin e Canova (2003 p.35) referem mesmo que:

*(...) “current (EU) policies are ineffective, based on incorrect or at least unsubstantiated economic theory, badly designed, poorly carried out, a source of wrong incentives and in some cases of corruption”.*

Portanto, para os autores as políticas regionais e estruturais constituem sobretudo um instrumento redistributivo incapaz de fomentar o crescimento económico de longo prazo. Outros autores, como por exemplo, Boeri e al. (2002), Martin (1999), Puga (2002), Rodríguez-Pose (2001), Rodríguez- Pose e Fratesi (2003), vão de encontro a esta posição.

Em oposição às posições mais negativas do papel que a PRC desempenha na convergência e promoção do crescimento económico, surgem outras mais optimistas e que consideram que a política apresenta resultados positivos. Encontramos do lado desta perspectiva, as avaliações da Beugelsdijke e Eijffinger (2005), Bradley e al (1995), Comissão Europeia, a posição de Cappelen e al (2002), De La Fuente (2002a, 2002b e 2003) DGDR (2005), Leonardi (2005, 2006), Martin e Sanz (2003), Martin e Tyler (2006), Mohl e Hagen (2008), Puigcerver-Peñalver (2007), Rivero e al (2006), Solanes e Dolores (2001).

Com efeito, o debate sobre esta problemática parece ser inconclusivo. Nesse sentido, e uma vez que pretendemos analisar e avaliar a importância que as políticas de coesão e desenvolvimento da UE (através do FE e de coesão) têm na convergência e crescimento das duas regiões objectivo 1 em análise (região Norte e Galiza), parece-nos importante rever a literatura relativa à avaliação da PRC.

---

<sup>58</sup>De La Fuente (2002) considera que o estudo destes autores tem uma falha bastante grave e que assenta no facto de não haver controlo de qualquer outro factor que não seja a ajuda da UE.

A literatura empírica sobre a eficácia e avaliação da PRC tem sido desenvolvida sob diferentes perspectivas e diferentes técnicas e abordagens teóricas e empíricas. No entanto, e de acordo com Ederveen e Gorter (2002), Ederveen e al (2003), Loddo (2006) e Martin (2003), a pesquisa sobre esta temática pode ser agrupada em três grupos principais: avaliação de projectos ou programas - “case studies”; modelos de simulação (model simulation) e estudos econométricos<sup>59</sup>. O primeiro grupo reúne estudos que se baseiam nas técnicas microeconómicas (auditoria, análise custo-benefício, análise custo-eficiência, ...), enquanto o segundo e terceiro centram-se nos efeitos agregados procurando, de uma forma global, o impacto da política sobre o conjunto da economia.

### 2.3.1 Avaliação de projectos ou programas – “case studies”.

Ao contrário do que aconteceu nos primeiros anos da PRC e com os primeiros projectos financiados pelos FE, actualmente está definido e implementado um sistema de avaliação concreto e compulsivo (sempre que há financiamento comunitário), o que veio introduzir uma cultura de avaliação em todos os Estados Membros. Este sistema de avaliação, desenvolvido sobretudo por entidades oficiais nacionais e europeias, e que implica a avaliação em três fases (ex-ante, intermédia e ex-post<sup>60</sup>), destina-se fundamentalmente a avaliar projectos e programas específicos que vão desde projectos e iniciativas transfronteiriças, a iniciativas ligadas à formação ou projectos de infra-estruturas.

Existe um vasto número de estudos que avaliam projectos ou programas. Por exemplo, Biel (1986), CE (1997), ECORYS (2004), ECOTEC (2003), Neves (1994). De um modo geral, e

---

<sup>59</sup> Na actualidade, e pese os esforços realizados pela Direcção Geral de Política Regional, a heterogeneidade e subjectividade dos métodos de avaliação do impacto económico da PRC ainda são muito amplas, o que dificulta o seguimento e avaliação da mesma. A esta primeira dificuldade devemos acrescentar que, qualquer que seja o método eleito, existem enormes dificuldades para quantificar e fazer corresponder realmente as ajudas aos respectivos territórios. A existência de múltiplos instrumentos financeiros que se conjugam, os problemas de correspondência territorial (aos participarem diferentes níveis de administração pública territorial) e os problemas de quantificação real de ajuda comunitária (pelo facto de esta estar sempre dependente do volume de despesa levado a cabo pelo próprio país) são dificuldades que existem quando o objectivo é avaliar o rendimento regional. As avaliações têm vindo a ser realizadas mediante diferentes tipos de modelos: agregados com base em estimações econométricas, como o HERMES, HERMIN, Wharton-UAM ou o QUEST II; multi-sectoriais como os modelos de equilíbrio geral, estáticos ou dinâmicos, e os baseados no modelo Input-Output, estáticos ou dinâmicos (Beutel, 1990, 1995 e 1998). Em Means (1993) e Mairate e Hall (2001), pode-se encontrar um resumo sobre as diferentes aproximações da avaliação de políticas económicas. No que se refere à PRC e à importância que nela devem ter as avaliações, pode ver-se, entre outros, Bachtler e Michie (1995) ou Gray (1995).

<sup>60</sup> Avaliação ex-ante: realizada antes do início do projecto ou programa e visa definir quantitativamente os resultados pretendidos. Avaliação intermédia: realizada em meados do período de vigência do projecto ou programa e destina-se a verificar se este está a decorrer conforme previsto e planeado e se os objectivos estão a ser alcançados.

Avaliação ex-post: realizada depois de terminado o projecto ou programa e que tem como principal finalidade averiguar se os objectivos foram atingidos, se houve discrepâncias, quais as suas causas bem como, definir e estabelecer sugestões para programas futuros.



correndo o risco de simplificar em demasia, este tipo de estudo acaba por fazer uma descrição detalhada dos programas/projectos sujeitos a financiamento, bem como da situação sócio-económica da região beneficiária. A avaliação em si acaba por privilegiar a identificação dos ganhos obtidos em termos de número de postos de trabalho criados, Kms de estrada/auto-estrada construídos, número de empresas que obtiveram apoios e financiamentos e respectivos montantes, número de pessoas que passaram a ter acesso a saneamento e água potável e “*so on*”. Tal como refere Martin (2003), este tipo de estudos acaba por ter pouco interesse do ponto de vista macroeconómico, embora sejam indispensáveis do ponto de vista microeconómico para fazer as melhores escolhas aquando da definição dos projectos e programas a beneficiar de financiamento europeu. Como já referido, grande parte destes estudos são levados a cabo por entidades oficiais acabando por concluir pelo impacto positivo dos programas/projectos financiados pela PRC. Por essa razão, Martin (2003) considera que a qualidade destas avaliações varia consideravelmente. Também Ederveen e al. (2003, p.27) apresentam críticas a este nível.

*“There are many case studies about the impact of cohesion policy on the growth of gross regional product per capita and employment. Most case studies bring up some kind of reservation about the effectiveness of cohesion policy, but they rarely present quantitative estimate of it’s impact. It is therefore impossible to make an objective assessment on the basis of the individual project appraisals.”*

### 2.3.2 Modelos de simulação

Os modelos de simulação são modelos de índole macroeconómica que procuram capturar a “resposta” da economia e, em especial, a resposta do investimento privado, a investimentos públicos em áreas estratégicas como por exemplo em infra-estruturas, P&D, capital humano. Os governos procuram constantemente implementar medidas de política económica que sirvam para corrigir alguma deficiência observada na actividade económica diária, pelo que necessitam de modelos que permitam avaliar e quantificar os efeitos que diferentes opções de política económica têm sobre os agentes. Entramos então nos modelos de simulação. Localizados entre a economia normativa (que trata de explicar como deveria ser uma economia) e a econometria (que trata de valorar as determinantes reais de uma situação económica concreta), os modelos de simulação macro-económica, baseados no corpo teórico de equilíbrio geral, são ferramentas muito úteis para a análise de política económica em geral e em especial da política fiscal, superando as claras limitações das aproximações

parciais. Nos últimos 30 anos, dos Modelos de Equilíbrio Geral (MEG) utilizaram-se com frequência para quantificar os efeitos das políticas públicas (ver, por exemplo, Bergman (1990); Bandara (1991); De Melo (1988); Shoven e Whalley (1984)) tanto em países avançados como em países em desenvolvimento. Em particular, a simulação com MEG de reformas fiscais de natureza muito diversa trouxe alguma luz sobre os efeitos das políticas públicas sobre a alocação de recursos e sobre o bem-estar dos consumidores. Hoje em dia, a calibração de MEG e a sua utilização para simular políticas, converteu-se num dos pilares de investigação em Economia. Com o passar do tempo, estes modelos dinâmicos foram-se desenvolvendo (veja-se, por exemplo, Auerbach e Kotlikof (1987); Ballard e al.,(1985); Pereira e Shoven (1988); Walley e Pereira (1995)). Contudo, no que respeita à avaliação da PRC, o estado destas investigações é ainda preliminar devido a enormes necessidades de informação e dos complexos cálculos necessários para a resolução dos modelos equacionados. Não obstante existem exemplos de aplicações de modelos multi-sectoriais lineares baseados na modelização input-output. Apesar disso, e como observa Ederveen e al. (2003), estes modelos vêm completar as avaliações do tipo das consideradas na secção anterior na medida em que, para além de providenciarem o potencial impacto, também providenciam ou simulam a situação ou comportamento das economias caso não tivesse havido financiamento dos FE e de coesão.

Na avaliação da PRC, um dos modelos de simulação mais conhecidos, é o modelo HERMIN<sup>61</sup>, desenvolvido em específico para tentar descrever os efeitos macroeconómicos das estratégias e investimentos estabelecidos pelos QCA dos países da coesão. Num sentido bastante resumido, podemos referir que este modelo assenta na ideia base de que a produção do sector privado não depende exclusivamente da procura. Para além da procura, a produção privada é também estimulada pela competitividade nos custos e preços, num contexto de empresas que procuram atingir a maior eficiência possível. Neste sentido, os apoios concedidos através dos FE são introduzidos no modelo como instrumento de política, sendo o objectivo fundamental do modelo identificar e modelizar os canais através dos quais essas ajudas europeias estimulam a economia e, mais concretamente, a iniciativa e investimento privado. Do lado da procura, a realização de projectos e investimentos (a grande parte

---

<sup>61</sup> Actualmente, a Comissão Europeia realiza a avaliação “*ex-post*” dos fundos de coesão com os modelos Hermin que têm como principal limitação o facto de serem modelos agregados. Para além do modelo HERMIN, existe também o modelo QUEST II. O QUEST II é um modelo de crescimento e de ciclo dos negócios de vários países, criado pelos serviços da Comissão Europeia para analisar as economias dos Estado membros e suas interacções com o resto do mundo. O modelo QUEST II, é de carácter antecipatório na medida em que baseia as equações de comportamento numa optimização inter-temporal das famílias e empresas. Para uma descrição resumida deste modelo ver Martin (2003).

financiada pelos FE e de coesão) estimula a economia pelo facto de ocorrer uma maior despesa pública, a qual afecta directamente a procura e, conseqüentemente, a produção, o emprego, o rendimento, os preços e salários. Por sua vez, os efeitos da oferta actuam através dos custos, da competitividade e produtividade, conduzindo a uma maior produção, aumento das exportações e redução das importações e, ao mesmo tempo, em resultado do aumento da capacidade produtiva, são atenuadas as pressões inflacionistas originadas do lado da procura (Rivero e al. (2003) e Martin (2003)).

Um dos primeiros trabalhos a desenvolver o modelo HERMIN para os países da coesão foi o de Bradley e al. (1995). Uma boa parte dos estudos que segue este modelo, acabou por ser elaborado sob a supervisão da CE (ou pela própria Comissão) por exemplo CE (1997), CE (1999), CE (2000), CE (2001), DGDR (2000) e DGDR (2005).

No entanto, existe também um considerável número de estudos académicos baseados neste modelo dos quais podemos referir o trabalho de Christodoulakis e Kalivitis (2000), Hallet (2002), Honohsn (1997), Modesto e Neves (1995), Rivero e al. (2003 e 2006)<sup>62</sup>, entre outros. De uma forma geral, e embora tenhamos que ter sempre em atenção, tal como refere Martin (2003), que os resultados destas simulações podem variar devido às especificações do modelo e, em especial, aos canais através dos quais o impacto dos fundos são tomados em consideração, todos os estudos acabam por concluir que os apoios concedidos a título da PRC e dos FE e de coesão têm um impacto positivo e significativo no desempenho económico das regiões menos desenvolvidas.

Contudo, estes resultados optimistas não deixam de ser sujeitos a críticas, nomeadamente pelo facto dos resultados serem imprecisos e com algum grau de subjectividade. É o que depreendemos da observação Ederveen e al (2003 p. 29)

*“(...) the model simulation only give an idea about the potential effect, which is clearly positive, but does not account for several complications that may reduce the actual effectiveness of cohesion support, such as crowding out, inefficient allocation and rent-seeking”.*

---

<sup>62</sup> Estes trabalhos analisam os efeitos da PRC numa região Objectivo 1 (Comunidade Autónoma de Castilla la Mancha) para o anterior período de programação dos FE a partir de uma adaptação do modelo HERMIN-Espanha.

### 2.3.3 Modelos econométricos

A análise econométrica da contribuição da PRC para a coesão económica e a sua eficácia para fomentar o crescimento das regiões mais desfavorecidas e, assim, favorecer a redução do seu atraso relativamente às mais favorecidas, é, seguramente, o tipo de modelização com mais influência e com um maior número de estudos. Em geral, trata-se de modelos de oferta nos quais se inclui directamente os efeitos da política sobre a produtividade total dos factores e a própria dotação (stock) de factores produtivos (capital privado, capital público, capital humano...). A maior parte destes segue uma ou ambas as metodologias que se seguem:

a) preocupam-se em testar o grau pelo qual a PRC altera a trajectória da convergência no sentido definido por Barro e Sala – I – Martin (1991)<sup>63</sup> e / ou

b) utilizam regressões de crescimento (estimadas com dados “cross-section” ou dados de painel) para medir a magnitude pela qual a PRC determina o crescimento regional. Isto é, no essencial incluem na regressão de crescimento os FE e de coesão como variável explicativa da variável dependente (o crescimento económico normalmente medido pelo nível de crescimento do PIB).

Consideramos que ambas as metodologias são importantes e complementares para a questão da importância da PRC para a coesão económica pelo que não nos preocuparemos em distinguir os estudos que seguem um ou outro (ou ambos) os “caminhos”. Pretendemos apenas apresentar as principais conclusões e resultados de alguns dos principais trabalhos que analisam esta temática.

Já anteriormente referimos que os “efeitos da PRC no desempenho e crescimento das regiões mais atrasadas da UE” é uma questão que envolve controvérsia e sobre a qual não existem respostas unívocas. De um lado, temos as posições críticas ou negativas de alguns académicos que não encontram evidência de que os FE e de coesão têm impacto no crescimento e convergência das regiões beneficiárias desses fundos. Do outro, temos as posições mais favoráveis e positivas.

---

<sup>63</sup> Relativamente à problemática da convergência Beta e Sigma e aos estudos que se preocupam em testar a convergência entre diferentes países/regiões, sem se preocupar com esta questão da eficácia da PRC, remetemos o leitor para a **secção 2.1** na medida em que apresentamos aí uma breve revisão desta literatura.

Boldrin e Canova (2001) depois de analisarem a evolução da dispersão do PIB per capita entre regiões europeias (no período de 1980-1996) e de terem concluído que não se verificaram alterações nessa distribuição, procuram testar se os FE e de coesão eram ou não benéficos para as regiões focando a sua atenção na produtividade total dos factores e na produtividade do trabalho.

Os autores verificam que, apesar de existir uma pequena tendência para a convergência ao nível da produtividade do trabalho, os fundos não têm influência nos diferentes níveis de produtividade total dos factores entre as diferentes regiões. Nesse sentido, acabam mesmo por concluir que a PRC é mais uma política redistributiva do que uma política capaz de fomentar o crescimento económico de longo prazo.

Já anteriormente Canova e Marcet (1995) tinham chegado à conclusão de que a PRC era ineficaz. Depois de estudarem a convergência para diferentes grupos de economias e de os compararem entre si, concluem que podem verificar-se altas taxas de convergência entre grupos semelhantes uma vez que tendem a convergir para o mesmo estado estacionário. No entanto, como as diferenças entre os “estados estacionários” dos diferentes grupos são muito amplas, as desigualdades continuarão a persistir. Canova e Marcet (1995) consideram que as regiões mais atrasadas só conseguirão aproximar-se das mais ricas se ocorrerem alterações estruturais significativas no seu “ambiente” económico.

As conclusões dos estudos de Ederveen e Gorter (2002) e de Ederveen e al. (2002) aproximam-se das de Canova e Marcet (1995).

*“The estimated impact of cohesion policy on the economic growth of lagging regions is substantial if one presupposes that each region grows towards its own steady state level of GDP per capita. The estimated impact is, however, negligible or even negative if one presupposes that regions within one member state, respectively within the EU, will converge to the same steady state level of GDP per capita”.* (Ederveen e Gorter, 2002 p. 18).

Por sua vez, Ederveen e al (2002) concluem que a PRC só será eficaz nas economias abertas e/ou com instituições de qualidade. Portanto a PRC é apenas condicionalmente eficaz. Isto é, só depois de incluir nas regressões indicadores de corrupção, inflação, abertura das economias é que chegam a resultados positivos para o impacto da PRC no crescimento.

Curiosamente, a este respeito, Beugelsdijk e Eijffinger (2005) não detectaram que a qualidade das instituições nacionais (a corrupção) seja um factor condicionante da eficácia da PRC nas regiões beneficiárias. Foram estimados modelos econométricos que confirmaram a existência de convergência *Beta* na UE, bem como de que os FE favorecem a convergência. No que respeita à questão da corrupção, os resultados não indicam que os países mais corruptos usam os FE de forma mais ineficiente.

Numa perspectiva bastante crítica, podemos ainda referir o trabalho de Rodríguez-Pose e Fratesi (2003). O estudo incide sobre as regiões de Objectivo 1 e o período de análise cobre o período de programação dos dois primeiros QCA. Os resultados a que os autores chegaram podem resumir-se a:

- no que se refere à análise da convergência, em primeiro lugar, quando são consideradas as taxas de crescimento nacionais, não se verifica convergência na UE após a implementação de reforma dos FE. Se estas forem incluídas no modelo, a convergência que se verifica entre as regiões de Objectivo 1 é reduzida (Rodríguez-Pose, 2003 p. 15);

- no que concerne à questão de saber se os FE e de coesão têm impacto no crescimento económico, os resultados diferem. Estimando o crescimento regional pelo nível inicial do PIBpc (no período de 1989-1999) e pelo montante total de fundos (em percentagem do PIB no mesmo período) os resultados apontam para uma relação positiva e significativa, embora muito fraca, dos FE no crescimento regional europeu. Contudo, se não for considerado o montante total dos FE mas sim o montante dos FE dividido pelas suas diferentes componentes regionais e multi-regionais, deixa de se verificar uma associação positiva entre os FE e o crescimento regional.

Perante estes resultados, os autores questionaram-se sobre as razões que justificam um tão limitado impacto dos FE (apesar dos seus elevados montantes) no crescimento e convergência regional. A resposta apontada para o “insucesso” deve-se à adopção de uma má estratégia de distribuição dos FE. Os autores foram verificar qual o tipo de investimento<sup>64</sup> que tinha maior retorno ou efeito no crescimento e chegaram à conclusão que, apesar da concentração dos

---

<sup>64</sup> Os autores dividiram as despesas dos FE em quatro eixos de desenvolvimento: apoio à agricultura e sistema rural, investimento em educação e capital humano, apoio ao sistema produtivo e turismo e investimento em infra-estruturas, transporte e ambiente.

fundos nas infra-estruturas e no apoio ao ambiente produtivo, o retorno do investimento nestes eixos não é significativo. O apoio à agricultura parece ter um impacto positivo no crescimento mas trata-se de um impacto a curto prazo que desaparece rapidamente. Apenas o investimento em educação e capital humano que representa apenas uma pequena proporção dos fundos têm um retorno positivo e significativo de médio e longo prazo.

Também Dall’erba e Le Gallo (2007 b) perante os resultados obtidos questionaram a eficiência da PRC no crescimento e emprego. Utilizando técnicas econométricas espaciais, os autores procuraram estimar o impacto dos FE nos processos de convergência do PIBpc e emprego de 145 regiões europeias, no período de 1989-1999. A conclusão a que chegaram foi:

*“All in all, these results do not show a significant impact of structural funds nor total project cost on regional per capita GDP or employment. While objective 1 funds are supposed to enhance the development level of peripheral regions and objective 3 and 4 funds the employment level in low employment regions, we do not necessarily find a significant impact of these funds on their designated objective. When the impact is significant, its extent is pretty low or, sometimes, negative. These results raise some doubts about the efficiency of regional assistance over 1989-1999(...)”*. (Dall’erba e Le Gallo, 2007 b) p.339).

Em contraste com esta perspectiva, um outro conjunto de autores chega a resultados mais positivos sobre a eficácia da PRC. Por exemplo, o trabalho desenvolvido por Loddo (2006), para as regiões italianas, parece confirmar determinadas conclusões do trabalho de Rodríguez-Pose e Fratesi (2003) e contrariar outras. Com o objectivo de inferir sobre a estratégia seguida por cada fundo, e utilizando dados de painel, a autora estima uma regressão de crescimento (no período de 1994-2004) utilizando como variáveis explicativas o nível inicial de PIBpc e o montante total de FE (medidos em percentagem do PIB regional). Adicionalmente introduziu no modelo a taxa de emprego na agricultura como forma de “controlar” a estrutura produtiva da economia regional. Os resultados da autora indicam, quando é considerado o montante total dos FE, um impacto positivo e significativo para os FE na convergência de regiões italianas no período de 1994-2004. Quando são considerados os FE individualmente, os resultados são mistos. Isto é, o apoio à agricultura tem efeitos positivos no crescimento económico mas são efeitos de curto prazo que se desvanecem rapidamente. Estes resultados vão de encontro aos de Rodríguez-Pose e Fratesi (2003). No entanto, e em contraste com os resultados destes autores, os investimentos em infra-estruturas (decorrentes do FEDER), apresentam efeitos positivos e de médio prazo no crescimento enquanto que as despesas

efectuadas a título do FSE (destinadas a fomentar a educação, capital humano e emprego) mostram-se ineficientes. Perante estes resultados a autora conclui que,

*“on the whole our findings are in line with most recent empirical studies and agree upon a (slightly) more optimistic view of the impact of cohesion policy”* (Loddo, 2006 p. 19).

Solanes e Dolores (2001) também chegam a resultados positivos para os FE num estudo realizado para as regiões espanholas. Os resultados revelaram que todos os FE contribuíram para acelerar a convergência no período de 1987-1997 e os que revelaram maior impacto foram aquelas despesa direccionadas para a agricultura (FEOGA-O), bem como as direccionadas para o investimento em infra-estruturas (FEDER). Também Bouvet (2005) para uma análise realizada para o período 1975-1999 a 111 regiões NUT I e II (da UE-8) concluiu que o FEDER teve um impacto positivo, embora modesto, nas taxas de crescimento regionais.

De la Torre e al.(2005), num estudo específico para a região da Galiza, procuram quantificar os efeitos (sobre a oferta – *supply side effects*) do QCA II e III. Isto é, usando uma metodologia aproximada à de De la Fuente (2002b e 2003) (que revemos mais à frente) procuram avaliar o impacto, a médio e longo prazo, dos investimentos financiados pelos QCA no crescimento da produção e emprego da economia galega. Nesse sentido, estimam um modelo multi-equacional (uma função de produção, uma função procura de trabalho e uma função relativa à acumulação de capital privado) a partir de dados de painel regionais para o período de 1980-1992. A partir desta metodologia simulam a evolução da economia galega em dois cenários: um em que não consideram o investimento financiado pelo QCA e outro em que se incluem esses investimentos. Os resultados obtidos indicam que a contribuição dos FE para o crescimento do *output* e emprego da região galega são positivos.

Numa análise para as regiões portuguesas, Antunes e Soukiazis (2005) verificaram que os FE promoveram a convergência. Para um painel de 30 regiões NUT III portuguesas, e para o período 1991-2000, os autores procuraram explicar o processo de convergência do tipo neoclássico e utilizando os FE como factor condicional. Os resultados indicam que os FE são mais eficientes na melhoria das condições de vida nas regiões litorais do que nas regiões interiores.

Num trabalho que abrangiu todas as regiões espanholas, De la Fuente e Vives (1995), estimaram um modelo de crescimento que inclui capital público (investimento em infra-



estruturas) e investimento em capital humano. Verificaram que estes dois tipos de investimento são importantes determinantes da localização de factores produtivos móveis e os resultados dos seus estudos parecem indicar que o investimento em infra-estruturas (em particular o FEDER) e o investimento em educação favorecem a redução das disparidades regionais de rendimento e crescimento de PIBpc.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, em trabalhos mais recentes, De la Fuente (2002b e 2003) usou um modelo (que inclui uma função de produção regional e uma equação de emprego, estimadas a partir de dados regionais para o período de 1964-1993) com o propósito de quantificar a contribuição dos FE europeus<sup>65</sup> sobre o crescimento da produção e do emprego nas regiões Objectivo 1 espanholas (excluindo Ceuta e Mellila). O estudo é elaborado em diversas fases. Depois de estimadas a função de produção e de emprego, o autor vai quantificar a contribuição dos fundos para a acumulação dos diferentes factores produtivos nas regiões. Os resultados obtidos são posteriormente utilizados para estimar o impacto dos QCA sobre o crescimento da produção e emprego. O autor conclui que a PRC em Espanha foi eficaz na medida em que os investimentos proporcionados pelos QCA exercem um importante *shock* positivo que favorece a acumulação de factores produtivos e por conseguinte também exercem um papel importante no crescimento, não só das regiões assistidas como também de todo o conjunto da economia espanhola.

*“(…)Las ayudas comunitárias han sido (...), un factor importante de crecimiento para las regiones asistidas y para el conjunto de la economía española”* (De la Fuente, 2003 p.143)

Para além da questão da eficácia, o autor analisa também a questão da eficiência (isto é, saber se os recursos foram usados de modo a obter o maior retorno com o menor investimento ou custo possível). Apesar dos FE terem contribuído de forma muito significativa para o crescimento das regiões mais pobres, reduzindo as diferenças inter-regionais no país, e ter favorecido a convergência da economia espanhola com os níveis médios europeus, os resultados de De la Fuente também indicam que a decisão de concentrar os recursos nas regiões mais atrasadas implicou um elevado custo de oportunidade pelo que poderia não ter sido o óptimo do ponto de vista do conjunto do país.

---

<sup>65</sup> No primeiro trabalho procurou quantificar o impacto do QCA II (1994-1999) e no segundo trabalho procurou quantificar o impacto do QCA II (1994-1999) e do QCA III (2000-2006).

Puigcerver-Peñalver (2007) também estimou um impacto positivo dos FE nas taxas de crescimento das regiões Objectivo 1 da UE. Para um grupo de 41 regiões Objectivo 1 da UE-15, a autora estimou um modelo de crescimento para os dois primeiros períodos de programação dos FE (1989-2000) o qual incluiu componentes endógenas (os FE que a UE atribuiu às regiões menos desenvolvidas) e componente exógenas (o efeito *catch-up*). Perante os resultados obtidos a autora concluiu que:

*(...) "in the light of my results, the structural funds have had a significant impact on the rates of growth of the objective 1 regions during the first programming period. However, during the second program, the evolution of these regions is worse in terms of convergence, even if the impact on growth of the structural funds still remains significant".* (Puigcerver-Peñalver, 2007 p.199)

Num estudo para um grupo de 124 regiões NUT I e II, Mohl e Hagen (2008) verificam que os FE a título do Objectivo 1 têm um impacto positivo no crescimento. Para um período de tempo mais recente e combinando várias técnicas econométricas, os autores verificaram que o impacto dos FE no crescimento não é imediato, tem um "*time-lag*" de dois a três anos e o impacto no crescimento difere consoante o tipo de pagamento. No caso dos pagamentos a título do Objectivo 1, os autores verificaram um impacto positivo no crescimento. No entanto, no caso dos pagamentos a título do Objectivo 2 e 3, os resultados indicam um impacto negativo nas taxas de crescimento regionais.

Num estudo ainda mais abrangente para 1213 regiões NUT III para os três primeiros períodos de programação, Becker e al. (2008) procuraram estimar os efeitos das transferências, a título do Objectivo 1, sobre o crescimento do emprego e do PIBpc destas regiões. Os resultados alcançados indicam que as transferências a título do Objectivo 1 têm um impacto positivo no crescimento do PIBpc. Contudo, não encontraram efeitos significativos sobre o emprego no período em causa. Adicionalmente, os autores fizeram uma análise custo-benefício e os cálculos sugerem que as transferências a título do Objectivo 1 são, não apenas eficazes como também eficientes em termos de custo.

## 2.4 Conclusões

Apesar da PRC se ter tornado uma das mais importantes políticas comuns da UE, a questão da sua eficácia e eficiência continua a ser um assunto que envolve muita controvérsia. Da revisão dos diferentes tipos de trabalhos desenvolvidos nesta área de pesquisa, existem estudos que chegam a resultados positivos no que respeita à eficácia da PRC mas também existem outros que obtêm resultados negligenciáveis ou mesmo negativos.

De facto, os estudos desenvolvidos apontam para duas perspectivas opostas: uma negativa e outra positiva. Segundo Molle (2006), a perspectiva negativa resume-se à ideia de que o efeito da PRC é, na melhor das hipóteses, neutral no sentido de que as transferências apenas contribuíram para aumentar o nível de riqueza das regiões beneficiárias mas constituem um instrumento redistributivo incapaz de fomentar o crescimento económico de longo prazo. De entre os principais autores que vão de encontro a esta posição podemos indicar Boldrin e Canova (2003, 2001), Boeri e al (2002), Dall'erba e Le Gallo (2007), Martin (1999), Rodríguez- Pose e Fratesi (2003), Santos (2008).

Em oposição às perspectivas mais negativas do papel que a PRC desempenha na promoção do crescimento e convergência, surgem outras mais optimistas, como por exemplo, Beugelsdigke e Eijffinger (2005), Cappelen e al (2003), De la Fuente (2002, 2003), DGDR (2005), Mohl e Hagen (2008), Puigcerver – Peñalver (2007), entre outros.

Em parte, esta controvérsia deve-se à falta de fiabilidade e a insuficiências nos dados sobretudo no que respeita aos montantes associados aos FE, à sua distribuição e à distinção entre pagamentos e compromissos de pagamentos (perspectivas), mas também à falta de séries temporais regionais suficientemente longas e detalhadas, aos diferentes métodos e aos períodos de análise que, em muitos deles, é um período de estimação curto e anterior à expansão da PRC, não permitindo obter os efeitos de longo prazo deste tipo de investimento.

Outra dificuldade ou limitação, como refere Michelis (2008), está na dificuldade em isolar os efeitos da política de coesão europeia de outros factores que interagem com a política tais como, o quadro macroeconómico, o funcionamento dos mercados laboral e financeiro, as instituições e capacidades administrativas dos países. Apesar dos problemas e da controvérsia, Michelis (2008, p.12) defende que

(...) *“European cohesion policy has contributed to improve the standard of living and economic opportunities in regions, by supporting institutional convergence and administrative modernization”*(...).

Na avaliação da PRC existe um problema real detectado, faz muitos anos, num trabalho de Chenery (1962), clássico em economia regional. Com um modelo desagregado em vinte sectores para as três regiões italianas, demonstrou que a dotação de infra-estruturas não só não é condição suficiente para o progresso de uma região, senão que, “em determinados casos, o tipo de política de oferta e a especialização regional podem ser um *handicap*”. E acrescenta, mais à frente, que a melhoria das infra-estruturas regionais pode ter um efeito não desejado ao aumentar a preponderância do centro. Em termos gerais, a experiência do sul de Itália, ou inclusivamente de Espanha nos últimos anos, mostra que deve dar-se tanta importância a uma alteração na estrutura produtiva como a um aumento do investimento total como objectivos imediatos de uma política de desenvolvimento. O desenvolvimento das infra-estruturas é apenas um aspecto da mudança total necessária.

Com efeito, esta parece ser também uma das principais conclusões da OECD (2009, p.6).

*“The analysis suggests that infrastructure alone has no impact on regional growth unless regions are endowed with adequate levels of human capital and innovation. In other words, infrastructure is a necessary, but insufficient, condition for growth.*

No que respeita ao debate sobre o “*trade-off*” entre eficiência e equidade, embora não se referindo em específico à PRC da UE mas às políticas regionais e de desenvolvimento em geral, a OECD prefere não dar relevância ao debate. Pelo contrário defende que

*“The new regional approach is based on the principle that opportunities for growth exist in the entire territory, across all types of regions. The aim is to maximize national output by encouraging each individual region to reach its growth potential from within. (OECD, 2009, p.5).*

---

## **CAPÍTULO III.**

**A importância da PRC na convergência e desenvolvimento da região Norte  
e da Galiza: Evidência empírica**

---

## Introdução

Já referimos que os fundos estruturais e de coesão constituem o principal instrumento da PRC, os quais envolvem significativos montantes financeiros destinados a promover o desenvolvimento estrutural das regiões menos favorecidas pelo investimento em factores produtivos determinantes, nomeadamente em capital humano, tecnologia, infra-estruturas, bem como incentivos à actividade empresarial. De facto, estas têm sido as áreas prioritárias dos investimentos financiados pelos fundos estruturais na medida em que estes factores têm sido considerados, pela teoria económica, e sobretudo pela teoria do crescimento endógeno, os factores determinantes do crescimento e das disparidades entre as diferentes regiões. Com efeito, a própria CE (2007) refere que

*(...) “o crescimento e o emprego são determinados por condições-quadro como a dotação de infra-estruturas diversificadas – físicas sob a forma de redes de transporte e telecomunicações, humanas, sob a forma de competências e conhecimentos da mão-de-obra, e sociais, sob a forma de assistência e outros serviços de apoio. Incluem igualmente a capacidade de inovação, que constitui e, embora estando associada à dotação de recursos humanos, abrange também os recursos dedicados à I&D e à eficácia com que são utilizados. As políticas de coesão podem dar um contributo significativo para a criação destas condições (...)”*

Com efeito, e como refere Puigcerver-Peñalver (2007, p.179),

*(...) “Structural Policies seem to have been designed on the basis of three main assumptions: (i) gaps exists between EU regions, (ii) structural policies are able to reduce gaps, and (iii) regional growth and convergence leads to cohesion”*

Nesse sentido, dada a relevância que estes fundos assumem a diferentes níveis, e a sua crescente importância financeira, a análise e avaliação dos seus impactos torna-se fundamental. Podemos referir que os impactos dos investimentos associados a estes fundos têm uma dupla dimensão temporal. Existem impactos de curto prazo e outros de médio e longo prazo. Em termos de efeitos de curto prazo, as transferências associadas aos fundos estruturais aumentam o rendimento das regiões beneficiárias produzindo um efeito procura (“*Keynesiano*”) na produção e emprego. Adicionalmente, os fundos também podem ter efeitos a longo prazo uma vez que podem potenciar a capacidade produtiva das regiões beneficiárias, o que, aliás constitui o seu principal objectivo.

No entanto, a revisão da literatura que apresentamos no capítulo anterior indica que não existe consenso no que se refere aos efeitos da PRC sobre a convergência, redução das disparidades e convergência regional.

Nesse sentido, o nosso objectivo para este capítulo é analisar os efeitos dos fundos sobre a produção, procura de trabalho e acumulação de capital nas regiões em análise. Assim, a pergunta a que procuramos dar resposta neste capítulo é: será que a PRC e os fundos da UE promoveram o crescimento e convergência das regiões Objectivo 1 (nomeadamente na Galiza e Norte) de Espanha e Portugal?

O capítulo organiza-se como se descreve de seguida. Começamos por apresentar a base de dados que serviu de base à estimação do modelo, bem como a metodologia seguida para determinar a despesa executada associada aos FE, por tipo de investimento, na região Norte e da Galiza. Posteriormente descrevemos o modelo, estimamos os seus parâmetros fundamentais e apresentamos as conclusões mais relevantes.

## 1. Metodologia

Do capítulo anterior, em que fizemos uma breve revisão da literatura relativa à avaliação dos fundos verificamos que a pesquisa desenvolvida sobre esta temática agrupa-se em três grupos: avaliação de projectos (“*case studies*”), estudos econométricos e modelos de simulação. A metodologia que vamos seguir, centra-se na segunda destas metodologias na medida em que vamos estimar, através de um painel de dados, um modelo regional estrutural simples que recolhe os efeitos dos fundos sobre a produção, a procura de trabalho e a acumulação de capital. Os parâmetros estimados permitirão identificar as elasticidades mais relevantes.

Alguns pesquisadores, por exemplo De La Fuente, Avilés e Fernandez (2002) e De la Torre, Faiña e Lopez-Rodriguez (2005), reconhecem que esta metodologia tem vantagens relativamente aos modelos macroeconómicos mais convencionais (HERMIN e QUEST II). Isto porque consideram que, embora estes modelos sejam os mais apropriados para estimar os efeitos de curto prazo, pelo seu impacto sobre a procura agregada, não são os mais adequados, pela forma como estão desenvolvidos, para analisar os efeitos de longo prazo ou efeitos sobre a oferta (“*supply side effects*”). Sendo o objectivo estudar os efeitos de longo prazo das políticas estruturais, uma metodologia mais adequada é aquela que se baseia na estimação directa de um modelo de crescimento centrado directamente em factores de oferta e na evolução de variáveis reais (De La Fuente, Avilés e Fernandez (2002)).

Assim, neste estudo, a metodologia utilizada por De la Torre, Faiña e Lopez-Rodriguez (2005) é tomada como referência, embora com algumas diferenças significativas nomeadamente no que respeita às fontes de informação e ao período de análise. O nosso objectivo, neste capítulo será estimar os efeitos dos recursos canalizados através dos fundos estruturais e de coesão, para o período de tempo mais alargado possível, sobre o “*lado da oferta*”, isto é, sobre o crescimento do produto e emprego nas duas regiões objectivo 1 em estudo: a região Norte e a da Galiza. Nesse sentido, através de um conjunto de dados de painel procederemos à estimação conjunta de uma função de produção agregada, uma função procura de trabalho e uma função acumulação de capital privado. Os parâmetros estimados permitirão simular a evolução da economia em dois cenários: um cenário que não considera os investimentos associados aos fundos estruturais e um segundo cenário que inclui esses investimentos.



## 1.1 Os dados

A base de dados elabora-se tomando como referência os dados elaborados a nível regional pela Cambridge Econometrics (2003)<sup>66</sup>. Esta base de dados<sup>67</sup> consiste numa série temporal (que abrange o período de 1980 a 2001) e engloba um conjunto de variáveis (designadas de inputs e outputs) para as regiões NUT II da UE-15 e dos então candidatos<sup>68</sup> na data da sua elaboração e construção. Esta série temporal foi elaborada com o objectivo de tornar as variáveis (para cada país) homogéneas, consistentes e comparáveis de forma a permitir que os resultados das análises comparativas e dos trabalhos empíricos, elaborados a partir da mesma, fossem também mais consistentes e fiáveis. Nesse sentido, a base foi construída combinando a base de dados oficial europeia, o EUROSTAT (englobando a Regiodatabase, a Newcronos (structural business statistics)) e a base de dados da Comissão Europeia – Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (AMECO). Quando necessário para construir e completar dados em falta, sobretudo nos países candidatos, os autores recorreram também à base de dados da OCDE e à base de dados do Internacional Labour Office (ILO)<sup>69</sup>. Deste trabalho resultou a base de dados regional (NUT II) conforme a tabela 34.

---

<sup>66</sup> A base de dados de referência foi obtida a partir do Centro de Documentação Europeia da Universidade do Minho. Por esse facto agradecemos ao Dr Pedro Dinis do CDEUMINHO. Embora esta seja a base de dados de referência tivemos que recorrer a outras bases de dados para algumas variáveis. Sempre que isso acontecer faremos referência à mesma.

<sup>67</sup> Foi elaborada pela Cambridge Econometrics para desenvolver um estudo encomendado pela Comissão Europeia intitulado “*Study on the Factors of Regional Competitiveness. A draft final report for the European Commission Directorate General Regional Policy*”, elaborado em parceria com a ECORYS-NEI e sob direcção do prof. Ronald Martin da Universidade de Cambridge.

<sup>68</sup> Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia.

<sup>69</sup> Para uma descrição completa da identificação das séries e métodos utilizados para construir a série temporal ver Cambridge Econometrics (2003). “*Study on the Factors of Regional Competitiveness. A draft final report for the European Commission Directorate General Regional Policy*” - capítulo 3.

**Tabela 34. Indicadores presentes na base de dados.**

<b>Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>Período</b>	<b>Desagregação</b>
<b>Outputs</b>			
PIB	Em PPC e euro a preços de 1995	1980-2001	
VAB	Em PPC e euro a preços de 1995	1980-2001	15 sectores (ESA 95)
Emprego	Em milhares	1980-2001	15 sectores (ESA 95)
Horas de trabalho	N.º médio de horas de trabalho por semana	1980-2001	total
Salário	Euros	1980-2001	15 sectores (ESA 95)
Patentes aplicadas EPO	N.º patentes	1980-2001	Total e no sector de alta tecnologia
<b>Inputs</b>			
População	Em milhares	1980-2001	Grupos de idade na população activa
Emprego no sector de alta tecnologia.	Em milhares	1980-2001	Total e em 3 sub-sectoros (manufactureiro, serviços e serviços intensivos em alta tecnologia)
Recursos humanos em ciência e tecnologia	Em milhares	1994-2001	Total e no sector de alta tecnologia
Nível educacional	Em milhares	1980-2001	Total e educação superior
Investimento	euro a preços de 1995	1980-2001	15 sectores (ESA 95)
Despesa em P&D	euro a preços de 1995	1980-2001	Total e em três sectores institucionais
Recursos humanos em P&D	N.º pessoas	1980-2001	Total e em três sectores institucionais
Infra-estruturas	Km, toneladas e passageiros	1980-2001	Estrada, caminho de ferro, mar e ar

Fonte: Cambridge Econometrics (2003) "Study on the Factors of Regional Competitiveness. A draft final report for the European Commission Directorate General Regional Policy"

Assim, para além das vantagens já referidas (sobretudo em termos de consistência, homogeneidade e comparabilidade dos dados) as razões da escolha desta base de dados estão também associadas à escassez de dados por parte das bases nacionais, sobretudo no caso de Portugal<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> No caso de Espanha existem séries temporais relativamente completas e frequentemente utilizadas em vários estudos (como por exemplo as da Fundação BBVA e IVIE e a base de dados BDMORES). Contudo, no caso de Portugal, a base de dados regionais do INE é muito incompleta, não apenas em termos temporais mas principalmente em termos de disponibilidade de variáveis. O Banco de Portugal dispõe de base de dados bastante completa (desde 1953) mas não se encontra desagregada regionalmente.

Por conseguinte, tendo como referência esta base de dados, as variáveis que vamos utilizar para estimar o modelo económico para cada uma das regiões, e que será posteriormente utilizado para avaliar os efeitos dos investimentos associados aos QCA são:

- Y: Corresponde ao Valor Acrescentado Bruto privado não agrícola;

- L: emprego privado não agrícola (em milhares);

- K: stock de capital privado calculado a partir das séries de investimento privado não agrícola, seguindo o método de inventário de Griliches<sup>71</sup> e assumindo uma taxa de depreciação de 5%;

- I: investimento privado não agrícola;

- G5: stock de capital público à taxa de depreciação de 5% e calculado a partir das séries de investimento público;

- G5area:  $\frac{G5}{km^2}$ , stock de capital público ponderado pela área da região;

- KHagreg: indicador de capital humano<sup>72</sup>. Trata-se de um indicador agregado que engloba três níveis educacionais, isto é, engloba o somatório dos indivíduos com educação secundária completa, os indivíduos com frequência no ensino superior e os indivíduos com educação superior completa, ponderado pela população activa regional.

Posteriormente utilizaremos variáveis adicionais – os fundos comunitários – que serão utilizados conjuntamente com as estimações econométricas para discutir o efeito gerado por tais fundos sobre o crescimento do output, do emprego e do capital da região Norte e da Galiza. Nesse sentido, foi necessário “construir” a informação relativa ao investimento ou

---

<sup>71</sup> No essencial, seguindo esta metodologia assume-se que o stock de capital de um período é igual ao stock de capital do período anterior (descontado da taxa de depreciação assumida) mais o investimento correspondente a esse período. O stock inicial do stock de capital considera-se igual ao valor inicial do investimento dividido pela soma entre a taxa de depreciação e a taxa média de crescimento do investimento no período em causa.

<sup>72</sup> Relativamente à variável Capital Humano, a base de dados de referência estava muito incompleta razão pela qual tivemos que procurar outra fonte de informação. Nesse sentido, tivemos que “construir” esta variável usando a base de dados do IDEGA a qual se baseia na base de dados construída por Barro, Robert J. and Jong-Wha Lee (2000), *International Data on Educational Attainment: Updates and Implications* Harvard University. Esta base de dados fornece, para os países da OCDE, a percentagem de população em cada nível educacional, para o período de 1960 a 2000. Determinamos o número de indivíduos em cada nível educacional e ponderamos pela população activa regional.

despesa executada e associada aos QCA. Várias fontes de informação, nomeadamente os QCA para as regiões Objectivo 1, disponibilizam a despesa planeada ou prevista. No entanto, sabemos que raramente a despesa planeada corresponde à despesa efectivamente realizada. Assim, e uma vez que pretendemos aproximar-nos o mais possível da realidade, isto é, da despesa efectivamente realizada procuramos “construir” esses valores recorrendo a várias fontes de informação. Contudo, esta tarefa não foi fácil.

Embora actualmente esteja implementado, em todos os países da UE, um rigoroso sistema de avaliação de todos os programas e projectos co-financiados por fundos europeus, o que facilita o acesso e difusão da informação a todos os níveis, o mesmo não se verificava no período de vigência dos QCA I e QCA II pelo que a tarefa de recolha e elaboração de informação relativa à despesa efectivamente executada tornou-se complicada.

No que se refere a Portugal, os relatórios de execução anuais do QCA I e QCA II disponibilizam informação relativa à regionalização da despesa pública executada associada ao FEDER, FEOGA e Fundo de Coesão (a partir do momento que passou a vigorar) não estavam todos disponíveis. Além disso, a despesa associada às iniciativas comunitárias só é disponibilizada em alguns dos relatórios mas em nenhum deles está disponível a despesa associada ao FSE. Estes factos “obrigaram-nos” a procurar outras fontes de informação.

O trabalho realizado pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP, 2005)<sup>73</sup>, associado ao Ministério de Finanças português, disponibiliza, para o período, 1989-2004, a despesa executada por fontes de investimento, nomeadamente infra-estruturas, apoio ao sistema produtivo e qualificação de recursos humanos (tabela 35).

---

<sup>73</sup> Departamento de Prospectiva e Planeamento (2005). “Impacto macroeconómico do QCA III – Avaliação intercalar (actualização)”.

**Tabela 35. QCA total (I+II+III). Despesa pública total – Portugal.**

Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes						
Ano	Infra-estruturas	Incentivos	Qualificação de Recursos Humanos	Apoios ao emprego	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
1989	55,81	52,22	3,37	0,34	0,56	112,30
1990	367,31	694,70	527,01	0,00	7,99	1597,00
1991	1594,60	600,74	534,30	13,84	24,92	2768,40
1992	1604,77	627,01	819,46	15,52	37,25	3104,00
1993	1269,17	951,09	884,95	12,60	31,49	3149,30
1994	1922,88	749,92	419,83	70,51	41,66	3204,80
1995	2223,70	759,40	530,49	50,87	69,04	3633,50
1996	2413,53	984,20	547,23	77,59	61,26	4083,80
1997	2923,32	919,02	623,46	73,89	78,51	4618,20
1998	2698,01	990,35	749,70	97,18	92,56	4627,80
1999	2096,38	842,36	701,33	87,67	83,86	3811,60
2000	1752,46	719,82	467,73	21,26	75,93	3037,20
2001	2752,16	771,95	901,40	230,15	139,05	4794,70
2002	2943,02	740,60	847,09	188,78	121,01	4840,50
2003	3198,56	1008,07	909,98	174,37	158,02	5449,00
2004	2900,11	772,39	869,55	145,73	170,02	4857,80
2005	3609,73	972,54	1008,34	173,03	202,86	5966,50
2006	3746,28	1100,35	1081,27	197,17	235,33	6360,40
2007	3359,31	524,01	505,30	84,22	205,86	4678,70
2008	1761,11	211,52	204,62	32,19	89,66	2299,10

Fonte: Departamento de prospectiva e planeamento (2005) " Impacto macroeconómico do QCA III - Avaliação intercalar (actualização)". Outubro de 2005.

Notas da fonte:

1. Os valores para 1989 a 2004 correspondem à despesa executada, sendo os valores de 2005 a 2008 baseados numa previsão de execução de despesa, elaborada pelo DPP tendo em conta a programação revista e a despesa já executada até 2004, admitindo a execução integral da despesa programada para cada programa e medida.
2. Os montantes apresentados referem-se aos montantes globais anuais da despesa e sua repartição. Os montantes contemplam a despesa financiada pelo conjunto dos fundos estruturais, pelo fundo de coesão e iniciativas comunitárias.
3. Nos anos anteriores a 1999, o apuramento dos valores em euros foi feito por aplicação do conversor oficial (1 euro =200\$482) aos valores em escudos.

Por uma questão de comparação com a Galiza, na distribuição da despesa por categorias de investimento, a despesa pública destinada aos “incentivos” e ao “apoio ao emprego”, uma vez que se tratam de apoios e incentivos concedidos às empresas e à criação do próprio emprego (conforme definição da fonte), serão agrupados numa única rubrica - apoio ao sistema produtivo. Deste modo temos a distribuição da despesa conforme a tabela 36.

**Tabela 36. QCA total (I+II+III). Despesa pública total por categorias – Portugal.**

Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes					
Ano	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de Recursos Humanos	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
1989	55,81	52,56	3,37	0,56	112,30
1990	367,31	694,70	527,01	7,99	1597,00
1991	1594,60	614,58	534,30	24,92	2768,40
1992	1604,77	642,53	819,46	37,25	3104,00
1993	1269,17	963,69	884,95	31,49	3149,30
1994	1922,88	820,43	419,83	41,66	3204,80
1995	2223,70	810,27	530,49	69,04	3633,50
1996	2413,53	1061,79	547,23	61,26	4083,80
1997	2923,32	992,91	623,46	78,51	4618,20
1998	2698,01	1087,53	749,70	92,56	4627,80
1999	2096,38	930,03	701,33	83,86	3811,60
2000	1752,46	741,08	467,73	75,93	3037,20
2001	2752,16	1002,09	901,40	139,05	4794,70
2002	2943,02	929,38	847,09	121,01	4840,50
2003	3198,56	1182,43	909,98	158,02	5449,00
2004	2900,11	918,12	869,55	170,02	4857,80
2005	3609,73	1145,57	1008,34	202,86	5966,50
2006	3746,28	1297,52	1081,27	235,33	6360,40
2007	3359,31	608,23	505,30	205,86	4678,70
2008	1761,11	243,70	204,62	89,66	2299,10

No entanto, como esta informação não está regionalizada, e uma vez que para o nosso estudo é indispensável conhecer a parte dessa despesa realizada na região Norte, procedemos à repartição regional dos fundos por regiões NUT II, cuja metodologia está descrita no anexo 1.

**Tabela 37. Estrutura da despesa pública, na região Norte, do QCA (I+II+III)**

NORTE	Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes				
	Ano	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de Recursos Humanos	Assistência técnica e outros
1989	15,18	14,30	0,92	0,15	30,55
1990	99,91	188,96	143,35	2,17	434,38
1991	430,54	165,94	144,26	6,73	747,47
1992	470,20	188,26	240,10	10,91	909,47
1993	351,56	266,94	245,13	8,72	872,36
1994	517,25	220,70	112,93	11,21	862,09
1995	600,40	218,77	143,23	18,64	981,05
1996	719,23	316,41	163,07	18,25	1216,97
1997	789,30	268,09	168,33	21,20	1246,91
1998	747,35	301,25	207,67	25,64	1281,90
1999	580,70	257,62	194,27	23,23	1055,81
2000	700,99	296,43	187,09	30,37	1214,88
2001	696,30	253,53	228,06	35,18	1213,06
2002	944,71	298,33	271,92	38,85	1553,80
2003	1061,92	392,57	302,11	52,46	1809,07

Fonte: Elaboração própria a partir de Departamento de prospectiva e planeamento (2005) " Impacto macroeconómico do QCA III - Avaliação intercalar (actualização)". Outubro de 2005, DGDR (vários anos). *Relatórios de execução anual do QCA* e Conselho Económico e Social (vários anos). *Execução anual do QCA II – Parecer e DPP* (2005). *Avaliação do impacto dos programas operacionais regionais (QCA III) em 2000-2003*.

Relativamente a Espanha, e em específico à região da Galiza, também nos deparamos com dificuldades pelo que tivemos que utilizar diferentes fontes de informação para cada um dos períodos de programação. A Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitários, associada ao Ministério de Economia y Hacienda Espanhol, publica anualmente um relatório intitulado “*Programação Regional y Sus Instrumentos*” onde consta, por comunidades autónomas, a despesa pública total executada mas relativa apenas ao FEDER e ao Fundo Coesão. Por essa razão, e uma vez que não dispúnhamos de informação regionalizada relativa ao FSE e ao FEOGA (mas apenas para o FEDER), não podemos apresentar a distribuição dos fundos para o período 1989-1993, isto é, para o primeiro QCA.

Para o segundo período de programação, isto é, para o QCA II, utilizamos como fonte de informação o estudo desenvolvido pela ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003)<sup>74</sup> (dados originais presentes na tabela 38).

**Tabela 38. Despesa pública total (QCA II) por categorias – regiões do objectivo 1 (Espanha)**

Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes						
Ano	Fundo Estrutural	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de Recursos Humanos	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
1994	FEDER	1621,873	255,546	142,582	3,069	2023,070
	FSE	21,750	19,979	1007,320	4,338	1053,387
	FEOGA		541,429			541,429
	<b>TOTAL</b>	<b>1643,623</b>	<b>816,954</b>	<b>1149,902</b>	<b>7,407</b>	<b>3617,886</b>
1995	FEDER	2538,711	604,956	224,537	10,669	3378,873
	FSE	28,408	34,875	1237,610	7,992	1308,885
	FEOGA		529,006			529,006
	<b>TOTAL</b>	<b>2567,119</b>	<b>1168,837</b>	<b>1462,147</b>	<b>18,661</b>	<b>5216,764</b>
1996	FEDER	2787,053	733,374	220,486	15,876	3756,789
	FSE	40,579	41,112	1246,409	9,149	1337,249
	FEOGA		667,310			667,310
	<b>TOTAL</b>	<b>2827,632</b>	<b>1441,796</b>	<b>1466,895</b>	<b>25,025</b>	<b>5761,348</b>
1997	FEDER	2551,974	719,413	204,073	21,421	3496,881
	FSE	46,118	41,947	1094,670	10,298	1193,033
	FEOGA		743,989			743,989
	<b>TOTAL</b>	<b>2598,092</b>	<b>1505,349</b>	<b>1298,743</b>	<b>31,719</b>	<b>5433,903</b>
1998	FEDER	3428,737	1055,745	206,077	40,607	4731,166
	FSE	52,525	50,367	1561,682	13,665	1678,239
	FEOGA		761,168			761,168
	<b>TOTAL</b>	<b>3481,262</b>	<b>1867,280</b>	<b>1767,759</b>	<b>54,272</b>	<b>7170,573</b>
1999	FEDER	5850,706	2281,402	360,278	53,173	8545,559
	FSE	62,114	68,925	1672,300	19,665	1823,004
	FEOGA		1219,495			1219,495
	<b>TOTAL</b>	<b>5912,820</b>	<b>3569,822</b>	<b>2032,578</b>	<b>72,838</b>	<b>11588,058</b>

Fonte: ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "Expost- Evaluation of objective 1 Programmes 1994-1999. Member State Report Spain".

Notas da fonte: Os valores para 1999 também incluem a despesa referente ao QCA II mas realizada em 2000 e 2001. Não foram considerados 1355,07 milhões de euros (recebidos pelas regiões de objectivo 1) referentes ao IFOP porque não se dispunha da distribuição regional.

<sup>74</sup> ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "Ex-post Evaluation of Objective 1 Programmes 1994-1999". Member State Report Spain.



A estes valores totais foi necessário adicionar os valores do Fundo de Coesão e proceder à repartição regional para podermos conhecer a parte correspondente à região da Galiza. Todo o processo levado a cabo está descrito no Anexo 2. Assim, a distribuição dos fundos por categoria de investimento na região da Galiza, para o QCA II, está apresentada na tabela 39.

**Tabela 39. Despesa pública para a Galiza no QCA II**

Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes						
Ano	Fundo Estrutural	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de RH	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
1994	FEDER	194,625	30,666	17,110	0,368	242,768
	FSE	2,175	1,998	100,732	0,434	105,339
	FEOGA		146,186			146,186
	F. COESÃO	3,437				3,437
	<b>TOTAL</b>	<b>200,237</b>	<b>178,849</b>	<b>117,842</b>	<b>0,802</b>	<b>497,730</b>
1995	FEDER	380,807	90,743	33,681	1,600	506,831
	FSE	2,841	3,488	123,761	0,799	130,889
	FEOGA		89,931			89,931
	F. COESÃO	135,610				135,610
	<b>TOTAL</b>	<b>519,257</b>	<b>184,162</b>	<b>157,442</b>	<b>2,400</b>	<b>863,260</b>
1996	FEDER	445,928	117,340	35,278	2,540	601,086
	FSE	4,058	4,111	124,641	0,915	133,725
	FEOGA		173,501			173,501
	F. COESÃO	83,964				83,964
	<b>TOTAL</b>	<b>533,950</b>	<b>294,952</b>	<b>159,919</b>	<b>3,455</b>	<b>992,276</b>
1997	FEDER	433,836	122,300	34,692	3,642	594,470
	FSE	5,073	4,614	120,414	1,133	131,234
	FEOGA		193,437			193,437
	F. COESÃO	43,619				43,619
	<b>TOTAL</b>	<b>482,528</b>	<b>320,352</b>	<b>155,106</b>	<b>4,774</b>	<b>962,760</b>
1998	FEDER	274,299	84,460	16,486	3,249	378,493
	FSE	5,778	5,540	171,785	1,503	184,606
	FEOGA		197,904			197,904
	F. COESÃO	116,165				116,165
	<b>TOTAL</b>	<b>396,242</b>	<b>287,904</b>	<b>188,271</b>	<b>4,752</b>	<b>877,168</b>
1999	FEDER	936,113	365,024	57,644	8,508	1367,289
	FSE	5,590	6,203	150,507	1,770	164,070
	FEOGA		256,094			256,094
	F. COESÃO	47,227				47,227
	<b>TOTAL</b>	<b>988,930</b>	<b>627,322</b>	<b>208,151</b>	<b>10,278</b>	<b>1834,681</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "Expost- Evaluation of objective 1 Programmes 1994-1999. Member State Report Spain" e Correa, Maria Dolores e López, Juan M. (2002). Política Regional Española y Europea. Período 1983-1999. Ministério de Economía e Hacienda - documento de trabajo SGFCC-2002-05.

Nota: Para manter o mesmo método utilizado para a despesa em Portugal, nos anos anteriores a 1999, o apuramento dos valores em euros foi feito por aplicação do conversor oficial (1 euro =166,386 pts). Os valores em ECU'S foram convertidos à taxa 1:1.

Para o terceiro período de programação, a fonte de informação utilizada foi o Ministério de Hacienda – Dirección General de Fondos Comunitários y Financiación Territorial (2003)<sup>75</sup> e, para o Fundo de Coesão, os relatórios da Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitários “*Programação Regional y Sus Instrumentos*”. Assim, e tendo em conta o processo descrito no Anexo 3, a distribuição dos fundos para o QCA III está presente na tabela 40.

**Tabela 40. Despesa pública total no QCA III – Galiza**

Ano	Fundo Estructural	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de RH	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
2000	Total fundos	193,240	125,116	75,946	0,488	394,790
	F. Coesão	124,790				124,790
	<b>TOTAL</b>	<b>318,030</b>	<b>125,116</b>	<b>75,946</b>	<b>0,488</b>	<b>519,580</b>
2001	Total	378,921	245,337	148,921	0,957	774,136
	F. Coesão	51,188				51,188
	<b>TOTAL</b>	<b>430,109</b>	<b>245,337</b>	<b>148,921</b>	<b>0,957</b>	<b>825,324</b>
2002	Total	523,303	338,819	205,665	1,322	1069,109
	F. Coesão	23,607				23,607
	<b>TOTAL</b>	<b>546,91</b>	<b>338,82</b>	<b>205,67</b>	<b>1,32</b>	<b>1092,716</b>

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério de Economía Y Hacienda - Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial (2003). "Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales Europeos 2000-2006", Quasar e Xunta de Galicia (2003). "Evaluación Intermedia del Programa Operativo Integrado da Galiza 2000-2006" (*Feder, FSE e Feoga-o*). Documento Final.Madr, Julio de 2003 e Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitários (vários anos). “*Programação Regional y Sus Instrumentos*”

Agregando os valores das tabelas 39 e 40, apresentamos os valores da despesa na região da Galiza, relativa aos QCA II e III e para os anos disponíveis, obtendo os dados presentes na tabela 41.

Comparando a estrutura da despesa nas duas regiões podemos constatar que, tanto na Galiza como na região Norte, a maior parcela dos fundos é atribuída à categoria “infra-estruturas”, seguida do “apoio ao sistema produtivo” e em terceiro à qualificação dos recursos humanos (gráfico 49).

75 Ministério de Hacienda – Dirección General de Fondos Comunitários y Financiación Territorial (2003). “*Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas Incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales 2000-2006*”

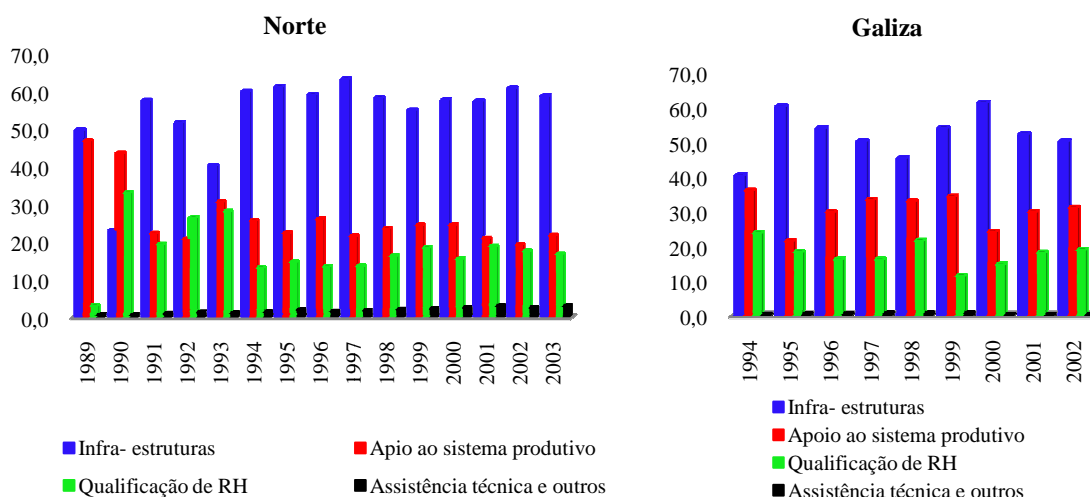
**Tabela 41. Estrutura da despesa pública, na região da Galiza, do QCA (II+III)**

GALIZA					
Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes					
Ano	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de Recursos Humanos	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
1994	200,24	178,85	117,84	0,80	497,73
1995	519,26	184,16	157,44	2,40	863,26
1996	533,95	294,95	159,92	3,46	992,28
1997	482,53	320,35	155,11	4,77	962,76
1998	396,24	287,90	188,27	4,75	877,17
1999	988,93	627,32	208,15	10,28	1834,68
2000	318,03	125,12	75,95	0,49	519,58
2001	430,11	245,34	148,92	0,96	825,32
2002	546,91	338,82	205,67	1,32	1092,72

Fonte: Elaboração própria a partir de ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "Expost- Evaluation of objective 1 Programmes 1994-1999. Member State Report Spain"; Correa, Maria Dolores e López, Juan M. (2002). Política Regional Española y Europea. Período 1983-1999. Ministério de Economía e Hacienda - documento de trabajo SGFCC-2002-05; Ministério de Economía Y Hacienda - Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial (2003). "Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales Europeos 2000-2006"; Quasar e Xunta de Galicia (2003). "Evaluación Intermedia del Programa Operativo Integrado da Galiza 2000-2006" (Feder, FSE e Feoga-o). Documento Final. Madrid, Julio de 2003 e Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitarios (vários anos). "Programação Regional y Sus Instrumentos".

Embora para o terceiro QCA e actualmente para o período de programação vigente, se tenha verificado, ao nível da UE e em específico dos objectivos da “Estratégia de Lisboa”, uma maior aposta no investimento em capital humano e na inovação e no sector da P&D, não é de estranhar que, no período do primeiro e segundo QCA a maior parcela tenha sido atribuída ao investimento em infra-estruturas na medida em que, desde o trabalho de Aschauer (1989) que o papel do investimento em infra-estrutura tem sido amplamente investigado sendo reconhecido que a disponibilidade de infra-estruturas favorece o crescimento económico e reduz a perifericidade, os custos de transacção e aproxima as regiões mais desfavorecidas. Ao nível da UE, o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte, energia e telecomunicações, tem sido considerado um instrumento para alcançar os objectivos e benefícios da integração mas também para favorecer o desenvolvimento harmonioso de todas os países e regiões (Crescenzi e Rodríguez-Pose, 2008).

**Gráfico 49. Distribuição dos fundos por tipo de despesa (em % do total)**



Fonte: Elaboração própria

Comparando as regiões, para os anos em que dispomos de informação para as duas, verifica-se (gráfico 50):

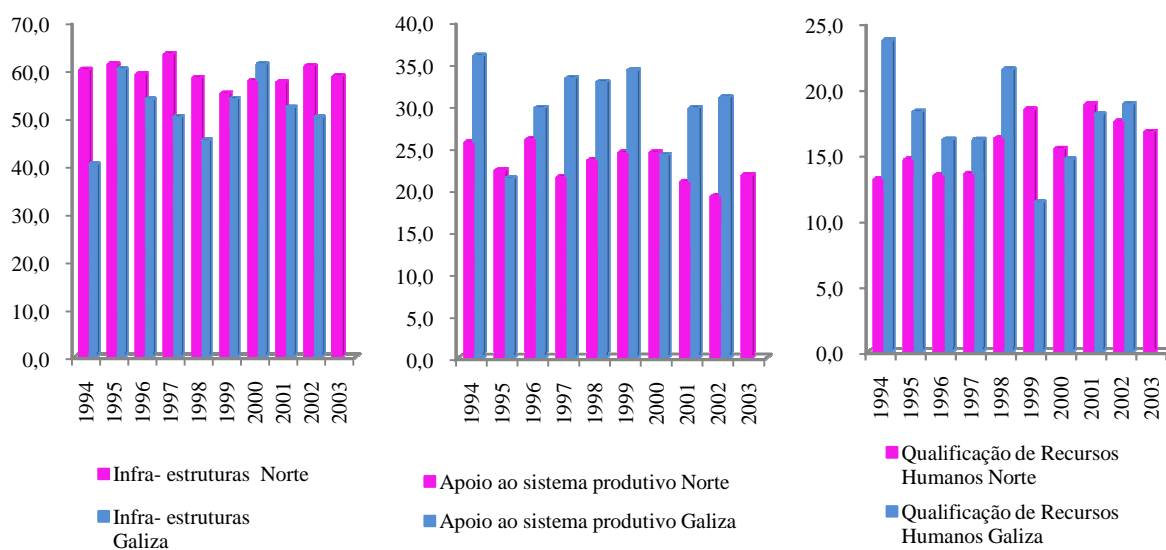
- na Galiza, há um maior equilíbrio na distribuição dos recursos pelas três grandes categorias de investimento, em comparação com a região Norte;

- ambas “investem” a maior parcela dos fundos nas infra-estruturas. Para o período de 1994-2003, o Norte aplica entre 55 a 60% dos total dos fundos neste tipo de despesa e a Galiza entre 40 a 60%. Isso reflete-se claramente no rácio da despesa em infra-estrutura por Km<sup>2</sup> (gráfico 51 – embora a área da Galiza (29574 Km<sup>2</sup>) seja superior à do Norte (21280 Km<sup>2</sup>));

- a Galiza, em comparação com o Norte, aplica uma percentagem substancialmente superior no “apoio ao investimento produtivo”, entre 21 e 36%. O Norte aplica entre 19 e 26%;

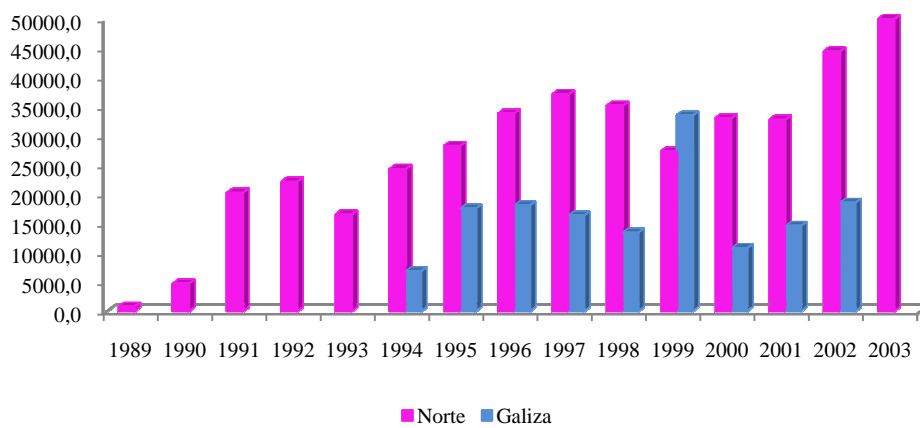
- o mesmo se verifica em relação ao “investimento” em recursos humanos, embora neste caso a amplitude não seja tão acentuada. A Galiza aplica entre 13 e 24% e a região Norte entre 13 e 19%. Este facto acaba por reflectir-se num rácio de despesa por activo inferior para a região Norte (gráfico 52) embora, no período em causa, o números de activos da Galiza seja inferior ao da região Norte.

**Gráfico 50. Distribuição dos fundos por tipo de despesa (em % do total) – comparação**



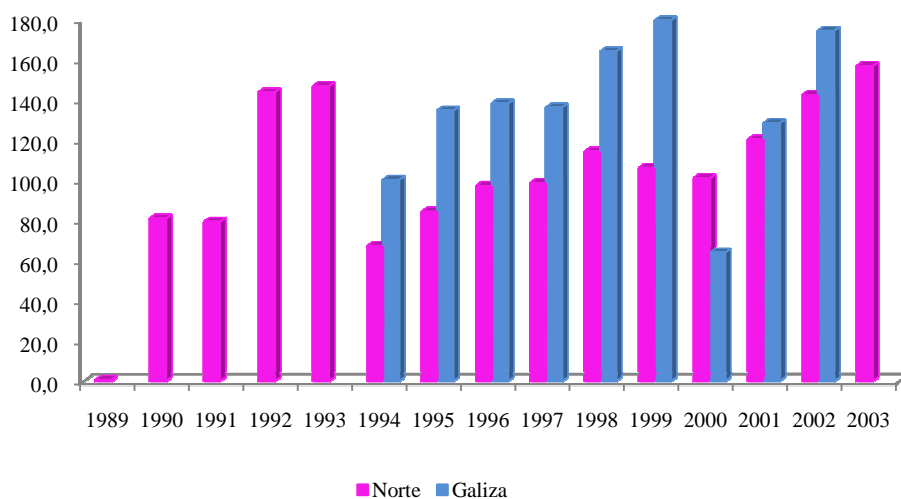
Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 51. Distribuição da despesa em infra-estrutura por KM<sup>2</sup> (em €)**



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 52. Distribuição da despesa em recursos humanos por população activa (em €)**



Fonte: Elaboração própria

Uma vez descritas as variáveis e as fontes de informação, na secção seguinte, passamos à descrição e estimação do modelo.

## 1.2 O modelo

O modelo proposto por De la Torre, Faiña e López-Rodríguez (2005), e que vamos seguir, baseia-se nas equações<sup>76</sup>:

1.2.1 A função de produção, de tipo Cobb-Douglas aumentada com capital público e tomando logaritmos<sup>77</sup>, isto é,

$$\ln Y_t = \alpha_0 + \alpha_1 \ln L_t + \alpha_2 \ln K_t + \alpha_3 \ln G_t \quad (1)$$

em que:

t: é referente ao ano t;

Y: representa ao nível de produção ou rendimento;

L: representa o trabalho;

K: o stock de capital privado e

G: o stock de capital público.

Utilizamos uma função de produção alargada que considera, além dos factores produtivos capital e trabalho, o capital público como *input* produtivo. De facto, desde o trabalho pioneiro de Aschauer (1989-a)<sup>78</sup> que a pesquisa sobre o papel que o capital público em geral, e das infra-estruturas em particular, exerce sobre a produtividade do sector privado e o sobre o crescimento/desenvolvimento económico verificou um grande impulso. Isto porque o trabalho de Ashauer veio mostrar que se as infra-estruturas são um *input* produtivo, as políticas destinadas a financiar novas infra-estruturas aumenta a produtividade marginal do capital e, dessa forma, o crescimento.

---

<sup>76</sup> O modelo utilizado nesta secção está baseado no trabalho de De la Torre, Faiña e López-Rodríguez (2005). “The effect of structural spending on the Galician region: na assessment of the 1994-1999 and 2000-2006 Galician CSFS”. Fundación de las Cajas de Ahorros. Documento de trabajo n.º 224/2005.

<sup>77</sup> Esta especificação da função de produção tem a vantagem de apresentar directamente as elasticidades de produção privada de uma economia relativamente a cada um dos factores produtivos que a afectam.

<sup>78</sup> Neste trabalho, o autor estimou uma elasticidade do produto em relação ao capital público de 39% e concluiu que a queda da produtividade nos EUA (no período 1945-1985) ficou a dever-se ao declínio no investimento em infra-estruturas.

Com efeito, apesar de existirem estudos que não confirmaram uma relação positiva significativa do capital público na economia<sup>79</sup> e de serem apontadas críticas a muitos outros estudos que o verificaram<sup>80</sup>, actualmente é amplamente reconhecido que o capital público gera muitas externalidades positivas para a economia. O capital público investido em infra-estruturas, e desde que haja adequação entre financiamento, criação e utilização das mesmas, gera importantes contributos para o crescimento, redução de custos produtivos, desenvolvimento do comércio e captação de IDE (como é o caso das infra-estruturas de transporte, energia, telecomunicações e informação) sendo também decisivas para a fixação das populações (como é o caso das infra-estruturas de saúde, educação, cultura e protecção do ambiente)<sup>81</sup>.

### 1.2.2 A função procura de trabalho:

$$\ln L_t = \beta_0 + \beta_1 \ln Y_t + \beta_2 \ln CH_t \quad (2)$$

Assume-se que a quantidade de trabalho depende dos níveis de produção sendo também considerado o efeito capital humano. Inicialmente o sinal do parâmetro  $\beta_2$  é incerto: se o coeficiente for positivo isso indicará que teremos um processo em que a procura de trabalho está positivamente correlacionada com o nível de capital humano. Isto é, para um dado nível de actividade, quanto mais elevado o nível de capital humano que esta actividade implica, maior será o “montante” de trabalho necessário para que seja realizada. Isto pode-se explicar indicando que, para um nível constante de produção existe um processo de substituição que ocorre entre o capital físico e o trabalho<sup>82</sup>.

Com efeito, também a importância do capital humano para o crescimento e competitividade económica é defendida por numerosos autores<sup>83</sup> e também pela União Europeia, razão pela qual se justifica a crescente importância que, nos últimos anos, tem vindo a ser atribuída aos

---

79 Ver, por exemplo, Berndt e Hansson (1991), Tatom (1991).

80 Ver, por exemplo, Eisner (1991), Gramlich (1994), Holtz-Eakin (1993).

81 Ver, entre outros, Aschauer (1989-a) e Aschauer (2000), Canning (1998), Cutanda e Paricio (1999), De la Fuente (2001), Mas e al (1996), Nicoletti e al (2003), Sosvilla y Herce (2001).

82 É necessário observar que, nesta equação de procura de trabalho, não é feita referência à remuneração relativa do trabalho. Em parte isto deve-se à dificuldade de estimar o seu efeito usando dados regionais. Esta “restrição” pode justificar-se considerando que a remuneração relativa do trabalho permanece constante e é reflectida no termo  $\beta_0$ . Esta assumption acaba por não ser particularmente restritiva pelo facto de cada região ter o seu próprio parâmetro  $\beta_0$ .

83 Ver, por exemplo, os trabalhos de Barro (1991), Bassanini e Scarpetta (2001), Benhabib e Spiegel (1994, 2003), Blondal e al (2002), De La Fuente (2003 b), Lucas (1988), OECD (1998), Romer (1986, 1990), Teixeira (1999).



investimentos em educação e formação, bem como o facto de os investimentos neste campo se terem tornado um elemento chave na “Estratégia de Lisboa”. Autores como Bassanini e Scarpetta (2001), Benhabib e Spiegel (1994, 2003), Nelso e Phelps (1966), Romer (1986, 1990), Teixeira (1999), defendem que elevados níveis de capital humano favorecem o progresso técnico na medida em que possibilitam e facilitam a inovação de novos processos ou a difusão tecnológica, isto é, imitação e/ou adaptação de técnicas/processos já existentes. Adicionalmente permitem aumentos de produtividade e eficiência na utilização de recursos uma vez que, à partida, considerando tudo o resto constante, quanto maior o nível de capital humano maior o nível de produção uma vez que um nível de capital humano mais elevado permitirá aumentar a produção mantendo o nível de recursos utilizado.

De facto, o investimento em capital humano constitui uma das estratégias centrais de política económica das economias nacionais e regionais na medida em que é assumido como fundamental para promover o aumento da produtividade e eficiência na utilização dos recursos, para promover o desenvolvimento e utilização de novas tecnologias incorporadas no capital físico e, dessa forma, aumentar a competitividade das regiões e países e promover a prosperidade, o emprego e a coesão social.

1.2.3 A função acumulação capital privado, que tem a seguinte expressão genérica:

$$K_t = I_t + (1 - \delta^I) K_{t-1} \quad (3)$$

em que:

I: representa o valor (bruto) do investimento privado;

$\delta^I$ : corresponde à taxa de depreciação do capital privado que se considera, inicialmente, ser constante em relação ao tempo. A taxa de depreciação utilizada foi de 5%.

1.2.4 A função investimento privado (bruto) é uma função dependente do nível de produto ou rendimento e pode ser escrita da seguinte forma:

$$\ln I_t = \eta_0 + \eta_1 \ln Y_t \quad (4)$$

e a taxa de acumulação de capital privado é dada por:

$$\frac{K_t - K_{t-1}}{K_{t-1}} = \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} - \delta^I + \left( \frac{I_t - I_{t-1}}{I_{t-1}} \right) \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \quad (5)$$

Se uma aproximação da taxa de crescimento relativa for obtida calculando a diferença logarítmica então, a partir das equações de (4) e (5) verificamos que a variação no stock de capital depende da dinâmica do processo de investimento no sector privado via quociente  $I_{t-1}/K_{t-1}$ , bem como do aumento no rendimento e da taxa de depreciação do capital:

$$\Delta \ln K_t = \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} - \delta^I + \eta_I \Delta \ln Y_t \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right) \quad (6)$$

1.2.5 Equação de acumulação de capital público: assume-se que a variável capital público é uma variável exógena.

1.2.6 Equação de acumulação de capital de capital humano: assume-se também que o capital humano é uma variável exógena.

Utilizando as expressões descritas pode-se resolver o modelo e obter a equação definitiva para o rendimento. Assim, substituindo a equação (2) na equação (1) obtém-se:

$$\Delta \ln Y_t = \frac{\frac{\alpha_2}{(1 - \alpha_1 \beta_1)} \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} - \delta^I \right)}{1 - \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \eta_1 \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right)} + \frac{\frac{\alpha_1 \beta_2}{(1 - \alpha_1 \beta_1)}}{1 - \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \eta_1 \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right)} \Delta \ln CH_t + \frac{\frac{\alpha_3}{(1 - \alpha_1 \beta_1)}}{1 - \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \eta_1 \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right)} \Delta \ln G_t \quad (7)$$

Tomando as diferenças existentes na expressão (7) obtém-se a equação do crescimento da produção:

$$\Delta \ln Y_t = \left( \frac{\alpha_1 \beta_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \Delta \ln CH_t + \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \Delta \ln K_t + \left( \frac{\alpha_3}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \Delta \ln G_t \quad (8)$$

e substituindo a variação no capital privado pela expressão dada em (6) chegamos a

$$\Delta \ln Y_t = \frac{\frac{\alpha_2}{(1 - \alpha_1 \beta_1)} \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} - \delta^t \right)}{1 - \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \eta_1 \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right)} + \frac{\frac{\alpha_1 \beta_2}{(1 - \alpha_1 \beta_1)}}{1 - \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \eta_1 \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right)} \Delta \ln CH_t + \frac{\frac{\alpha_3}{(1 - \alpha_1 \beta_1)}}{1 - \left( \frac{\alpha_2}{1 - \alpha_1 \beta_1} \right) \eta_1 \left( \frac{I_{t-1}}{K_{t-1}} \right)} \Delta \ln G_t \quad (9)$$

Conhecendo a intensidade do processo de investimento no período t-1 e a taxa de variação em t com respeito aos stocks do capital público e humano, pode-se calcular o crescimento do rendimento no período t usando a expressão dada em (9). É de referir que quanto maior for o peso do investimento privado no stock de capital em t-1, maior será o efeito que o crescimento dos stocks de capital humano e privado exercerão no crescimento do rendimento.

### 1.3 Estimação do modelo

Dado o modelo teórico que se pretende contrastar empiricamente e a disponibilidade de dados estatísticos para esse fim, podemos optar por duas metodologias econométricas: utilizar técnicas de séries temporais, estimando um modelo individual para cada região, ou estimar um modelo com dados de painel, em que as limitações temporais são compensadas com a informação de secção cruzada. No nosso caso, optamos pela segunda opção, construindo um painel de dados regional para cada país. Assim, para o caso espanhol constrói-se um painel de dados para o período de 1980 a 2001 para as 17 comunidades autónomas (exclui-se Ceuta e Melilla por indisponibilidade de dados) e no caso português temos a mesma longitude temporal e um total de 5 regiões NUT II (exclui-se as ilhas dos Açores e Madeira).

Um painel de dados não é mais que um conjunto de dados dos quais se dispõe de observações de séries temporais sobre uma amostra de unidades individuais. Por outras palavras, num painel de dados dispomos de observações, em vários períodos, para um conjunto de indivíduos. Em termos simples, consiste numa amostra de secção cruzada,  $N$  indivíduos, famílias, empresas, países, ..., sobre os quais se dispõe de informações para mais de um período.

As principais razões que levaram à grande utilização de dados de painel são as seguintes (ver Matyas e Sevestre (1996) e Baltagi (2002)):

a) Maior disponibilidade de dados: ainda que não seja a principal vantagem, talvez seja a mais evidente. Os dados de painel contam com mais informação proporcionada pela maior variabilidade dos dados. Assim, o número de graus de liberdade aumenta, reduzindo-se a multicolinearidade o que permite obter estimações mais eficientes. Além disso, a rica variabilidade dos dados individuais no corte transversal ajuda a aumentar a precisão das estimações. Isto é, ao ter informação de uma série de variáveis, no tempo, para diferentes indivíduos é possível dispor de uma variabilidade temporal, mas também de secção cruzada. Deste modo a variação observada nos dados pode ser decomposta na variação entre unidades (empresas, famílias, países) e variação dentro da unidade (na dimensão temporal).

b) Controlar a heterogeneidade inobservável: os indivíduos mostram diferenças que não podem ser recolhidas pelas variáveis explicativas. Enquanto os dados de séries temporais e a informação de secção cruzada não permitem ultrapassar este problema conduzindo a estimações enviesadas, um painel de dados permite controlar esta heterogeneidade entre indivíduos.

c) Estudo de modelos dinâmicos: a observação de uma realidade económica com informação de secção cruzada dá-nos apenas uma perspectiva fixa da situação. Para conhecer a sua evolução em diferentes períodos é necessário contar com uma variação temporal.

Neste contexto, o nosso modelo é composto por três equações: uma função de produção, dada pela equação (1), na qual os níveis de produção dependem dos níveis do emprego, do stock de capital físico privado e do stock de capital público. De acordo com a especificação da função de produção, tentamos determinar o efeito das variáveis independentes sobre os níveis de produção regionais. O efeito dos fundos comunitários deve-se fazer sentir através dos maiores níveis de stock de capital público (infra-estruturas).

A segunda equação do modelo é a equação de emprego (2), na qual os níveis regionais de emprego dependem dos níveis de rendimento e do stock de capital humano, variável esta através da qual esperamos se tornem evidentes os efeitos dos fundos.

Por último estimamos uma equação de investimento (4), na qual se faz depender a acumulação de capital dos níveis do rendimento<sup>84</sup>.

Um aspecto importante, que devemos destacar, está relacionado com a especificação econométrica das equações. Nos últimos anos, tem aumentado o desenvolvimento de modelos de dados de painel dinâmicos e não estacionários. Como resultado, o estudo das propriedades assintóticas dos painéis macroeconómicos com um elevado número de unidades de secção cruzada e um elevado número de períodos temporais, gerou um corpo teórico muito importante (ver, por exemplo, Banerjee (1999), Baltagi e Kao (2000) e Smith (2000) para uma análise, em termos resumidos, do estado da questão). Esta literatura tem demonstrado

---

<sup>84</sup> Dado que é um modelo em termos reais, não temos em conta o possível efeito das taxas de juro sobre os níveis de investimento, e centramo-nos nas determinantes reais do investimento.

que, no caso dos painéis que se estão a considerar nesta investigação é necessário analisar as propriedades dinâmicas do painel, mais concretamente a possibilidade de existência de raízes unitárias do painel. Por este motivo, realizamos um conjunto de contrastes de raízes unitárias para garantir que estamos diante de um painel estacionário<sup>85</sup>. Neste sentido, é comum aceitar que o uso de dados de painel pode proporcionar contrastes de raízes unitárias muito mais potentes (ver exemplo Levin e Lin, (1992), Im, Pesaran e Shin, (2003), Harris e Tzavalis, (1999) ou Maddala e Wu, (1999).

Para realizar os contrastes optamos pela estatística de Maddala e Wu (1999), que não é mais do que um contraste exacto paramétrico baseado em Fischer (1932). A estatística pode escrever-se da seguinte forma:

$$\lambda = -2 \sum_{i=1}^N \ln p_i \rightarrow \chi^2(2N)$$

Onde  $p$  é o valor probabilístico do contraste aumentado de Dickey-Fuller para a região  $i$ . Este contraste apresenta vantagens muito importantes em relação a outras possibilidades. Entre elas destacam-se:

1. Dado que combina a relevância de  $N$  contrastes de raízes unitárias independentes, não restringe o parâmetro autorregressivo a ser homogêneo nas regiões sob a hipótese alternativa de estacionariedade.
2. A selecção da longitude de atrasos e a possibilidade de incluir uma tendência temporal nos contrastes individuais, pode-se determinar individualmente para cada região.
3. Os tamanhos de amostragem dos contrastes ADF individuais podem variar nas regressões, em função da disponibilidade de dados.
4. O contraste de Fischer pode aplicar-se com qualquer tipo de contraste de raízes unitárias.

---

<sup>85</sup> As estimações em nível, de variáveis integradas de ordem 1, neste tipo de painéis podem dar lugar a regressões espúrias. Aquelas que aparentam fortíssimas relações econométricas não são mais do que um reflexo das características dinâmicas das séries, e não de uma relação económica subjacente.

Maddala e Wu (1999) verificam, através de testes de Monte Carlo, que este contraste proporciona resultados muito mais robustos que as alternativas proporcionadas pelos contrastes de Levin e Lin (1993) ou o de Im, Pesaran e Shin (2003).

A tabela 42 resume a evidência obtida para cada um dos países<sup>86</sup>. A hipótese nula deve-se ao facto de o painel de dados ter sido gerado por um processo estocástico  $I(1)$ . O contraste segue uma distribuição qui-quadrado, com  $2N$  graus de liberdade (34 no caso de Espanha, 10 no caso de Portugal). Como pode observar-se na tabela, os valores obtidos pela estatística são claramente maiores do que os valores críticos, o que nos permite assegurar com total confiança estatística que ambos os painéis de dados são estacionários, pelo que podemos proceder à estimativa dos mesmos através de técnicas estacionárias.

**Tabela 42. Estatísticos de Fisher**

	Espanha	Portugal
	Estatístico de Fisher	
Y	58.99	20.09
L	49.91	36.51
K	117.04	37.72
G5AREA	145.60	20.42
KHAGREG	104,1	16.54
I	60.79	17.95

Nota: o valor crítico para o contraste de Espanha é aproximadamente 48 (qui-quadrado com 34 graus de liberdade), enquanto para Portugal é 16 (qui-quadrado com 10 graus de liberdade).

Uma vez determinadas as propriedades dinâmicas do painel, precisamos determinar qual o tipo de estrutura que assumimos para os erros, já que isso determina o tipo de estimativa. Em concreto, estimamos o nosso modelo estrutural através de um modelo de efeitos fixos do tipo:

$$A_0 y_{it} = B_0 x_{it} + e_{it}$$

$$e_{it} = \mu_i + v_{it}, i = 1, \dots, N, t = 1, \dots, T$$

<sup>86</sup> As estimações realizaram-se com o software E-views, versão 5.

Esta equação mostra que o vector de erros ( $e_{it}$ ) segue um modelo de erros do tipo “*one-way error component model*”, no qual  $v_{it} \sim iid(0, \sigma^2)$  com  $Cov(e_{it}, e_{jt}) = 0$ , para  $i \neq j$ . O vector de escalares  $\mu_i$  representa os efeitos que são específicos para a  $i$ -ésima região, e assume que permanecem constantes ao longo do tempo. Por outras palavras, o modelo de efeitos fixos assume que o declive e as variâncias são idênticos entre regiões, diferindo estas unicamente na ordenada na origem.

O estimador de efeitos fixos<sup>87</sup> é o mais habitual neste tipo de estudos. Nos painéis homogéneos (aqueles com declives constantes) o estimador de efeitos fixos é consistente à medida que  $T \rightarrow \infty$ , quando  $N$  é fixo. Baltagi e Griffin (1997) comparam o comportamento de uma série de estimadores homogéneos e heterogéneos e encontram evidência a favor do uso de estimadores de efeitos fixos. Em particular, demonstram que as estimativas obtidas através de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e MQO em duas etapas exibem uma forte variabilidade, enquanto os estimadores agrupados com efeitos fixos proporcionam estimativas mais plausíveis.

Portanto procedemos à estimativa do modelo representado pelas equações (1), (2), e (4) para as 17 comunidades autónomas espanholas e as cinco regiões portuguesas, supondo que a única diferença entre regiões se encontrará na ordenada na origem.

Outro aspecto importante a ter em conta na hora de especificar econometricamente o modelo é o tipo de enfoque a seguir. A tradição mais recente sugere que se deve proceder de um enfoque geral a específico (ver Harvey (1993)), pela qual começamos com um modelo dinamicamente completo, no qual se incluem atrasos da variável dependente e os níveis e atrasos das independentes, com o objectivo de representar correctamente o processo gerador de dados. Contudo, na hora de realizar exercícios econométricos destinados à comparação entre países, regiões, etc, esta aproximação pode dificultar muito a dita comparação, como as elasticidades de curto prazo podem não ser facilmente calculáveis. Por este motivo, e dado que o último objectivo é analisar o efeito que os fundos tiveram nas duas regiões vizinhas como a Galiza e a Região Norte, seguiremos uma abordagem mais clássica, sob o qual estimamos directamente as formas funcionais sugeridas pelos modelos teóricos. Desta forma

---

<sup>87</sup> Este estimador também é conhecido como o estimador de mínimos quadrados ordinários com *dummies*, estimador intra-grupo ou o estimador correspondente à análise de co-variâncias.



poderemos comparar directamente as elasticidades obtidas para cada área, o que facilitará as conclusões.

Por último, consideramos diferentes níveis de agregação para tratar de identificar os efeitos dos fundos nas regiões objecto de estudo. Assim começamos com a estimativa do modelo para as 17 regiões espanholas e as 5 regiões continentais portuguesas, para o período completo de 1980-2001. De seguida, separamos em cada país, as regiões Objectivo 1 das que não o foram, com o objectivo de identificar efeitos particulares das políticas em ambos os grupos das políticas. Por último, apresentamos as estimativas realizadas para o período 1986-2001, no sentido de analisar a estabilidade estrutural do modelo, e de identificar possíveis alterações dos padrões de crescimento da produção e do emprego regional, assim como na acumulação de capital, como consequência da incorporação de ambos os países na Comunidade Económica Europeia<sup>88</sup>.

As estimações são apresentadas por grupos. A tabela 43 permite identificar os vários grupos. As tabelas 44, 45 e 46 apresentam os resultados das equações do modelo para o grupo Espanha e Portugal. Nas tabelas 47, 48 e 49 apresentamos os resultados para as regiões não consideradas<sup>89</sup> regiões do Objectivo 1 e para as regiões classificadas como regiões de Objectivo 1<sup>90</sup> e respectiva comparação com os resultados agregados do país. Por último, as tabelas 50, 51 e 52 permitem comparar os resultados obtidos para as regiões Objectivo 1 de Espanha e Portugal<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> Em apêndice ao capítulo apresentamos as estimações para o período 1986-2001. Verifica-se que os parâmetros sofrem alterações o que é indicativo da ocorrência de uma alteração/choque na economia que, no caso, foi o recebimento dos fundos estruturais. Contudo, decidimos manter o período de disponibilidade dos dados (1980-2001) para aumentar o número de observações, que é sobretudo importante para Portugal na medida em que só incluímos as 5 regiões continentais, os graus de liberdade e a robustez do modelo.

<sup>89</sup> Aragão; Baleares; Catalunha; Madrid; Navarra; País Vasco; Rioga.

<sup>90</sup> Andalucía; Astúrias; Canárias; Cantábria; Castila - León; Castila-la-Mancha; Comunidade Valenciana; Extremadura; Galiza; Murcia. A Cantábria no 3º período de programação passou para o regime transitório.

<sup>91</sup> No período em causa todas as regiões de Portugal são regiões de Objectivo 1.

**Tabela 43. Regiões incluídas em cada grupo de estimação**

Grupo	Regiões incluídas	Tabelas de resultados
Espanha e Portugal	<p>Espanha - as 17 Comunidades Autónomas: Aragão; Baleares; Catalunha; Madrid; Navarra; País Vasco; Rioga; Andalucia; Astúrias; Canárias; Cantábria; Castila-Léon; Castila-la-Mancha; Comunidade Valenciana; Extremadura; Galiza; Murcia.</p> <p>Portugal – 5 regiões continentais: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.</p>	Tabelas 44, 45 e 46
Espanha	<p>Regiões Não Objectivo 1: Aragão; Baleares; Catalunha; Madrid; Navarra; País Vasco; Rioga.</p> <p>Regiões Objectivo 1: Andalucia; Astúrias; Canárias; Cantábria; Castila-Léon; Castila-la-Mancha; Comunidade Valenciana; Extremadura; Galiza; Murcia.</p>	Tabelas 47, 48 e 49
Regiões Objectivo 1	<p>Espanha: Andalucia; Astúrias; Canárias; Cantábria; Castila-Léon; Castila-la-Mancha; Comunidade Valenciana; Extremadura; Galiza; Murcia.</p> <p>Portugal: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve</p>	Tabelas 50, 51 e 52

### **1.3.1 Resultados das estimações agregadas para Espanha e Portugal**

As tabelas 44, 45 e 46 apresentam os resultados da estimação da função de produção, da função procura de trabalho e da função investimento, respectivamente, para Espanha e Portugal.

Relativamente à função de produção, todos os parâmetros estimados são estatisticamente significativos e apresentam o sinal esperado. Contudo, os resultados indicam que as estruturas produtivas dos dois países diferem. Nomeadamente, em Portugal é de salientar a muito baixa elasticidade da produção em relação ao capital privado e, no caso de Espanha, em relação ao capital público. De acordo com a teoria, os benefícios do investimento público são superiores nos países com níveis de stock de capital infra-estrutural mais baixo. Assim, se observarmos o gráfico 53, verificamos que o índice de capital público em Portugal apresentava valores bastante reduzidos o que poderá ser justificativo da elevada elasticidade da produção relativamente a este recurso produtivo. Outra diferença é que a produção em Portugal é mais elástica relativamente ao trabalho do que em Espanha.

No que respeita à função procura de trabalho, os resultados parecem indicar que tanto para Portugal como para Espanha, o nível de produção e o capital humano afectam positivamente o nível de emprego total e ambos os parâmetros são estatisticamente significativos. Adicionalmente podemos referir que também encontramos diferenças das variáveis explicativas sobre a procura de trabalho em cada um dos países. Em Espanha o nível de emprego é mais sensível relativamente ao nível de produção mas menos sensível a variações no stock de capital humano. Em Portugal verifica-se o inverso. Tendo em conta que os níveis educacionais da população activa portuguesa são muito inferiores aos de Espanha (ver gráficos 4,5 e 6 do capítulo I) e que o indicador de capital humano utilizado é o índice entre o somatório dos indivíduos com educação secundária completa, dos indivíduos com frequência no ensino superior e dos indivíduos com educação superior completa e a população activa regional, o elevado valor do parâmetro do capital humano para Portugal poderá ser indicativo de retornos crescentes e aumento da empregabilidade dos indivíduos com níveis educacionais mais elevados.

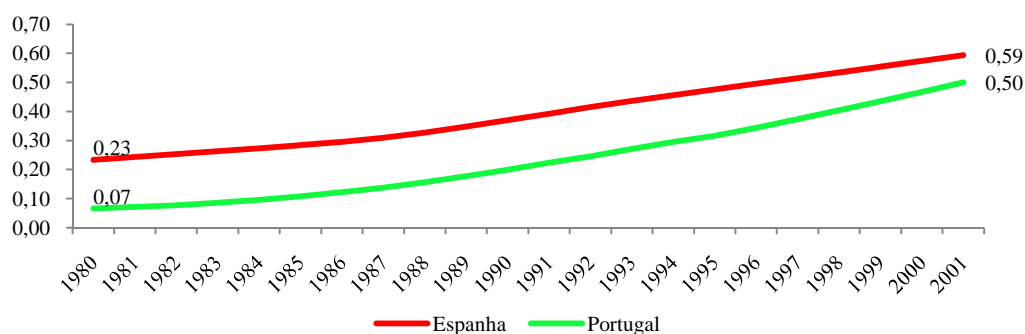
Em relação ao investimento privado, os resultados parecem indicar que, tanto em Espanha como em Portugal, o investimento privado é muito sensível às variações que ocorrem na produção ou riqueza e a elasticidade é mais elevada em Portugal.

**Tabela 44. Estimação da função de produção – Espanha e Portugal**

Variável dependente: VAB privado	Espanha	Portugal
Constante	2.564 (22.631)	4.987 (5.105)
Emprego privado	0.349 (9.158)	0.466 (2.576)
Stock capital privado	0.453 (22.808)	0.079 (5.014)
Stock capital público	0.022 (3.104)	0.456 (6.065)
R <sup>2</sup>	0.998	0.988
S.E. of regression	0.040	0.129
Log Likelihood	681.022	73.407

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Gráfico 53. Stock de capital público ponderado pela área geográfica em Km<sup>2</sup>**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da base de dados Cambridge Econometrics (2003)

**Tabela 45. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha e Portugal**

	Espanha	Portugal
Variável dependente: Emprego privado		
Constante	0.335 (1.156)	3.955 (8.814)
VAB privado	0.592 (17.594)	0.199 (3.368)
Capital Humano	0.088 (2.230)	0.360 (2.116)
R <sup>2</sup>	0.997	0.996
S.E. of regression	0.050	0.073
Log Likelihood	574.003	129.844

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 46. Estimação da função investimento – Espanha e Portugal**

	Espanha	Portugal
Variável dependente: Investimento privado		
Constante	-6.594 (-39.574)	-19.347 (-7.088)
VAB privado	1.552 (86.663)	3.045 (9.513)
R <sup>2</sup>	0.996	0.832
S.E. of regression	0.059	0.820
Log Likelihood	533.994	-131.179

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

### 1.3.2 Resultados das estimações para Espanha

Analisando os resultados para Espanha, e dividindo as 17 regiões espanholas nos dois grupos – regiões de Objectivo 1 e não Objectivo 1, na tabela 47 apresentamos os resultados da função de produção.

**Tabela 47. Estimação da função de produção – Espanha**

Variável dependente: VAB privado	17 Regiões Espanholas	Regiões não incluídas no Objectivo 1	Regiões incluídas no Objectivo 1
Constante	2.564 (22.631)	2.485 (12.227)	2.236 (10.918)
Emprego privado	0.349 (9.158)	0.350 (4.917)	0.384 (8.109)
Stock capital privado	0.453 (22.808)	0.463 (13.996)	0.465 (17.526)
Stock capital público	0.022 (3.104)	0.022 (2.828)	- 0.049 (-1.538)
R <sup>2</sup>	0.998	0.999	0.997
S.E. of regression	0.040	0.039	0.041
Log Likelihood	681.022	287.551	397.374

Nota: Estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

Relativamente aos parâmetros para o emprego e stock de capital privado, tanto para as regiões de Objectivo 1 como para as regiões não Objectivo 1 são positivos e estatisticamente significativos, sendo os valores das elasticidades muito próximos dos da economia nacional. No entanto, os valores encontrados para as regiões de Objectivo 1 são sensivelmente mais elevados. No que respeita à elasticidade da produção em relação ao capital público, para as regiões Objectivo 1 temos a mesma elasticidade que a economia nacional. No entanto, para as regiões não Objectivo 1, embora não estatisticamente significativo, encontra-se uma relação negativa entre o stock de capital público e a produção.

Embora estes resultados possam parecer estranhos, da revisão da literatura apresentada no capítulo II (secção 2.3) verificamos que existem muitos trabalhos que não encontram evidência de que os fundos europeus têm impacto no crescimento e convergência das regiões beneficiárias. Autores como Cappelen e al. (2003), Enderven e al. (2006) encontram evidência que sugere que os efeitos dos FE no crescimento regional diferem com o tipo de regiões. É apenas nas regiões mais desenvolvidas e com um quadro institucional adequado que os efeitos positivos dos FE são verificados. Também Fayolle e Lecuyer (2000) referem que, no seio dos países assistidos, são as regiões mais ricas as que mais beneficiam dos FE. Uma das razões que os autores apontam para esse facto é que os produtores das regiões mais ricas transportam e escoam os seus produtos graças às novas infra-estruturas das regiões mais

pobres. Molle (2006) refere mesmo que as disparidades entre as regiões Objectivo 1 aumentaram e, em muitos países, o crescimento concentrou-se nas áreas centrais dessas regiões. Posição também defendida por Lopez-Bazo (1999) e Rodríguez e Fratesi (2003).

Crescenzi e Rodríguez-Pose (2008, p.62), acrescentam que

*“The regression results highlight the impact of infrastructural endowment on regional economic performance, but also the weak contribution of additional investment. Regions having good transport infrastructure endowment and being well connected to regions with similar good endowments tend to grow faster. However, investment in infrastructure within a region or in neighbouring regions seems to leave especially peripheral regions more vulnerable to competition. Furthermore, the positive impact of infrastructure endowment on growth tends to wane quickly and is weaker than that of, for example, the level of human capital”.*

Também Rodríguez e Fratesi (2003) concluem que os retornos dos FE investidos em infra-estruturas e no sistema produtivo não é significativo. Apenas os financiamentos em capital humano e educação têm retorno positivo e significativo a médio e longo prazo.

Adicionalmente, Dall’erba e Le Gallo (2003-a) concluem que os ganhos da acessibilidade decorrentes das infra-estruturas de transporte são muito maiores nas regiões centrais do que nas regiões periféricas. Além disso, no âmbito da literatura da geografia económica, autores como Martin e Rogers (1995), Vickerman e al. (1999) mostram que as infra-estruturas (sobretudo de transporte) são necessárias para aumentar a atractividade das regiões mais pobres mas nem sempre beneficiam as regiões onde são implementadas. Segundo Vickerman e al. (1999), os ganhos da acessibilidade decorrentes das infra-estruturas de transporte inter-regionais são sempre superiores na região central do que na região periférica.

Podemos ainda referir que Martin (1999) concluiu que a política de coesão não teve resultados na redução das disparidades na medida em que, pelo facto dos FE se terem concentrado, em larga escala, no financiamento de infra-estruturas vieram reforçar o processo de aglomeração induzido pela integração.

Portanto, como já referimos, a literatura que analisa os efeitos dos fundos europeus no desempenho das regiões mais atrasadas da UE não tem uma resposta única e não reúne consenso, sendo uma área de pesquisa que envolve controversa. Há pesquisadores que

chegam a resultados positivos mas outros não encontram evidência de que os FE têm impacto no crescimento, emprego e convergência das regiões menos favorecidas da UE<sup>92</sup>.

Analisando e comparando a função procura de trabalho para os dois grupos, tanto o nível de produto como o nível de capital humano afectam positivamente o emprego e são estatisticamente significativos, com a excepção do parâmetro estimado para o capital humano nas regiões Objectivo 1. Os resultados parecem indicar também que o emprego nas regiões não Objectivo 1 é menos sensível à variação na produção mas mais sensível à variação no stock de capital humano, em comparação com as regiões de Objectivo 1.

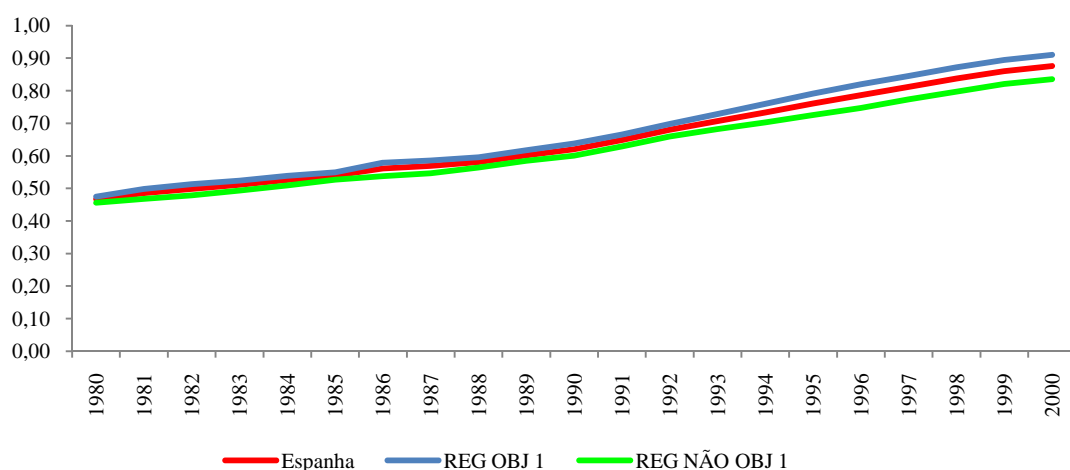
É conveniente lembrar que o indicador de capital humano utilizado é um índice agregado que engloba três níveis educacionais, isto é, engloba o somatório dos indivíduos com educação secundária completa, os indivíduos com frequência no ensino superior e os indivíduos com educação superior completa, ponderado pela população activa regional. Analisando o gráfico 54, que mostra a evolução do indicador para os dois grupos de regiões, verifica-se que o índice é muito próximo e tem a mesma evolução nos dois grupos pelo que a discrepância entre os parâmetros poderá dever-se às diferentes estruturas produtivas. A estrutura produtiva das regiões não Objectivo 1 é uma estrutura produtiva baseada em actividades de maior valor acrescentado e que incorporam níveis de conhecimento mais elevado. A estrutura das regiões Objectivo 1 é menos terciarizada, em comparação com a média nacional pelo que são actividades que requerem níveis de capital humano e conhecimento mais baixos. Com efeito, as regiões mais pobres conseguiram melhorar substancialmente os seus níveis de capital humano pelo que, e tendo em conta que a estrutura produtiva das regiões objectivo 1, poderão surgir novos processos migratórios.

---

<sup>92</sup> Assim, remetemos o leitor para a secção 2.3 do capítulo II para uma revisão da literatura.



**Gráfico 54. Evolução do índice de capital humano**



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados de Barro e Lee (2000)

Em relação à função investimento (tabela 49), observando os resultados podemos referir que o investimento privado é muito sensível à variação na riqueza e, nas regiões Objectivo 1, o valor da elasticidade é sensivelmente superior ao verificado nas regiões não Objectivo 1.

**Tabela 48. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha**

Variável dependente: Emprego privado	17 Regiões Espanholas	Regiões não incluídas no Objectivo 1	Regiões incluídas no Objectivo 1
Constante	0.335 (1.156)	1.781 (4.099)	-0.514 (-1.353)
VAB privado	0.592 (17.594)	0.424 (8.423)	0.691 (15.630)
Capital Humano	0.088 (2.230)	0.226 (3.486)	0.029 (0.584)
R <sup>2</sup>	0.997	0.999	0.995
S.E. of regression	0.050	0.041	0.053
Log Likelihood	574.003	266.078	324.007

Nota: Estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 49. Estimação da função investimento - Espanha**

Variável dependente: Investimento privado	17 Regiões Espanholas	Regiões não incluídas no Objectivo 1	Regiões incluídas no Objectivo 1
Constante	-6.594 (-39.574)	-6.610 (-27.123)	-6.583 (-28.986)
VAB privado	1.552 (86.663)	1.549 (59.654)	1.554 (12.721)
R <sup>2</sup>	0.996	0.998	0.994
S.E. of regression	0.059	0.057	0.061
Log Likelihood	533.994	227.706	306.925

Nota: Estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

### 1.3.3 Resultado das estimações para as regiões Objectivo 1.

Comparando as regiões de Objectivo 1 em Espanha e em Portugal<sup>93</sup>, na tabela 50, os resultados para a estimação da função de produção parecem indicar diferenças expressivas entre os dois grupos. Nomeadamente parece evidente que a produção nas regiões Objectivo 1 espanholas é mais sensível a variações no stock de capital privado enquanto a produção nas regiões Objectivo 1 portuguesas é mais elástica em relação ao nível de emprego e stock de capital público.

Também ao nível do emprego (tabela 51) se encontram diferenças. O nível de emprego nas regiões portuguesas é mais sensível a variações no stock de capital humano enquanto nas regiões Objectivo 1 espanholas é mais sensível a variações no nível de produção.

Em relação à função investimento (tabela 52), e à semelhança das estimações para os outros grupos, observa-se que o investimento privado é muito sensível à variação na produção sobretudo no caso das regiões de Portugal em que se estima um valor da elasticidade, do investimento privado relativamente ao nível da produção, duas vezes superior ao estimado para as regiões Objectivo 1 espanholas.

<sup>93</sup> Não podemos esquecer que, no período em análise, todas as regiões NUT II de Portugal eram regiões abrangidas pelo Objectivo 1.

**Tabela 50. Estimação da função de produção – Regiões Objectivo 1**

Variável dependente: VAB privado	Regiões Objectivo 1 espanholas	Regiões Objectivo 1 portuguesas
Constante	2.236 (10.918)	4.987 (5.105)
Emprego privado	0.384 (8.109)	0.466 (2.576)
Stock capital privado	0.465 (17.526)	0.079 (5.014)
Stock capital público	- 0.049 (-1.538)	0.456 (6.065)
R <sup>2</sup>	0.997	0.988
S.E. of regression	0.041	0.129
Log Likelihood	397.374	73.407

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 51. Estimação da função de procura de trabalho – Regiões Objectivo 1**

Variável dependente: Emprego privado	Regiões Objectivo 1 espanholas	Regiões Objectivo 1 portuguesas
Constante	-0.514 (-1.353)	3.955 (8.814)
VAB privado	0.691 (15.630)	0.199 (3.368)
Capital Humano	0.029 (0.584)	0.360 (2.116)
R <sup>2</sup>	0.995	0.996
S.E. of regression	0.053	0.073
Log Likelihood	324.007	129.844

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 52. Estimação da função investimento – Regiões Objectivo 1**

Variável dependente: Investimento privado	Regiões Objectivo 1 espanholas	Regiões Objectivo 1 portuguesas
Constante	-6.610 (-27.123)	-19.347 (-7.088)
VAB privado	1.549 (59.654)	3.045 (9.513)
R <sup>2</sup>	0.998	0.832
S.E. of regression	0.057	0.820
Log Likelihood	227.706	-131.179

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

### 1.3.4 Estimações dinâmicas

Tendo por base estas estimações, na presente secção procedemos à simulação do modelo estimado considerando diferentes cenários, com o objectivo de determinar o efeito dos fundos sobre o comportamento macroeconómico da Galiza e da região Norte. O ideal teria sido a estimação de um modelo econométrico que considerasse, de forma explícita, alguma medida relativa do montante dos fundos recebidos. Dessa forma poderíamos conhecer as elasticidades do output, do emprego e do investimento privado em relação aos montantes dos fundos. Contudo, e como referimos na primeira parte do capítulo, não se dispõe da informação para todo o período da amostra. Nesse sentido, devemos assumir que o efeito dos fundos aparece reflectido de forma indirecta sobre determinadas variáveis, como as infra-estruturas públicas ou o nível de formação da população empregada.

Uma maneira de contrastar o efeito estrutural dos fundos é estimar o modelo a partir do ano de 1986 e observar a alteração estrutural dos parâmetros dos mesmos. De facto, no apêndice ao capítulo apresentamos as estimações para o período 1986-2001. Verifica-se que os parâmetros sofrem alterações o que é indicativo da ocorrência de uma alteração/choque na economia que, no caso, foi o recebimento dos fundos estruturais. Contudo, decidimos manter o período de disponibilidade dos dados (1980-2001) para aumentar o número de observações, que é sobretudo importante para Portugal na medida em que só incluímos as 5 regiões continentais, os graus de liberdade e a robustez do modelo.

Uma segunda forma de análise é através da realização de simulações dinâmicas tendo por base os parâmetros do modelo. Nestas simulações definimos um cenário para alguma das variáveis exógenas de interesse (por exemplo a taxa de crescimento do capital público) e resolvemos o modelo dinamicamente para a frente, a partir dos valores iniciais das variáveis endógenas, dos valores reais das exógenas não estudadas e os valores simulados da variável exógena de interesse. Desta forma, obtemos uma série que corresponde à evolução hipotética da variável endógena, que ocorreria caso a variável exógena se comportasse da forma que estamos a impor, em presença da evolução real das demais variáveis exógenas.

Se esta série resultante (simulada) for muito parecida com a série original, podemos deduzir que o efeito da variável exógena em estudo não é significativo. No entanto, se a diferença entre ambas é apreciável poderemos dizer que a variável exógena em estudo exerce uma importante influência na variação da variável endógena.

Devido à estrutura do modelo, consideramos os seguintes cenários para cada uma das regiões:

#### 1. Stock de capital público.

Simulamos o modelo considerando que a partir de 1986 o stock de capital público mantém a taxa de crescimento correspondente ao período 1980-1986. Desta forma, a série de stock de capital público simulada representaria a evolução hipotética que seguiria a série no caso de não terem sido recebidos os fundos estruturais. Analisamos assim o efeito do capital público sobre o *output* regional.

#### 2. Stock de capital humano.

Simulamos o modelo assumindo como pressuposto que a partir de 1986 o nível agregado de capital humano mantém-se no nível correspondente a este ano. Estudamos portanto o efeito da ausência dos fundos sobre a procura de trabalho.

Dado que estimamos dois tipos de modelo, um para o conjunto de regiões espanholas, e outro para as regiões de Objectivo 1, no caso espanhol apresentaremos os resultados da simulação

para ambos os modelos. No caso português, dado que todas as regiões, no período em causa, são regiões de Objectivo 1, apresentamos os resultados de um único modelo.

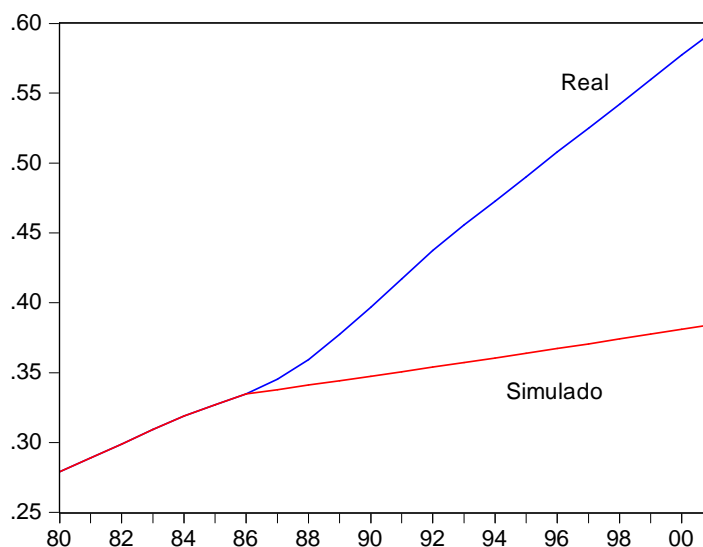
## 1.1 Efeito do stock de capital público

### 1.1.1 Galiza

Nesta simulação, fixamos a taxa de crescimento do stock de capital público na Galiza e consideramos que essa taxa corresponde à taxa de crescimento média do período 1980-1986. A série obtida é apresentada no gráfico 55 juntamente com a série real.

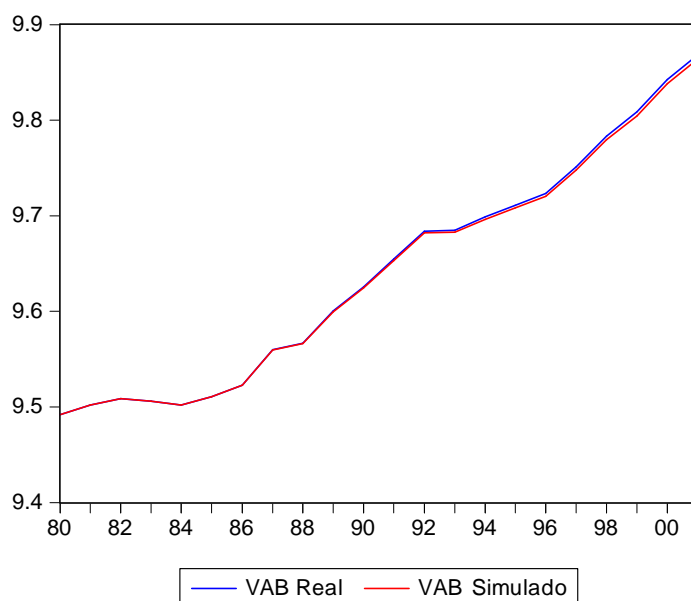
O que se verifica é que, se não fossem considerados os investimentos públicos decorrentes do fundos (valor simulado para o qual fixamos a taxa de crescimento na média de 1980-1986), a evolução do stock de capital público seria muito inferior à evolução real verificada.

**Gráfico 55. Stock de capital público real e simulado. Galiza, 1980-2001**



De seguida simulamos o modelo utilizando os coeficientes correspondentes à regressão do painel de dados com as 17 comunidades autónomas espanholas e calculamos o correspondente valor acrescentado bruto. Esta série é apresentada, juntamente com a série real, no gráfico 56.

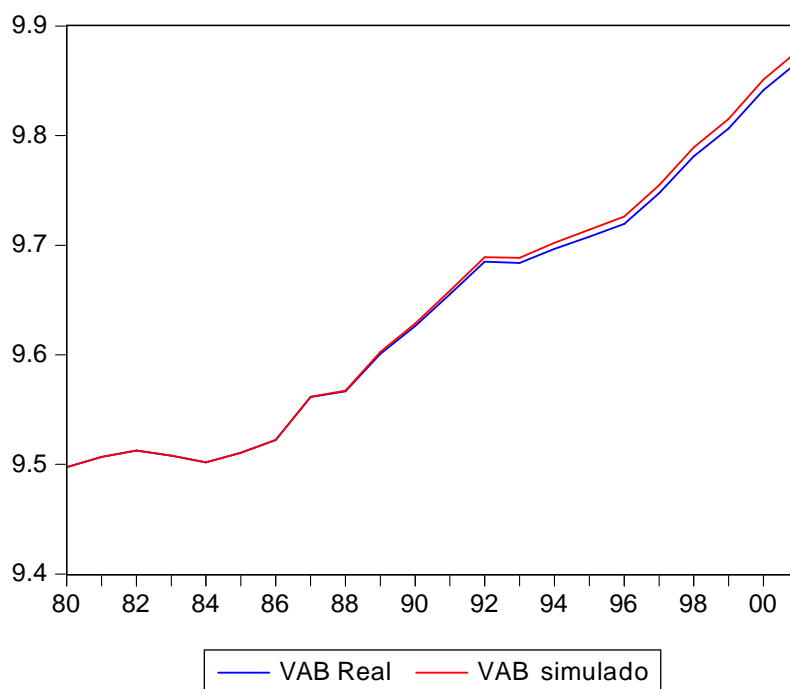
**Gráfico 56. VAB real e simulado. Galiza, 1980-2001**  
Usando o modelo estimado para as 17 comunidades autónomas



Pelo gráfico 56 observa-se que, na Galiza, os efeitos dos fundos via infra-estruturas é negligenciável, apenas modificou o VAB, uma vez que a série simulada e a verdadeira são praticamente idênticas. Apenas na parte final do período se observa um ligeiro distanciamento entre ambas que acaba por ser mínimo.

No sentido de determinar se este resultado é fruto de utilizar um modelo econométrico não adequado, realizamos a mesma simulação empregando o modelo estimado para as regiões Objectivo 1 espanholas, entre as quais se encontra a região da Galiza. Apresentamos os resultados dessa simulação no gráfico 57.

**Gráfico 57. VAB real e simulado. Galiza, 1980-2001**  
Usando o modelo estimado para as regiões de Objectivo 1



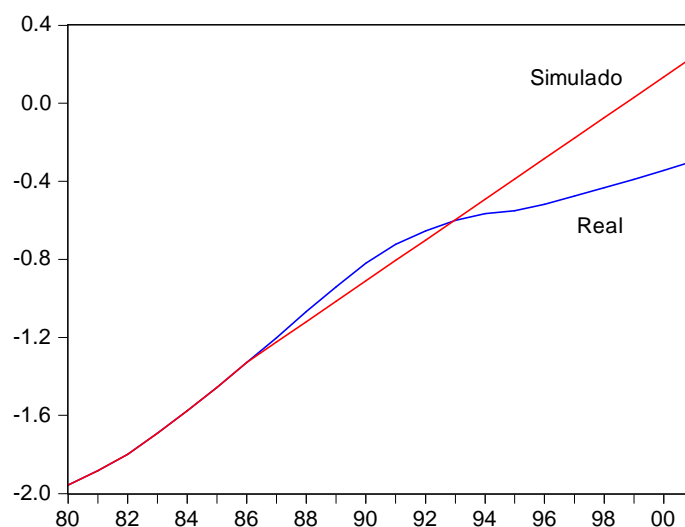
Pelos resultados apresentados no gráfico 57, observamos, mais uma vez, que o efeito é praticamente imperceptível, embora ligeiramente superior ao encontrado no modelo anterior. Outra diferença é que, no modelo anterior, como usamos as estimções para as 17 comunidades autónomas, o VAB real aparece superior ao simulado pois, nesse modelo, encontra-se um efeito positivo do capital público (embora reduzido) sobre o nível de produção. Neste caso, no gráfico 57, como realizamos a mesma simulação empregando o modelo estimado para as regiões Objectivo 1 espanholas, o resultado mostra um cenário bastante pessimista no que se refere ao efeito que o investimento em infra-estruturas pode ter tido sobre o comportamento do VAB regional, o que aliás vai de encontro aos resultados alcançados para as elasticidades obtidas a partir da estimação econométrica (ver tabela 47).

### 1.1.2 Região Norte

No gráfico 58 apresentamos a simulação da evolução do stock de capital público para a região Norte. Tal como fizemos para a região da Galiza, fixamos a taxa de crescimento do stock de capital público no nível médio do período de 1980-1986.



**Gráfico 58. Stock de capital público real e simulado. Região Norte, 1980-2001**

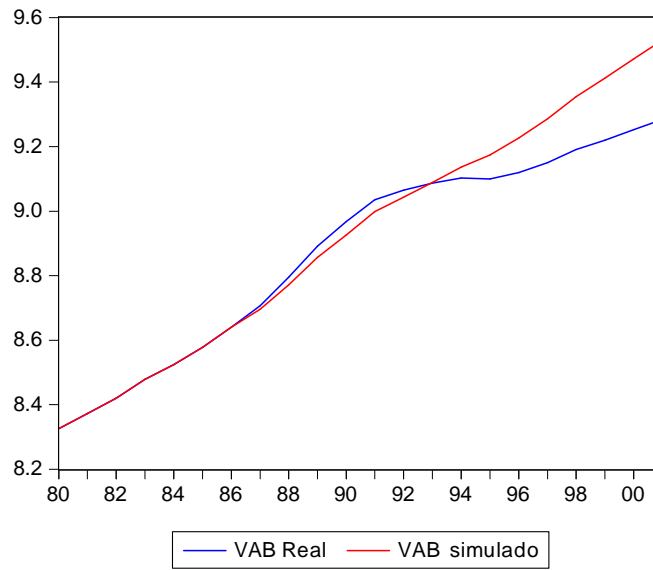


O gráfico mostra-nos a evolução real que ocorreu no stock de capital público, bem como a evolução que ocorreria caso a taxa de crescimento do stock de capital público se mantivesse no nível médio de 1980-1986. A comparação das duas séries indica-nos que, a partir do período de adesão, o que parece ter ocorrido é que houve substituição do investimento público pelos fundos europeus, não houve complementaridade, daí que a série da evolução real se mantenha inferior à evolução simulada.

Uma hipótese básica nas simulações em economia é assumir a estabilidade nas variáveis exógenas. No caso de Galiza, esta hipótese cumpre-se no que respeita ao investimento em capital público com fundos próprios, pelo que a simulação reflete claramente um efeito positivo dos fundos comunitários, ainda que muito modesto. Contudo, no caso da região Norte o surpreendente resultado da simulação está condicionado pelo não cumprimento desta hipótese já que registamos, no período posterior à adesão, uma forte queda na taxa de crescimento do stock de capital público financiado com fundos próprios<sup>94</sup>. Estes resultados acabam por condicionar a evolução das séries do VAB real e simulado da região Norte (gráfico 59).

<sup>94</sup> Este curioso resultado poderá ser objecto de investigação mais precisa em investigações futuras.

**Gráfico 59. VAB real e simulado. Região Norte, 1980-2001**

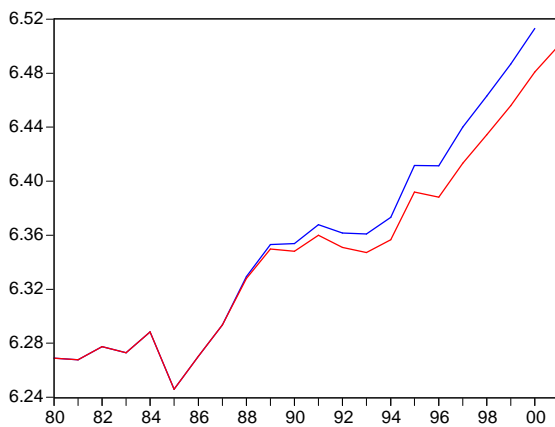


## 1.2 Efeito sobre o capital humano e a procura de trabalho

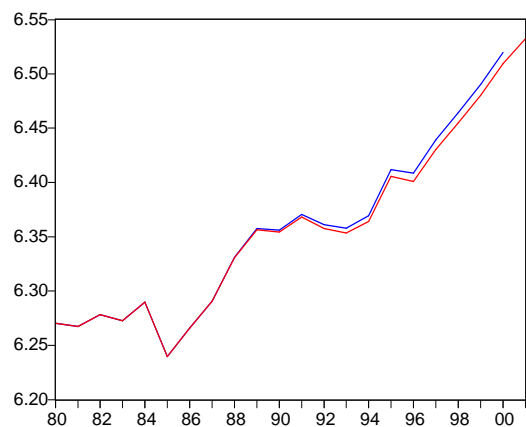
### 1.2.1 Galiza

Nos gráficos 60 e 61, apresentamos as simulações para a evolução do emprego na Galiza no período de 1980-2001.

**Gráfico 60. Emprego real e simulado, Galiza, 1980-2001**  
Usando o modelo correspondente às 17 comunidades autónomas



**Gráfico 61. Emprego real e simulado, Galiza, 1980-2001**  
Usando o modelo correspondente às regiões Objectivo1



— Emprego real — Emprego simulado

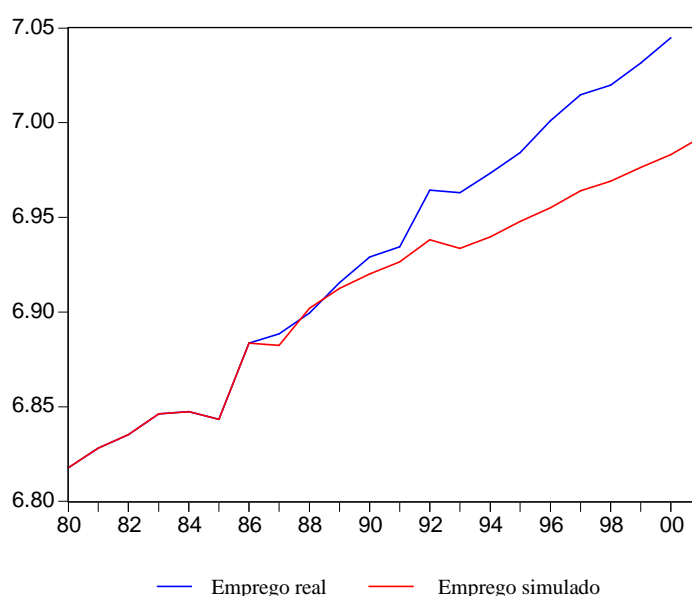
Para realizar as simulações fixamos o nível de capital humano no seu valor correspondente a 1986. As séries obtidas mostram a evolução real do emprego regional na Galiza e a evolução simulada, isto é, aquela que ocorreria caso não fossem consideradas as maiores dotações de capital humano, proporcionadas pelo aumento dos investimentos neste recurso produtivo e decorrentes dos fundos.

Tal como esperado, verifica-se um impacto positivo sobre o nível de emprego na medida em que o nível de emprego real situa-se acima do simulado. Contudo, quando usamos o modelo correspondente às regiões de Objectivo 1, o impacto é menor na medida em que o parâmetro estimado por este modelo também é inferior (ver tabela 48).

### 1.2.2 Região Norte

De forma similar, realizamos as simulações para a região Norte. Os resultados estão apresentados no gráfico 62 e, à semelhança do verificado para a Galiza, as séries obtidas distanciam-se, sendo o nível de emprego real superior ao valor simulado. A partir de 1991, a série real mostra-se significativamente superior à série simulada denunciando o efeito positivo dos fundos sobre o nível de emprego regional.

Gráfico 62. Emprego real e simulado, região Norte, 1980-2001



## 1.4 Conclusões

A análise levada a cabo neste capítulo tinha como objectivo fundamental analisar os efeitos dos fundos comunitários sobre a evolução macroeconómica das duas regiões Objectivo 1 em análise, a região Norte e a Galiza.

Nesse sentido, e utilizando como base de dados de referência a base de dados elaborada pela Cambridge Econometrics (2003), construímos um painel de dados regionais para o período 1980-2001 para Espanha (incluindo 17 Comunidades Autónomas) e para Portugal (considerando as 5 regiões NUT II continentais). A partir desse painel estimamos um modelo composto por três equações fundamentais.

-uma função de produção, na qual os níveis de produção dependem dos níveis do emprego, do stock de capital físico privado e do stock de capital público. De acordo com a especificação da função de produção, tentamos determinar o efeito das variáveis independentes sobre os níveis de produção regionais. O efeito dos fundos comunitários deve-se fazer sentir através dos maiores níveis de stock de capital público (infra-estruturas).

- uma equação de emprego, na qual os níveis regionais de emprego dependem dos níveis de rendimento e do stock de capital humano, variável esta através da qual esperamos se tornem evidentes os efeitos dos fundos.

- uma equação de investimento, na qual se faz depender a acumulação de capital dos níveis do rendimento.

Com o objectivo de identificar, embora de forma indirecta, os efeitos dos fundos nas regiões objecto de estudo estimamos o modelo para diferentes níveis de agregação. No caso de Espanha, estimamos o modelo a nível agregado nacional (incluindo as regiões Objectivo 1 e não Objectivo 1), e a outros dois níveis, um que inclui apenas as regiões de Objectivo 1 e outro em que consideramos as regiões não Objectivo 1. No caso de Portugal como, no período em questão, todas as regiões constituem regiões de Objectivo 1, temos apenas uma estimação do modelo.

Posteriormente, e tendo por base estas estimações, procedemos à simulação do modelo estimado, considerando diferentes cenários, com o objectivo de determinar o efeito dos fundos sobre a evolução económica da Galiza e da região Norte. Nesse sentido, consideramos que o efeito dos fundos aparece reflectido de forma indirecta sobre determinadas variáveis, como as infra-estruturas públicas ou o nível de formação da população empregada.

Tendo em conta os resultados das estimações e simulações, estes indicam que:

– na comparação dos resultados entre Portugal e Espanha, existem diferenças entre as estruturas produtivas na medida em que, em Espanha o nível de produto mostra-se mais sensível a variações no stock de capital privado do que ao stock de capital público, acontecendo o inverso no caso de Portugal. Neste caso, a elasticidade do produto relativamente ao stock de capital público é muito superior em comparação com o stock de capital privado. Esta elevada elasticidade da produção, em Portugal e em relação ao stock de capital público poderá dever-se aos seus baixos níveis pelo que, de acordo com a teoria, os benefícios do investimento em capital público são superiores nos países com níveis de stock de capital infra-estrutural mais baixos.

- adicionalmente, para a região Norte, e ao contrário do que seria de esperar, isto é, uma taxa de crescimento do stock de capital público superior no período pós-adesão, na medida em que os investimentos decorrentes dos fundos deveriam ser complementados com investimento público com fundos próprios, os resultados das simulações indicam que houve substituição do investimento público pelos fundos europeus.

- em relação ao investimento privado, nos dois países, os resultados apontam para uma elevada sensibilidade do investimento privado a alterações no nível de rendimento, embora superior no caso português.

- relativamente à procura de trabalho, para Espanha os resultados indicam que o nível de emprego é mais sensível à variação no nível de produto. Para Portugal, os resultados apontam para uma maior sensibilidade do emprego a variações no índice de capital humano. Tendo em conta que este índice de capital humano utilizado inclui os níveis de educação mais altos e, adicionalmente, os níveis de educação da população activa portuguesa são baixos, este

resultado poderá ser indicativo de retornos crescentes e aumento da empregabilidade dos indivíduos com níveis educacionais mais altos.

- nos que respeita aos resultados para os dois grupos de regiões em Espanha, encontramos algumas diferenças significativas sobretudo nos parâmetros do stock de capital público e stock de capital humano. De facto, a principal diferença encontrada na estimação da função de produção está no parâmetro do capital público que, no caso das regiões Objectivo 1, embora não estatisticamente significativo, apresenta sinal negativo ao contrário do estimado para a função de produção nacional e para as regiões não Objectivo 1. Como referimos anteriormente, embora estes resultados possam parecer estranhos, existe uma vasta literatura cujos resultados apontam nesse sentido. No que se refere ao parâmetro do capital humano na função procura de trabalho, o nível de emprego nas regiões não Objectivo 1 é mais elástico relativamente às alterações nos níveis de capital humano em comparação com o parâmetro estimado para as regiões Objectivo 1 (embora aqui também não significativo estatisticamente). Com efeito, esta diferença poderá ser explicada tendo em conta a estrutura produtiva dos dois grupos de regiões. A estrutura produtiva das regiões não Objectivo 1 inclui actividades de maior valor acrescentado e que incorporam níveis de conhecimento mais elevado, o que poderá justificar maior sensibilidade aos níveis de capital humano. No caso das regiões Objectivo 1, a sua estrutura produtiva é menos terciarizada em comparação com a média nacional, pelo que engloba actividades que incorporam mão-de-obra com níveis de capital humano e conhecimentos mais baixos.

---

## APÊNDICE AO CAPÍTULO III

---

## ESTIMAÇÕES PARA O PERÍODO 1986-2001

### 1. Resultados das estimações para Espanha e Portugal

**Tabela 53. Estimação da função de produção – Espanha e Portugal**

Variável dependente: VAB privado	Espanha	Portugal
Constante	3.207 (21.906)	4.404 (4.564)
Emprego privado	0.477 (9.404)	0.614 (3.491)
Stock capital privado	0.319 (10.464)	0.052 (2.485)
Stock capital público	0.021 (2.309)	0.405 (3.958)
R <sup>2</sup>	0.999	0.991
S.E. of regression	0.035	0.115
Log Likelihood	533.589	63.421

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 54. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha e Portugal**

Variável dependente: Emprego privado	Espanha	Portugal
Constante	-0.432 (-1074)	3.324 (5.905)
VAB privado	0.667 (14.523)	0.273 (3.749)
Capital Humano	0.166 (3.076)	0.339 (1.581)
R <sup>2</sup>	0.998	0.996
S.E. of regression	0.039	0.073
Log Likelihood	476.661	129.844

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.



**Tabela 55. Estimação da função investimento – Espanha e Portugal**

Variável dependente: Investimento privado	Espanha	Portugal
Constante	-5.038 (-20.955)	-12.761 (-3.617)
VAB privado	1.388 (54.147)	2.297 (5.631)
R <sup>2</sup>	0.997	0.833
S.E. of regression	0.051	0.694
Log Likelihood	432.503	-81.146

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

## 2. Resultados das estimações para Espanha

**Tabela 56. Estimação da função de produção – Espanha**

Variável dependente: VAB privado	17 Regiões Espanholas	Regiões não incluídas no Objectivo 1	Regiões incluídas no Objectivo 1
Constante	3.207 (21.906)	2.467 (10.419)	3.147 (11.858)
Emprego privado	0.477 (9.404)	0.590 (6.915)	0.526 (7.978)
Stock capital privado	0.319 (10.464)	0.331 (7.602)	0.296 (7048)
Stock capital público	0.021 (2.309)	0.009 (0.975)	- 0.036 (-1.144)
R <sup>2</sup>	0.999	0.999	0.998
S.E. of regression	0.035	0.031	0.036
Log Likelihood	533.589	234.249	310.617

Nota: Estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 57. Estimação da função de procura de trabalho – Espanha**

Variável dependente: Emprego privado	17 Regiões Espanholas	Regiões não incluídas no Objectivo 1	Regiões incluídas no Objectivo 1
Constante	-0.432 (-1074)	0.520 (1.021)	-1.634 (-2.873)
VAB privado	0.667 (14.523)	0.562 (9.653)	0.803 (12.357)
Capital Humano	0.166 (3.076)	0.164 (2.521)	0.120 (2.077)
R <sup>2</sup>	0.998	0.999	0.997
S.E. of regression	0.039	0.029	0.042
Log Likelihood	476.661	225.902	269.524

Nota: Estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 58. Estimação da função investimento**

Variável dependente: Investimento privado	17 Regiões Espanholas	Regiões não incluídas no Objectivo 1	Regiões incluídas no Objectivo 1
Constante	-5.038 (-20.955)	-4.988 (-14.031)	-5.082 (-15.547)
VAB privado	1.388 (54.147)	1.379 (3.720)	1.395 (39.779)
R <sup>2</sup>	0.997	0.998	0.995
S.E. of regression	0.051	0.050	0.052
Log Likelihood	432.503	180.339	252.288

Nota: Estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

### 3. Resultado das estimações para as regiões Objectivo 1.

**Tabela 59. Estimação da função de produção**

Variável dependente: VAB privado	Regiões Objectivo 1 espanholas	Regiões Objectivo 1 portuguesas
Constante	3.147 (11.858)	4.404 (4.564)
Emprego privado	0.526 (7.978)	0.614 (3.491)
Stock capital privado	0.296 (7048)	0.052 (2.485)
Stock capital público	- 0.036 (-1.144)	0.405 (3.958)
R <sup>2</sup>	0.998	0.991
S.E. of regression	0.036	0.115
Log Likelihood	310.617	63.421

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 60. Estimação da função de procura de trabalho**

Variável dependente: Emprego privado	Regiões Objectivo 1 espanholas	Regiões Objectivo 1 portuguesas
Constante	-1.634 (-2.873)	3.324 (5.905)
VAB privado	0.803 (12.357)	0.273 (3.749)
Capital Humano	0.120 (2.077)	0.339 (1.581)
R <sup>2</sup>	0.997	0.996
S.E. of regression	0.042	0.073
Log Likelihood	269.524	129.844

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

**Tabela 61. Estimação da função investimento**

Variável dependente: Investimento privado	Regiões Objectivo 1 espanholas	Regiões Objectivo 1 portuguesas
Constante	-5.082 (-15.547)	-12.761 (-3.617)
VAB privado	1.395 (39.779)	2.297 (5.631)
R <sup>2</sup>	0.995	0.833
S.E. of regression	0.052	0.694
Log Likelihood	252.288	-81.146

Nota: Relativamente a Espanha estão excluídas as regiões de Ceuta e Mellila e em relação a Portugal as regiões insulares da Madeira e Açores. Todas as variáveis excluem o sector agrícola.

---

## **CONCLUSÃO**

---

Chegados ao final do nosso estudo, importa agora sintetizar as ideias chave subjacentes ao mesmo no sentido de procurar apresentar respostas para as principais questões colocadas.

A competitividade de um país ou região depende dos seus factores endógenos, nomeadamente a qualificação dos seus recursos humanos, capacidade inovativa, infra-estruturas desenvolvidas, bem como da qualidade das suas instituições e políticas de desenvolvimento regional favoráveis.

Decorrente da maior ou menor disponibilidade destes factores, a teoria económica estabelece que a actividade económica pode concentrar-se em determinadas áreas centrais e melhor dotadas em detrimento das regiões periféricas e menos atractivas. Em consequência os níveis de crescimento da produção e emprego entre as diferentes regiões tendem a distanciar-se acentuando as disparidades entre elas. No sentido de contrariar e evitar o acentuar destas disparidades, a PRC da UE tem como princípio fundamental fomentar o desempenho económico das regiões menos desenvolvidas ajudando na resolução dos problemas estruturais. Nesse sentido, os FE e de coesão tornaram-se um importante instrumento de promoção do desenvolvimento, sobretudo das regiões menos favorecidas e mais atrasadas.

Com efeito, o nosso estudo tinha um duplo objectivo: analisar e comparar a evolução de duas regiões periféricas da UE, a região Norte de Portugal e a região da Galiza em Espanha, e procurar evidenciar a importância que a PRC assumiu nos seus processos de convergência, crescimento e desenvolvimento.

Nesse sentido, tendo em conta que as regiões Norte e da Galiza constituem uma das principais Euro-região da UE, na medida em que partilham fronteiras e possuem características geográficas, históricas, culturais e linguísticas semelhantes, e beneficiam, desde a adesão das economias nacionais, em 1986, dos FE a título do Objectivo 1, a principal questão a que procuramos dar resposta no capítulo um foi: a região Norte e da Galiza conseguiram reduzir a “distância” que as separava das respectivas médias nacionais?

Na verdade, é muito difícil medir adequadamente a convergência real entre as regiões. No entanto, não será possível resolver um problema sem quantificar a sua magnitude e sem estudar a sua evolução. Nesse sentido, consideramos que o primeiro passo na análise de um processo de convergência regional passa pela quantificação do problema e pela análise da

evolução das suas variáveis relevantes. Assim, no primeiro capítulo procuramos descrever e quantificar a evolução social, laboral e económica das duas regiões no contexto nacional, no contexto europeu (sempre que os dados o permitiram) e no interior da Euro-região.

A análise desenvolvida neste capítulo aponta para as seguintes conclusões:

- em termos gerais, e apesar da evolução positiva verificada, os dados e a análise “*shift-share*” parecem indicar que nem a região Norte nem a Galiza conseguiu reforçar a sua importância e posição competitiva no interior das respectivas economias nacionais;

- ao nível do produto, a região Norte tem perdido relevância na média nacional e, ao nível do emprego e desemprego, esta região, que nos primeiros quinze anos de adesão detinha os níveis mais favoráveis da economia nacional, tem verificado uma acentuada divergência nos últimos anos;

- a região da Galiza, mantém a sua posição em termos de peso do seu PIBpc na média nacional pelo que não conseguiu reforçar a sua posição. Ao nível do mercado laboral é de salientar, e salvaguardando o facto dos seus níveis de actividade serem inferiores à média nacional, a evolução positiva em termos de emprego e desemprego a qual acompanhou a evolução nacional, embora em níveis inferiores a esta. Adicionalmente não podemos deixar de referir a influência dos factores demográficos que acabam por constituir uma das principais debilidades futuras da região. A Galiza é uma das regiões mais envelhecidas de Espanha (e também da UE) e tem verificado taxas de crescimento da população muito inferiores à média nacional;

- no que se refere à qualificação de recursos humanos, que tem sido apontada como um dos factores chave para o crescimento e constitui um dos princípios base da Estratégia de Lisboa, a região da Galiza tem verificado uma crescente aproximação aos níveis médios nacionais mas, no caso da região Norte a baixa qualificação dos recursos humanos constitui uma das suas principais desvantagens. Estes factos acabam também por reflectir fragilidades e desvantagens competitivas no sector da P&D de ambas as regiões.

- no que respeita à análise da evolução interna da Euro-região, para os últimos anos, há duas conclusões fundamentais a salientar: por um lado, a perda de importância da produção/riqueza

da região Norte na Euro-região a favor da Galiza (decorrente sobretudo do fraco desempenho do Grande Porto nos anos mais recentes) e, por outro, o aumento da dispersão no PIBpc o que é indicativo de que o processo de convergência interna não está a verificar-se.

Em suma, a pesquisa desenvolvida neste capítulo parece indicar que nenhuma das regiões reforçou a sua posição competitiva em relação à média nacional pelo que não se pode afirmar que estas duas regiões verificaram convergência. Adicionalmente, apesar das semelhanças territoriais, linguísticas, culturais e socioeconómicas entre as duas regiões, a evolução económica das duas regiões, nos últimos anos, não parece ser um indício de duas regiões integradas na medida em que essa evolução seguiu trajetórias divergentes/opostas. As dinâmicas de evolução de cada uma das regiões, aproximam-se mais das dinâmicas de evolução das respectivas economias nacionais do que de uma Euro-região plenamente integrada com as suas regiões a seguir um padrão de evolução comum.

No sentido de prosseguirmos para o segundo objectivo deste estudo, dedicamos o capítulo dois à PRC.

Esta política foi evoluindo e assumindo uma importância crescente ao longo das últimas décadas, quer devido aos sucessivos alargamentos quer devido ao aprofundamento do processo de integração, constituindo actualmente uma das principais e mais importantes políticas comuns da UE. Dado que os objectivos fundamentais da PRC são fomentar a redução das desigualdades de riqueza entre as regiões, melhorar e aumentar o nível de emprego, favorecer o desenvolvimento harmonioso das várias regiões europeias protegendo o ambiente e assegurando o desenvolvimento sustentável de modo a que todos os cidadãos europeus beneficiem das vantagens da integração, desde a implementação do primeiro QCA, têm sido atribuídos crescentes montantes financeiros. Estes são distribuídos através dos FE e de coesão, para as regiões mais desfavorecidas, sobretudo as regiões de Objectivo 1, como são exemplo a região Norte e a Galiza.

Assim, a principal questão colocada no segundo capítulo foi: a PRC tem atingido os seus objectivos fundamentais, isto é, tem favorecido a coesão económica e social e ajudado a reduzir as disparidades entre as regiões mais ricas e as mais desfavorecidas da UE?



Com efeito, a pesquisa desenvolvida no capítulo dois não possibilita a apresentação de uma resposta unívoca e definitiva para esta pergunta uma vez que o debate em torno desta questão continua em aberto. Depois de apresentarmos a PRC, a sua evolução histórica, seus objectivos e instrumentos, bem como os principais argumentos contra e favor da política à luz da teoria económica, procedemos à revisão da literatura relativa ao papel da PRC na convergência regional no interior da UE. As principais conclusões a apontar são:

- nos últimos anos verificou-se um grande desenvolvimento de trabalhos que investigam o impacto dos fundos comunitários sobre as regiões mais desfavorecidas. Estes trabalhos podem agrupar-se em três grandes grupos: avaliação de projectos ou programas específicos; modelos de índole macroeconómica (de simulação - que procuram capturar a “resposta” da economia a investimentos públicos em áreas estratégicas) e modelos econométricos que utilizam o investimento público agregado ou as transferências da UE como variáveis explicativas;

- de um modo geral, os diferentes tipos de avaliação detêm problemas comuns, nomeadamente a falta de séries temporais regionais suficientemente longas e detalhadas; períodos de análise e estruturação curtos, que não permitem captar efeitos de longo prazo deste tipo de investimentos, e pouca fiabilidade dos dados respeitantes aos montantes associados aos FE, à sua distribuição e distinção entre pagamentos efectivos e perspectivas de pagamentos.

- os resultados, desta vasta literatura, não são unânimes no que se refere à eficácia da PRC na redução das diferenças entre as regiões mais ricas e as mais pobres, e apontam para duas perspectivas opostas: uma positiva e uma negativa. Entre os autores que encontram impactos positivos da PRC sobre o crescimento e convergência podemos referir, por exemplo, Beugelsdijke e Eijffinger (2005), Bradley (2000), Cappelen e al (2003), De la Fuente (2002, 2003), DGDR (2005), Mohl e Hagen (2008), Puigcerver – Peñalver (2007), entre outros. A posição negativa considera que, segundo Molle (2006), a PRC apenas contribui para aumentar o nível de riqueza das regiões beneficiárias mas constituindo um instrumento redistributivo incapaz de fomentar o crescimento económico de longo prazo. Boldrin e Canova (2003, 2001), Boeri e al (2002), Dall’erba e Le Gallo (2007), Martin (1999), Rodríguez- Pose e Fratesi (2003), Santos (2008), estão entre os principais autores que vão de encontro a esta posição.

No último capítulo, o nosso objectivo fundamental prendia-se com a análise dos efeitos dos fundos sobre a evolução das regiões em análise. Nesse sentido, e tendo em conta a revisão da bibliografia levada a cabo no segundo capítulo, seguimos uma das metodologias previstas, isto é, procedemos à estimação de um modelo econométrico que utiliza o investimento público agregado ou as transferências da UE como variáveis explicativas. Nesse sentido, e utilizando como base de dados de referência a base de dados elaborada pela Cambridge Econometrics (2003), construímos um painel de dados regionais para o período 1980-2001 para Espanha (incluindo 17 Comunidades Autónomas) e para Portugal (considerando as 5 regiões NUT II continentais). A partir desse painel estimamos um modelo composto por três equações fundamentais: uma função de produção, aumentada com o stock de capital público, a partir da qual procuramos determinar o efeito das variáveis independentes sobre os níveis de produção regionais. Consideramos que, o efeito dos fundos comunitários se deve fazer sentir através dos maiores níveis de stock de capital público (infra-estruturas); uma equação de emprego, na qual os níveis regionais de emprego dependem dos níveis de rendimento e do stock de capital humano, variável esta através da qual esperamos se tornem evidentes os efeitos dos fundos e, por último, uma equação de investimento, na qual se faz depender a acumulação de capital dos níveis do rendimento. Adicionalmente, e tendo por base estas estimações, procedemos à simulação do modelo estimado, considerando diferentes cenários, com o objectivo de determinar o efeito dos fundos sobre a evolução económica da Galiza e da região Norte. Nesse sentido, consideramos que o efeito dos fundos aparece reflectido de forma indirecta sobre determinadas variáveis, como as infra-estruturas públicas ou o nível de formação da população empregada.

Os resultados obtidos apontam para as seguintes conclusões fundamentais:

- o nível de produto em Espanha mostra-se mais sensível à variação do stock de capital privado e em Portugal mais sensível à variação no stock de capital público. Tendo em conta que os níveis de capital público, desde o início período, são substancialmente inferiores em Portugal, este resultado aponta no sentido da teoria que estabelece que os benefícios do investimento em capital público são superiores nos países com níveis de stock de capital mais baixos;

- adicionalmente, e ao contrário do que seria de esperar, isto é, uma taxa de crescimento do stock de capital público superior no período pós-adesão, na medida em que os investimentos decorrentes dos fundos deveriam ser complementados com investimento público com fundos próprios, os resultados das simulações, para a região Norte, indicam que houve substituição do investimento público pelos fundos europeus. As simulações das séries de stock de capital público e real, indicam que, a partir do período de adesão, o que parece ter ocorrido é que houve substituição do investimento público pelos fundos europeus, não houve complementaridade, daí que a série da evolução real se mantenha inferior à evolução simulada. Este resultado *supreendente* abre uma nova linha de investigação que procuraremos complementar e investigar futuramente.

- em relação à função procura de trabalho, os níveis de emprego em Portugal mostram-se mais sensíveis à variação no stock de capital humano do que em Espanha, onde os níveis de emprego são mais sensíveis à variação no nível de produto. Atendendo à baixa qualificação da população activa portuguesa, este resultado poderá ser indicativo de retornos crescentes e aumento da empregabilidade dos indivíduos com níveis educacionais mais altos;

- comparando as regiões Objectivo 1 e não Objectivo 1 em Espanha, encontram-se diferenças significativas nos parâmetros estimados para os stocks de capital público e humano. A produção nas regiões não Objectivo 1 apresenta-se mais sensível à variação no stock de capital público. Este resultado acaba por seguir no sentido das conclusões de Dall'érba e Le Gallo (2003-a), Fayolle e Lecuyer (2000), Martin (1999), Martin e Rogers (1995), Vickerman e al. (1999), entre outros. Além disso, decorrente das diferentes estruturas produtivas dos grupos de regiões, os resultados também indicam uma maior elasticidade do emprego ao stock de capital humano nas regiões não Objectivo 1.

Antes de finalizarmos o trabalho gostaríamos também de referir as suas principais limitações, bem como considerações que o poderiam melhorar.

A base de dados regional do Eurostat sofre constantes modificações e actualizações pelo que nem sempre foi possível estender a comparação da evolução das regiões ao nível NUT II, mas sobretudo ao nível NUT III, ao período desejado. Além disso, na pesquisa de dados no início desta investigação, o termo de comparação da média europeia era a UE-15, passando posteriormente para a UE-25 e UE-27 o que implicou constantes actualizações dos dados.

Contudo, as principais limitações deste trabalho encontram-se na parte empírica do mesmo. A base de dados utilizada acaba por apresentar falhas na disponibilidade de algumas variáveis, nomeadamente ao nível das variáveis de educação e capital humano. Por esta razão tivemos que procurar outra fonte de informação. No entanto, as maiores dificuldades surgiram quando procuramos determinar a despesa pública efectivamente realizada e associada às ajudas estruturais. Os QCA apresentam as perspectivas de despesa, nem sempre regionalizada, valores esses que não correspondem à despesa efectivamente realizada. Com efeito, apesar do esforço levado a cabo para construir a informação presente nos gráficos 49 a 52, em que nada estava disponível “on-line”, não pudemos considerar estes dados na análise empírica pela falta de fiabilidade dos mesmos, sobretudo no caso da Galiza. De facto, para a Galiza, não conseguimos encontrar informação anterior a 1994 para todos os fundos e tivemos que usar e conjugar informações provenientes de várias fontes que certamente usaram diferentes pressupostos e metodologias. Em resultado, tivemos que analisar os efeitos dos fundos, de forma indirecta, utilizando o investimento público agregado.

Assim, e para finalizar, podemos referir que, se for possível obter, para os períodos de programação mais recentes, nomeadamente a partir do terceiro período de programação, informação anualizada e regionalizada da despesa executada por fundo estrutural para as regiões de Objectivo 1, será possível melhorar, aprofundar e estender, a um período mais alargado, esta pesquisa em investigações futuras.

---

## **BIBLIOGRAFIA**

---

- Afonso, A. e Aguiar, A. (2004). “Comércio externo e crescimento da economia portuguesa no séc. XX”. CEMPRE – Centro de Estudos Macro-económicos e Previsão, Working Paper, n.º146
- Aghion, P. e Howitt, P. (1992), “A model of growth through creative destruction”. *Econométrica*, Vol. 51.
- Antunes, M. e Soukiazis, E. (2005). “Two Speed Regional Convergence in Portugal and the Importance of Structural Funds on Growth”. *Paper presented at the 4<sup>th</sup> Annual Meeting of the EEFS, 19-22 May, Coimbra.*
- Armstrong, H.W. (2001), “European Union Regional Policy: Reconciling the convergence”. In: *Regional Convergence in the European Union, Facts, Prospects and Policies*. Cuadrado-Roura, J.R. e Parellada, M. Editors.
- Aschauer, David (1990). “Why is infrastructure important?” In: *Is There a Shortfall in Public Capital Investment?* Alicia H. Munnell editor.
- Aschauer, David (1989 a). “Is public expenditure productive?” *Journal of Monetary Economics*, 23.
- Aschauer, David (1989 b). “Does public capital crowd out private capital?” *Journal of Monetary Economics*, 24.
- Auerbach, A., and L. Kotlikof (1987) *Dynamic fiscal policy*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Azevedo, Cristina (2006). “*O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013*”. Fórum Novas Fronteiras, Alfândega do Porto, Setembro de 2006.
- Azevedo, Rui (2004). “As regiões do Norte de Portugal e da Galiza: enquadramento no contexto comunitário e perfis de evolução”, In: *As eurorrexións e o futuro da Europa: o modelo da eurorrexión Galiza-Norte de Portugal.*

- Bachtler, J. (1995), "Regional Policy and Coesion", In: *Convergence and divergence Among European Regions*. Armstrong, H. W. e Vickerman, R.W. Editors.
- Bachtler J and Michie R (1995). "A New Era in EU Regional Policy Evaluation? The Appraisal of the Structural Funds". *Regional Studies*, 29(8).
- Bähr, Cornelius (2008). "How Does Sub-National Autonomy Affect the Effectiveness of Structural Funds?" *Kyklos*, vol 61-2008, n.º1, 3-18.
- Ballard, Charles L.; Fullerton, Don Shoven, John B. and Whalley, John (1985). "A General Equilibrium Model for Tax Policy Evaluation," *NBER Books*, National Bureau of Economic Research, Inc, number ball85-1, February.
- Baltagi, B.H. (2002). *Econometrics*, 3rd ed., Berlin: Springer-Verlag.
- Baltagi, Badi H. e Kao, Chihwa (2000). "Nonstationary Panels, Cointegration in Panels and Dynamic Panels: A Survey," *Center for Policy Research Working Papers 16*, Center for Policy Research, Maxwell School, Syracuse University.
- Baltagi, Badi H. e Griffin, James M. (1997). "Pooled estimators vs their heterogeneous counterparts in the context of dynamic demand for gasoline." *Journal of Econometrics*, Elsevier, vol. 77(2), pages 303-327, April.
- Bandara, J. S. (1991). Computable general equilibrium models for development policy analysis. In: LDCs. *Journal of Economic Surveys*, v. 5, n. 1, 1991.
- Bande, Roberto (2002). "Ajustes dinamicos en las tasas de paro: Espana vs Portugal". *Documentos de trabajo – Analisis Económica 0020, IDEGA - Instituto Universitario de Estudios e Desenvolvemento de Galicia*.
- Bande, R. e Fernández, M. (2007). "Integración y mercado de trabajo en la eurorregión Galicia-Norte de Portugal". *Papeles de Economía Española – Economía de Las Comunidades Autónomas*, num. 22, 2007.
- Baerjee (1999), A. "Panel data unitsand cointegration: an overview". *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 61:607-629.

- Barro, Robert J. and Jong-Wha Lee (2000), "*International Data on Educational Attainment: Updates and Implications*". Harvard University.
- Barro e Sala-i-Martin (1995). *Economic Growth*. MC-Graw Hill, Inc., 1995.
- Barro e Sala-i-Martin (1991). "Convergence across states and regions". *Brookings papers on economic activity*, vol.1: 107-182.
- Barry, Frank (2003). "Economic integration and convergence process in the European Union cohesion countries". *Journal of Common Market Studies*, vol 41, n.° 5, pp 897-921.
- Bassanini, A. e Scarpetta, S. (2001). "The driving forces of economic growth: panel data evidence for the OECD countries". *OECD Economic Studies*, n.°33.
- Bassanini, A., Scarpetta, S. e Visco, I. (2000). "Knowledge, technology and economic growth: recent evidence from OECD countries". *OECD - Economics Department Working Papers*, n.° 259
- Becker, Gary S. (1962). "Investment in human capital: a theoretical analysis". *Journal of Political Economy*, vol. 70.
- Becker, S.; Egger, P.; Ehrlich, M. and Fenge, R. (2008). "Going Nuts: The Effect of Structural Funds on Regional Performance". *Stirling Economics Discussion Paper2008-27*. University of Stirling, Department of Economics.
- Begg, I.G., Mayes, D.G. e Shipman, A. (1991). "A new strategy for social and economic cohesion after 1992". Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg
- Behrman, J. R. (1987). "Schooling and other human capital investments: can the effects be identified?" *Economics of Education Review*, vol 6 n.° 3.



- Benhabib, Jess; Spiegel, Mark M. (2003). "Human Capital and Technology Diffusion". *Development Institute Research Working Papers Series, n.º3, May, 2003.*
- Benhabib, Jess; Spiegel, Mark M. (1994). "The role of human capital in economic development. Evidence from aggregate cross-country data". *Journal of Monetary Economics, 34.*
- Bergman, L., (1990). "The development of computable general equilibrium modeling". in: Bergman, L., Jorgenson, D.W., Zalai, E. (Eds), *General Equilibrium Modeling and Economic Policy Analysis*, Cambridge, 3-30.
- Beugelsdijk, M. (2002). "Should structural policy be discontinued? The macro-economic impact of structural policy on the EU-15 and the main candidate countries". *The Nederland Bank, Research Memorandum WO n.º 693/0215, July 2002.*
- Beugelsdijk, M. and Eijffinger, S. (2005). "The effectiveness of structural policy in the EU. An empirical analysis for the EU-15 in 1995-2001". *Journal of Common Market Studies, vol.43, n.º1.*
- Beutel, J. (2002). "The economic impact of objective 1 interventions for the period 2000-2006". *Final report to the Directorate- General for regional Policies.* European Commission, May 2002.
- Biehl, D. (1986). "L'impact de l'infrastructure sur le développement régional". *Commission des Communautés Européennes.*
- Blanchard, Olivier & Jimeno, Juan F, 1995. "Structural Unemployment: Spain versus Portugal." *American Economic Review, American Economic Association*, vol. 85(2), pages 212-18, May
- Blöndal, S. ; Field, S. e Girouard, N. (2002). "L'investissement en capital humain: le rôle de l'enseignement supérieure". *Révue économique de L'OCDE, n.º 34*

- Bodenstein, T. and Kemmerling, A. (2008). “Ripples in a Rising Tide : Why Some EU Regions Receive More Structural Funds Than Others Do”. *Center for European Studies Working Paper Series, 157*.
- Boeri, T. e al (2002). “Who’s Affraid of the Big Enlargement? Economic and Social Implications of The European Union’s Prospective Easter Expansion”. *CEPR Policy Papers, N°7*.
- Boldrin, M. and Canova, F. (2003). “Regional Policies and EU enlargement”. *CEPR Discussion Series, n.º 3744*.
- Boldrin, M. and Canova, F. (2001). “Europe’s regions. Income disparities and regional policies”. *Economic Policy, vol.32*.
- Borges, A., (1986). “Applied general equilibrium models: an assessment of their usefulness for policy analysis”. *OECD Economic Studies 7, 7-43*.
- Bosker, Maarten (2009). “The spatial evolution of regional GDP disparities in the “old” and the “new” Europe”. *Papers in Regional Science, volume 88 Number1, March 2009*.
- Bover, O.,García-Perea, Pilar e Portugal, Pedro (2000). “Labour market outliers: Lessons from Portugal and Spain”. *Economic Policy, vol. 15(31), pages 379-428, October*.
- Bouvet, F. (2005). “European Union Regional Policy: Allocation Determinants and Effects on Regional Economic Growth”. *Department of Economics, University of California, Davis*.
- Bradley, J. (2000). “Evaluating the impact of European Union Cohesion policy in less-developed countries and regions”. *Regional Studies, 40:2, 189-200*

- Bradley, J. (2000). “The impact of CSF on objective countries 1989-2006”. *Regional Policy DG XVI*, European Commission, Luxembourg.
- Bradley, John; O’Donnell, Nuala; Sheridan, Niamh; Whelan, Karl (1995). *Regional aid and convergence. Evaluating the impact of the structural funds on the European periphery*. Avebury, Ashgate Publishing Limited.
- Button, K. (1998): “Infrastructure investment, endogenous growth and economic convergence”. *The Annals of Regional Science*, vol. 32, n° 1, pp. 145-162.
- Cambridge Econometrics (2003). “*Study on the Factors of Regional Competitiveness. A draft final report for the European Commission Directorate General Regional Policy*”.
- Campino, A.; Monteiro, J. and Rubini, D. (2000). “NAG: Norte, Abruzzo e Galicia. A benchmarking exercise”. *Center for innovation, Technology and Policy Research – Instituto Superior Técnico, Lisboa*.
- Canova, Fabio (2001). “Contribuyen las políticas de la Unión Europea a estimular el crecimiento y a reducir las desigualdades regionales?”. *ELS Opuscles del CREI*, n.º 8, Mayo 2001.
- Canova, F. and Marcel, A. (1995). “The poor stay poor: non-convergence across countries and regions”. *CEPR Discussion Paper*, n.º 1265.
- Cappelen, A., Castellacci, F., Fagerberg, J. and Verspagen, B. (2002). “The impact of regional support on growth and convergence in the European Union.” *Centre for Technology, Innovation and Culture, University of Oslo*.
- Chenery, H.B. (1962). “Development policies for the southern Italy”. *Quarterly Journal of Economics*, 76 (4), 515-547.

- Cheshire, P. Carbonaro, G. (1995), “Convergence-Divergence in Regional growth rates: an emptyblack box?” In: *Convergence and Divergence Among European Regions*. Armstrong, H.W. e Vickerman, R.W. Editors.
- Christodoulakis, N.M. and Kalivitis, S.C. (2000). “The effects of the second community support framework 1994-99 on the Greek economy”. *Journal of Policy Modelling*, 22(5).
- Coe, D. e Helpman (1995). “*International R&D spillovers*”. *European Economic Review*, 39.
- Comissão Europeia (2007). *Quarto relatório sobre a coesão económica e social na União Europeia*. Comissão Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2004). *Terceiro relatório sobre a coesão económica e social na União Europeia*. Comissão Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2004 a). *European Economy, Spring 2004*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg
- Comissão Europeia (2004 b). *Eurostat statistical annex. Update of the statistical annex (annex 1) to the 2004 report from the Commission to the Spring European Council*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg.
- Comissão Europeia (2003a). “European Competitiveness Report 2003”. Commission of European Communities, Brussels, 12.11.2003. SEC(2003)1299.
- Comissão Europeia (2003 b). *Eurostat Yearbook 2003. The statistical guide to Europe (data 1991-2001)*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg.

- Comissão Europeia (2001 a). *Segundo relatório sobre a coesão económica e social na União Europeia*. Comissão Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2001 b). *The European economy: 2000 review*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg.
- Comissão Europeia (2000). *Ireland - Community Support Framework 2000-2006*. Office for Official Publications of the European Communities.
- Comissão Europeia (2000). “Real convergence and catching-up in the EU”. In: *European Economy*, n.º 71.
- Comissão Europeia (1999). “*Sixth Periodic Report on the social and economic situation and development of the regions of the European Union*” Office for Official Publications of the European Communities. (February 1999)
- Comissão Europeia (1997). *The impact of structural policies on economic and social cohesion in the Union – 1989-99*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg
- Comissão Europeia (1996 a). *L’Union Européenne entre cohésion et disparités*. Office des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- Comissão Europeia (1996 b). “The economic and financial situation in Ireland. Ireland in the transition to EMU”. *European Economy, Reports and Studies*, nº 1.
- Comissão Europeia (1994). *Competitiveness and cohesion: trends in the regions*, 7<sup>th</sup> periodic report on the social and economic situation and development of the regions in the European Community. Office for Official Publications of the European Communities.

- Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte (2006). *Norte 2015. Competitividade e Desenvolvimento – Uma visão estratégica*. CCDRN.
- Conrad, Klaus e Seitz, Helmut (1994). “The economic benefits of public infrastructure”. *Applied Economics*, 26.
- Conselho Económico e Social (1998). *Execução anual do QCA II – Parecer*.
- Conselho Económico e Social (1997). *Execução anual do QCA II – Parecer*.
- Correa, Maria Dolores y López, Juan Manzanedo (2002). “Política regional española y europea. Período 1983-1999”. Ministério de Economía e Hacienda - documento de trabajo SGFCC-2002-05.
- Crescenzi, R. e Rodríguez-Pose, A. (2008). “Infrastructure endowment and investment as determinants of regional growth in the European Union”. *EIB PAPERS Volume 13 N°2 2008*.
- Crespo, Milagros Garcia; Mendizábal, Arantza e Esteban, Marisol (1998). “Spain” In: *European Union Economies a comparative study*. Edited by Frans Somers 3<sup>rd</sup> Edition 1998.
- Cuadrado-Roura, J.; Garrido-Yserte, R. and Calvo, M. (2004). “Economic and social cohesion in the EU: a critical approach”. *Paper presented at the European Congress of the Regional Science Association, University of Porto, August 2004*.
- Cuadrado-Roura, J.R. e Marcos, M.A. (2005) “Disparidades regionales en la Unión Europea. Una aproximación a la cuantificación de la cohesión económica y social”. *Revista Investigaciones Regionales*, 2005, n. 6, pp. 63-90.
- Cuadrado-Roura, J.; Garrido-Yserte, R. and Calvo, M. (2005). “Disparidades regionales en la Unión Europea. Una aproximación a la cuantificación de la cohesión económica y social”. *Investigaciones regionales, primavera, número 6. Asociación Española de Ciencia Regional*.

- Cuadrado-Roura JR, Mancha T, Garrido R (2002). “Regional dynamics in the European Union: Winners and losers”. In: Cuadrado-Roura JR, Parellada M (eds) *Regional convergence in the European Union*. Springer-Verlag. Berlin
- Dall’erba, Sandy and Le Gallo, Julie (2007 a). “Regional convergence and the impact of European structural funds over 1989-1999: a spatial econometric analysis”. *European Union Center of The University of Arizona – EUC 01-07*.
- Dall’erba, Sandy and Le Gallo, Julie (2007 b). “The impact of European Union Support on Growth and Employment”. *Czech Journal of Economics and Finance*, 57, 2007, n.º7-8, 325-340.
- Dall’erba, Sandy and Le Gallo, Julie (2003 a). “Competition, Complementary and Increasing Disparities Among the Regions of Spain and Portugal”. *Department of Economics, University of Pau* (France).
- Dall’erba, Sandy and Le Gallo, Julie (2003 b). “Regional convergence and the impact of European structural funds over 1989-1999: a spatial econometric analysis”. *REAL 03-T-14, April 2003*.
- Dehesa, G. (2000). “Consolidará Galicia a súa converxencia real no século XXI?”. *Revista Galega de Economía*, vol.9, n.º1, pp7-24.
- De la Fuente, A. (2008). “Inversión en infraestructuras, crecimiento y convergencia regional”. *Dirección General de Presupuestos – Documentos de trabajo: D-2008-05, Noviembre 2008*.
- De la Fuente, A. (2003 a). “El impacto de los Fondos Estructurales: convergencia real y cohesión interna.” *Instituto de Análisis Económico – Universidad Autónoma de Barcelona. Marzo de 2003*.
- De la Fuente (2003 b), “Human Capital in a global and Knowledge-based economy, Part II: assessment at the EU country level” – *Final Report, Instituto de Análisis Económico (CSIC)*.

- De la Fuente, A. (2002 a). “Convergence across countries and regions: theory and empirics”. *Instituto de Analisis Económico (CSIC)*. Barcelona, November 2002.
- De la Fuente, A. (2002 b). “Does cohesion policy works? Some general considerations and evidence from Spain”. *Instituto de Análisis Económico – Universidad Autónoma de Barcelona*.
- De la Fuente, A. (2002 c). “The effect of Structural Fund spending on the Spanish regions: an assessment of the 1994-99 Objective 1 CSF.” *Instituto de Análisis Económico – Universidad Autónoma de Barcelona*. September 2003.
- De la Fuente, A.; Avilés, A. y Fernández, Melchor (2002). “Fondos estructurales, inversión en infraestructuras y crecimiento regional”. Fundación Caixa Galicia, CIEF, 2002.
- De la Fuente (2001), “Infraestructuras e Política Regional”. *FEDEA, EEE*,122.
- De la Fuente, A. (2000) “Convergence across countries and regions: Theory and empirics”. *EIB Papers*, 5,2, S.
- De la Fuente, Angel e Vives, Xavier (1997). “The sources of Irish growth”. *Centre for Economic Policy Research (CEPR), Discussion paper n.º 1756*, London.
- De la Fuente, Angel e Vives, Xavier (1995). “Regional policy and Spain. Infrastructure and education as instruments of regional policy: evidence from Spain”. *Economic Policy*, April 1995
- De la Torre, J. R.; Faiña, J. A.; y López-Rodrigués, J. (2005). “The effect of structural fund spending on the Galician region: an assessment of the 1994-1999 and 2000-2006 Galician CSF’s”. Fundación de las Cajas de Ahorros. Documento de Trabajo n.º 224/2005.
- DeGroot, H.L.F.; Nijkamp, P.; Acs, Z. (2001): “Knowledge spill-overs, innovation and regional development”. *Papers in Regional Science*, vol. 80, nº 3, pp. 249-253.



- De Melo, Jaime, (1988). "CGE models for the analysis of trade policy in developing countries." *Policy Research Working Paper Series 3*, The World Bank.
- Dewhurst, J.H.L. and Mutis-Gaitian, H. (1995): "Varying Speeds of Regional GDP per capital convergence in the European Union, 1981-91"; in: H.W.Armstrong and R.W. Vickerman: *Convergence and Divergence among European Regions*, Pion Ltd., London.
- DGDR (2000). *Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal 2000-2006*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- DGDR (vários anos). *Relatórios de execução anual do QCA*.
- DGDR (1995). *Fundos Estruturais 10 anos – Portugal*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- DGDR (1994). *Quadro Comunitário de Apoio II. Portugal 1994-1999*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- De Michelis, Nicola (2008). "Regional Convergence: a Relevant Measure of Policy Success?" *CEifo Forum 1/2008*.
- Dignan, Tony (1995). "Regional disparities and regional policy in the European Union". *Oxford Review of Economic Policy*, vol.11 n.º 2.
- Dolado, J.; Gozález-Páramo, J.M. (1994), "Convergência Económica entre las provincias Españolas: Evidencia Empírica (1955-1989)". *Moneda e Crédito*, 198.
- Dolores-Maria, Ramón e Solanes, José Garcia (2002). "Convergência real de las regions españolas: el impacto de los Fondos Estructurales". *Papeles de Economía Espanhola*, n.º 93.

- Departamento de Prospectiva e Planeamento (2005). "Avaliação do impacto dos programas operacionais regionais (QCA III) em 2000-2003". Lisboa 2005.
- Departamento de Prospectiva e Planeamento (2005). " Impacto macroeconómico do QCA III - Avaliação intercalar (actualização)". Lisboa, Outubro de 2005.
- Easterly e Rebelo (1993). "Fiscal policy and economic growth". *Journal of Monetary Economics*, 32.
- ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "Expost- Evaluation of objective 1 Programmes 1994-1999. Member State Report - Spain".
- ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "*Ex-post Evaluation of Objective 1 Programmes 1994-1999*". Member State Report - Portugal.
- Ederveen, S. G. (2002). "Does European cohesion policy reduce regional disparities? An empirical analysis". *CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis. Discussion paper n.º15*.
- Ederveen, S. G.; Groot, H. and Nahuis, R. (2003). "Funds and games. The economics of European cohesion policy". *European Network of Economic Policy Research Institutes (ENEPRI). Occasional paper, n.º3 /October 2003*.
- Ederveen, S. G.; Groot, H. and Nahuis, R. (2002). "Fertile soil for structural funds? A panel data analysis of the conditional effectiveness of European regional policy". *CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis. Discussion paper n.º10*.
- Eisner R. (1991). *Infrastructure and regional economic performance: comment*. New England Economic Review, September-October.
- Engelbrecht, H. (1997). "*International R&D spillovers, human capital and productivity in OECD economies: an empirical investigation*". *European Economic Review*, 41.

- Escossura, L. e Sanz, J. (1996). "Growth and Macroeconomic performance in Spain, 1939-93" In: *Economic growth in Europe since 1945*, Crafts e Toniolo, eds, Cambridge University Press.
- Esteban, J. M. (1995). "La desigualdad interregional en Europa". In: *Velarde, J.; Garcia Delgado, J. L. y Pecreño Muñoz (Eds): X Jornadas de Alicante sobre Economía Española. Universidade de Alicante*.
- Esteban, M.; Rodríguez, A.; Moreno, J.; Altuzarra, A. e Larrañaga, J. (2009). "La evaluación de la Política Regional Europea. Análisis empírico de las metodologías aplicadas". *Investigaciones Regionales. 14 – Páginas 157 a 184. Sección Política Regional Europea*.
- Faiña, J. A. y López-Rodríguez, J. (2004). "La eurorrexión Galicia-Norte de Portugal: estrategias y posibilidades de desarrollo desde la política regional de la UE. In: *As eurorrexións e o futuro da Europa: o modelo da eurorrexión Galiza-Norte de Portugal*.
- Faiña, J. A.; Lago, J. Lirón, Patiño, A.; Fontão, J.; López-Rodríguez, J. y Munin, J. Fernández (2002). "Galicia ante el futuro de la política regional europea". *Revista Galega de Economía, vol.11, n.º1*.
- Faiña, J. A., Lago, J. Lirón y Mulero, F. R. (2000). "O MCA 2000-2006 e a estratexía de desenvolvemento económico de Galicia no novo período de programación dos fondos estruturais de la UE". *Revista Galega de Economía, vol.9, n.º1*.
- Fayolle, J. and Lecuyer, A. (2000). "Regional growth, national membership and european structural funds: an empirical appraisal". *OFCE, studies department n.º 2000-02*.
- Fernández, Melchor y Grela, M. Fernández (2003). "Comparación de estruturas productivas entre rexións transfronteirizas: Galicia e a rexión Norte de Portugal". *Revista Galega de Economía, vol.12, n.º2*.

- Fernández, Melchor y Polo, Clemente (2001). “Reflexiones sobre el mercado laboral de dos rexiones contiguas: el caso de Galicia y la rexión Norte de Portugal. *Fundación Caixa Galicia*.
- Fisher, R. A. (1932). *Statistical Methods for Research Workers*. Oliver & Boyd, Edinburgh, 4th Edition.
- FitzGerald, J.; Kearney, I.; Morgenroth, E. e Smyth, D. (1999). “National Investment Priorities”. *Policy Research Series, n.º 33*, Dublin: The Economic and Social Research Institute (ESRI).
- Freitas, Miguel Lebre (2001). Lições do “Tigre Celta”. In: *Como está a economia portuguesa? Livro de actas – IV Conferência sobre a economia portuguesa*. Cisep: Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa.
- Freitas, M. L. (2000). “Quantidade versus qualidade: a contabilidade do crescimento na Irlanda”. *Banco de Portugal - boletim económico. Março de 2000*.
- Grossman, G. M. e Helpman, E. (1991). *Innovation and Growth in the Global Economy*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Guisán, C. y Neira, I. (2001). “Educación y crecimiento: una perspectiva mundial 1960-99.” *Estudios Económicos de Desarrollo Internacional, AEEADE*, vol 1, núm1. Universidad de Santiago de Compostela.
- Guellec, D. e Pottelsberghe de la Potterie, B. (2001). “*R&D and productivity growth: panel: panel data analysis of 16 OECD countries*”. OECD Economic Studies.
- Haddad, Wad: D. ; Carnoy, Martin ; Rinaldi Rosemary ; Regel Omporn (1990). “Education and Development. Evidence for new priorities”. *World Bank discussion papers nº 95*.

- Hallet, M. (2002). "Income convergence and regional policies in Europe: results and future challenges". *Paper presented at the Congress of the European Regional Science Association (ERSA) in Dortmund/Germany, 28 and 29 August.*
- Hanushek e Kimbo (2000). "Schooling, labour force quality and the growth of nations". *American economic Review*, 90(5).
- Harris, Richard D. F. and E. Tzavalis, (1999), "Inference for Unit Roots in Dynamic Panels Where the Time Dimension is Fixed." *Journal of Econometrics* 91, pp.201-226.
- Harvey, Andrew C. (1993). *Time Series Models, second edition*: Harvester-Wheatsheaf, New York.
- Hénin, P. et Le Pen, Y. (1995). "Lés episodes de la convergence européenne". *Révue Économique*, n.º46.
- Hert, Bernhard (2002). "Real convergence and regional policy in the European Union: Evidence from 1990's". *Bayreuth University, November 2002.*
- Hubner Danuta (2005). "Regional Policy and the Lisbon Agenda- Challenges and opportunities". [http://europa.eu.int\\_speech/05/70 em 03/02/2005](http://europa.eu.int_speech/05/70_em_03/02/2005).
- Im, Pesaran and Shin (2003), "Testing for unit roots in heterogeneous panels". *Journal of Econometrics*, 115 (July 2003), pp.53-74.
- INE (2007). "Portugal – 20 anos de Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration". *Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt)*.
- Jackman, R. (1995). "Regional Policy in an enlarged Europe". *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11.
- Judson, R. (1998). "Economic growth and investment in education: how allocation matters". *Journal of Economic Growth*, 3.

- Junta de Andalucía (2006). "Política Regional Europea y orientaciones para el período 2007-2013". *Consejería de Agricultura e Pesca*.
- Kaitila, Ville (2004). "Convergence of rela GDP per capita in the EU15. How do the accession countries fit in?" *European Network of Economic Policy Research Institutes (ENEPRI), Working Paper N.º 25/January 2004*.
- Krieger-Boden (2002). "European integration and the case for compensatory Regional Policy". *Kiel Working Paper nº 1135 – Kiel Institute for World Economics*.
- Krugman, P (1991), "Increasing Returns and Economic Geography". *Journal of Political Economy*, 99 (3).
- Krugman, P. and Venables, A (1995), "Economic Geography – Globalisation and the inequality of Nations". *Quarterly Journal of Economics*, 110.
- Lains, Pedro (2003). "Catching up to the European core: Portuguese economic growth, 1910-1990. *Explorations in Economic History*, n.º40.
- Lamo, A. (2000) "On convergence empirics: some evidence for Spanish Regions". *Investigaciones Económicas*, Vol. 24(3).
- Leonardi, R. (2006). "Cohesion in the European Union". *Regional Studies*, 40:2, 155-166.
- Leonardi, R. (2005). "*The Cohesion Policy of the European Union: the building of Europe*". Palgrave. London.
- Levin, Andrew e Lin, Chien-Fu (1992). "Unit Root Tests in Panel Data: Asymptotic and Finite-Sample Properties," *University of California at San Diego, Economics Working Paper Series 92-23*, Department of Economics, UC San Diego
- Loddo, Silvia (2006). "Structural funds and regional convergence in Italy". *Centro Recherche Nord Sud (CRENOS). Working paper 2006/03*.

- López Facal, X. “La rexión galaico-duriense: dimensión económica y dinámica de convergência. *Revista Galega de Economía*, vol.9, n.º1.
- Lopez Matínez, I (2001), Convergência nominal y convergência real de España y Portugal con la Union Europea (1986-1999). *Estúdios de Economía Aplicada*, n.º 19.
- Lucas, Robert (1988). “On the mechanics of economic development”. *Journal of Monetary Economics*, vol. 22.
- Maddala, G. S., and Wu, S. (1999). “A Comparative Study of Unit Root Tests with Panel Data and New Simple Test”, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 61, 631-652
- Mairate e Hall (2001). “Structural Policies”, in: L. Tsoukalis, A. Smith and R. Hall, *Competitiveness and cohesion*, Oxford University Press.
- Mancha-Navarro, T e Garrido-Yserte, R (2008). “Regional policy in the European Union: The cohesion-competitiveness dilemma”. *Regional Science Policy & Practice. Volume I. Number I. November 2008*.
- Maria-Dolores, R. y Solanes, José G. (2002). “Convergencia real en las regiones españolas: un análisis del impacto de los fondos estructurales”. *Papeles de Economía Española*, n.º 93..
- Martín, Carmela e Sanz, Ismael (2003), “Consequences of enlargement for European Regional Policy: the Spanish viewpoint”, *The European Group Economy, Working paper, nº27/2003*.
- Martín, Carmela e Velázquez, Francisco J. (2001). “An assessment of real convergence of less developed EU members: lessons for the CEEC candidates”. *European Economy Group – Working Paper n.º 5/2001*.
- Martín, C. (2000). *The Spanish economy in the new Europe*. McMillan, UK.
- Martín, P. (1999). “Are European regional policies delivering?” *EIB papers*, 42.

- Martin, P. and Rogers, C. (1995). "Industrial location and public infrastructure". *Journal of International Economics*, 39.
- Martin, R. and Tyler, P. (2006). "Evaluating the impact of the structural funds on objective 1 regions". An exploratory discussion. *Regional Studies*, vol 40.2
- Martin, Rainer (2003). "The impact of EU's structural and cohesion funds on real convergence in the EU". *NBP Conference "Potential Output and Barriers to Growth. Zalesie Górne, 2003*.
- Mas, Matilde; Maudos, Joaquin; Pérez, Francisco e Uriel, Ezequiel (1996). "Infrastructure and productivity in the Spanish Regions". *Regional Studies*, vol.30.7.
- Matyas L. and Sevestre, P. (eds.) (1996): *The Econometrics of Panel Data. A Handbook of the Theory with Applications*, Second Revised Edition. Dordrecht: Kluwer.
- Mincer, Jacob (1993). *Studies in human capital. Collected essays of Jacob Mincer*. Vol. I. Published by Edward Elgar Publishing Limited.
- Mincer, Jacob (1989). "Human capital responses to technological change in the labour market". In: *Studies in human capital. Collected essays of Jacob Mincer*. Vol. I. Published by Edward Elgar Publishing Limited- 1993.
- Ministério de Economia Y Hacienda - Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial (2003). "Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales Europeos 2000-2006".
- Modesto, L. and Neves, J. (1995). "Hermin Portugal". *Economic Modelling*, 12 (3).
- Modesto, L. and Neves, J. (1994). "The effect of CSF 1994-99 on the Portuguese economy". *Economia*, 18.



- Mohl, P. and Hagen, T. (2008). “Does European Cohesion Policy promote growth? Evidence from regional data and alternative econometric approaches”. *Centre for European Economic Research Discussion Paper N.º 08-086*.
- Molle, Willem (2006). “Evaluating the EU Cohesion Policy”. *Paper for the Regional Science Association Conference - Leuven, 8-9 June 2006*.
- Moncay, Edgard (2004). “El debate sobre la convergencia económica internacional e interregional: enfoques teóricos y evidencia empírica”. *Revista EURE (Vol. XXX, Nº 90), pp. 7-26, Santiago de Chile, septiembre 2004*.
- Munnell, Alicia (1992). “Infrastructure investment and economic growth”. *Journal of Economic Perspectives*, vol.6, n.º 4.
- Neira, I. y Guisán, C. (2002). “Modelo de capital humano e crecimiento económico: efecto inversión e otros efectos indirectos”. *Euro-American Association of Economic Development – Working paper n.º 26*. Facultad de Económicas, Universidad de Santiago de Compostela.
- Nelson, Richard R., Phelps, Edmund S. (1966). “Investment in humans, technological diffusion and economic growth”. *American Economic Review*, Vol. LVI (2).
- Neven, D e Gouyette, (1995), “Regional convergence in the European Community”. *Journal of Common Market Studies*, 33.
- Neven, D.J. e Gouyette, C. (1994). “Regional convergence in the European Community”. *Centre for Economic Policy Research (CEPR), Discussion paper n.º 914*, London.
- Neves, J.L.C (1996). “Portuguese post-war growth: a global approach”. In: *Economic growth in Europe since 1945*, Crafts e Toniolo, eds, Cambridge University Press.

- Neves, J.L.C (1994). “Os fundos comunitários e a economia portuguesa: uma abordagem informal”. *Economia*, 18.
- Nevin, E. T. (1990). “Regional policy”. In: *The Economics of the European Community*. Edited by Ali M. El-Agraa, 3ª Edição.
- Nicoletti, G.; Golub, S.; Hajkova, D.; Mirza, D.; Kwang-Yeol, Y.(2003). “Policies and international integration: influences on trade and foreign direct investment”. OECD- Economics Department Working papers, n.º 359.
- Nijkamp, P. and E. Blaas (1995). *Impact Assessment and Evaluation in Transportation Planning*. Kluwer,Dordrecht.
- Obstfeld e Peri, G. (1998), “Regional non-adjustment and fiscal policy”. *Economic Policy*, 26.
- OECD (2009). “How regions grow”. *OECD Observer*, March 2009.
- OECD (2003). *OECD in figures, 2003 Edition. Statistics on the member countries*. OECD Observer.
- OECD (2000 a). *Economic Outlook*, 68.
- OECD (2000 b). *Economic Outlook*, 67.
- OECD (1998). *Human capital investment. An international comparison*. OECD – Centre for Educational Research and Innovation.
- Ottaviano e Puga (1998), “Agglomeration in the global economy: a survey of the new economic geography”. *World Economy*, Vol. 21.
- Quahd (1993) “Galton’s fallacy and the convergence hypothesis”. *The Scandinavian Journal of Economics*, 95.

- Quasar e Xunta de Galicia (2003). “Evaluación Intermedia del *Programa Operativo Integrado da Galiza 2000-2006*” (*Feder, FSE e Feoga-o*). *Documento Final*. Madr, Julio de 2003.
- Pardo, Isabel (2005). “Growth, convergence, and social cohesion in the European Union”. *International Advances in Economic Research* (2005) 11: 459-467.
- Percoco, Marco (2005). “The impact of structural funds on the Italian Mezzogiorno, 1994-1999”. *Région et Développement*, n° 21-2005.
- Pereira, A.M; Shoven, J.B., (1988). “Survey of dynamic computational general equilibrium models for tax policy evaluation”. *Journal of Policy Modeling* 10, 401-426.
- Petrakos, G.; Rodríguez-Pose, A. And Rovolis, A. (2005). “Growth, integration and regional inequality in Europe”. *Environment and Planning A*, 37.
- Proença, Margarida (2004). “O impacto dos fundos estruturais e de coesão na perspectiva do alargamento. In: *As eurorrexións e o futuro da Europa: o modelo da eurorrexió Galiza-Norte de Portugal*.
- Puga, D. (2002). “European regional policies in light of recent location theories”. *Journal of Economic Geography*, 2.
- Puigcerver-Peñalver, Mari-Carmen (2007). “The impact of structural funds policy on European regions growth. A theoretical and empirical approach”. *The European Journal of Comparative Economics*, vol 4, n°2.
- Puigcerver-Peñalver, Mari-Carmen (2004). “The impact of structural funds policy on European regional growth. A theoretical and empirical approach”. *Universidad de Murcia*, April 14.
- Rodríguez-Pose and Fratesi, Ugo (2003). “Between development and social policies: the impact of European structural funds in objective 1regions”. *European Economy Group: working papern.*° 28/2003.

- Rodríguez-Pose, A. e Petrakos, G. (2004). “Integración económica y desequilibrios territoriales en la Unión Europea”. *Revista EURE*, 29, 89.
- Romer, P. (1990). “Endogenous technological change”. *Journal of Political Economy*, vol. 98, n.º5.
- Romer Paul, (1986). “Increasing returns and long run growth”. *Journal of Political Economy*, vol. 94 n.º 5.
- Santos, Indira (2008). “Is structural Spending on Solid Foundations?”. *Bruegel Policy Brief, Issue 2008/02*.
- Sala-i-Martin (1996) “Regional Cohesion: Evidence and Theories of Regional Growth and Convergence”. *European Economic Review*, 40.
- Sala-i-Martin, Xavier (2000). *Apuntes de Crecimiento Económico*. 2ª Edición, Antoni Bosch, editor, SA.
- Salmon, Keith (2008). “New directions in European Regional Policy and their implications for Spain”. *Investigaciones Regionales*, 12.
- Serres, A. (2003). “Structural policies and growth: an non-technical overview”. *Economic Department Working Papers n.º 355*
- Shoven, J.B., and J. Whalley (1984). Applied General-Equilibrium Models of Taxation and International Trade: An Introduction and Survey. *Journal of Economic Literature*. 22: pp. 1,007-1,051. September.
- Shultz, Theodore (1961). “Investment in human capital”. *The American Economic Review*, vol. 51, n.º 1.
- Sianesi e Reener (2002). “The returns to education: a review of the empirical macroeconomic literature”. *The Institute for Fiscal Studies. WP 02/05*.

- Sosvilla-Rivero, Simón (2005). “EU structural funds and Spain’s objective 1 regions: an analysis based on the Hermin model”. *FEDEA – Documento de trabajo 2005-24*.
- Sosvilla-Rivero, S.; Rubio, O.; y Rodán, C. (2003). “Sobre la efectividad de la política regional comunitaria: el caso de Castilla-la-Mancha”. *FEDEA – Documento de trabajo 2003-25*.
- Stone, I e Oswell (1998). “Greece”. In: *European Union Economies – a comparative study*. Edited by Frans Somers, 3<sup>rd</sup> Edition, 1998.
- Teixeira, A. (1999). *Capital humano e capacidade de inovação. Contributos para o estudo do crescimento económico português 1960-1991*. Edição do Conselho Económico e Social.
- Temple, J. (2001). “Growth effects of education and social capital in the OECD countries”. OECD, Economic Studies, n.º 33.
- Temple, J. (2000). “Summary of an informal workshop on the causes of economic growth”. OECD, Economic paper, n.º 260.
- Temple, J. (1999). “The new growth evidence”. *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVII.
- Tondl, G. (2004). “EU Regional policy – Experience and future concerns”. *EI-working paper, n.º 59 (july, 2004)*.
- Tondl, G. (1999 a) “The changing pattern of regional convergence in Europe”. *Review of Regional Research, Vol. 19, nº 1*.
- Tondl, G. (1999 b) “What determined the uneven growth of Europe’s Southern regions? An empirical study with panel data”. *University of Economics and Business Administration, Vienna, March 1999*.

- UNESCO (2004). Institute for Statistics. Literacy and non formal education section. July 2002 Assessment.
- Zugasti, C.A.; Garcia, R. G.; Maldonado, J. S. (2001), “Capital Público e efectos desbordamiento. Un análisis del impacto de las infraestructuras sobre la actividad privada por Comunidades Autónomas”. *FEDEA, Documento de trabajo 2001-22*.

---

## **ANEXOS**

---

## ANEXO 1:

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS POR REGIÕES NUT II EM  
PORTUGAL



A fonte de informação<sup>95</sup> relativa à despesa executada e associada aos QCA não disponibiliza a informação por regiões. Assim, e uma vez que era fundamental dispor da informação regionalizada, tivemos que proceder sua à repartição regional (por NUT II).

Para tal foram aplicadas as taxas de repartição regionais calculadas tendo por base os relatórios de execução anuais do QCA. A percentagem que coube à região Norte nos diferentes anos é apresentada na tabela A1.

**Tabela A1. Repartição percentual da despesa pública na região Norte.**

**Tabela A1.1 QCA I**

	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>
<b>Norte</b>	<b>27,2</b>	<b>27,2</b>	<b>27</b>	<b>29,3</b>	<b>27,7</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de DGDR (vários anos). *Relatórios de execução anual do QCA*.

Nota: Como não estava disponível o relatório de 1993, para esse ano foi aplicada a média dos anos anteriores.

**Tabela A1.2 QCA II**

	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
<b>Norte</b>	<b>26,9</b>	<b>27</b>	<b>29,8</b>	<b>27</b>	<b>27,7</b>	<b>27,7</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de DGDR (vários anos). *Relatórios de execução anual do QCA* e Conselho Económico e Social (vários anos). *Execução anual do QCA II – Parecer*.

Nota: Como não estavam disponíveis os relatórios de 1998 e 1999, para esses anos foi aplicada a média dos anos disponíveis.

**Tabela A1.3 QCA III**

	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Norte</b>	<b>49,9</b>	<b>25,3</b>	<b>32,1</b>	<b>33,2</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de DPP (2005). *Avaliação do impacto dos programas operacionais regionais (QCA III) em 2000-2003*.

Deste processo, os valores apurados para a região Norte são apresentados na tabela 37.

<sup>95</sup> Departamento de prospectiva e Planeamento (2005). “Impacto macroeconómico do QCA III - Avaliação intercalar (actualização)”

## ANEXO 2:

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS POR REGIÕES NUT II EM ESPANHA

O ponto de partida para procedermos à regionalização dos fundos entre as regiões Objectivo 1 de Espanha foi o estudo levado a cabo por ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). Os dados originais estão presentes na tabela A2.1.

**Tabela A2.1 Despesa pública total (QCA II) por categorias – regiões do objectivo 1 (Espanha)**

Despesa pública total em milhões de euros a preços correntes						
Ano	Fundo Estrutural	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de Recursos Humanos	Assistência técnica e outros	Milhões de euros preços correntes
1994	FEDER	1621,873	255,546	142,582	3,069	2023,070
	FSE	21,750	19,979	1007,320	4,338	1053,387
	FEOGA		541,429			541,429
	<b>TOTAL</b>	<b>1643,623</b>	<b>816,954</b>	<b>1149,902</b>	<b>7,407</b>	<b>3617,886</b>
1995	FEDER	2538,711	604,956	224,537	10,669	3378,873
	FSE	28,408	34,875	1237,610	7,992	1308,885
	FEOGA		529,006			529,006
	<b>TOTAL</b>	<b>2567,119</b>	<b>1168,837</b>	<b>1462,147</b>	<b>18,661</b>	<b>5216,764</b>
1996	FEDER	2787,053	733,374	220,486	15,876	3756,789
	FSE	40,579	41,112	1246,409	9,149	1337,249
	FEOGA		667,310			667,310
	<b>TOTAL</b>	<b>2827,632</b>	<b>1441,796</b>	<b>1466,895</b>	<b>25,025</b>	<b>5761,348</b>
1997	FEDER	2551,974	719,413	204,073	21,421	3496,881
	FSE	46,118	41,947	1094,670	10,298	1193,033
	FEOGA		743,989			743,989
	<b>TOTAL</b>	<b>2598,092</b>	<b>1505,349</b>	<b>1298,743</b>	<b>31,719</b>	<b>5433,903</b>
1998	FEDER	3428,737	1055,745	206,077	40,607	4731,166
	FSE	52,525	50,367	1561,682	13,665	1678,239
	FEOGA		761,168			761,168
	<b>TOTAL</b>	<b>3481,262</b>	<b>1867,280</b>	<b>1767,759</b>	<b>54,272</b>	<b>7170,573</b>
1999	FEDER	5850,706	2281,402	360,278	53,173	8545,559
	FSE	62,114	68,925	1672,300	19,665	1823,004
	FEOGA		1219,495			1219,495
	<b>TOTAL</b>	<b>5912,820</b>	<b>3569,822</b>	<b>2032,578</b>	<b>72,838</b>	<b>11588,058</b>

Fonte: ECOTEC Research & Consulting Ltd (2003). "Expost- Evaluation of objective 1 Programmes 1994-1999. Member State Report Spain".

Notas da fonte: Os valores para 1999 também incluem a despesa referente ao QCA II mas realizada em 2000 e 2001. Não foram considerados 1355,07 milhões de euros (recebidos pelas regiões de objectivo 1) referentes ao IFOP porque não se dispunha da distribuição regional.

No entanto, os valores da despesa pública executada apresentados neste estudo não se encontram regionalizados. Para proceder à repartição regional utilizamos como referência a distribuição dos fundos implícita no trabalho de Correa e López (2002) e calculada a partir dos respectivos anexos A.2, A.3 e A.4. e que apresentamos no anexo A2.2

**Tabela A2.2 Evolução dos pagamentos do FEDER, FSE e FEOGA-O, nas regiões objectivo 1, em milhões de pesetas correntes.**

		Andalucía	Asturias	Canarias	Cantabria	Castilla Y Leon	Castilla-La Mancha	C. Valenciana	Extremadura	Galicia	Murcia	Ceuta e Melilla	TOTAL	Galiza/Total
1994	FEDER	77740	10262	22977	5834	17847	16719	23303	18610	27031	8283	1493	230099	<b>0,12</b>
	FSE	19086	3291	4729	993	5871	4840	7578	4631	5918	2621	367	59925	<b>0,10</b>
	FEOGA-O	4955	1258	1738	1280	3314	3168	1542	1201	7337	1103	38	26934	<b>0,27</b>
1995	FEDER	97979	20637	23997	5808	42645	32551	50571	22172	53838	16615	3601	370414	<b>0,15</b>
	FSE	62096	9375	10253	3597	15815	12153	35061	14844	19440	4304	856	187794	<b>0,10</b>
	FEOGA-O	17095	7426	7751	1773	24617	15495	8269	8047	19406	2481	7	112367	<b>0,17</b>
1996	FEDER	56205	18950	28442	11045	42178	23852	46833	19962	49165	15151	3539	315322	<b>0,16</b>
	FSE	55012	6842	9356	2619	13662	10226	23975	16374	16652	5183	502	160403	<b>0,10</b>
	FEOGA-O	18555	5083	5004	1776	14674	8671	7423	7347	25858	3374	0	97765	<b>0,26</b>
1997	FEDER	113969	23840	25939	22412	26782	36918	15325	4648	57306	6103	2856	336098	<b>0,17</b>
	FSE	45565	9331	25339	3410	16063	12602	38978	11418	21502	6396	728	191332	<b>0,11</b>
	FEOGA-O	16214	3736	5157	2872	13755	9095	7772	6561	23137	2110	0	90409	<b>0,26</b>
1998	FEDER	37851	18730	29108	8464	50701	5011	42377	33624	20571	12326	1872	260635	<b>0,08</b>
	FSE	63880	6191	17953	3190	19407	11180	27555	16404	20781	6111	638	193290	<b>0,11</b>
	FEOGA-O	23266	6485	3257	5517	15489	12939	9179	5085	26045	4560	68	111890	<b>0,23</b>
1999	FEDER	147558	15679	29439	10203	65845	57696	28119	25527	79022	28320	4371	491779	<b>0,16</b>
	FSE	69329	18436	11610	7484	37111	18964	24433	23430	23148	21551	3423	258919	<b>0,09</b>
	FEOGA-O	35122	3778	6795	4981	21225	17779	5677	8407	28590	3350	62	135766	<b>0,21</b>

Fonte: Adaptado de Correa, María Dolores e López (2002). Política Regional Española y Europea. Período 1983-1999. Ministério de Economía e Hacienda - documento de trabajo SGFCC-2002-05 e elaboração própria.

Adicionalmente, incluímos o valor do Fundo de Coesão cuja fonte, como já referimos são os relatórios anuais publicados pela Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitários, associada ao Ministério de Economia y Hacienda Espanhol intitulados “*Programação Regional y Sus Instrumentos*”. Deste modo chegamos ao valor da despesa pública na região da Galiza para o QCA II (Tabela 39).

Para o terceiro período de programação a fonte de informação utilizada foi o Ministério de Hacienda – Dirección General de Fondos Comunitários y Financiación Territorial (2003)<sup>96</sup> que nos indica a despesa pública executada na Galiza e associada ao QCA III (tabela A2.3) e, para o Fundo de Coesão os relatórios da Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitários “*Programación Regional y Sus Instrumentos*”.

**Tabela A2.3 Valores da despesa executada de 2000 a 2002 por “ejes” (em euros)**

EJES	POI Galiza	Pluriregional que coube à Galiza	Total
1. Melhoria da competitividade e desenvolvimento do tecido produtivo	88.029,464	220.334,281	308.363,745
2. Sociedade do Conhecimento (Inovação, I+D, Sociedade da Informação)	70.118,678	60.167,714	130.286,392
3. Media ambiente, entorno natural y recursos hídricos	176.207,121	4.095,702	180.302,823
4. Desenvolvimento dos recursos humanos, empregabilidade e igualdade de oportunidades	236.395,088	194.137,424	430.532,512
5. Desenvolvimento local e urbano	104.696,299	105.953,738	210.650,037
6. Redes de transporte e energia	574.224,750		574.224,750
7. Agricultura e desenvolvimento rural	123.945,755	107.838,727	231.784,482
8. Estruturas pesqueiras e aquicultura (IFOP)		169.124,414	169.124,414
9. Assistência Técnica	566,071	2.201,918	2.767,989
<b>Total</b>	<b>1.374.183,226</b>	<b>863.853,918</b>	<b>2.238.037,144</b>

Fonte: Ministério de Economía Y Hacienda - Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial (2003). "Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales Europeos 2000-2006".

A partir destes dados “reagrupamos” a despesa por “ejes” na estrutura utilizada nos anteriores QCA e também na região Norte. Assim, as despesas dos “ejes” 1, 7 e 8 foram englobadas no “apoio ao sistema produtivo”. As despesas dos “ejes” 2, 3, 5 e 6<sup>97</sup> foram englobadas nas infra-estruturas. O “eje” 4 em recursos humanos e o “eje” 9 em assistência técnica. Para dividir a

<sup>96</sup> Ministério de Hacienda – Dirección General de Fondos Comunitários y Financiación Territorial (2003). “*Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas Incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales 2000-2006*”

<sup>97</sup> Tendo em conta a descrição das despesa levadas a cabo no âmbito deste “eje”, o tipo de despesa em que melhor se enquadravam era nas infra-estruturas.

despesa pelos três anos aplicamos a distribuição anual realizada pelo Programa Operativo Integrado da Galiza (POIG). Deste modo, o resultado é apresentado na tabela A2.4

**Tabela A2.4 Valor da despesa executada de 2000 a 2002 por ano e tipo de despesa.**

	Infra-estruturas	Apoio ao sistema produtivo	Qualificação de RH	Assistência técnica e outros	Total em euros
2000	193.239,850	125.115,694	75.945,935	488,273	394.789,752
2001	378.920,998	245.337,407	148.921,196	957,447	774.137,048
2002	523.303,154	338.819,541	205.665,381	1.322,268	1.069.110,344
<b>Total(2000-2002)</b>	<b>1.095.464,002</b>	<b>709.272,641</b>	<b>430.532,512</b>	<b>2.767,989</b>	<b>2.238.037,144</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério de Economía Y Hacienda - Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial (2003). "Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales Europeos 2000-2006" e Quasar e Xunta de Galicia (2003). "Evaluación Intermedia del Programa Operativo Integrado da Galiza 2000-2006" (Feder, FSE e Feoga-o). Documento Final.Madrid, Julio de 2003.

Adicionando aos valores da tabela A3.4, a despesa executada a título do Fundo de Coesão, temos a despesa do QCA III executada de 2000 a 2002.

**Tabela A2.5 Despesa pública total no QCA III - Galiza**

2000	Total fondos	193,240	125,116	75,946	0,488	394,790
	F. Coesão	124,790				124,790
	<b>TOTAL</b>	<b>318,030</b>	<b>125,116</b>	<b>75,946</b>	<b>0,488</b>	<b>519,580</b>
2001	Total	378,921	245,337	148,921	0,957	774,136
	F. Coesão	51,188				51,188
	<b>TOTAL</b>	<b>430,109</b>	<b>245,337</b>	<b>148,921</b>	<b>0,957</b>	<b>825,324</b>
2002	Total	523,303	338,819	205,665	1,322	1069,109
	F. Coesão	23,607				23,607
	<b>TOTAL</b>	<b>546,91</b>	<b>338,82</b>	<b>205,67</b>	<b>1,32</b>	<b>1092,716</b>

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério de Economía Y Hacienda - Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial (2003). "Evaluación Intermedia del Marco Comunitario de Apoyo para las Regiones Españolas incluidas en el Objetivo 1 de los Fondos Estructurales Europeos 2000-2006" , Quasar e Xunta de Galicia (2003). "Evaluación Intermedia del Programa Operativo Integrado da Galiza 2000-2006" (Feder, FSE e Feoga-o). Documento Final.Madr, Julio de 2003 e Secretaria General de Presupuesto y Gastos – Dirección General de Fondos Comunitarios (vários anos). "Programação Regional y Sus Instrumentos"

Em resumo e em resultado de todo este processo, a despesa pública executada na Galiza durante o período de vigência dos QCA II e III consta da tabela 40.